



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**EVELINE ALMEIDA DE SOUSA**

**OS IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA IMPERIAL**  
*Um estudo sobre os projetos de civilização indígena no*  
*Pará (1845-1889)*

**BELÉM**  
**2011**

**EVELINE ALMEIDA DE SOUSA**

**OS IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA IMPERIAL**  
***Um estudo sobre os projetos de civilização indígena no***  
***Pará (1845-1889)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho

BELÉM  
2011

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Sousa, Eveline Almeida de

Os ideais de civilização na Amazônia imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889) / Eveline Almeida de Sousa; orientador, Mauro Cezar Coelho. - 2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

1. Pará - História - 1845-1889. 2. Índios - Civilização - Pará - 1845-1889.  
3. Intelectuais - Pará. 4. Brasil - História - Império - 1822-1889. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

**EVELINE ALMEIDA DE SOUSA**

**OS IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA IMPERIAL**  
*Um estudo sobre os projetos de civilização indígena no*  
**Pará (1845-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho

Data de aprovação: 25/08/2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho (UFPA)  
Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Prof. Dr. Geraldo Mártires Coelho (UFPA)

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto (UFPA)

**BELÉM**  
**2011**

*Para meus pais, Socorro e Mário,  
que me ensinaram a viver  
com dignidade e inteligência.*

## **AGRADECIMENTOS**

A formulação deste trabalho contou com a colaboração direta e indireta de muitos amigos e mestres que contribuíram para o amadurecimento de minhas idéias e o aperfeiçoamento da narrativa.

Deste modo, agradeço inicialmente a excelente orientação do professor Mauro Cezar Coelho, que soube conduzir com muita paciência e erudição, não apenas a produção do texto, mas todo o processo de meu amadurecimento intelectual, o aprofundamento da reflexão e aprimoramento dos conhecimentos sobre a intelectualidade e as populações indígenas. Assim, manifesto toda minha admiração e gratidão, nesses anos que o mesmo tem acompanhado minha formação como historiadora.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia por acreditar no meu trabalho e pela compreensão referente aos prazos. Nesse escopo, gostaria de destacar a contribuição dos professores Rafael, Magda, Aldrin, Franciane, pelas sugestões, críticas e discussões durante as disciplinas, que me ajudaram a aperfeiçoar idéias e percepções.

Agradeço também aos professores Patrícia Sampaio, José Maia e Geraldo Coelho, por aceitarem compor a banca de defesa.

Sou grata ainda aos amigos da turma de 2009 do mestrado: Érito, Patrícia, Maurel, Túlio, Alan e Vanice, pelos intensos diálogos estabelecidos em momentos de agradável interação.

Enfatizo a importância da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA) pela concessão da bolsa de mestrado durante esses dois anos, subsídio fundamental para a consolidação deste projeto.

Sou muitíssimo grata aos meus pais que me deram as condições essenciais para a minha formação. Em especial, à minha mãe, Socorro, que me ensinou desde cedo a valorizar a educação como elemento primordial na formação do ser humano e do cidadão.

Agradeço ao Flavio pela compreensão e acolhimento durante os momentos mais difíceis desta jornada juntos.

Por fim, agradeço aos meus familiares pelo apoio constante.

*A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O  
passado só se deixa fixar como imagem que relampeja  
irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.  
(Walter Benjamin)*

## RESUMO

Este trabalho analisa os projetos de civilização indígena elaborados no Segundo Império por quatro intelectuais que viveram na província do Pará neste período. São eles: Henrique de Beaurepaire Rohan, Couto Vieira de Magalhães, Antonio Macedo Costa e José Veríssimo. Suas percepções sobre a civilização indígena são consideradas, de um lado, tendo em vista as especificidades da condição intelectual no Império, enfatizando a disposição de tais letrados no interior do campo intelectual e suas conexões com o campo de poder; de outro, são consideradas à luz da experiência social destes agentes, no que se refere às suas crenças ideológicas, seu ofício, os debates e lutas políticas nas quais estavam envolvidos, estes elementos atuaram em sua ação política e na formulação de suas idéias. Tais noções se coadunam com a vivência que eles construíram no espaço amazônico, o que contribuiu para elaboração de suas visões sobre a civilização indígena. Deste modo, as percepções sobre o indígena estavam relacionadas às atitudes políticas e intelectuais dos agentes de letras do Império, bem como, à sua experiência no Vale Amazônico.

**Palavras-chave:** Civilização, Indígena, Intelectual, Amazônia.



## **ABSTRACT**

This paper examines the projects of indigenous civilization developed by four intellectuals of the Second Empire who lived in the province of Para in this period. Their names are: Henrique de Beaurepaire Rohan, Couto Vieira de Magalhães, Antonio Macedo Costa and José Verissimo. Their perceptions about the indigenous civilization are considered, by one side, as considering the specifics of the intellectual condition of the Empire, emphasizing the provision of such scholars within the field with the intellectual and their connections within the power field; on the other side, they are considered under the social lens of these agents, regarding to their ideological beliefs, their work, the debates and political struggles in which they were involved, these elements were active in their political action and in the formulation of their ideas. Such notions are consistent with the experience built in amazon space, which contributed to the preparation of their visions about indigenous civilization. Thus, perceptions about the Indigenous people were related with political and intellectual attitudes of the intellectual agents of the Empire, as it was with their experience in the amazon valley.

**Keywords:** Civilization, Indigenous, Intellectual, Amazon.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I: A condição intelectual no Segundo Império</b> .....	18
1 – As Primeiras experiências políticas na gestação de uma intelectualidade nacional .	19
2 – O Segundo Império – a “tutela” do Estado sob a intelectualidade brasileira .....	33
2.1 - Elites e intelectuais na direção do Estado Imperial .....	37
2.2 - A direção política e o intelectual orgânico .....	41
2.3 - A estrutura de dominação social do Império .....	44
3 – O campo intelectual no Segundo Reinado - compondo o repertório da nação.....	48
3.1 - A nação e as práticas intelectuais no projeto romântico.....	51
3.2 - O cientificismo e o naturalismo reinventando a nação.....	55
4 – Intelectuais e política na província do Pará .....	63
A confluência das idéias .....	77
<b>Capítulo II: A questão indígena no Império: entre as Letras e as práticas indigenistas</b> .....	84
1 – Do Indianismo às práticas indigenistas: múltiplas representações .....	84
1.1 – O indígena no Romantismo .....	86
1.2 – A miscigenação “redentora” da raça indígena .....	92
2 – A questão indígena no Império: missão, trabalho e terra .....	96
2.1 – Uma nota sobre as relações entre indígenas e europeus na Colônia .....	97
2.2 – O quadro das populações indígenas na Amazônia Imperial .....	103
2.3 – A mão-de-obra indígena no Pará .....	104
2.4 – A polêmica das terras indígenas .....	109
2.5 – “Selvagens” e rebeldes .....	117
3 – As diretorias indígenas no Oitocentos .....	119
3.1 – As missões capuchinhas .....	125

As populações indígenas no centro de diversas disputas sociais e econômicas.....	126
<b>Capítulo III: A civilização e os indígenas</b> .....	129
1 – A concepção de <i>civilização</i> : progresso, polimento e ordem social .....	129
1.1 - Representações da civilização no Pará .....	136
2 – Os projetos de civilização indígena .....	140
2.1 - Henrique de Beurepaire Rohan .....	140
2.2 - General Couto Vieira de Magalhães .....	147
2.3 - Bispo Antonio Macedo Costa.....	157
2.4 - José Veríssimo .....	169
Indígenas: trabalho, colônia e mestiçagem – formas de incorporação .....	178
<b>Considerações finais</b> .....	180
<b>Fontes</b> .....	186
<b>Bibliografia</b> .....	190

## **INTRODUÇÃO**

### **Objeto**

O presente trabalho consiste na análise dos projetos de civilização do indígena elaborados por intelectuais no Grão-Pará, durante o Segundo Império (1845-1889). Este grupo de homens letrados era formado por políticos, militares, religiosos que atuaram na dinâmica imperial, como administradores e analistas sociais, assim, produziram discursos distintos visto que falavam de lugares sociais diferentes. O discurso de um político liberal na década de 1860, por exemplo, como Tavares Bastos, era diferente do discurso de um agente da Igreja Católica, como o bispo Antonio Macedo Costa na década de 1880, em constante embate político com os liberais. Desta forma, além de constituírem uma camada de eruditos ligados às elites imperiais, o que os congrega, neste caso, é o fato de terem se debruçado sobre a questão indígena e a vislumbrarem na realidade do Pará.

A variabilidade dos agentes é proposital, pois, permitiu ver as múltiplas representações que repousavam sobre os índios. A sua condição de erudito, sua inserção no universo ideológico e político, suas formulações e as relações com as elites e o Estado Imperial ocupam um lugar de destaque na historiografia brasileira, que dedica parte significativa dos estudos sobre o século XIX, no Brasil, à análise da intelectualidade. Esta dissertação se insere neste campo de estudo, que elege os homens de letras como viés para entender a sociedade Imperial, através das noções de civilização destinadas às populações indígenas.

Os projetos civilizatórios em destaque pertencem aos seguintes intelectuais: Henrique de Beaurepaire Rohan, Couto Vieira de Magalhães, Antonio Macedo Costa e José Veríssimo. Foram eruditos que a partir de sua experiência e ofício, concederam importante relevância à civilização indígena em seu pensamento e ação. Muito embora, outros intelectuais que comentam a questão indígena a partir de uma vivência na Amazônia terão destaque ao longo da dissertação.

Há duas operações centrais nesse trabalho que se entrecruzam: a análise dos homens de letras no Império, considerando a experiência histórica e a realidade imediata como elementos que movimentam o universo intelectual; e, um exame da trajetória das populações

indígenas no Império, frente às transformações econômicas e mentais instauradas no Brasil e no Pará do século XIX, situando nesta realidade as práticas de catequese e civilização.

O período contemplado vai de 1845 a 1889, recorte que se confunde com o Segundo Império, mas não por acaso. O ano de 1845 marca a promulgação do único plano geral do Império para a civilização do indígena: o Decreto Imperial nº 426 de 1845, depois de um período — desde a Carta Régia de 1798 — sem um projeto que definisse a condição e o trato com as populações indígena. Assim, a análise parte do marco legal que determinava o trato com o indígena.

Nas décadas seguintes, viveu-se no Império a grande circulação de idéias que construiu o pensamento intelectual, cercado por diversos projetos políticos e ideológicos e práticas de elaboração do conhecimento nacional, como por exemplo, o romantismo e a etnografia, que davam sentidos diferenciados às imagens atribuídas ao indígena. Situamos, então, tais representações no centro dos debates e das correntes ideológicas e intelectuais no Império. Operação que permite dar conta do movimento de idéias que animava os homens de letras e ensejavam as representações acerca do índio. Igualmente, o recorte permite ver ao longo do tempo, as discrepâncias entre a letra da Lei e o trato efetivo com os indígenas nos aldeamentos. Nesse sentido, podemos ressaltar a trajetória das práticas de civilização e catequese nas diretorias do Pará, estabelecendo paralelo com as experiências em outras províncias, caracterizando ainda as formas que tomaram as relações entre índios e outros agentes sociais ao longo do século XIX.

## Problema

Entender o pensamento intelectual no Brasil oitocentista requer, primeiramente, a compreensão da dinâmica da sociedade e do Estado Imperial, dinâmica esta que se estendia ao Pará e funcionava em conexão com as especificidades locais, assim, os processos nacionais e locais estavam imbricados. Desta forma, a análise da construção e manutenção das estruturas vigentes no Império é essencial para perceber o tempo social que os letrados vivenciaram, influenciando sua produção. Esta realidade refere-se às questões que davam sentido à experiência oitocentista brasileira, como a escravidão, por exemplo, instituição apontada como fonte geradora da riqueza no Brasil, e principal alvo de críticas ao modelo econômico adotado no país, uma das razões de seu “atraso”<sup>1</sup>. Tal aspecto era objeto constante de reflexão

---

<sup>1</sup> COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 19-21.

dos intelectuais, em relação a sua substituição por outro tipo de mão-de-obra; a liberdade dos escravos, o arcaísmo que aquele sistema representava, entre outros pontos, eram reflexões que se transformavam de acordo com as mudanças sociais transcorridas no Império, como a campanha abolicionista a partir de 1870. Portanto, é importante conceber a figura do intelectual inserido na ordem Imperial, em interação constante com os debates e as questões em voga, tal estrutura contribuiu para gerar as condições sociais de produção de suas obras e do pensamento intelectual.

Os homens de letras são, portanto, o foco desta análise, para entender as concepções de civilização destinadas ao indígena e o trato com índio. O Pará abrigava muitos grupos nativos em seu território. Ao longo do século XIX, a província foi palco de grandes transformações sociais e econômicas engendradas na Amazônia, que vieram com as ondas de progresso e com as frentes de expansão econômica que se instalaram na região<sup>2</sup>, provocando assim, muitas mudanças no modo de vida das populações locais e, impactos profundos na organização dos grupos indígenas.

Os intelectuais em destaque eram lentes da inteligência nacional, agentes que exerceram funções distintas na região, configuravam-se em autoridades políticas (como aqueles que foram presidentes de província – Henrique de Beaurepaire Rohan e Couto Vieira de Magalhães), religiosa (o bispo do Pará, D. Antonio Macedo Costa), ou, ainda “analistas sociais” que atuavam em várias frentes (como era o caso de José Veríssimo que foi etnógrafo, jornalista e crítico literário). Contudo, a sua escolha remete às preocupações que tais autores demonstravam com o indígena, a necessidade de catequizá-lo, tornando-o de alguma forma, “útil para a nação”. A escolha, do mesmo modo, decorre da sua condição de pensadores e analistas sociais, envolvidos na estrutura social do Império e nos debates correntes no universo intelectual ocidental, como os debates sobre modernização e ciência.

Como se apresentavam em diferentes posições no campo intelectual, em função da temporalidade, dos vínculos (institucional, partidário e ideológico) e da função social de cada um, os letrados manifestavam distinções em seus discursos, que se relacionam com a sua posição no grupo intelectual e à sua vivência. Por isso, consideramos importante destacar que concebemos as formulações destes agentes como fruto de suas idéias e visões gestadas a partir

---

<sup>2</sup> Transformações que se relacionam com os temas que a historiografia sobre a região aborda como a chegada da navegação a vapor, a abertura do rio Amazonas, a expansão da economia da borracha e outros, que ensejaram grandes mudanças na região, e a colocam de forma singular na rota do capitalismo na internacional.

do pensamento erudito (o que depende de seu ofício e suas crenças), e a partir, da sua experiência com o empirismo da província.

No Segundo Império a província do Pará se apresentava nos relatos de viajantes, de um modo geral, como uma região cercada de “curiosidade e deslumbramento” em relação às suas características naturais e étnicas, pois abrigava em sua composição a marca da mestiçagem. Em meados da década de 1850, o setor produtivo era formado por diversas atividades, principalmente da extração dos gêneros, mas havia também a agricultura e o comércio, este viveu um reflorescimento desde a década anterior, com investimentos do governo provincial na melhoria das vias fluviais, dos portos e serviços urbanos.

Nessas tarefas empregava-se a mão-de-obra multiétnica: indígena, mestiça, negra, o que mostra a complexidade das relações de trabalho nesse âmbito, que estavam muito além da condição de ser livre ou cativo, incluía, por exemplo, a diversificação das atividades, pois a mão-de-obra não estava destinada a um único sistema produtivo. Nesse momento, o Pará estava controlado pelas forças imperiais se comparado ao período antecedente do movimento cabano, quando ocorreu um processo violento de lutas contra o poder do Estado. A ordem havia sido conquistada por meio da repressão e de eficientes mecanismos de controle dos grupos pobres livres.

Repousava ainda sobre ele, a imagem de um lugar “atrasado”, em vários níveis, por suas características produtivas que destoavam da monocultura exportadora (largamente utilizada no Sudeste), os baixos níveis de desenvolvimento social e econômico (inclusive a circulação monetária que era algo difícil até meados de 1850, quando aumenta o volume de capital na região); e, sobretudo, por apresentar um grande número de mestiços e abrigar ainda muitos grupos indígenas, os quais estavam presentes em todas as esferas na sociedade amazônica. Estas são algumas das questões que ocuparam os letrados que pensavam a província do Pará.

Assim, ao analisar os planos de catequese e civilização do indígena na região, colocamos em pauta as percepções que os intelectuais possuíam sobre as populações nativas da região, e os modos de transformá-las, em sua identidade e caráter, e como pensavam o próprio modelo de sociedade que se pretendia para o Brasil. Considerando, nesse sentido, as singularidades das relações sociais e econômicas da região e as transformações experimentadas ao longo do século XIX, podemos atentar como a categoria “civilização”, da qual os homens de letras eram porta-vozes, organizava as formas de perceber o Outro. O que

contribui para entender a trajetória das populações indígenas no Brasil, e como a intelectualidade conformava a civilização e seus paradoxos.

Portanto, esta dissertação apresenta-se como um estudo abrangente sobre a dinâmica da intelectualidade oitocentista, enfatizando os planos de civilização do indígena ao longo do Segundo Império, considerando os dispositivos legais criados pelo Estado Imperial para o trato com o índio. Adotando como horizonte social a província do Pará, destacando as percepções dos intelectuais como noções construídas de forma distinta, atravessada por vários fatores (de ordem política, ideológica e cultural) que alimentam a sua visão da realidade.

A intenção consiste em perceber os pontos de vista dos intelectuais, diante dos debates e tensões que se evidenciavam na província do Pará. As preocupações que ocupavam os intelectuais, em uma perspectiva nacional, como a formação da nacionalidade, a miscigenação, o trabalho, as práticas da civilização, ganhavam novos contornos, no cotidiano da província. Portanto, a experiência na província do Pará, tem uma relevância significativa na elaboração dos discursos e obras culturais dos homens de letras, em níveis diferenciados.

## Capítulos

O texto está dividido em três capítulos, o primeiro trata da caracterização do campo intelectual na dimensão do Estado Imperial, o segundo discute a situação das populações indígenas e sua participação na realidade amazônica, no terceiro analisamos as propostas de civilização indígena apresentadas pelos letrados na província. No primeiro capítulo, analisamos a construção do Estado Imperial em debate com a historiografia, colocando em pauta as condições históricas da província do Pará, para situar a formação do campo intelectual no Império e caracterizar a condição dos homens de letras nessa dimensão, portanto, é o momento de definir os conceitos que orientam nossas explicações, como a noção de campo intelectual e experiência histórica, discutindo as percepções e as visões dos letrados, a partir de seus discursos e obras.

No segundo capítulo, colocamos em foco as populações indígenas e sua inserção na dinâmica da vida amazônica, em todas as suas nuances, estabelecendo vínculos com a trajetória dos indígenas no relacionamento com as populações não índias desde a Conquista. Enfatizaremos sua participação na produção da vida material na província e suas influências culturais no restante da população, discutindo o tratamento dispensado aos índios durante a Colônia, os projetos de civilização e as práticas de catequese dispensadas aos nativos,



assinalando o processo de lutas que marcou a sobrevivência desses grupos nos contatos interétnicos. E, finalmente, abordando o lugar do indígena na sociedade Imperial, a partir das múltiplas representações que compunham o imaginário e as idéias sobre os “gentios”.

O último capítulo está destinado ao exame dos planos de civilização e catequese propostos pelos autores, que sugerem as medidas necessárias para definir o lugar do indígena. Inicialmente, faremos uma discussão sobre a categoria “civilização” em seu sentido oitocentista, ressaltando como esta idéia se expressava enquanto discurso e prática, destacando como tal categoria estava presente no imaginário dos bacharéis no Império. Partimos então para o exame dos planos de catequese, nos quais os agentes apresentavam projetos ou “soluções” para a questão indígena, gestados a partir da experiência histórica do cotidiano na província, conectados ainda com a rede de relações políticas e intelectuais com as quais, cada letrado dialogava.

### Aporte teórico

Determinados conceitos utilizados no texto merecem ser comentados. Procuramos situar os letrados na dimensão do campo intelectual, conceito formulado por Pierre Bourdieu, que se configura no espaço social, no qual os fenômenos funcionais e estruturais ocorrem de maneira específica em função de um capital específico, compartilhado pelos homens de ciência e conhecimento<sup>3</sup>. Cada grupo de intelectuais ocupa uma posição dentro do campo intelectual que se relaciona com o campo político e com as classes dirigentes, tal relação gera distinções e conflitos no interior do campo, este elabora ainda as visões e percepções do intelectual<sup>4</sup>. Contudo, estes elementos interagem com a realidade e a vivência desses agentes no cotidiano, assim, as formulações dos homens de letras são resultado da sua inserção no campo intelectual e sua experiência histórica. Desta forma, podemos pensar que a condição do intelectual está inscrita na confluência das concepções compartilhadas no campo, na formação e na experiência. Portanto, ao trazer esta noção para o contexto local, consideramos que os letrados são fruto dessa interação entre o campo intelectual e as questões gestadas em seu âmbito, e a experiência com o empirismo da província do Pará, em suas especificidades.

Para dar conta desta noção de experiência histórica, consideramos as reflexões de Edward Palmer Thompson, ao tratar das trajetórias literárias de autores inseridas nas

---

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 169-170.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. MICELI, Sérgio (Org.). São Paulo: Perspectivas, 1974.

mudanças políticas na Europa no final do século XVIII, que afetaram profundamente seu processo criativo e sua sensibilidade poética<sup>5</sup>. Tal reflexão apresenta as interações possíveis entre a atmosfera política e os movimentos políticos e ideológicos em voga, que influenciam a atividade literária dos homens de letras, o autor investiga a perspectiva histórica, presente em obras, tomando o autor como o sujeito engajado na vida social. Desta forma, o contexto social e o momento histórico são aspectos que geram tendências não apenas nas obras e no pensamento erudito, mas também na ação política dos autores, revelando a dimensão de sua experiência política. Ao tratar do Império Brasileiro, o qual constituía sua produção de conhecimento completamente imbricada nas questões políticas, percebemos que faz todo sentido estabelecer este elo entre a trajetória dos autores e os movimentos políticos e ideológicos, que se desdobraram nas obras e nos discursos dos intelectuais.

Apresentamos, portanto, uma análise do tempo histórico a partir dos seus agentes, dos construtores das idéias e dos elementos que ajudaram a sedimentar a nacionalidade, ou, um tipo de leitura sobre o país. Os letrados são em última instância, intérpretes do Brasil, cronistas do Império, que contribuíram para formar uma configuração social, através de idéias, memórias, símbolos e mitos, que muitas vezes se “perpetuaram” no imaginário brasileiro. Trata-se então, de um estudo sobre civilização, por meio dos homens que construíram e alimentaram esta idéia. A abordagem, portanto, da intelectualidade será desenvolvida em duas perspectivas fundamentais: do grupo intelectual, que constrói formas de apreender a realidade, com idéias e símbolos que são compartilhados na dimensão do campo intelectual; e, da experiência histórica, atuando como fator importante na construção da obra literária, da atividade intelectual e do literato enquanto sujeito político.

---

<sup>5</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Os românticos: A Inglaterra na Era revolucionária**. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

## **Capítulo I**

### **A condição intelectual no Segundo Império**

Neste capítulo trataremos do campo intelectual na província do Pará, enfatizando as figuras de Henrique de Beaurepaire Rohan, Couto de Magalhães, Antonio Macedo Costa e José Veríssimo, os autores dos projetos de civilização indígena. Serão citados ainda outros eruditos do Império ligados a vários movimentos políticos e culturais. Nesse sentido, analisamos as características da trajetória dos homens de letras como experiência, ofício, formação, a posição no campo intelectual, para entender seus discursos e suas percepções sobre a realidade da província.

Caracterizaremos os letrados estabelecendo um diálogo com a historiografia sobre o Segundo Império, destacando igualmente o processo histórico no Pará, para situar os homens de letras nas condições sociais locais. Ao estabelecer o debate historiográfico, ressaltamos as explicações sobre o lugar dos letrados no Império, a partir da construção e natureza do Estado Imperial, bem como com os temas de maior relevância no pensamento social brasileiro, especialmente aqueles que se relacionam com a formação da identidade e da nação: a mestiçagem, o nacionalismo, o liberalismo, entre outros. Em seguida, concentraremos nos discursos, documentos e obras dos autores selecionados, enfatizando sua individualidade (formação e vida), suas ações em âmbito público (debates em que estavam envolvidos e também vínculos institucionais), a fim de esclarecer suas percepções e pontos de vista. A intenção é identificar suas posições no campo intelectual do Império e as idéias com as quais dialogavam.

Consideramos que a atuação e os discursos desses letrados são atravessados por uma série de questões relativas à sua experiência, ao seu ofício, à realidade com a qual estavam em contato, e à sua posição no espaço social. Nesse sentido, alguns conceitos são capitais para a construção do argumento como a idéia de campo intelectual de Pierre Bourdieu, que toma uma dimensão fundamental na caracterização do intelectual, no âmbito do espaço social. Da mesma forma, a idéia de experiência histórica de Edward P. Thompson contribui ao situar a produção intelectual no centro dos debates de idéias e da ação política, elementos que se relacionam com as visões, projetos e posicionamentos dos letrados.

Deste modo, os autores serão percebidos enquanto agentes políticos, na produção do discurso e de obras culturais. Tais conceitos destacam a questão intelectual no Império no

tocante ao seu movimento e dinamismo. Dimensões que serão consideradas a luz dos documentos oficiais, como relatórios, correspondências, jornais e trabalhos autorais dos intelectuais, a fim de apreender o letrado, enquanto analista social, portador de um capital cultural e de uma experiência social, a qual interage continuamente com o universo de idéias em movimento, atmosfera que dominou o espaço literário e político do Império.

Assim, abordaremos os aspectos centrais da sociedade imperial tendo como eixo principal a vida intelectual no Brasil; nesse sentido, os aspectos políticos estão imbricados à atuação dos homens letrados.

### ***1 - As primeiras experiências políticas na gestão de uma intelectualidade nacional***

A sociedade Imperial e a conformação política que o Estado tomou no Segundo Império foram, em certa medida, produtos dos processos sociais decorrentes desde a Emancipação Política em 1822 até o Regresso Conservador em 1840, quando as elites ligadas à monocultura do café revogaram as medidas progressistas do Ato Adicional adotadas na Regência, retomaram a centralização do poder nas mãos do Estado e recorrem ao Imperador para a restauração da ordem social e política<sup>6</sup>. Os intelectuais, por sua vez, viveram intensa atividade política durante as convulsões sociais que agitaram a primeira metade do século. A constituição do Estado Imperial contou com a participação dos agentes de letras, eruditos, ligados, na maioria das vezes, ao governo e às elites. Esta relação começou a ser cultivada nesse período e se consolidou no Segundo Império.

Nesta seção nos interessa analisar como os processos sociais em curso contribuíram para a gestão da aliança entre Estado e elites, relação intrínseca que caracteriza a sociedade brasileira do Segundo Império e no interior da qual os intelectuais se equilibraram e produziram suas idéias. Este contrato social foi o cerne da manutenção de estruturas coloniais como a escravidão e a monocultura, um dos fatores que motivou a constante adaptação de idéias e teorias em voga no mundo ocidental realizada pelos letrados brasileiros.

O processo de Independência dos países latino-americanos ocorreu na primeira metade do século XIX, inserido em um amplo movimento de lutas contra as forças metropolitanas, o

---

<sup>6</sup> Ver: DOLHNIKOFF, Miram. **O Pacto Imperial**: As origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Globo, 2005; BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). **O Brasil Imperial** vol. I - 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

que representou o esgotamento do sistema colonial e das estruturas do Antigo Regime<sup>7</sup>. Na América espanhola, as classes dirigentes européias deram lugar às Repúblicas fragmentadas do território espanhol, controladas muitas vezes pelas elites agrárias locais<sup>8</sup>. No Brasil, a Independência seguiu rumos diversos aos dos vizinhos. Enquanto nos vice-reinados espanhóis o passado colonial passou a ser combatido por representar os tempos do Antigo Regime, no Brasil, as mudanças políticas e sociais trazidas pela emancipação apresentaram fortes traços de continuidade.

Sendo assim, boa parte da historiografia produzida no século XX, sobre a Independência da colônia portuguesa na América, entende o processo como parte da conjuntura internacional de desenvolvimento do capitalismo, que varreu as estruturas coloniais que ainda persistiam, o que nos remete a trabalhos como os de Caio Prado Junior<sup>9</sup>, Fernando Novaes<sup>10</sup>, Emilia Viotti<sup>11</sup> e Otávio Ianni<sup>12</sup>. Nesse sentido, o processo de emancipação política é enfrentado a partir da ordem internacional capitalista.

Segundo Emilia Viotti da Costa, que aprofundou as relações entre as elites agrárias e a lógica de exploração escravista, as elites controlaram todo o processo de Independência para garantir sua posição de mando na estrutura política.<sup>13</sup> Para a autora, as oligarquias adaptaram o ideário liberal de acordo com seus interesses, num primeiro momento para livrar-se do jugo colonial, no entanto, mesmo com a apropriação de idéias liberais, procuraram manter o caráter conservador da estrutura social brasileira que vigorou até o final do Império<sup>14</sup>.

A incompatibilidade de elementos de antigo regime (como a escravidão e a própria conservação da Monarquia como regime) com o ideário liberal, em voga no século XIX, representa o principal argumento dos autores citados para sugerir que o capitalismo não se

<sup>7</sup> Segundo Fernando Novais, o sentido da Independência no Brasil estava relacionado com o macro-processo da crise do antigo sistema colonial. Assim, a pressão causada pelo avanço do sistema capitalista provocou o esgotamento do modelo colonial em toda a América Latina. In: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986; NOVAIS, Fernando Antônio. As dimensões da independência. In: Carlos Guilherme Mota (Org.). **1822 - Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 15 a 20.

<sup>8</sup> Sobre o processo de Independência na América Latina, ver a coleção organizada por Leslie Bethell: **História da América Latina: Da Independência a 1870**. Vol III. Leslie Bethell (org.). São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 226-230.

<sup>9</sup> Caio Prado Junior inaugurou as análises marxistas em relação aos processos sociais brasileiros, a composição do Estado Imperial e a sociedade oitocentista foram estudados a partir das grandes estruturas e instituições, como a escravidão, o clientelismo, a política conservadora, e foram pensadas mediante a lógica econômica internacional. In: PRADO JUNIOR, Caio. **História do Brasil contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>10</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. 1986. Op. Cit., p. 15-20.

<sup>11</sup> COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 1998.

<sup>12</sup> IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

<sup>13</sup> COSTA, Emília Viotti. 1999. Op., Cit.

<sup>14</sup> Idem, p. 9-12.

desenvolveu plenamente no Brasil, mediante as contradições resultantes das interações entre formas econômicas arcaicas e modernas.

Muito embora, além dos aspectos estruturais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o quadro interno da Emancipação fosse muito mais complexo, as diversidades de grupos sociais, interesses e regiões, envolvidos com a Independência, tornaram-no um processo extremamente multifacetado e que ultrapassou o controle das elites, pois nem mesmo estas eram coesas.

Maria Odila Dias entende que a emancipação começa com a vinda da Corte Portuguesa para a Colônia e a opção de criar um novo Império. Com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul, tal processo representou uma ruptura com os setores políticos do velho reino<sup>15</sup>. O contato com a administração e a política portuguesas na colônia interferiu profundamente no modo de conduzir o processo político a partir de 1822. Para autora, o engajamento de ilustrados brasileiros a serviço da Corte portuguesa, ou imersos no aparelho administrativo da colônia, foi fundamental para moldar a geração da Independência. Esta inserção marcou profundamente a elite política do Primeiro Reinado, influenciando a consolidação do Império, principalmente na constituição de uma imagem do Estado nacional que se sobrepunha aos interesses locais<sup>16</sup>.

Desta forma, os intelectuais que atuaram no processo de Emancipação se valeram, em certa medida, dos próprios aparelhos coloniais para elaborar a estrutura administrativa e jurídica do novo Estado. Ou seja, a experiência administrativa e política da Colônia ficou enraizada na nova organização.

A participação das elites nacionais nesse processo ocorre, de um lado, no apoio à ideologia liberal para fundar os argumentos da autonomia política, de outro, a fim de garantir a permanência de um modelo econômico arcaico que gerava grandes desigualdades no país. Assim, o liberalismo no Brasil teve uma ocorrência limitada. O processo de separação, agregado aos princípios da ordem social e na manutenção do *status quo* senhorial, impunha limites às reformas liberais.

Lúcia Maria Bastos P. Neves comenta que às vésperas da Independência, dezenas de panfletos e periódicos com caráter liberal circulavam por todo o Império, o que fundamentou os discursos políticos e a retórica dos intelectuais. Porém, depois da Emancipação, o discurso liberal não se transformou em ação política, mas foi utilizado para garantir os interesses da

---

<sup>15</sup> DIAS, Maria Odila L. da S. **A interiorização das metrópoles e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2009, p.12.

<sup>16</sup> DIAS, Maria Odila L. da S. Op. Cit., p.36-37.

classe senhorial<sup>17</sup>.

Com a Independência, novas práticas culturais e formas de sociabilidades foram surgindo para dar sentido às idéias de nação e cidadão. Assim, os vários segmentos sociais davam significados distintos para a afirmação da nacionalidade. Gladys Sabina Ribeiro, analisando a formação das identidades na Corte após 1822, destaca a importância da figura do lusitano para asseverar o nacionalismo e os princípios de cidadania e liberdade<sup>18</sup>. A autora defende que no Primeiro Reinado a causa nacional, envolvendo vários atores sociais, se converteu também em luta pela liberdade, por parte da gente de cor, deste modo, após a Emancipação as lutas sociais que vieram à tona tinham um caráter racial e de classe. Camadas mais pobres da população carioca, principalmente de forros, mulatos e pardos, apropriaram-se da condição independente a partir de suas demandas por liberdade e cidadania.

A presença de portugueses representava uma ameaça à constituição do elemento nacional e uma concorrência aos grupos mais pobres, pois ambos disputavam espaços na luta pela sobrevivência. Assim, as manifestações de identidade ganharam sentido no *antilusitanismo*, ao mesmo em tempo que as revoltas e as reivindicações dos elementos populares no Rio de Janeiro se revestiam de uma luta pela liberdade. Desta forma, a identidade nacional, sob essa vivência da busca pela liberdade e do antagonismo em relação ao estrangeiro, tornou-se uma expressão do cotidiano no qual os confrontos raciais e sociais se transformavam em bandeiras nacionais<sup>19</sup>.

Portanto, as apreensões dos sentidos e dos significados da Independência foram plurais, em decorrência da ampla gama de atores sociais que tentavam se afirmar e impor suas demandas, além das especificidades regionais. Se na Corte a diversidade era grande, este quadro se torna ainda mais complexo quando consideramos as experiências provinciais. A autora ressalta que a perseguição aos portugueses, na maioria dos seqüestros de bens, por exemplo, “tinha motivações locais e ligava-se à formação da nação, em suas regionalidades”, principalmente nas províncias, onde a “guerra das independências” foi mais feroz, como no Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia, nas quais houve necessidade de contratação de exércitos estrangeiros para a pacificação<sup>20</sup>.

Os processos regionais de Independência agitaram as várias províncias e

<sup>17</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e Participação política na época da Independência do Brasil. *Caderno Cedex*, Campinas, v. 22, n. 58, dezembro/2002, p.47-64.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. O tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In: **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes. José Murilo de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 411.

multiplicaram as experiências políticas nos anos de 1820. Além disso, as elites, os grupos subalternos e a intelectualidade regional propuseram suas demandas<sup>21</sup>. No caso do Pará, os eventos nos anos 1820 tomaram feição peculiar e deram início a um longo processo de intensos debates políticos e tensões sociais, envolvendo militares, governo, ativistas políticos e populares, que só vão arrefecer com a repressão à Cabanagem a partir de 1836. Esse período caracteriza os primeiros anos do pensamento liberal na Amazônia<sup>22</sup>.

Na primeira metade do século XIX, o Pará estava mais ligado a Portugal do que à própria Corte no Rio de Janeiro. A presença maciça de portugueses na província revelava uma importância crucial desses atores no comércio e na política local, o que denotava que Portugal e Grão-Pará estavam fortemente conectados. Assim, os eventos que se desenrolavam na Corte lusitana logo eram sentidos na capitania. O que explica o fato da Revolução Constitucionalista do Porto, que ocorreu em Portugal em 1820, ter provocado conseqüências diretas na vida política do Pará<sup>23</sup>. A Revolução do Porto constituiu a primeira experiência liberal portuguesa e seus desdobramentos caracterizaram o Vintismo no Pará.

A Revolução do Porto foi proclamada no Pará em 1821. Grupos de comerciantes e militares portugueses, além de um grupo de bacharéis, aderiram ao movimento, embora por diferentes motivos. A ação destes intelectuais que nos revela como o liberalismo vintista foi materializado na experiência política do Grão-Pará.

A atuação de jovens liberais, como Felipe Patroni e João Batista Campos, manifesta no primeiro jornal do Pará, *O paraense*, à época do movimento, rendeu uma atmosfera de intenso debate político e uma rica aprendizagem do ideário liberal entre as camadas letradas da população. As ações desenvolvidas no Porto e aquelas que ocorriam no Pará estreitavam as experiências políticas e ideológicas entre os espaços. Geraldo Mártires Coelho, ao analisar o nascimento da imprensa no Norte, afirma que este clima liberal sob o signo da Regeneração de 1820 foi fundamental para subsidiar as transformações mentais e políticas no Pará de

---

<sup>21</sup> Para saber acerca do processo de Independência na Bahia consultar: REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: “O partido negro na Independência da Bahia”. In: **Negociação e conflito, resistência negra no Brasil escravista**. Eduardo Silva; João José Reis (Orgs). São Paulo: Cia das Letras, 1989; Em Pernambuco, ver: CARVALHO, Marcus. Clientelismo e Contestação: o envolvimento dos índios de Pernambuco nas brigas dos Brancos na época da Independência. In: John Manuel Monteiro; Francisca L Nogueira de Azevedo (Org.). **Confronto de Culturas: Confronto, Resistência, Transformação**. São Paulo: EDUSP/Expressão e Cultura, 1997.

<sup>22</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. O processo de Independência no Norte. In: Carlos Guilherme Mota (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

<sup>23</sup> Este movimento, também chamado de Regeneração, ocorreu na cidade do Porto em 1820, quando o rei de Portugal D. João VI ainda vivia na colônia brasileira. Os militantes reivindicavam principalmente o retorno do rei para Portugal, a introdução de um sistema constitucional que limitasse a atuação do monarca e instaurasse um conjunto de leis civis.



1820-1823. O Vintismo foi um movimento o qual fez surgir novas realidades mentais no Grão-Pará<sup>24</sup>.

Felipe Patroni surge nesse cenário, não por acaso. Estudou em Coimbra até 1820, atuou na imprensa lusitana e conhecia o projeto da Revolução Constitucionalista, estava, portanto, familiarizado com os princípios liberais e se apresentava às autoridades e lentes paraenses como liberal<sup>25</sup>. Ao chegar ao Pará, imbuído da vivência do processo revolucionário, criou *O paraense*, periódico que será o veículo dos ideais vintistas, introduzindo uma nova linguagem política.

Segundo Geraldo Coelho, a experiência de Patroni nos meios intelectuais de Lisboa foi determinante no caráter do seu jornal, o discurso de *O Paraense* estava revestido do tecido ideológico do Vintismo, que ajudou a formar a opinião pública e a iniciar um processo de ideologização da sociedade paraense<sup>26</sup>. Ou seja, foi um instrumento de pedagogia política nas bases do liberalismo constitucional vintista. Portanto, as práticas e o discurso do editor do primeiro jornal do Grão-Pará estavam pautados em sua vivência do processo liberal português.

Desta forma, *O Paraense* marca um momento significativo da formação política e da história intelectual do Pará: primeiro porque traz à baila as disputas em torno do exercício do poder na região (principalmente entre militares e negociantes portugueses) em pleno momento de contestação das estruturas coloniais; segundo, o jornal abre uma via para a formação da opinião pública e da aprendizagem política. Suas páginas, carregadas do ideário liberal vintista, defendiam a coisa pública no bom uso da máquina administrativa, opondo-se ao autoritarismo militar que reinava na capitania<sup>27</sup>.

Sendo assim, o Vintismo foi utilizado tanto pelos dirigentes militares quanto pelos liberais. Nesse processo, a ação da imprensa foi fundamental para propiciar a introdução do liberalismo no tecido mental da sociedade paraense e projetar mudanças ao nível político<sup>28</sup>, além de manifestar um caráter revolucionário, ao se opor aos instrumentos da ordem colonial.

---

<sup>24</sup>COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**, A imprensa Liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993. p. 20, 297.

<sup>25</sup> Idem, 23-24

<sup>26</sup> Ibidem, p. 26-27.

<sup>27</sup> As autoridades militares identificavam *O Paraense* como símbolo de um projeto independizante. Assim, associavam liberdade de imprensa à divulgação de um suposto nacionalismo incitado pelos editores do jornal. Desta forma, o brigadeiro José Maria de Moura justificava às Cortes Gerais de Lisboa o perigo da livre imprensa no Pará, que ameaça os interesses dos grupos políticos que dominavam a administração da capitania. A liberdade de imprensa, portanto, afetava o controle do poder no Grão-Pará. Esta associação de *O Paraense* com um projeto separatista, inclusive em consonância ao sistema que se organizava no Rio de Janeiro, foi uma imagem criada pelas autoridades militares da colônia. Ibidem, p. 27-29

<sup>28</sup> Idem, p. 29.

O Vintismo constitui, então, um momento fundamental da atividade intelectual no Pará oitocentista que provocou mudanças mentais e sociais, pois princípios semeados pelo Vintismo paraense serão re-significados durante a Regência, inclusive por editores do próprio *O Paraense*, como o cônego Batista Campos.

Mesmo depois província ser pressionada a aderir ao Brasil independente em Agosto de 1823, a instabilidade política no Grão-Pará não arrefeceu: os motins pelo interior prolongaram o clima de desordem na região; e as insatisfações populares se voltavam principalmente contra o poder local e seus mecanismos de controle. Ao narrar os anos do primeiro Império no Grão-Pará, Antonio Domingos Raiol enfatizou as articulações políticas, a atmosfera de conspiração e o controle social que havia na província, ambiente convulso que culminou na Revolução Cabana em 1835.

O governo de Dom Pedro I não conseguiu controlar as disputas políticas em torno do poder entre os diversos grupos, menos ainda dirimir as tensões sociais que se espalhavam nas províncias. Este quadro desencadeou uma crise política generalizada para o Imperador, que o levou a renúncia do Trono em 1831. Desse modo, a primeira década do país independente trouxe pouca segurança e progresso para as classes dirigentes, ou melhorias para os grupos marginalizados. O período de Vacância do Trono abriu espaço para a formulação de projetos nacionais e despertou a preocupação constante com a ordem social.

O liberalismo vintista na Amazônia representa um momento importante da história intelectual, porque inaugura um dos principais veículos de divulgação e debates de idéias ao longo de todo o Segundo Império: a imprensa. Além disso, demonstra o processo de apropriação de idéias liberais, dialogando com especificidades locais, em uma interação constante entre experiência local e ideologia, que fundamentou em grande medida a atividade intelectual oitocentista. Este movimento de aplicação das idéias européias em ambiente americano, mediante adaptações, foi uma constante para os letrados a partir de 1850.

As experiências de Emancipação foram múltiplas considerando que ao entrar em contato com contextos políticos locais, os princípios separatistas eram re-significados. Do mesmo modo, a heterogeneidade de grupos sociais envolvidos com a questão tornou a apropriação dos pressupostos liberais um instrumento de transformação que poderia atender diretamente às demandas específicas de cada grupo<sup>29</sup>. Portanto, o sentido da Independência variava para grupos de negros, índios, intelectuais liberais, senhores de terras, portugueses residentes no Brasil e outros.

---

<sup>29</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. Cit.

Àquela altura já era notória uma aproximação entre proprietários de terras, e escravos, e a administração política na Corte. Tais grupos, ligados à monocultura, buscaram no liberalismo e na Emancipação política o estado necessário para o desenvolvimento de seus negócios sem a interferência das regras coloniais e, na conservação de elementos do antigo regime como a monarquia e a escravidão, buscaram a manutenção do *status quo* das elites e da ordem social. De outro lado, a permanência da Corte portuguesa no Brasil engendrou um processo de aprendizagem administrativa e política que subsidiou as pretensões separatistas e a organização do Estado no Primeiro Império<sup>30</sup>. Os grupos sociais que ocuparam postos no quadro da administração do Estado após a Emancipação estavam ligados à monocultura escravista e à velha estrutura da administração colonial.

Os primeiros grupos de intelectuais nacionais emergiram desta linhagem, que são identificados como a geração da Independência, letrados atuantes neste processo ou que foram herdeiros deste legado durante a Era Regencial. Muitos estudaram na Europa e, quando retornaram ao Brasil, foram incorporados ao governo, iniciando também sua vida política<sup>31</sup>. É o que ocorre com José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>32</sup>, Felipe Patroni e outros celebrados na memória nacional. Portanto, a participação de grupos ligados à agroexportação no corpo dirigente da nova nação começa a se organizar após a Independência. Nesse momento, o campo político estava em disputa, fato que acabou se aprofundando na Regência entre Caramurus, Conservadores, Liberais, federalistas e unitaristas.

A Era Regencial é ressaltada por sua instabilidade política e social, marcada por desordens que ameaçaram o Império e a unidade nacional, como as revoltas provinciais e a efemeridade dos governos regenciais<sup>33</sup>. Porém, os movimentos sociais e políticos não eram apenas sinais de crise, possuíam dimensões ideológicas e práticas importantes<sup>34</sup>. Para Marcelo Basile, a própria saída do Imperador em 1831 já indicara uma movimentação política mais intensa. Ele argumenta que o “7 de Abril de 1831” foi precedido por uma série de protestos e participação das “massas” nas ruas, o que tornou-se um evento emblemático, pois consagrou o

<sup>30</sup> DIAS, Maria Odila L. da S. Op. Cit.

<sup>31</sup> A Universidade de Coimbra teve um papel importante na formação dos intelectuais. Ruth Gauer aponta que grande parte dos idealizadores e articuladores da nacionalidade e do Estado Brasileiro estudou em Coimbra. Desta forma, houve uma tradição coimbrã que se expressou na organização do Império, principalmente na legislação. GAUER, Ruth Maria Chittó. **A influência da Universidade de Coimbra na formação da nacionalidade brasileira**. Tese de Doutorado em História. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995, p. 79.

<sup>32</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos, também educado em Coimbra, foi autor do Código Criminal de 1830. Segundo Mozart Linhares da Silva, o autor se valeu de um aproveitamento da cultura jurídica lusitana no texto da lei, pois, o regimento possuía um caráter liberal, inspirado no moderno espírito jurídico, cultivado nas doutrinas de Direito coimbrãs. SILVA, Mozart Linhares. **Do império da Lei às grades da cidade**. Porto Alegre: Edipuc- RS, 1997, 86-87.

<sup>33</sup> BASILE, Marcelo. Op. cit, p. 55.

<sup>34</sup> Idem, p. 59.

espaço público como arena de lutas para diversos grupos sociais, impondo novas formas de atuação política. Desta forma, a vida intelectual se intensificou em todo Império frente às necessidades de organização do Estado e à conquista de novos instrumentos (como a imprensa e as associações) para a promoção dos debates e da ação política.

As disputas entre os grupos políticos revelaram a diversidade de projetos para o Estado nacional<sup>35</sup>, nos quais se discutiam as reformas constitucionais para o fortalecimento do Estado, a manutenção da unidade nacional, a participação das elites no poder e outros temas. Em tais debates, estava em disputa o grau de liberalismo mais conveniente para o país. Porém, na prática do exercício do poder, durante a composição das Regências, a tendência moderada se sobrepôs às demais<sup>36</sup>.

O Ato Adicional de 1834 foi considerado um importante instrumento de progresso na política imperial e trouxe algumas reformas liberais para o país que, no entanto, duraram pouco. Tais mudanças logo foram revogadas sob o argumento de que não fora possível manter a ordem social mediante as reformas. Um dos pontos fulcrais dessas discussões era o grau de autonomia das províncias. As elites regionais reivindicavam maior liberdade dentro de seus respectivos espaços de atuação, medida que enfraquecia o controle político e econômico da Corte.

O impasse nas relações de poder entre as províncias e a Corte e as disputas intra-elites tornou-se uma ameaça para a manutenção da unidade do Império. Segundo Miriam Dolhnikoff, esta questão foi negociada entre as elites regionais e o poder central com a implantação do “pacto imperial”. Esse acordo procurou ajustar as elites provinciais dentro dos quadros do poder Imperial, tais grupos se acomodaram na garantia de que teriam uma autonomia significativa para administrar suas províncias, ao mesmo tempo que asseguravam sua participação no poder central através de representação na câmara dos deputados<sup>37</sup>; Ou seja, as elites regionais não foram neutralizadas pela centralização imposta, o grau de autonomia foi algo negociado naquele momento. Assim, a autora considera que o modelo

---

<sup>35</sup> Os partidos que disputavam o poder se dividiam em Liberais moderados, Liberais exaltados (ambos fizeram oposição ao Imperador) e os caramurus. Os três grupos eram adeptos das idéias Liberais, mas em graus diferentes: os *moderados* defendiam reformas político-institucionais que não ameaçasse a ordem social; os *exaltados* se alinhavam ao liberalismo radical, um perfil mais jacobino, que combinava princípios liberais com idéias democráticas; e, finalmente, os *caramurus*, ligados a vertente mais conservadora do liberalismo, opunham-se a qualquer mudança na constituição de 182 e defendiam uma monarquia extremamente centralizada. *Ibidem*, p. 59-61.

<sup>36</sup> Os nomes que compunham as Regências eram todos moderados. Na Regência Trina Provisória: o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e os senadores, Nicolau Pereira de Campos vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos; na Regência Trina Permanente: Lima e Silva, e os deputados João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho. *Idem*, p. 60.

<sup>37</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.*, p. 14.

institucional federalista saiu vitorioso, pois, mesmo depois das reformas conservadoras em 1840 (que anulou as reformas liberais do Ato adicional), este modelo permaneceu<sup>38</sup>.

Tal arranjo institucional criado na Regência terá sua continuidade no Segundo Império, afinal a representação das elites provinciais a nível regional e nacional será garantida, ainda que esta representação fosse desigual para as províncias.

Nota-se que, desde a sua gestação, o Estado brasileiro no século XIX viveu essa constante tensão entre o conservadorismo de velhas práticas administrativas e amostras de um espírito progressista, com a adoção de princípios liberais. As revoltas e revoluções que se seguiram nas províncias e na Corte, desde 1831, se transformaram em fortes motivações para os conservadores para frear as reformas progressistas e promover o retorno ao Regresso Conservador, em 1837<sup>39</sup>. Este retorno serviu para definir os rumos políticos do segundo Império. O clima de agitação social e de intensa panfletagem despertou o temor das elites de uma revolta generalizada. Reforçar a autoridade e o poder da figura do Imperador, garantindo os espaços de atuação das elites no corpo dirigente foi a forma escolhida pelas oligarquias e pelo próprio Estado, para conter as tendências reformistas e revolucionárias desencadeadas após o Ato Adicional.

O Pará regencial foi marcado pelo estado revolucionário de grandes proporções na Amazônia. Segundo Marcelo Basile, a Cabanagem foi a revolta popular de maior impacto no Império, que tinha um perfil liberal exaltado, mas sem um programa de governo definido, o que prejudicou em maior parte a manutenção dos governos cabanos<sup>40</sup>. Camadas de baixa condição social, como seringueiros, caboclos, lavradores e outros, tomaram o poder na província em 1835, através de lutas sangrentas que custaram cerca de 20% da população da província.

Nesse período, o Liberalismo foi revitalizado e ajudou a formular o ideário do movimento. Vicente Salles, ao se debruçar sobre o contexto político-ideológico da Cabanagem, ressaltou a importância dos intercâmbios ideológicos, o *tráfico de idéias* entre o Pará e Caiena, relação que gerou uma pedagogia do Liberalismo na Amazônia, visto que a

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>39</sup> O Regresso ficou conhecido como o movimento de retorno aos princípios conservadores, que anularam muitos dos avanços trazidos pelo Ato Adicional. Representado por um bloco de políticos egressos principalmente dos partidos *Caramuru* e *moderados*, esta reação visava retomar a ordem político-institucional que existia antes das reformas. A desordem do Império foi creditada às mudanças trazidas pelo Ato Adicional, que foram consideradas avançadas demais para as condições do país, depois da explosão dos movimentos revoltosos, a principal medida do Regresso foi concentrar novamente o poder na Corte e diminuir a autonomia das províncias. Os regressistas defendiam um processo de reformas mais lento e gradual que não ameaçasse o princípio da ordem. In: BASILE, Marcelo. Op. Cit., p. 92, p. 95-97.

<sup>40</sup> BASILE, Marcelo. Op. Cit., p. 70.

Guiana Francesa estava influenciada pela atmosfera revolucionária. Assim, idéias e práticas políticas foram introduzidas no Pará também através de Caiena. O autor considera ainda, que este perfil liberal vinha amadurecendo desde o movimento Vintista nos anos 1820 e na Cabanagem explodiu<sup>41</sup>. Interessante notar como a experiência do Liberalismo vintista, de fato, possui certa continuidade em relação à Cabanagem, ao menos em relação ao ideário, afinal um dos líderes intelectuais da revolução fora redator do *Paraense*, o cônego Batista Campos.

Antonio Domingos Raiol destaca que Batista Campos, mesmo antes da revolução, acumulava adversários políticos e incomodava as autoridades locais. Eles acusavam-no de ser entusiasta da Confederação do Equador, em Recife, e de elogiar abertamente as idéias democráticas<sup>42</sup>. As idéias de Batista Campos eram contrárias ao sistema político de Império, o que o levou a ser perseguido e preso. Imbuído de princípios democráticos, tornou-se um formador de opiniões e opositor do governo, além de ter sido também um dos principais articuladores ideológicos do movimento cabano.

Outra faceta importante do movimento cabano se relaciona com sua composição étnica. A frente revolucionária contava com homens e mulheres das camadas baixas da população, mas que se aglutinavam sob grande diversidade. Para Luís Balkar Pinheiro, a heterogeneidade social e étnica tornava o movimento muito mais complexo e multifacetado. Os cabanos continham contradições profundas em sua composição e grupos distintos apresentavam demandas muito particulares. Desta forma, “os antagonismos expressivos se materializavam tanto vertical como horizontalmente”, ou seja, os conflitos existiam a nível horizontal entre os próprios membros em função da heterogeneidade das categorias sociais envolvidas<sup>43</sup>. Desse modo, o movimento ultrapassava oposições tradicionais entre mestiços versus brancos, brasileiros versus portugueses<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Para Salles, a Cabanagem não foi um simples movimento anárquico, tomou verdadeira forma de mutirão guerreiro, contrariando a concepção de que a ação cabana foi aleatória, para ele, o movimento foi consciente e organizado como uma luta de classes, a qual opunha os sem-terra e os proprietários; antagonismos que vinham sendo construídos desde a Colônia e, na Cabanagem, explodiram. In: SALLES, Vicente. **Marxismo, Socialismo e os militantes excluídos**. Capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001, p.21-29; SALLES, Vicente. As forças políticas na Cabanagem. In: **Amazônia Além dos 500 Anos**. Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira (orgs.). Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, 2005, p. 228-230.

<sup>42</sup> Batista Campos foi enviado à prisão na Corte em 1825, acusado de subversão. Era também simpatizante do governo de Paes de Andrade, presidente da província de Pernambuco à época da Confederação do Equador. In: RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos 1821-1835**. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1865, p. 177-181.

<sup>43</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da Revolta: Trajetória, lutas e tensões na Cabanagem**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1998, p. 383-388.

<sup>44</sup> Idem.

A questão étnica é fundamental para a compreensão da dinâmica social na região amazônica, além de ter se tornado um dos pilares do racismo científico e das idéias de mestiçagem discutidas nos anos sessenta e setenta pelos intelectuais.

Ainda sobre o perfil do movimento cabano, Magda Ricci chama a atenção para a relação dos cabanos com seus líderes nos nove meses do ano de 1935 em que a população pobre da província do Pará tomou o poder. Ao analisar a identidade revolucionária cabana, a autora sustenta que “parte significativa da experiência de classe entre os cabanos teria surgido em sua relação com os seus líderes, dentro do processo revolucionário”. Desta forma, desenvolveu-se uma aprendizagem de luta baseada na própria experiência dentro do movimento<sup>45</sup>.

Segundo ela, há um sentido mais amplo na aclamação e na queda dos quatro presidentes cabanos – Felix Clemente Malcher, Francisco Vinagre, Antonio Vinagre e Eduardo Angelim. Os acontecimentos ao longo de 1835 contribuíram para organizar as estratégias de luta dos cabanos, destas práticas nascia sua aprendizagem revolucionária. A vivência do movimento forjava, de acordo com os interesses dos cabanos, os discursos e as ações dos líderes, das autoridades imperiais e religiosas, na construção dos seus mecanismos de luta<sup>46</sup>. Desta forma, mesmo depois da “pacificação” sangrenta de Belém pelo general legalista Soares de Andrea, as ações cabanas continuaram pelo interior da Amazônia reinventando suas estratégias de luta.

A Cabanagem significou um momento de amplas experiências políticas que envolveram todos os grupos da província, o que acirrou profundamente as disputas sociais em sua expressão mais violenta e modificou também a estrutura de poder no Pará. O movimento representou uma parcela das manifestações regionais de insatisfação em relação à situação do Império e à condição social da maioria da população, durante a Regência.

A experiência regencial trouxe para a cena política grupos que até então estavam longe na cena política, como os grupos médios urbanos nos quadros dos liberais exaltados. Nesse sentido, Marco Morel argumenta que este momento pode ser definido como um laboratório político e social, no qual foram elaboradas as mais diversas fórmulas políticas e engendraram-se várias experiências com amplo leque de atores sociais<sup>47</sup>. Como afirmou Basile, o espaço público se consagrou como uma dimensão política e de mobilização social, espaço para a

---

<sup>45</sup> RICCI, Magda. Cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840, **Tempo**, Niterói, 2007, vol.11, no. 22.

<sup>46</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>47</sup> MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005, p. 9.

“guerra de opiniões” e “guerra de doutrinas”<sup>48</sup>. Desta forma, as experiências intelectuais se ampliaram por estes âmbitos, colocando os diferentes projetos de nação na ordem do dia.

O crescimento das associações e o desenvolvimento da imprensa permitiram que os projetos de nação e as ideologias se expandissem por diversas camadas sociais. As identidades políticas se confundiam com os perfis intelectuais, principalmente antes de 1835, muitos nomes importantes do pensamento nacional, como Teophilo Ottoni (liberal exaltado), Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga, entre outros, ganharam força nesse momento. O desenvolvimento da imprensa vinculava-se às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública. Tal fenômeno ocorreu em várias províncias; jornais e panfletos exerceram uma pedagogia política ao difundirem amplamente as idéias dos grupos que representavam<sup>49</sup>.

O liberal moderado Evaristo da Veiga atuava em várias frentes<sup>50</sup>, veiculando o ideário moderado em oposição a qualquer forma de tendência jacobina. Lucia Maria Paschoal Guimarães destaca como a ação de Evaristo da Veiga era incisiva na divulgação de uma doutrina moderada na primeira metade do período regencial, ao lembrar que Joaquim Nabuco afirmou que o deputado exerceu “verdadeira ditadura de opinião”<sup>51</sup>.

Portanto, houve um processo de politização e conscientização das ruas. As revoltas regenciais são parte desse processo, havia elementos ideológicos que formava os líderes, os membros das elites regionais e as camadas populares. O liberalismo, que desde a Independência tem um papel ideológico marcante no Império, era o ideário o qual abarca de modo geral, em vários aspectos, os anseios dos grupos em seus regionalismos e demandas específicas.

A apropriação do ideário liberal no Brasil foi feita de forma seletiva, durante a Regência. As mudanças na Constituição de 1824, com o Ato Adicional 1834, referendavam princípios liberais, inclusive de viés federalista, como a criação das assembleias legislativas provinciais, a divisão das rendas públicas e maior autonomia provincial. Porém, mediante as ameaças à ordem social, camufladas por meio do temor sentido por parte das elites de que

<sup>48</sup> BASILE, Marcelo. Op. Cit., p. 97.

<sup>49</sup> Idem, p. 65.

<sup>50</sup> Evaristo da Veiga era deputado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1828-1836), proprietário e editor da *Aurora Fluminense*, acumulava ainda a condição de membro-fundador da *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência*, grêmio no qual ocupou o cargo de primeiro secretário da mesa diretora e era responsável pela publicação da Sociedade, *O homem e a América*, que circulou até 1833. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: Lucia Maria Paschoal Guimarães; Maria Emilia Prado (Orgs.). **O liberalismo no Brasil: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001, p. 112-113.

<sup>51</sup> Idem.



uma grande revolução no Brasil acontecesse, as reformas liberais foram freadas. Isso demonstra o quanto a vivência das ideologias na realidade social foi capaz de remodelar certas concepções, foi a prática política que estabeleceu os limites e as possibilidades de apropriação do credo liberal<sup>52</sup>.

O comportamento político e intelectual de Bernardo Pereira de Vasconcelos expressa bem o tipo de liberalismo moderado que o Brasil produziu, pois ao elaborar o Código Criminal de 1830, dotou-o de concepções consideradas modernas e baseadas em um liberalismo jurídico como vimos anteriormente (nota 27). Além de que, mesmo à época da criação do Ato Adicional, Bernardo de Vasconcelos foi um dos entusiastas das reformas. Por outro lado, diante da crise ao final da Regência, ele atuou como um conservador, como um elemento do Regresso, tomando a frente o Gabinete em 1837, juntamente com Rodrigues Torres (na regência de Araújo Lima). Ambos, àquela altura, migraram da fileira dos liberais moderados para engrossar o grupo dos regressistas. Fica clara, então, a opção dele pelo Regresso, em sua famosa justificativa sobre a mudança de posição:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. (...) Fui revolucionário; agora é chegada a hora de breçar o carro da revolução<sup>53</sup>.

O Regresso foi a origem do partido conservador do Segundo Império. Contudo, o comentário do senador e sua mudança de posição nos chamam atenção para uma feição importante da atividade intelectual. Ao considerar que o “aspecto da sociedade era outro”, quando ele era liberal, e que os princípios democráticos “muito comprometeram”, ele reconhece que as mudanças sociais ocorridas no país engendraram sua mudança de posição. Para Bernardo de Vasconcelos, a aplicação dos princípios liberais à realidade brasileira, à época das mudanças na constituição com o Ato Adicional, produziu resultado diverso do que se esperava. Assim, as idéias, antes defendidas pelo senador, foram revistas e abandonadas. A experiência de abertura liberal, sua vivência, não agradou os moderados que logo frearam “o carro da revolução”. A opção conservadora do Regresso, então, despontou.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>53</sup> CARVALHO, José Murilo (Org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Col.: Formadores do Brasil. São Paulo: Ed 34, 1999, p. 9; CALDEIRA, Jorge. **A Nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999, p 383.

Edward Palmer Thompson identificara na atividade intelectual dos letrados esta dinâmica frente aos processos sociais, quando a experiência do vivido e a ação social podem modificar concepções e crenças políticas.<sup>54</sup>

A postura dos intelectuais que participaram da Era regencial e da consolidação no Segundo Império revela os constantes avanços e recuos presente em suas idéias, em relação ao liberalismo e as formas de modernizar o país. A vivência da instabilidade que decorreu logo após a Emancipação, aprofundada durante a Era regencial, produziu os elementos da ordem social e a aliança entre Estado e elites, para assegurar a manutenção da unidade, da escravidão e do controle social, que reinará no Segundo Império, e colocara os intelectuais diante de novas preocupações concernentes à construção da nação.

## ***2 - O Segundo Império - a "tutela" do Estado sobre a intelectualidade brasileira***

Se o perfil intelectual durante a Regência foi de diversidade de idéias e projetos e também de promoção de intensos debates e enfrentamentos políticos, que levaram a uma autonomia intelectual; no Segundo Império os conflitos, em certa medida, se arrefeceram e se polarizam. A introdução de novas idéias no campo do pensamento liberal e da modernidade redefiniu os rumos das discussões sobre a questão da nação e da nacionalidade. De outro lado, o próprio Estado Imperial promoveu a atividade intelectual, o que gerou novas perspectivas e orientações nesse campo. O sentido que o Império tomou, àquela época, influenciou diretamente no desenvolvimento da intelectualidade brasileira.

Precipitar a maioria do Imperador menino foi a solução encontrada pelos regressistas para garantir a ordem social e assegurar o pacto imperial entre as elites e Estado. O golpe da maioria simbolizou o retorno ao estado de tranquilidade, afastando as ameaças de uma revolução no Brasil. Com a ascensão ao trono de Pedro II, em 1840, certas práticas do Primeiro Reinado voltaram à baila, dentre elas a centralização do poder na figura do Imperador<sup>55</sup> e a situação confortável das velhas oligarquias no comando dos setores políticos regionais. Contudo, novas fisionomias surgiram ou se reciclaram para consolidar o Segundo Império, com a polarização partidária na alternância dos gabinetes e a tutela do Estado sob a

<sup>54</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Os românticos: A Inglaterra na Era revolucionária**. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>55</sup> Ao analisar as características do Segundo Império, Nelson Werneck Sodré ressalta que a centralização foi o principal fator de manutenção da ordem Imperial. Ao mesmo tempo, seu grande mal e causa da sua "ruína". A Corte funcionária, então, como uma máquina central do poder, uma unidade em torno da qual tudo girava em torno. SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 41.

atividade intelectual. A construção da nação e da nacionalidade foram projetos retomados logo no início do Segundo Império que ganharam visibilidade e grande apoio estatal.

A valorização do nacional era um movimento amplo e internacional, assim, o fortalecimento do espírito de unidade nacional foi preocupação geral dos Estados ocidentais. É reconhecida a idéia de que o Estado nacional surge antes da identidade nacional e da nação. São conceitos e entidades autônomas – porém, interligadas – que não ocorrem simultaneamente. “O conceito de nação, ainda que carregado de enorme fluidez, espalhava-se rapidamente pelo universo atlântico, deslocando-se para o centro dos ideários políticos”<sup>56</sup>. Nesse sentido, principalmente no Brasil que acumulava contrastes de todas as ordens entre os seus habitantes, o duplo Estado-Nação se constituiu em grande descompasso, o qual suscitou diversos esforços no sentido de forjar uma nação em determinados moldes.

A nação é um fenômeno característico do Oitocentos que demarca um processo histórico. Para Benedict Anderson, “nação é uma comunidade política imaginada como sendo intrinsecamente limitada, horizontal e, ao mesmo tempo, soberana”, trata-se de um critério de distinção entre grupos e comunidades, no qual seus membros imaginam e criam a comunidade da qual participam, e os seus limites<sup>57</sup>. A soberania da nação ocorre em função do nacionalismo demarcar o declínio dos tradicionais sistemas de governo, ao passo que promove a identificação a partir de critérios principalmente culturais, que aproximam os membros da comunidade. Assim, o nacionalismo vincula as diferenças a um espírito nacional comum, em uma união horizontal<sup>58</sup>.

Segundo o autor, apesar da nação supor especificidades regionais, seus membros compartilham signos e símbolos comuns, por meio dos quais se reconhece no mesmo espaço imaginário. As condições históricas para o surgimento da nação referem-se à criação da imprensa, o fim dos regimes tradicionais de governo e a ascensão do capitalismo, fatores que permitiram a criação das ligações nacionais<sup>59</sup>. Benedict Anderson destaca a criação da imprensa como fundamental para fundar o espírito nacional e o sentimento de pertencimento, pois a circulação e a simultaneidade da informação estabeleceram novos elos de aproximação entre os indivíduos, o que ele considera como “capitalismo editorial”.

---

<sup>56</sup> JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade brasileira). In: **Viagem Completa: A experiência brasileira (1500-2000)**. Carlos Guilherme Mota (org.) São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 159.

<sup>57</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 6.

<sup>58</sup> Idem, p. 10-15.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 36-38.

A comunidade nacional pensada no Segundo Império teve uma singularidade: a formação de um espírito nacional em um espaço onde as estruturas das tradições monárquicas não haviam sido rompidas, muito embora, as forças do capitalismo e o Liberalismo estivessem disseminados na sociedade. Desta forma, a criação das imagens e dos símbolos da nacionalidade teve um duplo processo de imaginação e invenção, por meio de seleções dos grupos e características que deveriam compor a identidade, considerando ainda que se tratasse de uma sociedade na qual as desigualdades raciais, regionais e sociais estavam diluídas no conjunto das relações socioculturais.

A constituição de uma unidade nacional seria o grande problema para os intelectuais do Segundo Império atrelados ao projeto de nação, um dos aspectos desta tarefa era a composição da língua. O estabelecimento de uma identidade brasileira esbarrou na questão crucial: o alto grau de mestiçagem pela população em geral, a diversidade cultural e lingüística operava em sentido contrário à unidade pretendida pelos letrados.

Ivana Stolze Lima destaca que a língua nacional foi importante instrumento para forjar a unidade nacional, questão crucial entre os órgãos do romantismo brasileiro como as revistas literárias, acadêmicas e científicas, que atuavam na elaboração simbólica da nação. A língua era um distintivo identitário e civilizatório que o país precisava reforçar<sup>60</sup>. Os eruditos definiram o lugar restrito da contribuição do índio na literatura e na língua falada no Brasil e reforçaram a importância do português enquanto elemento civilizador. Segundo a autora, a língua constitui uma experiência de mestiçagem enfrentada pelos intelectuais, composta pela diversidade sociocultural, ao mesmo tempo, marcada pela hierarquização e silenciamento na formação do Estado nacional brasileiro<sup>61</sup>.

Desta forma percebemos que a comunidade imaginada como nação, no Brasil, precisou amalgamar cores, falas e raças (como sugere o próprio título do livro de Ivana Lima) diversas, e por vezes, dissonantes, na qual a contribuição de cada região, povo, raça, cultura, era algo extensivamente avaliado, recriado ou execrado da formação da identidade nacional, como foi o caso das influências das populações africanas.

Portanto, o Estado e a nação são duas realidades diferentes, que caracterizam processos de elaboração distintos e por vezes divergentes. István Jancsó acredita que a nação é formada de múltiplas identidades políticas, e estas identidades sintetizam o passado, o

---

<sup>60</sup> LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **Revista Topoi**, v. 4, n. 7, jul.-dez/2003, pp. 334-356, p. 8-9.

<sup>61</sup> A autora aponta que o romantismo adotou uma relação ambígua com a oralidade brasileira; de um lado, apropriou-se desta como um fator de diferenciação em relação a Portugal, de outro, jamais absorveu a língua falada indistintamente, para compor a língua oficial. *Ibidem*, p. 11, 15.

presente e o futuro das comunidades humanas, “cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam”<sup>62</sup>. As várias identidades coletivas que compunham o país se confundiam com um pertencimento regional e racial, havia grupos de negros, índios, baianos, paraenses, paulistas, portugueses, enfim, uma miscelânea de comunidades no interior da Nação.

(...) não parece ser irrelevante destacar que a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo social de país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno<sup>63</sup>.

Nação e identidade são conceitos geradores de outras noções, como a idéia de cidadão. José Murilo de Carvalho, ao analisar as noções de identidade nacional e cidadania no Brasil oitocentista, explica que a identidade nacional foi uma construção posterior à emancipação política do Brasil. Para ele, nação é a formação de identidades coletivas, enquanto que cidadania é mais ampla, “incluindo todas as modalidades possíveis de relação entre cidadãos, de um lado, e o governo e as instituições do Estado, de outro”<sup>64</sup>. A identidade nacional podia conflitar com as identidades regionais e étnicas, por exemplo. De outro lado, umas das características da relação Estado-cidadão no Império era a normatização da vida coletiva, seja ela jurídica, política ou comercial: ação do Estado como regulador do cidadão<sup>65</sup>. Sendo assim, Estado, identidade nacional e cidadania são dimensões diferentes que possuem uma coincidência parcial, na qual a última depende fundamentalmente da experiência entre povo e Estado (e seus aparelhos) e das relações de sociabilidade construídas entre os grupos sociais.

A discussão, portanto, sobre a formação da nação no Brasil possui uma condição particular que engendra o processo de constituição desta entidade: coadunar a grande variedade de identidades coletivas (raciais, étnicas, regionais) que os grupos apresentavam, visto que a idéia de nação se definia pela homogeneidade e unidade. Vale notar o processo de seleção e esquecimento deliberado de algumas identidades em relação a outras que vai marcar a ação dos intelectuais nesta elaboração. No Segundo Império, o esforço conjunto dos homens de letras, apoiados pelo Estado, na união de saberes em prol da produção de um conhecimento nacional vai promover a edificação das bases da nacionalidade brasileira.

<sup>62</sup> JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Op. Cit. p. 132-133.

<sup>63</sup> Idem, p. 174.

<sup>64</sup> CARVALHO, José Murilo. Introdução. In: **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. José Murilo Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12-13.

<sup>65</sup> Idem, p. 13-14.

### 2.1 - Elites e intelectuais na direção do Estado Imperial

A historiografia caracteriza a natureza política do Segundo Império a partir de alguns processos marcantes como a consolidação do Estado Imperial e a formação da classe senhorial escravocrata. O fortalecimento do poder do Estado centralizado e a aliança com as elites na direção política do Império garantiram a reprodução de instituições que sustentaram o *status quo* das oligarquias rurais. Os intelectuais eram, em sua maioria, oriundos das classes dirigentes, mas não estavam, entretanto, comprometidos apenas em justificar ideologicamente a classe que os originou, eles assumiram posturas e discursos que estavam vinculados à sua crença política. Assim estavam atrelados ao campo político.

Como dissemos anteriormente, a experiência regencial foi decisiva para a hegemonia das elites no Segundo Império. As reformas liberais e o alargamento das liberdades provinciais, que ocorreram durante a vacância do Trono, foram considerados causadores da desordem – como as revoltas populares e a descentralização administrativa – o que ameaçou seriamente a manutenção da ordem social e a unidade do território. Desta forma, o retorno conservador e a ascensão do Imperador consumaram a aliança entre as elites e o poder Imperial. O fortalecimento do Estado foi a solução encontrada pelas classes dirigentes para garantir a ordem social.

Este vínculo, no entanto, foi articulado em meio a diversos interesses que confrontavam elites de todas as regiões do Império. Assim, o espaço público manteve-se sob disputa por toda a monarquia. Ao tratar daquela aliança, José Murilo de Carvalho afirma que houve um processo de geração mútua entre Estado e elites, a elite produzida deliberadamente pelo Estado foi muito eficiente na tarefa de fortalecê-lo, especialmente em sua capacidade de controle social. Desta formação mútua resultaram os traços marcantes do sistema político imperial, como a baixa representatividade, a centralização e a unidade do território<sup>66</sup>.

O autor argumenta ainda que tal aliança fora eficiente no estabelecimento de um sistema nacional de dominação, pois o Estado Imperial foi hábil em acomodar os interesses e a participação de diferentes grupos na cena política. Desta forma, a monarquia demonstrou grande capacidade de arbitragem dos interesses das oligarquias e garantiu as condições para o exercício do poder<sup>67</sup>. O Estado gerenciava as disputas partidárias e o conflito de interesses, na vida econômica, a disputa pelos recursos e pelos investimentos, com altas taxações de impostos; no controle social, a guarda nacional e outros mecanismos de repressão destinados

---

<sup>66</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 11.

<sup>67</sup> Idem, p.14-16.

a combater qualquer ameaça à ordem social; na administração pública, com a forte centralização política e o controle dos órgãos públicos, entre outros aspectos. Assim, é possível compreender o papel fulcral do Estado ao garantir o sistema de dominação para a reprodução da economia escravista agro-exportadora.

Para Ilmar de Mattos, a direção do Estado Imperial esteve sob a gerência dos conservadores, que representavam principalmente os interesses dos cafeicultores fluminenses, denominados saquaremas, os quais controlaram toda a política imperial, por meio de relações econômicas e políticas e que visavam garantir a manutenção da lógica rural escravocrata<sup>68</sup>.

As relações entre elites e governo se expressavam desde a organização da burocracia do Estado nas províncias e municípios à formação dos intelectuais, pois os indivíduos que ocupavam os cargos públicos eram membros das elites locais que, em geral, possuíam poder econômico. Assim, acabavam barganhando postos de comando na administração pública. Através das negociações de cargos, propriedades, comendas militares, que ocorriam principalmente por meio do clientelismo, as disputas políticas e partidárias se manifestavam.

Segundo Emilia Viotti da Costa, o sistema de clientela permitiu que as elites agrárias dominassem os demais grupos sociais, comandando toda a vida política e econômica do Império. Isso porque tinham sob seu controle o Estado, cooptavam os grupos subalternos e mantinham os intelectuais orbitando em torno de seus interesses, o que contribuiu para a relativa estabilidade do sistema político<sup>69</sup>, em 1850 até meados dos anos sessenta.

Partindo da idéia de que as elites agrárias conduziram o processo político-econômico imperial, Emilia Viotti acredita ainda, que um dos aspectos principais do Império brasileiro era a utilização da ideologia liberal revestida de um cunho conservador e antidemocrático, que ajudou a criar condições para a manutenção do sistema senhorial escravocrata com o apoio dos aparatos do Estado. Ao mesmo tempo, impediu o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, frente aos obstáculos das estruturas vigentes (como a escravidão e o clientelismo)<sup>70</sup>. Tal aspecto retoma a questão do lugar do liberalismo no Império.

Ao considerar que os homens de letras eram porta-vozes das teorias e ideologias presentes no universo imperial e que estavam atrelados às classes dirigentes pelos laços de clientelismo, como apontou Viotti, devemos ressaltar a relação tensa que os intelectuais estabeleciam entre as idéias liberais e os interesses das classes das quais eram oriundos.

<sup>68</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec (estudos históricos), 2004.

<sup>69</sup> COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1999, p. 12-13.

<sup>70</sup> Para Viotti, a ideologia liberal foi importada, porém, ajustada à realidade nacional, às fórmulas e idéias incorporadas à mentalidade nacional foram adaptadas às necessidades das elites brasileiras. Idem, p. 13-15, 132-134.

Afinal, como nos lembra Antonio Gramsci, o intelectual orgânico é representante do grupo social ao qual está vinculado e tem o compromisso de legitimá-lo ideologicamente, justificando sua função social e construindo sua homogeneidade e consciência de grupo<sup>71</sup>. Deste modo, enquanto representantes das elites – ligadas em sua maioria à economia agroexportadora - e lentos, atualizados nas modernas teorias veiculadas no mundo ocidental, os homens de letras viviam um liberalismo adaptado às condições sociais existentes no Brasil, esta adaptação pode ser vislumbrada em diversos aspectos da vida intelectual.

O liberalismo europeu, como um ideário geral de progresso e desenvolvimento econômico, foi acionado de maneira conveniente ao espaço social brasileiro, obedecendo a critérios e objetivos muito específicos da realidade do país.

Os conceitos de nação, povo e cidadania, que estavam em voga na Europa ressoavam no Brasil, porém muitas dessas concepções apresentavam-se antagônicas quando aplicadas à realidade brasileira, com estruturas arcaicas sobreviventes do Antigo Regime, como a escravidão. Esta relação entre a novidade do ideário e a realidade agrária e atrasada do Brasil produziu um esforço de adaptação, ajustamento e invenção que motivou, em grande medida, a atividade intelectual ao longo de todo o Império até os primeiros anos da República.

As relações entre as elites, o Estado e o campo intelectual são capitais para entender as imagens criadas sobre a nação e a identidade nacional, que ainda hoje ressoam na consciência nacional.

Ao retomar as considerações de Pierre Bourdieu para analisar a ligação entre elites imperiais e os homens de letras: o campo de poder e o campo intelectual estão intimamente vinculados em função dos letrados ocuparem uma posição no interior da classe dominante, como uma fração dominada<sup>72</sup>. Assim, os intelectuais evidenciavam sua natureza de classe.

Contudo, a condição de classe não encerra a dimensão intelectual na tarefa de explicar a realidade nacional e apontar a direção que o país deveria seguir. Tal tarefa contou com um mergulho dos letrados no universo de idéias inspirado em fórmulas européias, que ajudou a amalgamar as bases da nação. Embora, a apropriação das experiências sociais dos países do velho continente, tomados como modelo de civilização, fosse igualmente seletiva. Ao observar a mobilização que os levantes populares causaram em eventos como a Revolução Francesa, por exemplo, as elites brasileiras manifestavam grande temor de que algo

---

<sup>71</sup> GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. 5ª edição. 1985, p. 6-12.

<sup>72</sup> BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Org.). **A Economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 192-193.



semelhante ocorresse no Império, mas, ao mesmo tempo, incorporaram com simpatia os princípios liberais que pregavam maior liberdade de comércio.

Portanto, os bacharéis brasileiros acompanharam e eram entusiastas das conquistas do povo e dos Estados europeus (enquanto coletividade organizada) admiravam a liberdade, as garantias constitucionais e o nacionalismo <sup>73</sup>. No entanto, no caso do Império as idéias de “povo” e “cidadão” repousavam nas desigualdades que edificavam as relações sociais no Brasil, determinados por categorias como liberdade, propriedade e raça.

As noções de direito, cidadania e nação, em condições imperiais, possuíam significado diverso daquele aplicado na Europa. De acordo com Ilmar Rolhoff de Mattos, ao tratar da conservação da direção Saquarema feita pelo Romantismo, a forma de conceber o lugar e a função de cada agente no seio da ordem social estava relacionada com um princípio de desigualdade, que ele aponta como “sentimento aristocrático”, o pensamento que orientava as visões e percepções dos agentes políticos e intelectuais, pautado na desigualdade e na distinção social (o que era seguramente parte de uma herança colonial) <sup>74</sup>.

Se o Segundo Reinado representou a consolidação da direção conservadora na política Imperial, a grande maioria de intelectuais, principalmente aqueles fixados na Corte, membros do IHGB que atuaram principalmente nas décadas de 1840 e 1850, faziam parte das mesmas elites conservadoras. Coube-lhes a tarefa de forjar uma identidade nacional, apaziguando as diferenças sociais e fortalecendo a idéia de unidade. Portanto, a necessidade de consolidar a Monarquia brasileira como algo civilizado e moderno promoveu a conjugação de idéias européias com o “sentimento aristocrático”, uma característica fundamental dos intelectuais brasileiro. Sobre esta condição, Ilmar Rohloff de Mattos comenta a ação dos intelectuais:

Fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América – eis o segredo da trajetória de individualização de uma classe, e que se revestia da forma de construção de um “Corpo Político” soberano<sup>75</sup>.

A direção conservadora do Estado se configura em uma direção política, moral e intelectual, na qual tais âmbitos se misturam. Os grupos de homens letrados que representava essa classe senhorial produziram no âmbito do conhecimento nacional as imagens e os emblemas que davam sentido à conjuntura política, ao passo que esta tarefa compunha a missão de moldar o corpo da nação. Nesse aspecto, o Romantismo cumpriu um papel fundamental, no campo literário e político, na fundação da história e da identidade nacional.

<sup>73</sup> MATTOS, Ilmar Rolhoff. Op. Cit., p. 119.

<sup>74</sup> Idem, p. 106-107.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 119.

Os trabalhos de Friederich Von Martius e Adolf Varnhagen utilizaram idéias convergentes aos interesses dos grupos dirigentes na elaboração da história nacional. Von Martius discorre pela primeira vez sobre a “convivência harmoniosa das três raças”, na qual ele reconhece a singularidade brasileira que demarca o lugar de cada agente na construção da identidade: o branco, o negro e o índio. O autor não apenas elabora uma explicação para a nação, como constrói um modelo para se escrever a história do Brasil que vai inspirar os fundadores da nação.

Adolfo Varnhagen igualmente contribuiu com a consolidação da direção conservadora, ao construir uma história voltada para a necessidade de se fixar a unidade nacional e a união entre os elementos, para se construir a grandiosidade do Império, a principal idéia que emerge da sua *História Geral do Brasil* é a unidade como superação do provincialismo que prejudicava a pátria.

Os autores, ao seu modo, destacam a importância da unidade nacional e a criação de um sentimento de homogeneidade cultural. No caso do “mito das três raças”, a idéia de harmonia naturalizou os conflitos existentes entre os grupos, em nome de um projeto nacional. Varnhagen explica como todos os fatores históricos desde a colonização à Independência levaram ao Estado Imperial, no qual a unidade era o pressuposto fundamental de uma nação forte e soberana. A defesa da unidade está atrelada à direção conservadora através da necessidade dos senhores em manter o controle da escravidão.

A direção da política Imperial estava então sedimentada no pacto entre Estado e as elites conservadoras, vínculos estabelecidos através de negociações, troca de favores e divergências, que excluía grande parte da população da vida política. Nesse sentido, o fortalecimento do Estado foi o caminho para a construção da ordem social, uma ação deliberada que serviu para garantir o controle do Estado e assegurar a posição dos grandes proprietários, ao mesmo tempo, que alcançou relativo controle sobre as classes subalternas, através do uso da força<sup>76</sup>.

## 2.2 - A direção política e o intelectual orgânico

Mediante as alianças entre o Estado Imperial e as elites, um sistema de dominação social e direção política foi criado, o qual envolvia o controle da força e a manutenção de um sistema de exploração, que desdobrou-se em uma lógica de poder que estava além da estrutura econômica. Nesse aspecto, o conceito de hegemonia formulado por Antonio Gramsci ajuda a

---

<sup>76</sup> CARVALHO, José Murilo, 1988. Op. Cit., p. 15.

entender a conjuntura política do Império, na qual a capacidade dirigente se expressava através da dominação social e da direção política.

A dominação social é exercida em um âmbito no qual a força econômica se reproduz sob determinado controle, este princípio se relaciona com a direção política, que tem como prerrogativa a existência e a ação do Estado. Assim, a dominação social depende da direção política, pois o Estado garante, com seu aparato de repressão, a reprodução da ordem existente<sup>77</sup>. Desta forma, dominação social e direção política se constituem como faces distintas de um mesmo processo, ainda que ocorram divergências entre ambas. No Brasil, o Estado passou a funcionar como espaço de unificação das classes dominantes que se converteram em classe dirigente<sup>78</sup>.

Segundo Antonio Gramsci, a hegemonia se conquista através da unidade entre teoria e ação, ou seja, ocorre no plano empírico e no aspecto mental, ideológico, que lhe concede consciência e sentido<sup>79</sup>. É um sistema de direção moral e ideológica que se expressa através da força, do controle social e da coerção. Não basta para uma classe dirigente ter o domínio do Estado e das instituições, ela precisa adquirir funções e papéis de direção. Não por acaso, os membros das elites conservadoras imperiais estavam fixados em todas as dimensões do aparelho do Estado.

O autor italiano considera ainda que o Estado, ou “sociedade política”, no plano da superestrutura, exerce a hegemonia em relação ao grupo dirigente e ao domínio direto ou de comando, que se expressa no corpo jurídico e através de outros aparelhos<sup>80</sup>. Os intelectuais se inserem nesse sistema com funções organizativas e conectivas, como descreve o autor:

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo<sup>81</sup>.

Eles atuam, então, no sentido de organizar e conectar o consenso e a coerção da

---

<sup>77</sup> RICUPERO, Bernardo. RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 119.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993, p. 3-11.

<sup>80</sup> GRAMSCI, Antonio. Op. Cit., p. 10-11.

<sup>81</sup> Idem, p. 11.

hegemonia social<sup>82</sup>. Portanto, do ponto de vista das relações sociais e de produção, a função do intelectual orgânico é dar legitimidade ideológica à hegemonia. Assim, asseguram para os grupos dirigentes, no campo das mentalidades e nos mecanismos de controle, a dominação social e a direção política da sociedade.

Cada grupo social cria sua própria camada de intelectuais. Estes no Império estavam, em sua maioria, ligados às elites conservadoras e tinham, portanto, o compromisso com a sua consciência de grupo e sua homogeneidade no campo político e social<sup>83</sup>. A intelectualidade orgânica é representante de um grupo social ao qual está atrelada, e tem o compromisso de legitimá-lo ideologicamente, justificando sua função social<sup>84</sup>. Sua função social deve ser percebida no conjunto de relações nas quais as atividades intelectuais ocorrem, quando assumem um papel organizativo na hegemonia social.

A hegemonia em Gramsci opera, não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e, inclusive, sobre o modo de conhecer<sup>85</sup>. É nesse sentido, que os intelectuais orgânicos cumprem um papel fundamental no sentido ideológico da direção política, trabalham na legitimação da classe que representam. No Império, o grupo de intelectuais ligados ao romantismo cumpriu a tarefa de organizar a história nacional e estabelecer os primeiros valores da identidade, e souberam individualizar as características da nação, assim, mantendo-a coesa, em uma unidade territorial, sob a liderança do Imperador e na suposta “fraternidade” dos seus elementos constitutivos<sup>86</sup>.

Nada mais conveniente para a direção saquarema, que possuía numerosos plantéis de escravos, sobre os quais precisava manter o controle, além de ter sob vigilância a população pobre, livre, mestiça e indígena que já demonstrara sua força e capacidade de organização, ameaçando a ordem social e, desse modo, a dominação exercida pela classe dirigente.

Portanto, diante do que foi discutido, consideramos que não foi por acaso que a escravidão, a prática do clientelismo e a dominação senhorial reinaram por tanto tempo no Brasil e deixaram marcas profundas na consciência nacional. Houve um esforço conjunto entre elites, Estado e intelectuais, pelo menos em até 1860, para garantir a ordem senhorial e a hegemonia da classe dirigente e do Estado Imperial, na manutenção deste modelo de

<sup>82</sup> A *coerção* corresponde ao uso da força, por exemplo, a qual o Estado possui o monopólio, enquanto que o *consenso* está relacionado com o sujeito coletivo no sentido de operar na consciência social a direção política e a hegemonia. Segundo Gramsci, as artes e as ciências políticas dependem deste sistema. GRUPPI, Luciano. Op. Cit., p. XIII.

<sup>83</sup> GRAMSCI, Antonio. Op. Cit., p.3-5.

<sup>84</sup> Idem, p. 4.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>86</sup> MATTOS, Ilmar Rolhoff. Op., Cit., p. 120-121.

sociedade desigual e hierárquica. O Estado Imperial atuou na organização da sociedade, da vida política, impondo uma lógica de funcionamento que favorecia os interesses das elites, enquanto os intelectuais, por certo tempo, também agiram no sentido de legitimar a ideologia conservadora, impondo-a nas formas de conhecimento produzidas sobre o país.

### *2.3 - A estrutura de dominação social no Império*

A participação dos intelectuais na vida política se fazia diretamente na burocracia, na administração pública, no parlamento, uma das formas de inserção que ajustou os letrados na cena política foi partidária. Da multiplicidade de projetos nacionais e partidos políticos que floresceram na Regência ficou como legado a polarização entre liberais e conservadores no Segundo Império. Vários intelectuais que atuaram no parlamento segmentaram-se entre liberais e conservadores, muito embora a distinção não significasse necessariamente uma oposição absoluta<sup>87</sup>. José Murilo de Carvalho considera a importância do Estado e sua capacidade de arbitrar os conflitos entre os partidos e seus interesses, e a alternância dos gabinetes, como resultado deste processo<sup>88</sup>. Os grupos que se organizaram em torno de tais partidos tiveram sua gênese na Corte e nas regiões produtoras de café.

A constituição do cenário partidário teve grande influência dos conservadores, ao caracterizar o lugar de Luzias (liberais) e Saquaremas (conservadores) na direção do Estado Imperial. Ilmar de Mattos ressalta que mesmo nos gabinetes liberais, a direção do Estado permaneceu sob o controle Saquarema, neutralizando as forças progressistas defendidas pelos Luzias<sup>89</sup>.

José Murilo de Carvalho considera que realmente havia uma distinção entre os partidos, em termos ideológicos e políticos, pois cada partido representava grupos distintos, e a alternância dos gabinetes foi a forma que o Estado Imperial encontrou para arbitrar os conflitos intra-elites e as disputas políticas entre os dois grupos<sup>90</sup>.

Contudo, a força do partido conservador foi preponderante para articular uma estrutura de dominação nacional, que se estendia a todas as províncias. As questões partidárias explicam boa parte das tensões e enfrentamentos das disputas políticas locais, principalmente

---

<sup>87</sup> Raymundo Faoro defende que esta oposição entre os grupos políticos era apenas aparente, pois, na prática ambos eram representantes dos grandes proprietários de terras, portanto, a própria variação entre os gabinetes era sinal do caráter homogêneo da política Imperial. FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: formação do patronato brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Globo, 1989, p. 410-419

<sup>88</sup> CARVALHO, José Murilo, 1988. Op. Cit. p.11-14.

<sup>89</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. Op. Cit.,p.15-17, 142-146.

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo, 1988. Op. Cit. p.11-14.

durante as eleições municipais, quando a concorrência entre os partidos e as disputas por espaço na estrutura de poder local, coincidiam com os interesses de pessoas influentes na região.

No Pará, por volta de 1870, a maioria dos membros da Assembléia Provincial pertencia ao partido conservador, que tinha como chefe na província o Cônego Manuel Siqueira Mendes. Porém, na época das eleições municipais, houve uma debandada de dois membros do partido – Hildebrando Augusto Nunes Lisboa e Antonio Pimenta de Magalhães – por discordarem da indicação do partido no município de Cametá<sup>91</sup>. Os outros membros do partido, por sua vez, alegaram que a dissidência possuía motivações absolutamente pessoais, em detrimento do bem público, assim, tal situação não poderia ser levada a sério. Um dos membros conservador da Assembléia, deputado Manuel Antonio Roque Ribeiro, comenta sobre as ameaças dos dissidentes:

Vê v. Exc., que, não só os signatarios desta circular ameaçavam de retirar-se de do grêmio, como até do partido conservador, se não fosse acceito o nome do sr. Pinheiro, isto é, se não fosse acceito o nome pelo qual elles pugnavam, abandonavam os seus principios políticos!  
Ora quem antepõe um nome ao interesse político, quem hostilisa o seu partido pelo motivo de ser acceito este e não aquelle correligionario, o que faz senão servir a interesses pessoases, á conveniencias particulares?<sup>92</sup>

A atitude dos dissidentes fora bastante hostilizada pela maioria dos membros conservadores da Assembléia provincial. Porém, não cabe aqui discutir quem tinha razão. A situação foi posta em relevo para demonstrar o quanto a questão partidária, os interesses e as influências pessoais estavam imbricadas nos rumos da política e na construção das lideranças locais. As indicações de nomes para as eleições obedeciam a exigências das forças políticas locais, dialogando com os interesses dos partidos. Este clientelismo ocorria nos arranjos partidários, nas uniões familiares, permeando uma série de relações de poder entre instituições públicas e o universo privado, desta forma, os interesses particulares marcavam a dimensão do espaço público.

Richard Graham defende que o grande palco das práticas do clientelismo ocorria de fato no processo eleitoral, o núcleo desta estrutura característica do Império, no qual o chefe político local controlava todo o mecanismo de votação através da cooptação dos votantes e da

---

<sup>91</sup> Nas eleições municipais em Cametá, houve uma discordância entre alguns correligionários sobre quem deveria ser o candidato do partido, deputados que apoiaram o nome do perdedor, sentiram-se traídos pelo partido e apresentaram uma circular manifestando seu descontentamento, especialmente com o líder Siqueira Mendes. Os membros conservadores discutiram as reais motivações para a dissidência, e condenaram a atitude daqueles. **PARÁ**. Ata da Assembléia Legislativa Provincial - Seção ordinária de 1870, p. 12-15.

<sup>92</sup> Idem, p. 14.

concessão de benefícios entre seus correligionários, em troca de apoio<sup>93</sup>, o que fez Siqueira Mendes para eleger seu candidato, valendo-se de sua influência em Cametá, onde era nascido, ao pedir aos votantes apoio para o seu correligionário. Segundo Graham, existia no Brasil uma ideologia do clientelismo, pois os interesses de classe eram testados por uma ideologia demonstrada na ação política, na qual as oligarquias asseguravam sua permanência na esfera pública da administração local e se articulavam a nível nacional<sup>94</sup>. Nos municípios e freguesias, as forças políticas mais expressivas da região comandavam o processo eleitoral agregando votos para eleger seus candidatos, por meio da concessão de benefícios e favores, no aspecto nacional, tais forças regionais indicavam os deputados para o congresso nacional<sup>95</sup>.

As ações da classe senhorial, no sentido de garantir os interesses das elites locais e manter o *status quo* das oligarquias (especialmente aquelas formadas no Sudeste cafeeiro), foram determinantes para fixar a natureza da ordem senhorial escravocrata que se estabeleceu no Segundo Império, baseada na exclusão de grande parte da população da vida política oficial e na manutenção do trabalho compulsório, por meio de práticas clientelistas, coerção e a dominação política e econômica. Trava-se uma estrutura que se sustentava na desigualdade como afirmou José Murilo de Carvalho<sup>96</sup>.

Os escravos imersos no regime de trabalho compulsório buscavam nesses artifícios clientelistas, meios de melhorar minimamente sua condição e de sua família. Segundo Suely Gomes da Costa alguns ritos domésticos e religiosos eram aproveitados pelos escravos para o estabelecimento de vínculos com os brancos, principalmente o batismo, nos quais os agentes se associavam a fim de adquirir proteção e concessão de benefícios<sup>97</sup>.

Situação semelhante foi vislumbrada por Silvia Maria Jardim Brügger, pois, ao analisar as relações de compadrio em São João Del Rey, notou que muitas mães escravas preferiam para padrinhos dos seus filhos, pessoas de posição social superior a sua, visando proteção e possíveis alianças sociais<sup>98</sup>. Desta forma, podemos perceber que a construção de vínculos sociais era uma forma dos escravos buscarem certo amparo mesmo dentro do sistema

<sup>93</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 17.

<sup>94</sup> Idem, p. 19-20, 146-148.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 17-18.

<sup>96</sup> Para o autor, o clientelismo supõe uma relação de troca desigual que, neste caso, teve a participação decisiva do poder Imperial, pois era ele quem gerenciava o grau de participação das elites locais no âmbito nacional. CARVALHO, In: José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 40, nº. 2, 1997, p. 12-15.

<sup>97</sup> COSTA, Suely Gomes. Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no rio de Janeiro do século XIX. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, Vol.27, nº 54, Dec. 2007, p. 40-45.

<sup>98</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de Padrinhos e relações de poder: uma análise do Compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e Cidadania no Império**. Op. Cit., p. 315-337.

de exploração, tais formas de proteção se configuravam em estratégia de resistência e sobrevivência.

Eis, então, outro eixo fundamental do sistema de dominação social imperial: o trabalho escravo, sustentáculo da economia agro-exportadora do Império. No século XIX, mediante a preocupação com a formação da nação, o escravismo gerava um impasse fulcral para a sociedade brasileira, pois, ao mesmo tempo, que ameaçava todo o processo de modernização do país<sup>99</sup>, garantiu o poder das oligarquias agrárias, e assim, a riqueza que permitiu aos senhores de terras, dominar, por via econômica, a direção da política imperial.

Portanto, as relações de troca de favores, concessão de benefícios e proteção, a manutenção da escravidão e o controle da política imperial pelas oligarquias, são manifestações de um mesmo sistema de dominação social, que começou no Sudeste cafeeiro e se expandiu por todo Império, assumindo faces diferenciadas nas demais províncias. Todo sistema de dominação está assentado em uma estrutura econômica, como afirmou Antonio Gramsci. Nesse sentido, Ilmar de Mattos demonstra como os cafeicultores fluminenses exerceram a sua hegemonia no Segundo Império, através de amplos mecanismos que envolviam a dimensão pública e privada. O autor sintetiza, então, os três pilares da classe cafeeira que permitiram sua existência e reprodução: as relações de clientelismo, a expansão do latifúndio e a manutenção da escravidão; “a expansão cafeeira significava, também, a expansão das grandes propriedades, e com elas o predomínio das grandes famílias e o domínio da escravidão”<sup>100</sup>.

Desta forma, o caráter aristocrático esteve presente na condução da política Imperial, enraizando-se nas relações sociais. Assim, a ordem senhorial vigente no Império, deixou como herança para a estrutura social brasileira: a concentração fundiária, a prática do paternalismo e do clientelismo no fazer político, a fluidez entre o público e o privado e a desigualdade social baseada em critérios como raça, cor e propriedade.

A ordem imperial finalmente se organizara sob a égide da direção saquarema, com o partido conservador dominando a política imperial, na manutenção da estrutura agrária escravocrata. Na década de 1850, o campo intelectual se organizou dentro deste quadro sócio-político, o papel dos homens de letras ganhou maior destaque e importância na elaboração do projeto oficial de nação, e no desenvolvimento de grupos de intelectuais comprometidos com os interesses políticos do Império. No final dos anos sessenta abriu-se um novo quadro

---

<sup>99</sup>Segundo Emília Viotti, o braço escravo como fonte geradora da economia, fez com que o Brasil se ajustasse de forma oblíqua ao capitalismo internacional, e por isso engessasse o desenvolvimento do país. In: COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. Op. Cit.

<sup>100</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. Op. Cit. p. 75.



político<sup>101</sup>, quando novos movimentos científicos e culturais endossaram as mudanças políticas que concorreram para a crise do Império.

### ***3 - O campo intelectual no Segundo Reinado - compondo o repertório da nação***

Conquistada a direção política e a dominação social no Império, através das alianças entre elites e Estado, a direção intelectual também se destacou na formação da sociedade Imperial. Nos anos que seguiram após a consolidação da ordem imperial, a necessidade elaboração de um projeto nacional que primasse pela gestação de uma cultura e uma história genuinamente brasileiras, virou questão primordial para o Império. Esta operação foi um dos grandes impulsos da atividade intelectual no século XIX no Brasil.

O desenvolvimento de uma cultura nacional sacralizava a organização que se efetivava a nível político. Aos intelectuais, em tese, cabia a tarefa de assumir a direção intelectual na construção das bases da nação. Não por acaso, foi neste momento que surgiram os principais alicerces de elaboração da identidade brasileira, em trabalhos como de José de Alencar, Karl Friedrich Von Martius, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Adolfo Varnhagen e outros, que articularam (em diferentes perspectivas) os elementos fundadores da nação, baseados no estudo do passado colonial e vislumbrando o futuro do país, ensejado na civilização.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado na Corte ainda durante a Regência em 1838, representou o órgão oficial responsável pela construção dos conhecimentos sobre a nação. A maioria dos intelectuais esteve de alguma forma, ligado ao Instituto, pois foi o espaço de onde emergiram as teses fundadoras da brasilidade, nas quais, muitas vezes, o índio foi eleito como representante do povo brasileiro. A instituição adquiriu, a partir dos anos 1850, uma nova função social<sup>102</sup>, com a participação direta do monarca nas reuniões do órgão, tornou-se o reduto dos intelectuais e ponto difusor do conhecimento nacional. Por meio dele, o Estado institucionalizou o conhecimento e os saberes produzidos sobre o país.

---

<sup>101</sup> Entre 1868 e 1871 a trindade saquarema chegou ao seu fim, o que enfraqueceu o partido conservador e abriu espaço para uma substituição política com o fortalecimento dos liberais. SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 46.

<sup>102</sup> Nos primeiros anos de funcionamento, o IHGB sobreviveu com uma receita pequena e oscilante. A partir de 1850 o órgão passou a ser altamente valorizado. In: RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 120-124.

Como vimos, as características do campo intelectual estão relacionadas ao campo de poder, por isso o trajeto que fizemos pelo campo político do Império servirá para situar o campo intelectual e caracterizar o seu estado. Os objetivos políticos do Estado, logo nos primeiros anos de consolidação, como a interiorização da nação e a unidade nacional, interferiram nas práticas intelectuais. O IHGB era o ponto de onde se irradiou uma posição social que construiu visões e posições relativas aos interesses do Estado Imperial.

Dos quatro intelectuais do Pará em foco, projetistas da civilização indígena, três estiveram presentes no Instituto Histórico, em diferentes momentos políticos do órgão. Henrique de Beaurepaire Rohan permaneceu mais tempo, foi sócio do IHGB por mais de duas décadas (em 1860 até meados da década de oitenta): formava a comissão responsável pela seção de geografia; em 1866 compôs a direção dos trabalhos de arqueologia e etnografia; exerceu o cargo de segundo vice-presidente do Instituto em 1887. Couto de Magalhães compôs a seção de arqueologia e etnografia entre 1874 e 1880. José Veríssimo, também sócio, publicou na revista trimestral do órgão a segunda versão do estudo sobre as raças cruzadas do Pará, em 1889.

Por meio de seus membros, o IHGB instituiu os primeiros alicerces do nacionalismo: a unidade nacional, o passado histórico e a natureza. Nesta operação uma conjugação de conhecimentos foi necessária, na qual se destacou inicialmente a história, a literatura, a geografia e, posteriormente, a arqueologia e a etnografia. Saberes diversos para conduzir um projeto nacional comum, assentado em três aspectos fundamentais: produção de um conhecimento sobre o país, através do mapeamento de seus recursos naturais e caracteres sociais; estabelecimento de um passado nacional; e, um processo de interiorização do Império. Todos vislumbravam a construção de um projeto civilizatório nacional.

O Instituto atuou como uma espécie de laboratório da cultura oficial do Brasil. Manoel Luís Salgado Guimarães comenta que, para a escrita da História do Brasil, havia manuais publicados na revista do IHGB, indicando os procedimentos adequados (como a leitura das fontes e dos fatos que precisavam ser lembrados) para esta produção. Era uma tentativa de direcionar um tipo de história que se pretendia associada ao projeto imperial, desta forma, segundo o autor, a escrita do passado é uma construção do presente e um direcionamento para o futuro<sup>103</sup>.

A construção de uma memória nacional estava atrelada a uma visão de história que valorizava os feitos nacionais. Os índios ocuparam um lugar estratégico na elaboração desta

---

<sup>103</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica Oitocentista no Brasil. In: **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. José Murilo de Carvalho (Org.). Op. cit., p. 97-99.

história nacional, considerando os esforços conjugados de estabelecê-lo como elemento singular e fixar a natureza do país. Kaori Kodama ressalta que o lugar do índio na história nacional produzida no Instituto se configurava como uma imposição do desenvolvimento dos campos de estudo e, ao mesmo tempo, a exigência de uma aprendizagem sobre a paisagem<sup>104</sup>. Assim, notamos que havia uma preocupação com a afirmação da nação através de um passado histórico e do conhecimento sobre o território.

O IHGB viveu períodos diferentes, de acordo com a movimentação de idéias e objetivos de seus membros, concomitante com as mudanças políticas. Nas décadas de 1840 e 1850, os trabalhos publicados tanto no interior do Instituto Histórico, com em outras revistas científicas e literárias, como a Revista Guanabara, tinham um caráter nacionalista, enfatizavam elementos como a unidade nacional e a natureza. Se as elites tomaram para si a tarefa de conduzir a direção política e a dominação social, aos intelectuais coube a construção da hegemonia por meio da criação dos símbolos da nação. O conhecimento, então, servia também aos propósitos políticos, pois a idéia de unidade nacional garantia o domínio sobre o território do Império e evitava possíveis separatismos<sup>105</sup>.

Em um quadro mais amplo da atividade intelectual nas duas primeiras décadas do Segundo Império, Ivana Stolze Lima afirma que o período compreendido entre 1840 e 1860 marca um estado de estabilidade, no qual as publicações científicas, literárias, históricas evidenciavam este clima de consolidação da nação e divulgação dos próprios dirigentes imperiais<sup>106</sup>. De modo que a preocupação com a construção da memória e do passado nacional estava atrelada à promoção das próprias elites imperiais.

Lúcio Menezes Ferreira, ao analisar a relação entre a produção de saberes diversos e os objetivos do projeto de afirmação da nação, destaca que nas diligências científicas realizadas com a chancela do Instituto pelo país adentro havia o duplo interesse de mapear o Império, em suas características naturais e sociológicas e, ao mesmo tempo, “interiorizar a civilização”<sup>107</sup>. Isso servia também para dar unicidade à nação, através da língua, da literatura e da história. A cena política favorável à produção de saberes nacionais foi importante para a ascensão de uma cultura erudita e de uma prática da intelectualidade.

<sup>104</sup> KODAMA, Kaori. **Os índios do Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009, p. 180-181.

<sup>105</sup> Ricupero sugere que tal intenção política pretendia suprimir especificidades regionais, em nome da união nacional. RICUPERO, Bernardo. Op. Cit., p. 130-132.

<sup>106</sup> LIMA, Ivana Stolze. Op. Cit., p.338.

<sup>107</sup> FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil Imperial. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, abr./jun. 2006, vol.13, no.2, p. 271-276

Portanto, as práticas intelectuais em torno do Instituto nos primeiros vinte anos do reinado de Pedro II estavam altamente comprometidas com a legitimação da Nação e com os objetivos políticos do Império, tais como: unidade nacional, enraizamento da idéia de nação, construção de um passado histórico comum. Tudo que manifestasse a vocação brasileira de tornar-se uma nação grande e civilizada e, ao mesmo tempo, dissipasse qualquer ameaça à unidade do território e sua soberania. O romantismo foi o grande pressuposto que inspirou os artistas e intelectuais na tarefa de composição do Brasil, enquanto um tipo de pensamento consolidado nos princípios da valorização da pátria, ele definiu a escrita da nação que orientou em grande parte a atividade intelectual naquele momento.

### *3.1 - A nação e as práticas intelectuais no projeto romântico*

O projeto nacional tinha como objetivo afirmar o Brasil enquanto nação e direcioná-lo para o convívio da civilização. Tais finalidades foram acompanhadas de uma operação teórico-metodológica que criou condições para a construção dos fundamentos da nacionalidade. Nesse momento, certas doutrinas e idéias ganharam importância no Brasil, principalmente o romantismo<sup>108</sup> que forneceu aos nossos letrados os instrumentos para a formulação da nação. Na Europa, o discurso historiográfico ganhava *status* científico quando a questão nacional se tornava fulcral para os países<sup>109</sup>, assim, a disciplinarização da história e os aspectos nacionais estiveram profundamente vinculados. O romantismo foi o arcabouço dessas relações.

Desse modo, as teses elaboradas sobre a nação tinham um duplo sentido temporal que se voltava para o passado, que considerava muitas vezes a leitura de documentos da Colônia para a criação de uma memória nacional; e, para o futuro, pois as idéias gestadas sobre a questão nacional tinham o propósito de conduzir a nação para o estágio de civilização, a exemplo das nações ricas do velho mundo. Manoel Luís Guimarães destaca que esta operação historiográfica, alçada no romantismo, realizada no IHGB, cuidou de produzir uma idéia

---

<sup>108</sup> No mundo ocidental, o romantismo representou muito mais que um estilo estético ligado à literatura e às artes, significou um evento histórico sócio-cultural, definiu o pensamento ocidental. Para J. Guinsburg ele modificou a forma de encarar as forças sociais e os eventos históricos, pois aprofundou o estudo dos povos aglutinando as comunidades e identidades em nações, e assim, ao eleger a cor nacional, adotou uma via historicizante de percepção da realidade, assim, o espírito nacional emergiu como uma das grandes preocupações do Romantismo. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 15-17.

<sup>109</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O instituto Histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp.5-27, p.5.

homogênea da visão do Brasil no interior das elites brasileiras<sup>110</sup>.

O romantismo atuou na produção da nação principalmente através da literatura e da história. A literatura, por meio dos folhetins, da epopéia e da poesia, forneceu, por algum tempo, as explicações do passado nacional. Por este motivo, posteriormente, o romantismo literário sofreu duras críticas dos autores ligados ao naturalismo e ao cientificismo, como José Veríssimo, o qual afirmou que haviam criado um passado ilusório para o Brasil, sem que fosse realizada a “verdadeira pesquisa histórica”. Ao lado dos textos literários, o discurso histórico se fez presente na produção intelectual nos anos de 1840 no Instituto, principalmente nas obras de Francisco Adolfo Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*<sup>111</sup>, e Friedrich Von Martius.

A construção da nação e da identidade nacional configurou-se em um projeto romântico, pois reuniu os objetivos do Estado Imperial, dando sentido à narrativa literária e à escrita da história nacional. Márcia Naxara afirma que “o romance como instrumento pelo qual se constrói uma idéia de nação, caminha em direção ao progresso que é apresentado, contraditoriamente, como motor necessário do mundo e fonte de seus males”<sup>112</sup>. Portanto, na literatura romântica, progresso e nação estavam intrinsecamente ligados à produção intelectual no Segundo Reinado.

Dos anos 1840 a 1860 o jornalismo literário esteve presente na produção de uma geração de intelectuais marcados pelo romantismo e pelo historicismo. Uma série de publicações na Corte como a Revista Guanabara (antes Minerva Brasiliense) e a revista Niterói, além da revista do IHGB, possuía um caráter nacionalista. Realizavam-se assim, vários debates nesses termos, como por exemplo, sobre as fronteiras, a memória nacional e outros. Nesse sentido, a polêmica acerca do indígena que envolveu Henrique de Beaurepaire Rohan e Adolfo Varnhagen teve como palco a revista Guanabara entre 1852 e 1853<sup>113</sup>. Beaurepaire Rohan discordava da posição do historiador, pois defendia métodos brandos e pacíficos para promover a civilização indígena, enquanto Varnhagen mantinha uma postura extremamente hostil em relação aos indígenas.

O indigenismo romântico pode ser considerado a primeira singularidade nacional, conduzido por letrados como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. Várias publicações foram feitas em prosa e verso, as quais colocavam o indígena como o

<sup>110</sup> Idem, p. 6-7

<sup>111</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

<sup>112</sup> NAXARA, Márcia Regina. **Cientificismo e sensibilidade romântica**; em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004, p. 291.

<sup>113</sup> Ambos foram colaboradores da Revista Guanabara, uma publicação destinada para tratar de questões sobre literatura, história e assuntos nacionais.

antepassado legítimo do Brasil. *A confederação dos Tamoios*<sup>114</sup>, *Os Timbiras* e *O Guarani*<sup>115</sup> são poemas e romances fundadores uma identidade nacional, que ajudaram a compor uma memória “histórica”. Segundo Wilson Martins, é com *O Guarani* que a literatura deu uma virada histórica, quando o indianismo assumiu uma opção brasileira e se colocou entre o passado e o futuro, a civilização e a barbárie<sup>116</sup>, trava-se de “um romance histórico que buscava enraizar num medievalismo ideal os fundamentos da nacionalidade”<sup>117</sup>.

Nos anos cinquenta, tais empreendimentos literários foram encomendados e acompanhados pelo Imperador. Sua participação no Instituto assumiu uma importância fulcral nos primeiros anos do Indigenismo, o que demonstra o caráter oficial do projeto romântico e sua aproximação com o Estado. Àquela altura, a literatura era exercida com um rigor científico na produção dos textos. Ao comentar sobre a entrega das obras encomendadas pelo Imperador à Gonçalves Dias, Wilson Martins ironiza: “Libertando-se, afinal, do dever escolar imposto pela tirania científica do Imperador, Gonçalves Dias não alimentou ilusões sobre a qualidade de seu trabalho”<sup>118</sup>.

Por outro lado, o romance histórico fincou definitivamente a nacionalidade e sua relação como progresso e a civilização, José de Alencar foi um dos autores que melhor conduziu o projeto civilizacional brasileiro. Segundo Renato Janine Ribeiro, *Iracema* representa (desde o nome que o intitula) uma referência à Conquista da América e uma relação com a identidade nacional. A narrativa é uma representação do encontro interétnico do qual resultou a América e o Brasil; e, caracteriza igualmente a conquista do branco sobre o índio, sua cultura e seu território<sup>119</sup> - *Iracema* é uma história de dominação. O autor argumenta que a morte de *Iracema* e a forma como ocorre no conjunto da narrativa “legitimam a ocupação da terra pelo invasor”. Logo, ela simboliza a invasão e a conquista da

<sup>114</sup> O indianismo começa na epopéia e depois adentra o romance, essa primeira fase gerou grande polêmica dentro do Instituto Histórico, em torno da epopéia de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, respectivamente *A confederação dos Tamoios* e *Os Timbiras*, em 1856. Tais obras encomendadas pelo Imperador foram criticadas por autores como José de Alencar e Adolfo Varnhagen, ainda assim, a obra de Magalhães foi consagrada a epopéia oficial do Segundo Reinado pelo monarca. In: MARTINS, Wilson **História da inteligência brasileira**. 3. Ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992, p. 29-30, 65.

<sup>115</sup> *O Guarani* de José de Alencar e *Os Timbiras* de Gonçalves Dias foram publicados nos anos sessenta e marcaram os novos rumos do indigenismo, por valorizarem o índio e a natureza com as cores nacionais, abandonando modelos clássicos. RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. José de Alencar: O poeta armado – A letra como arma no Segundo Reinado. In: PEIXOTO, Antonio Carlos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 138-139.

<sup>116</sup> MARTINS, Wilson. Op. Cit., p. 58.

<sup>117</sup> Idem, p. 65.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>119</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Iracema ou a fundação do Brasil*. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p 405-413.

América, o domínio do indígena, *primitivo*, pelo branco, *civilizado*<sup>120</sup>. Alencar acreditava que a fundação da nação era um elemento fundamental para a civilização do país, assim, nação e civilização estavam imbricadas em seus romances históricos.

Ainda assim, tratando de sua individualidade e vivência política, o pai de *Iracema* viveu grandes tensões e esteve, desde o início de sua vida intelectual, envolvido em polêmicas, primeiro literárias depois políticas. Contrariando o suposto conforto que um ilustrado do mecenato Imperial, escritor talentoso, filho de político da geração da Independência e membro do partido conservador pudesse ter, Alencar foi um intelectual político extremamente atuante e incomodado. Nos anos 70, opôs-se ao sistema partidário do qual discordava profundamente, à inserção eclesiástica na vida pública e, em alguns momentos, opôs-se ao próprio Imperador. A partir de 1869, como senador, foi combativo na defesa de seu projeto nacional<sup>121</sup>. De modo que sua atividade como parlamentar e o seu descontentamento político, mesmo o seu afastamento do senado (quando foi colocado no ministério da justiça), podem ter inspirado os seus textos considerados mais engajados (com o enfrentamento, inclusive, do tema da escravidão), como os *Escritos Políticos*, *Cartas de Erasmo* e o *Tronco do Ipê*<sup>122</sup>, bem como em algumas de suas peças teatrais.

Portanto, os literatos românticos também foram críticos sociais, condição que se relacionava com a experiência individual de cada autor e sua vivência no espaço público. Assim, mesmo a inserção dos românticos nos estratos do poder imperial, e considerando o papel que o romantismo exerceu na elaboração da nação condizente com alguns interesses do Estado, não impediu a elaboração de percepções e projetos independentes ou mesmo contrários aos objetivos do Império.

A produção indianista estava no cerne do processo amplo de unificação do território e fortalecimento das idéias de *povo* e *nação*. A operação historiográfica realizada pelos românticos foi ao encontro dos interesses do Estado Imperial, no sentido de criar uma unidade cultural no país, por meio de um passado comum, a fim de desenvolver uma identidade cultural e histórica unívocas. A difusão de um “espírito de associação” na formação do Estado Imperial buscava criar um consenso em torno da suposta unidade moral, cultural, histórica da nação<sup>123</sup>. O romantismo representou uma dimensão do processo de formação do Estado Imperial, tratava-se de uma primeira manifestação do processo de formulação do “brasileiro”.

<sup>120</sup> Idem, p. 405-406.

<sup>121</sup> MARTINS, Wilson. Op. Cit., p. 147-152.

<sup>122</sup> Antonio Edmilson Rodrigues sugere que tais romances possuem um caráter vingativo e altamente crítico da segunda fase de Alencar, marcada pela oposição do autor ao governo Imperial. RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Op. Cit., p. 151-152.

<sup>123</sup> LIMA, Ivana Stolze. Op. Cit., p. 337.

### 3.2 - O cientificismo e o naturalismo reinventando a nação

O quadro da intelectualidade se modificou a partir dos anos de 1860 e 1870, quando apresentou uma nova configuração de idéias e um novo contexto político. O cientificismo, pensamento intelectual em voga na época, levou os estudos sobre nacionalidade para um caminho racionalista, assim, o evolucionismo, o naturalismo, e outras doutrinas ganharam espaço entre os intelectuais da chamada geração de 1870. Lilia Schwarcz comenta que a ciência penetrou primeiro como “moda” e só depois como produção e prática. Segundo ela, naquele momento não se produziu uma ciência original, mas, houve uma incorporação de “modelos científicos”<sup>124</sup>.

Se a geração da Independência formou grupos de intelectuais que se prevaleceram dos padrões estéticos do romantismo para construir seus elementos nacionais, que se converteram principalmente no indigenismo, após a década de 1860, o que se sente é uma transformação nas concepções intelectuais, quando uma virada histórico-cultural propõe a substituição dos cânones do romantismo pelo rigor científico<sup>125</sup>.

Ricardo Salles comenta que existiu uma troca de gerações políticas entre os anos de 1868 e 1871, pois com o enfraquecimento do partido Conservador, o afrouxamento das estruturas escravistas (com a Lei do Ventre Livre de 1871) e o fim da trindade saquarema, as tendências políticas se transformaram<sup>126</sup>. No período seguinte, com a crise econômica crescente após a Guerra do Paraguai e o avanço das idéias republicanas e abolicionistas, os discursos políticos assumiram um tom liberal mais crítico, e mesmo em função da atuação de expoentes do liberalismo como Tobias Barreto e Tavares Bastos. Desse modo, a atividade intelectual igualmente tomou uma nova direção.

Em geral, este momento de transformação cultural nos meios intelectuais é estabelecido a partir de 1870, contudo, algumas mudanças políticas e sociais começam nos anos 1860. Durante essa década, ocorreu um processo de modernização no país, um acirramento dos embates políticos, e o início da crise da monarquia – principalmente em função da Guerra do Paraguai. As mudanças do ponto de vista econômico e material foram percebidas através da expansão da rede ferroviária, rede bancária, melhoramento dos serviços urbanos em algumas capitais e outros aspectos. A Amazônia, nesse momento, vivia a expansão da economia gomífera, com a elevação da produção e do consumo da borracha na

<sup>124</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 30.

<sup>125</sup> NASCIMENTO, José Leonardo. Cultura européia e realidade brasileira. Um debate do final do século XIX. In: MELO E SOUZA, Eliana Maria (org.). **Cultura brasileira figuras da alteridade**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1996, p. 33.

<sup>126</sup> SALLES, Ricardo. Op. Cit., p. 45-49.



indústria internacional. O aumento do volume de capital e de pessoas possibilitou uma série de transformações mentais e materiais na região, principalmente em Manaus e Belém.

As preocupações com a identidade nacional e as relações que envolviam os intelectuais e suas percepções ideológicas eram fruto de uma vivência no espaço público, de uma aprendizagem política constante<sup>127</sup>. Essas práticas foram se constituindo desde a Independência quando os problemas da nacionalidade e do Estado/Nação foram colocados, e tomaram novos rumos com a virada política e intelectual dos anos 1870.

Um dos espaços de manifestação dessas mudanças foi o próprio IHGB, haja vista que os processos com a Guerra do Paraguai, o crescimento do Liberalismo e a crise na política imperial provocaram movimentos diversos. Francisco Gouvea de Sousa, ao investigar a revista do IHGB, entre as décadas de 1870 e 1890, argumenta que o caráter da revista ao final do Império, após o distanciamento do Imperador das reuniões do Instituto, ganhou um novo direcionamento moral, no qual a política estava submetida ao juízo da razão, momento no qual os sócios se afastam do debate político-partidário (diferentemente dos primeiros anos, quando o partidarismo estava muito presente nas discussões do Instituto)<sup>128</sup>. As fases que o órgão viveu estavam relacionadas às particularidades dos seus sócios no tempo histórico.

A partir dos anos 1870 as teorias raciais se difundiram no Brasil, ao lado dos princípios do cientificismo, naturalismo, positivismo e evolucionismo. Nessa miscelânea de idéias, as explicações da singularidade nacional se renovaram principalmente nos meios literários. O impacto dessas idéias no último quartel do século XIX é fundamental, para compreender o novo paradigma científico que surge para se pensar a gênese do elemento nacional e as soluções para o futuro. Nesse sentido, os literatos da chamada “Escola de Recife”<sup>129</sup>, como Tobias Barreto e Silvio Romero, destacaram-se no processo da assimilação de tais idéias e sua transposição para a construção da cultura brasileira.

Esse movimento correspondeu, em termos de crítica literária, à introdução do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo, e tomou as noções de raça e natureza, com o fim de dar fundamentos “objetivos” e “imparciais” ao estudo da literatura. A adoção de tais modelos, predominantes até o início do século XX,

<sup>127</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. José Murilo Carvalho (Org.). Op. Cit., p. 353-354.

<sup>128</sup> SOUSA, Francisco Gouvea. **Entre fronteiras e nações**; um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde os anos de 1870 e 1890. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2007, p. 94-95.

<sup>129</sup> A apropriação do nome é polêmica, alguns autores como o próprio José Veríssimo negavam a existência da Escola de Recife, no sentido da criação de um modelo de pensamento. O grupo referia-se aos estudantes da Faculdade de Direito de Pernambuco, que agregava indivíduos de várias regiões do Brasil.

tornou-se possível a abordagem da literatura e da cultura de um ponto de vista histórico-social<sup>130</sup>.

Recife foi um dos pólos de discussão das idéias científicas e culturais, que caracterizaram o quadro de mudanças na vida intelectual ao final do Império.

As polêmicas em torno da apropriação de tais idéias e dos modelos propostos para explicar a identidade nacional eram contrárias à estética romântica. Nesse sentido, o naturalismo acabou por ganhar adesão nos meios literários. Os grupos de intelectuais se agregavam na imprensa, nas associações, nas revistas literárias, promovendo um intenso clima de debate entre os bacharéis. Foi nesse período que surgiram as explicações raciais para a realidade brasileira, quando a mestiçagem e a tese do branqueamento ganharam vulto.

A mestiçagem envolvia uma questão moral, racial e cultural. Para homens como Silvio Romero e José Veríssimo, era o grande mal do Brasil e, ao mesmo tempo, sua especificidade enquanto nação. Para Silvio Romero o elemento nacional era o mestiço, o tipo novo, formado a partir de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Em uma lógica da teoria racial, influenciado pelo racismo de Arthur Gobineau, o crítico sergipano teceu sua idéia sobre a mistura das raças no Brasil, ressaltando a influência estrangeira no processo de adaptação de idéias. Assim, sua idéia de mestiçagem combinava pressupostos racistas e evolucionistas<sup>131</sup>.

Segundo Roberto Ventura, a mestiçagem e a idéia de síntese racial e cultural valorizadas por intelectuais como Silvio Romero, Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre, foram tomadas como um traço específico ou marca da identidade brasileira<sup>132</sup>.

De acordo com José Veríssimo, contemporâneo correspondente e crítico dos literatos de Recife, a primazia do movimento literário dos anos setenta devia-se a esta escola, em especial a Silvio Romero, ressaltando a importância do jornal *A Palavra*, que tinha como redatores, além de Romero, Franklin Távora, Sousa Pinto e Tobias Barreto, onde se tratava de ciência, literatura, arte e política<sup>133</sup>.

A apreensão das idéias raciológicas, científicas e positivistas foram feitas de forma seletiva, organizadas e incorporadas de maneira a combinar com a questão da diferenciação nacional, tão cara aos intelectuais naquele momento de crise do Império. Roberto Ventura argumenta que os pressupostos europeus foram integrados de forma crítica e seletiva, de

<sup>130</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 11.

<sup>131</sup> Idem, p. 48-51.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>133</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos brasileiros (1877-1885)**. Belém: Editores Tavares Cardoso & Cia, 1889, p. 120.

acordo com os interesses políticos e culturais das camadas letradas, assim, o racismo científico assumiu uma função *interna*<sup>134</sup>. Lilia Shwarcz ressalta o contexto específico no qual as idéias foram recebidas, destacando que esta seleção de idéias estava relacionada à necessidade de pensar um país tão profundamente miscigenado e, ao mesmo, transformou-se em um instrumento conservador na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já cristalizadas<sup>135</sup>.

O cientificismo promulgado no Brasil tornou-se, em grande medida, uma questão política ligada à posição do país mediante a civilização. Os pressupostos naturalistas, evolucionistas, positivistas e outros estavam combinados ao pensamento Liberal, o qual estava naquele momento em processo de renovação.

O movimento cultural não ficou restrito a Pernambuco, expandiu-se por outras províncias, nas quais se destacaram nomes como Capistrano de Abreu, Araripe Junior, Teixeira Sousa, Batista Caetano Nogueira, Machado de Assis e o próprio José Veríssimo. O que ampliava ainda mais a diversidade de atores sociais envolvidos com os novos princípios do cientificismo. Renato Ortiz ressalta o caráter sincrético da formação do pensamento intelectual de final do século, ao falar da incorporação de diversas concepções selecionadas para confrontar as questões nacionais<sup>136</sup>. A heterogeneidade do movimento cultural e científico do período não se encontrava apenas na quantidade de idéias, mas na própria diversidade entre os intelectuais, seus objetivos e individualidades, “existia uma pluralidade de grupos, que se apropriavam de novas doutrinas”<sup>137</sup>.

A produção intelectual de 1870 se inscreve em um momento específico de esgotamento do sistema Imperial, quando os três pilares de sustentação da ordem imperial estavam abalados: a escravidão, o *status quo* saquarema e o catolicismo hierárquico.

Foi neste clima político que a geração de setenta emergiu incorporando ao seu pensamento pressupostos científicos e filosóficos de várias vertentes intelectuais européias; porém, a produção dos letrados brasileiros não estava desvinculada da ação política. Ângela Alonso, tomando o movimento intelectual como uma experiência social compartilhada por seus membros, defende que a experiência da geração de 1870 foi diretamente política, assim, o critério de seleção das idéias européias era essencialmente político. Deste modo, as idéias tinham a função de manifestar o descontentamento político e produzir uma crítica, o que o

<sup>134</sup> VENTURA, Roberto. Op. Cit., p. 60.

<sup>135</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 41-42.

<sup>136</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 14-15.

<sup>137</sup> ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação. O movimento reformista da geração de 1870. **RBCS**, Vol. 15, nº 44, outubro/2000, p. 38.

caracterizava, segundo ela, como um movimento de caráter *reformista*<sup>138</sup>.

Para a autora, o sentido da produção intelectual daquela geração era a intervenção política, os agentes não visavam reproduzir ou construir sistemas abstratos, e sim buscavam subsídios para entender situações que vivenciaram e desvendar linhas eficazes de ação política<sup>139</sup>. O argumento de Alonso vai além de pensar o movimento como simples “modismo” da época e o caráter puramente ensaístico e/ou teórico que repousava sobre a produção intelectual deste momento, à medida que conecta o pensamento e a produção intelectual às redes sociais e políticas existentes ao final do Império.

Percebemos que o movimento cultural produzido pelos intelectuais da geração de 1870 situou-se no interior de um cenário de mudanças sociais e políticas. Esta experiência foi incorporada no processo de elaboração de seu pensamento e na apropriação dos pressupostos cientificistas, positivistas, naturalistas entre outros. O pensamento intelectual, como instrumento de intervenção política e crítica social, contribuiu para estreitar as relações entre o campo intelectual e o campo político.

A preocupação destes literatos com a fundação dos elementos verdadeiramente nacionais e a própria valorização da idéia de mestiçagem, já anunciavam perspectivas que o modernismo adotará ao final dos anos de 1920.

No Pará, os principais expoentes deste movimento cultural são José Veríssimo e o escritor Inglês de Sousa, ambos oriundos da cidade de Óbidos. Tributários do naturalismo reforçaram uma tendência regionalista: o primeiro em estudos culturais e etnográfico e o segundo em seus romances. José Veríssimo esteve vinculado ao arcabouço intelectual produzido pelo evolucionismo e naturalismo, incorporou, assim, aos seus argumentos as teorias raciais, o cientificismo, bem como as leituras feitas sobre a região por naturalistas e cientistas em geral, como Louis Agassiz, Arthur Gobineau e o próprio Couto de Magalhães.

Logo no início de seu estudo sobre as raças cruzadas do Pará, o autor faz questão de explicar como ocorreu a mestiçagem na Amazônia, valendo-se de uma linguagem evolucionista, situou as condições históricas nas quais ocorreram as misturas de raças e o resultado dos cruzamentos, como o “tapuio”, tipo social que ele enfatiza<sup>140</sup>.

A essa população que habita as margens do grande rio e dos seus numerosos afluentes, vivendo a nossa vida, contribuindo para a nossa receita, trabalhando nas nossas indústrias, e que não é nem o índio puro, o brasílio-guarani, nem o seu

<sup>138</sup> Idem, p. 35-37.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>140</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia** - sua linguagem, sua crença e seus costumes. Rio de Janeiro: Revista trimestral do IHGB, 1889.

descendente em cruzamento com o branco, o mameluco, é que, parece-me, cabe o nome tapuia<sup>141</sup>.

O autor identifica o tapuio como o indígena legítimo, mas que havia recebido grande influência dos brancos nos costumes e na linguagem, sem alcançar o estado civilizado, era um indígena semi-civilizado. Veríssimo transporta as leituras sobre a mestiçagem e o racismo científico para a realidade da Amazônia. Ao considerar os tipos sociais e a história local, ele analisou a contribuição dos cruzamentos raciais para a formação do elemento nacional.

Por sua vez, Inglês de Sousa, considerado o primeiro romancista da Amazônia, retratou em suas narrativas ficcionais a vida na região, abordando a partir de uma ótica regionalista os costumes, o modo de vida e o cotidiano dos grupos locais. Os romances inglesianos discutem as relações entre o homem e o meio, a natureza e as condições sociais de existência, que produzem as formas de sobrevivência e as relações sociais na região, colocando como eixo central da narrativa uma luta constante<sup>142</sup>. Em *História de um pescador*, o romancista apresenta o tapuio como um tipo cercado por infortúnios, adversidades sociais e naturais que o colocam no limite da sobrevivência.

Não cessam os livros de falar da grande fertilidade das nossas terras. Os autores desses livros não chegam a ver senão a superfície das coisas. Demais eles não conhecem as nossas condições de existência! Sabeis o que é pior ser pobre no Amazonas? É ser escravo. É pior do que isso. O escravo tem seguro o alimento, e portanto a vida. O miserável tapuio nada tem de seguro no mundo. (...) E, no entanto, José Trabalhava (...). Dizem que o tapuio é pouco regrado, que gasta em horas o trabalho de uma semana, de um mês, e ele vivia, como já vos contei, miseravelmente, sentia a fome roer-lhe as entranhas, economizava e nada tinha. Podeis acreditar, amigo, que o mal não está no tapuio, ignorante e desprevenido como uma criança. O mal do Amazonas está nesses homens vis e infames, que se locupletam com o sangue alheio (...)<sup>143</sup>.

O autor descreve o tapuio como um sujeito entregue a própria sorte, vilipendiado pelos coronéis e capitães que viviam no interior da Amazônia. No entanto, esta condição é lançada como resultado do ambiente e das relações sociais desiguais, onde o meio agia implacavelmente na formação do caráter do indivíduo.

Inglês de Sousa destaca que, a princípio, José não nutria sentimento de revolta contra seu patrão, no entanto, com o passar dos anos ocorre uma mudança de postura, devido, entre

<sup>141</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Belém: Ed. da UFPA, 1970, p. 14.

<sup>142</sup> SALLES, Vicente. Introdução. In: SOUSA, H. Inglês. **História de um pescador**: (cenas da vida no Amazonas). Belém: EDUFPA, 2007.

<sup>143</sup> O autor adota um tipo de narrativa que, freqüentemente, pode lembrar um documentário, ele sai da condição de narrador e se coloca como um denunciante e crítico de uma situação flagrante, no caso citado a exploração desmedida contra o tapuio. In: SOUSA, H. Inglês. **História de um pescador**: (cenas da vida no Amazonas). Belém: EDUFPA, 2007, p. 67.

outros fatores, à demasiada exploração sofrida pelo tapuio. Assim, ele argumenta: “Isto prova que o tapuio ignorante, descuidoso, é bom de índole, e se torna mau pelas circunstâncias”<sup>144</sup>. Para o literato, o tapuio, em função dos fatores determinantes do meio, vivia uma espécie de sina.

O tapuio é o mestiço da Amazônia, ocupou as páginas dos romances de Inglês de Sousa bem como os estudos etnográficos de Veríssimo e Couto de Magalhães, é o elemento que transita e compõe a dinâmica social na região, fruto da mistura entre índios e brancos e outros cruzamentos posteriores. Quando o determinismo geográfico e social, ligados ao evolucionismo, ganhou destaque, ele se tornou o objeto de investigação local.

Assim, naquele momento, as mazelas sociais começaram a ser explicadas considerando o caráter do indivíduo, sua hereditariedade e o meio ambiente no qual interagiu. Nesse sentido criou-se uma série de representações e estigmas sobre o tapuio, como o “indiferentismo” e o “nomadismo”. Tais concepções eram fruto da influência das novas doutrinas científicas e filosóficas (como o naturalismo e o darwinismo), adaptadas às condições específicas da realidade amazônica.

Procuramos pensar nossos intelectuais inseridos em movimentos culturais vários que se relacionavam com a cultura política que vivenciaram. Por este motivo, as filiações políticas e ideológicas e a formação individual merecem ser pensadas no conjunto das redes de relações que os intelectuais estabeleciam. De forma que cultura política e movimentos culturais estavam completamente imbricados na dinâmica Imperial. Tal aspecto pode ser um viés para explicar as possíveis mudanças de opiniões e posições, ou aparentes contradições encontradas no discurso dos intelectuais.

Alexandre Mansur Barata ressalta que, para o historiador, o interesse na identificação de uma cultura política é duplo. Em primeiro lugar, o interesse na sua dimensão individual permite compreender as raízes e filiações dos indivíduos, procurando restituir a coerência de seus comportamentos pela descoberta de suas motivações. Em segundo lugar, na dimensão coletiva da cultura política, compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura política (visão comum do mundo, leitura partilhada do passado, vocabulário, sociabilidade própria, gestos, símbolos)<sup>145</sup>.

Nos diferentes âmbitos do pensamento intelectual, vimos que a formação da identidade e a idéia de nação sustentavam, em última análise, as preocupações mais

---

<sup>144</sup> Toda a trama da obra evidência as relações de trabalho vigentes na Amazônia na segunda metade do século XIX, baseadas no aviamento e na exploração dos pobres livres, que muitas vezes eram cooptados a viver sob o controle dos proprietários de terras. Idem, p. 68.

<sup>145</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., p. 355.

específicas dos intelectuais. Esta perspectiva atendia a duas dimensões: primeiramente, era objetivo do Estado Imperial criar uma unidade cultural e política para assegurar o controle do país e propiciar a construção da nação, também como forma de construir e legitimar o território, por meio de uma expansão política que o romantismo literário ajudou a consolidar.

Em segundo lugar, discutir a nação era algo que refletia uma demanda histórica para aqueles homens, tendo em vista as mudanças políticas pelas quais o Brasil passou, principalmente depois da Guerra do Paraguai, associadas às transformações culturais inspiradas nas idéias vindas da Europa: a nação precisava ser definida para se determinar o rumo no qual deveria seguir, o que teve relevância no período em que se formou a geração de 1870.

Interessante notar que nos diferentes momentos da promoção intelectual houve um sentido de missão civilizadora sempre presente no discurso e nas transformações mentais que viveram os homens de letras. Estas mudanças repousaram também sobre as percepções acerca das populações indígenas, que vinham sendo alvo de sucessivas formas de civilização desde a Colônia.

Ao tratar, portanto, da veiculação entre o poder no Império e os diferentes momentos do campo intelectual, podemos dizer que o Romantismo literário operou com mais vigor no momento da consolidação do Estado Imperial, em meados da década de 1840 até o início da década de 1860. Período no qual os letrados potencializaram os objetivos de afirmação da nação e do território nacional, como um dos suportes da direção política saquarema.

Por ocasião da crise da monarquia, inaugurada com o decorrer da Guerra do Paraguai, o quadro intelectual mudou e sua relação com o campo de poder tornou-se mais tensa, em função do avanço de diversos grupos políticos contrários, em algum aspecto, à estrutura imperial. Por isso, abolicionistas, liberais e republicanos foram identidades políticas que agregaram intelectuais de diversos movimentos culturais nos anos 1870 e 1890, como o naturalismo e o cientificismo, que ajudaram a reconduzir o pensamento sobre a nação brasileira e as possíveis reformas sociais.

Entretanto, podemos dizer que houve grande fluxo de intelectuais da Era da consolidação e do momento posterior à Guerra do Paraguai, muito embora esses limites sejam tênues e difíceis de estabelecer, além do fato de que as novas idéias culturais e científicas não acionavam automaticamente uma oposição à estrutura política. Couto de Magalhães, por exemplo, ao mesmo tempo em que incorporou os princípios do evolucionismo, sendo um dos fundadores desta etnografia no Brasil, manteve-se fiel à monarquia e ao Imperador. Os avanços e recuos nos valores políticos dos intelectuais, a apropriação sincrética de idéias

científicas, a relação ambígua com o poder, tudo isto revelou o grau de complexidade da atividade intelectual no Estado Imperial.

Tais perspectivas acerca dos movimentos culturais e das mudanças políticas revelam que a experiência histórica interage continuamente com a produção intelectual, na qual transparece a individualidade do autor, bem como sua ação política. Como nos lembra Edward P. Thompson, os valores intelectuais podem ser vividos no contexto da experiência<sup>146</sup>.

#### ***4 - Intelectuais e política na província do Pará***

A era das conspirações passou. As tempestades, que ennegrecerão outr'ora o nosso horizonte político, foram custosas lições que nos amestraram na carreira da existência social. Em todas as províncias do Império são as questões de melhoramentos materiais as que mais prendem à atenção publica; e é nestas felizes disposições que também encontraes o sentimento dos povos do Pará.

Henrique de Beaurepaire Rohan,  
Presidente da província do Pará, Relatório de 1856.

Certo otimismo emerge da fala do engenheiro militar, ao situar o Pará em um tempo de ordem e desenvolvimento, como ressonância da boa fase pela qual passava o Brasil em meados da década de 1850. Este período não é celebrado por acaso: marcou, de um lado, alguns melhoramentos materiais (principalmente nas cidades), fruto do crescimento econômico e, de outro, uma estabilidade política e social que consolidado pela ordem senhorial escravocrata. Foram mudanças significativas se considerarmos as revoltas populares dos anos 1830 e as incertezas políticas que a Monarquia viveu entre 1830 e 1840. A ordem imperial finalmente se organizara.

A economia da Pará experimentou um crescimento significativo a partir desses anos, em função do aumento do preço da borracha e da demanda pelo produto, o que trouxe um volume de capital expressivo para a região e garantiu o aumento da renda pública e dos ganhos privados<sup>147</sup>. Este comércio, vinculado à euforia do desenvolvimento industrial que movimentava as economias dos Estados Unidos e da Europa, colocava a Amazônia na rota do capitalismo industrial. Os rendimentos do comércio da seringa permitiram que se formasse no Pará um mercado consumidor de bens materiais e culturais, vindos das indústrias européias,

<sup>146</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit., p.25-26.

<sup>147</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Anteato da Belle-Époque: Imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850. *Rev. Cult. do Pará*, vol. 16, nº 2, Jul/Dez-2005, pp. 199-215, p. 201-203.



principalmente franceses, o que gerou um processo de elitização de alguns setores da sociedade paraense.

Belém viveu um notório desenvolvimento, algumas esferas do espaço público apresentaram melhorias, como nos serviços e na infra-estrutura urbana, assim como outras cidades brasileiras como Recife, Rio de Janeiro e Salvador, o que representava uma valorização do mundo urbano e de um padrão de civilidade burguês<sup>148</sup>. Lembremos que o século XIX está repleto de avanços técnicos e científicos, que materializavam um estilo de vida urbano, cosmopolita, o que caracterizou o tipo de civilização ocidental oitocentista, movida por valores liberais burgueses. A introdução de novos elementos materiais e culturais no espaço amazônico provocou muitas transformações aos tradicionais modos de vida das populações locais, dentre as quais os grupos indígenas.

Neste cenário de transformações estiveram no Pará, nas décadas de 1850 e 1860, dois de nossos lentes preocupados com a civilização indígena: o Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan e o general Couto Vieira de Magalhães. Ambos foram indicados pelo Imperador para exercer a função de presidente de província no Pará, cargo que o primeiro ocupou de 1856 a 1857, e o segundo entre 1864-1866. Haviam trabalhado em outras províncias e já despontavam como homens de letras. Ao passar pela Amazônia paraense, com perspectivas e em momentos distintos, fizeram observações significativas sobre a dinâmica e a população local, que valeram importantes inflexões em seus trabalhos.

O reflorescimento das atividades econômicas na região, tanto no extrativismo como na agricultura, e o surgimento de diversos ofícios e trabalhos urbanos contribuíram para o fomento do comércio e o crescimento das cidades. Este processo indica uma relativa modernização da região, o que significou, ao mesmo tempo, a sua inserção na lógica capitalista internacional e uma maior integração econômica e geográfica ao Império. Dois eventos foram importantes para viabilizar tais mudanças: a introdução da navegação a vapor na região, em 1852, e a abertura do rio Amazonas em 1865. Ambos possibilitaram maior circulação de mercadorias, pessoas e trocas culturais na Amazônia.

Existia um duplo objetivo nessas ações. Primeiramente, o econômico, havia o interesse dos comerciantes brasileiros e estrangeiros em tornar mais rápido o comércio na região, possibilitando maior circulação de capitais, a fim de dinamizar a economia da região<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup>BARRETO, Mauro Vianna. A sedução da civilidade: O mundo urbano e Rural Amazônico Oitocentista na obra literária de Inglês de Sousa. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar (Org.). **Terra matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 85.

<sup>149</sup>Vitor Gregório aponta que o saldo das exportações foi positivo para a província e para o Império após da implantação da Companhia de Navegação do Amazonas. GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor:

Secundariamente, havia uma importância nacionalista que envolvia a implantação da Companhia do Barão de Mauá, pois a navegação a vapor representou a incorporação definitiva da região amazônica ao conjunto do Império Brasileiro, o que simbolizava a integração do norte ao restante do país.

Desse modo, os vapores e a abertura do rio Amazonas representaram esforços no sentido de desenvolver economicamente o norte do país, assegurando a soberania brasileira sobre a região.<sup>150</sup> Em um dos seus relatórios, Henrique de Beaurepaire Rohan comenta sobre a implantação da navegação a vapor:

este sistema (*a navegação*) melhorou consideravelmente, desde o estabelecimento da companhia de navegação e commercio do Amazonas, estabelecimento devido ao prestante cidadão o Senr. barão de Mauá. As viagens, tão morosas outr'ora, são hoje objecto de poucas horas<sup>151</sup>.

Em um de seus relatórios, Couto de Magalhães lembrou a importância da navegação a vapor na região, como elemento civilizador. Ao tratar da indústria na província, ele comenta:

(...) Cumpre notar que nesta matéria não estamos estacionarios. A assembléa provincial empregou alguns meios que forão produtivos - sobretudo depois que appareceu a companhia do Amazonas, a quem devemos o immenso serviço de haver entre nós introduzido em auxílio da agricultura o vapor - esse primeiro agente da civilização moderna<sup>152</sup>.

Os investimentos econômicos estavam revestidos de um conteúdo civilizatório, subsidiado por uma idéia de progresso. Na Amazônia, que ainda era lembrada (além do exotismo) por seu isolamento e atraso econômico e social, a introdução destes símbolos do progresso (como acontecerá com a ferrovia ao final do século<sup>153</sup>, o que será abordada no terceiro capítulo), continha um significado amplo: era uma forma de avanço nas atividades econômicas e, ao mesmo tempo, representava a inserção da região na dinâmica da civilização burguesa, por meio da circulação de pessoas e mercadorias.

---

navegação e desenvolvimento na Amazônia do XIX. Belo Horizonte. **Nova Economia**. Janeiro-Abril, 2009, pp. 185-212, p.199-201.

<sup>150</sup> Ainda que o debate sobre a abertura do Amazonas fosse um tema que se desenrolava no senado desde os anos 1840, foi apenas nos anos sessenta que foi permitida a navegação estrangeira no rio, a demora deu-se em função do temor do governo brasileiro de perder a soberania na região. Idem, p. 208-211.

<sup>151</sup> **PARÁ**. Relatório de Henrique Beaurepaire de Rohan de 15/08/1857, p. 25.

<sup>152</sup> **PARÁ**. Relatório de Couto Vieira de Magalhães de 15/08/1864, p. 8.

<sup>153</sup> Em o “Trem fantasma”, Francisco Foot Hardman analisa a construção da ferrovia Madeira-Mamoré na Amazônia, enfatizando os paradoxos da modernidade imposta em meio à selva, o que resultou em um projeto inconcluso que, ao contrário do esplendor do progresso, deixou apenas um cenário de fantasmagoria e melancolia para os habitantes da região. In: **HARDMAN**, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Durante este processo de modernização, Henrique de Beaurepaire Rohan chegou ao Pará em 1856. Havia atuado como presidente de província e secretário de obras públicas em províncias como São Paulo, Paraná, Mato Grosso e outras. Como vimos, por muito tempo compôs a comissão de trabalhos geográficos do IHGB. Seu ofício e sua aptidão às letras – condição que ele cultivou na própria família<sup>154</sup> – foram importantes para que o autor se destacasse enquanto um respeitado engenheiro e, paralelamente, desenvolvesse um trabalho etnográfico relevante, fruto de suas andanças pelos sertões do Brasil; o que lhe proporcionou um conhecimento ocular da realidade dos grupos que habitavam o país, com destaque para as populações indígenas. Fato que o autor faz questão de ressaltar, ao tratar do tema:

(...) quem, como eu, os observou nos seus alojamentos selvagens e teve ocasião de estudar sua aptidão industrial, sua índole e sua natural propensão para a vida social (...)<sup>155</sup>

Na província de Mato Grosso, tive ocasião de me convencer por mim mesmo do incontestável merecimento dessa gente e de estudar sua índole, para daí deduzir os meios que deveria algum dia propor para utilizá-la<sup>156</sup>.

O autor reivindicava que o contato e a convivência com os indígenas o credenciam para tratar da civilização indígena. Valendo-se desta experiência ele elaborou seu projeto de civilização.

Apesar do projeto de catequese propriamente dita, ser objetivo do terceiro capítulo, um aspecto se faz necessário adiantar. Como dito anteriormente, as considerações de Beaurepaire Rohan sobre a civilização indígena nascem em oposição às idéias de Adolfo Varnhagen sobre os índios, assim, ele se insere nos debates indigenistas logo em seu início, na década de 1850. Enquanto o autor do “Memorial Orgânico”<sup>157</sup> defendia que era justificável a violência contra os índios, Rohan insistia que os meios brandos e pacíficos eram a melhor forma de civilizá-los, além de discordar profundamente do Regulamento das Missões de 1845.

---

<sup>154</sup> O visconde Henrique de Beaurepaire Rohan nasceu em Niterói, em 1812 e morreu em 1894, viveu assim os principais acontecimentos do Oitocentos brasileiro. Oriundo de uma família aristocrática com raízes francos-lusitanas teve uma formação erudita desde jovem. O militar engenheiro fez parte do seletto grupo do Imperador, ocupou cargos públicos e sempre esteve ao lado da Monarquia, freqüentou desde cedo a Escola Militar, e em 1837, formou-se engenheiro, participou da Guerra do Paraguai, tornou-se posteriormente Conselheiro de Guerra e de Estado, além de contribuir com várias publicações científicas e literárias. In: ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 102-103.

<sup>155</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil. **Revista Guanabara**, Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, Tomo II, 1853, p. 191.

<sup>156</sup> Idem, p. 192.

<sup>157</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial Orgânico. **Revista Guanabara**, Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, 1851.

Enquanto engenheiro, Beaurepaire Rohan foi responsável pela construção de grandes obras no Paraná, no Mato Grosso, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde é considerado pioneiro na elaboração de um plano urbanístico global para a cidade<sup>158</sup>. Para Verena Andreatta, o diretor de obras viveu um momento significativo da engenharia, com o nascimento da urbanística, quando surge um novo formato de *urbe* ajustado às necessidades da cidade moderna. Segundo a autora, Beaurepaire de Rohan, no caso da Corte, viveu uma transição entre a engenharia militar para um novo modelo de cidade, no qual os problemas urbanos eram centrais na organização do espaço<sup>159</sup>. Esta transição apresentava um modelo de cidade que começava a vigorar no Oitocentos, baseado na civilidade urbana, em um modelo de *urbe* pautado na civilização burguesa.

Esta perspectiva de uma nova configuração urbana, que sugere uma apropriação burguesa dos espaços da cidade, primando pelo embelezamento e higiene, também apareceram em Belém:

Não há duvida, senhores, que precisamos de um teatro digno da capital da província; mas cumpre que elle seja convenientemente collocado. O actual já não se compadece com a importância crescente que vai adquirindo a formosa cidade do Pará. Todavia, é nelle que funciona a companhia dramatica que existe nesta cidade, e que constitue a única diversão de que pode dispôr a classe mais ilustrada da população. As representações dramaticas, proporcionando um entretenimento agradável e innocente, tem a vantagem não só de inspirar a dedicação a litteratura e bellas artes, como também o de prestar um serviço a sociedade fomentando diversas pequenas indústrias que formam o patrimônio das famílias pobres<sup>160</sup>.

As palavras do presidente demonstram a relação entre a modernização do espaço urbano e a promoção da cultura erudita, como meio de desenvolvimento.

Se os valores liberais burgueses, como trabalho regular, indústria e vida cidadina, fecundavam no imaginário dos eruditos um modelo de sociedade específico, o que se apresentava como seu oposto gerava estranheza e desconfiança. Era o que acontecia com as impressões sobre a Amazônia formulada pela maioria dos intelectuais. Ao comentar sobre os costumes do povo do Pará, o Visconde de Rohan condenou alguns aspectos, como o fato da população se “embrenhar nas matas” para colher os produtos da floresta.

---

<sup>158</sup> Seu "Plano Colossal" buscava reordenar em vários aspectos o traçado urbano, que estava pautado em uma corrente higienista que vai influenciar o século XIX, o autor combina elementos do urbanismo nascente com a engenharia militar, o que contribuiu para que o plano de Beaurepaire transformasse profundamente o traçado urbano do Rio de Janeiro. ANDREATTA, Verena. Op. Cit., p. 114-116.

<sup>159</sup> Idem, p. 116.

<sup>160</sup> **PARÁ**. Relatório de Henrique Beaurepaire de Rohan 15/08/1856, p. 16.

Ali, expostos a todos as intempéries, privados de uma alimentação conveniente, sem meio algum therapeutico, sacrificão-se, sacrificão suas mulheres e filhos e, se, a troco de tão rude trabalho, adquirem algumas arrobos do ambicioso produto, regressão a seus lares, com todos os germens da miséria e da morte<sup>161</sup>.

A colheita exclusiva de produtos silvestres não é certamente a industria de um povo civilizado. Aquela que praticam os nossos íncolas não tem em resultado somente prejudicar uma ou outra família; ela afeta a generalidade da população, implica com a civilização e, mais que tudo, é a causa de uma mortandade que luta com qualquer esforço que tentemos, para dar mais incremento à nossa tão rara população<sup>162</sup>.

No contato com a dinâmica social da província, Henrique de Beurepaire Rohan reafirmou sua crença nos valores da civilização, como forma de progresso de um povo.

Do ponto de vista intelectual, Beurepaire envolveu-se com as questões relativas à formação da nação e da identidade nacional, e o viés que ele adotou pra enfrentar esta questão era territorial. Em seu projeto de civilização indígena, ele sugere que a melhor forma de aproveitar os indígenas é civilizá-los para garantir a ocupação e a unidade do território nacional<sup>163</sup>. Tal argumento apresenta uma visão pragmática da catequese combinada à necessidade de garantir a hegemonia do território.

Apesar de ter vivenciado a época do Indigenismo literário e, mais tarde, os debates raciológicos, liberais e cientificistas que começaram na década de 1860, Beurepaire de Rohan não adentrou por estes meandros, seu diálogo com o Romantismo foi baseado no nacionalismo, em uma perspectiva territorial, semelhante à Couto de Magalhães, outro intelectual militar, indigenista, que assumiu a presidência da província do Pará em 1864 e permaneceu até 1866.

O general Couto Vieira de Magalhães despontou como intelectual sob as influências diretas do evolucionismo, o pensamento que organizou sua compreensão sobre as populações indígenas. Por este motivo, ele privilegiou em suas pesquisas os estudos etnográficos e lingüísticos, sua qualidade de pesquisador, folclorista e antropólogo se destacava em meios as funções administrativas que desempenhava<sup>164</sup>. Segundo Maria Helena Machado, Couto de Magalhães “soube expressar certa configuração do Brasil, dedicando sua vida pessoal em prol

<sup>161</sup> PARÁ. Relatório de Henrique de Beurepaire Rohan de 15/08/1857, p. 7

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> ROHAN, Henrique de Beurepaire. 1853. Op. Cit.

<sup>164</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. **O Selvagem**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1975, p.7-8.

da nacionalidade”, criando assim, muitas matrizes do imaginário brasileiro que persistiram por muito tempo no pensamento nacional<sup>165</sup>.

Sua permanência na província do Pará foi fundamental para a elaboração de sua principal obra, *O selvagem*: um estudo antropológico sobre as populações indígenas, em grande parte fruto das experiências que teve na Amazônia. Nesta obra, apresentada na Exposição Universal, ocorrida 1876, o autor analisou a vida dos indígenas e sua cultura, adotando como principal método a lingüística, por meio da qual a tradução e o intérprete eram ferramentas fundamentais no processo de conquista desses grupos<sup>166</sup>. Os estudos sobre a língua, os costumes, as lendas e o modo de vida das comunidades indígenas, realizados por meio da própria língua indígena é o grande diferencial do livro. Para Marcio Couto Henrique, o general acreditava que a língua era o meio para melhor compreender o universo indígena. Desta forma, era possível se aproximar das experiências históricas vividas pelos indígenas<sup>167</sup>.

Couto de Magalhães elaborou um inventário amplo e minucioso da cultura indígena, baseado na observação e no contato com estes grupos, inspirado nas categorias de mestiçagem, raça, sangue, vindas dos pressupostos do evolucionismo biológico<sup>168</sup>. É deste modo que o autor se apropria do Indigenismo, por meio de um viés cientificista, apresentando em sua proposta, um meio de civilização e aproveitamento econômico das populações indígenas<sup>169</sup>.

O aproveitamento do indígena era um tema em voga entre os intelectuais brasileiros na segunda metade do século XIX, sempre combinado a uma concepção de nação e a um esforço de determinar o caráter do nacional. José Couto Vieira de Magalhães ganhou notoriedade na década de 1860, quando o cientificismo conquistava mais espaço no universo intelectual, enquanto no campo político o Brasil enfrentava a Guerra do Paraguai, que prejudicou sobremaneira as finanças do Império.

Ao propor o seu plano de civilização indígena, o General justificava a incorporação do índio ao Império, por meio da necessidade de desenvolvimento econômico e para legitimar a ocupação no interior, além de controlar o crescimento das populações indígenas. Os limites entre o território dos não-índios e os nativos aparecem como uma preocupação logo no início de *O Selvagem*. Ao considerar suas viagens ao interior do Brasil, ele observa:

<sup>165</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

<sup>166</sup> MAGALHÃES, General Couto. 1975. Op. Cit., p. 27.

<sup>167</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. **O General e os tapuios**: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876). Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2003, p. 13.

<sup>168</sup> MAGALHÃES, General Couto. 1975. Op. Cit., p. 9-10.

<sup>169</sup> SOUSA, Francisco Gouvea de. Op. Cit., p. 59.

(...) vi que todas as nossas comunicações pelo interior estavam à mercê dos selvagens, porque nós, população cristã, possuímos apenas a circunferência desta enorme área chamada Brasil. (...) O fato da existência desse milhão de braços, ocupando e dominando a maior parte do território do Brasil, podendo irromper para qualquer lado contra as populações cristãs, é um embaraço para os progressos do povoamento do interior e é um perigo que crescerá na proporção em que eles forem ficando mais apertados: a questão, pois, não versa só sobre a utilidade que podemos tirar do selvagem; versa também sobre os perigos e despesas que faremos, se não cuidarmos agora de amansá-los<sup>170</sup>.

É possível notar que as apreensões do autor em relação às populações indígenas se revestem de um sentido econômico e territorial, civilizar o índio representava obter o domínio sobre o interior.

No Pará, o desenvolvimento econômico era pauta constante em seus relatórios, ele acreditava que por meio do trabalho do indígena era possível promover a indústria na província.

(...) criar necessidade, civilizando o povo e dando-lhe instrução, são meios de fazer aparecer industria; são lentos é certo, mas também seguros. (...) a uns e outros (produtores do Pará) falta a necessária instrução, mas especialmente ao grande proprietário faltão as idéias e usos necessários ao emprego de machinas para melhoramento dos produtos agrícolas<sup>171</sup>.

(...) E de mais, se com os braços que possuímos podemos triplicar nossa renda provincial e geral, com que fim importar estrangeiros antes de haver conseguido frutificar os nossos? É melhor e mais razoável que eduquemos primeiramente nosso povo, que por esse meio elevemos nossa industria a um grau de aperfeiçoamento grande, do que estar a fazer despesas com importação de homens, que não estando acostumados, são em pouco tempo, e por via de regra, consumidores que nada produzem<sup>172</sup>.

Ele Propunha aproveitar os braços disponíveis na região para a geração de renda, e assim, dispensar o trabalho (e as despesas) com a importação de estrangeiros. Por isso, ele defendia o aproveitamento econômico dos indígenas, estudá-los significava “a solução de um problema importante”<sup>173</sup>.

Portanto, a operação etnográfica realizada pelo general teve um sentido amplo, que se relacionava com a fase política que ele experimentou (relativa à Guerra do Paraguai e a crise da monarquia), que pode explicar o argumento territorial presente em seu discurso; e científico, quando ele incorporou o evolucionismo e a lingüística, para subsidiar seu argumento de civilização indígena, que se assentava sob três elementos: o missionário, o

<sup>170</sup> MAGALHÃES, General Couto. 1975. Op. Cit., p. 25.

<sup>171</sup> PARÁ. Relatório de Couto Vieira de Magalhães 15/08/1864, p. 7-8.

<sup>172</sup> Idem, p. 14

<sup>173</sup> MAGALHÃES, General Couto. 1975. Op. Cit., p. 25-26.

intérprete e a colônia militar<sup>174</sup>.

As preocupações de Couto de Magalhães estavam fixadas na construção da identidade nacional, pensada sob a égide do evolucionismo em curso em meados dos anos 1870. O autor elaborou um inventário de costumes e tradições indígenas baseado nos trabalhos de campo, no contato etnográfico, em uma tradução da cultura indígena. Esta perspectiva reflete um momento peculiar de produção da história e da cultura nacional, que ocorreu dentro do próprio IHGB, relacionada a uma visão muito mais racional dos fenômenos sociais e culturais.

Se o universo intelectual a partir dos anos 1860 estava marcado pela utilização de conceitos e explicações que privilegiavam as categorias raciológicas e evolucionistas, o contexto político se mostrava tumultuado em função da crise do Império, momento no qual, muitos grupos políticos se fortaleceram. No mesmo cenário, em meio a republicanos, liberais, maçons, abolicionistas, outro grupo passou a protagonizar os embates políticos: o Clero, em especial aquele ligado ao ultramontanismo. Alguns padres tiveram grande relevância nesse processo como o bispo de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e o bispo do Pará, Dom Antônio Macedo Costa.

O pensamento ortodoxo cristão no Brasil do segundo Império tem no bispo do Pará, D. Antonio Macedo Costa, um dos principais expoentes. Ele ficou conhecido pelos conflitos com os líderes da maçonaria na chamada “Questão religiosa” em 1872, ocasião na qual os bispos do Pará e de Olinda foram presos. Este evento se inscreve em um contexto de embates entre o Clero Ultramontano e os políticos liberais. Os padres ultramontanos, inspirados pelo Concílio do vaticano I (1869-1870), defendiam uma proposta conservadora de inserção da Igreja no mundo secular, que regulava a vida social, mesmo no interior da atividade política<sup>175</sup>. Tal atitude fez-se como uma reação a adoção do Liberalismo como doutrina política e social. Porém, os ultramontanos não representavam um grupo único dentro da Igreja, havia outros que eram inclusive adeptos do pensamento liberal.

O incidente com a maçonaria foi o conflito que simbolizou a oposição entre o viés conservador da Igreja aos princípios liberais, que pregavam a secularização do Estado e da sociedade. As idéias liberais no Brasil começaram a ganhar mais espaço ao final da década de 1870, inspiradas no liberalismo europeu, mas em solo brasileiro, elas foram se modificando

<sup>174</sup> HENRIQUE, Marcio Couto. Op. Cit., p. 35.

<sup>175</sup> O clero ultramontano pretendia aprofundar o conservadorismo, romano eclesial e sacramental, em franca atitude contra o Liberalismo. Era uma reação frente às liberdades de Estado e governo que limitava cada vez mais a participação da Igreja na ordem social. In: SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1820). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº 46, pp. 123-146, 2003.



ao longo do século. Os parlamentares liberais reivindicavam a modernização do país, por meio de maior liberdade de culto, casamento civil, e a secularização de alguns espaços, como os cemitérios<sup>176</sup>. Estas medidas eram contrárias ao clero ultramontano, que via no liberalismo uma ameaça à posição da Igreja Católica na sociedade. Por este motivo, a maçonaria, que defendia reformas liberais, foi o principal alvo de críticas dos bispos ultramontanos.

Tais circunstâncias históricas nos mostram o horizonte social no qual o bispo do Pará falava, enquanto intelectual da Igreja, seus discursos estavam subsidiados no pensamento ultramontano, marcado pelo combate ao liberalismo e pela centralização de Roma sobre o Clero. As críticas à maçonaria eram recorrentes em seu jornal na província *A boa Nova*<sup>177</sup>. Em última instância, tratava-se de discutir o papel que a Igreja assumiria frente às novas mudanças sociais. Assim, a moralização da vida social, que significava o aumento do controle da Igreja, sobre o mundo secular e na política, era um dos principais argumentos do bispo.

Na Amazônia, o bispo atuou nos meios políticos e eclesiásticos, na defesa da moral cristã e normatização dos costumes, enfatizando a questão da espiritualidade e o aspecto missionário. Neste último, ele dedicou atenção especial à civilização indígena, inclusive, com a criação de uma escola voltada para o ensino de ofícios a meninos índios nos anos 80.

O bispo defendia a civilização indígena subsidiada na moral cristã, na educação e no trabalho. Suas idéias de modernidade e progresso não estavam desvinculadas da uma prática do catolicismo. Desta forma, ao analisar as populações da Amazônia, ele considerou seu caráter e o que poderia ser feito para seu desenvolvimento.

Compõe-se o fundo da população do Amazonas da raça indígena, pura ou já modificada, mas conservando, mau grado seus defeitos, as qualidades de seu typo. Docil, inteligente, mansa, sóbria, capaz de suportar as maiores privações e fadigas: tal o caráter desta raça, que, com ser instruída e educada muitíssima imperfeitamente, ahi está já offerecendo um elemento útil ao trabalho nacional<sup>178</sup>.

O bispo do Pará comenta que estes povos que viviam nos interiores, próximos aos rios e florestas, “entregues a própria sorte”, não tinham nenhuma assistência espiritual e social, assim permaneciam ao largo da civilização. “Naquelles ermos longinquos seringais nenhuma igreja, nenhuma escola, nenhuma feira, nenhum meio de convivência e aperfeiçoamento social”. O suposto isolamento em que vivem as comunidades do Amazonas, portanto,

<sup>176</sup> Idem, p. 2-4.

<sup>177</sup> O jornal reproduzia várias notas de relatos de pessoas que tiveram “experiência negativa” com a maçonaria e voltavam à fé católica. **PARÁ**. Jornal “A boa Nova” – 01/04/1877.

<sup>178</sup> COSTA, Antonio Macedo. **A Amazônia**: meio de desenvolver sua civilização (Conferência de 21 de Março de 1883). Pará: typ. do livro do Comércio, 1883, p. 05.

representava uma decadência moral e espiritual. Tal estado era considerado nocivo para o progresso desses grupos.

Senhores, não se pode a civilização existir e desenvolver-se sem certos adminículos que são, por assim, dizer os seus fatores. Apego ao solo e à propriedade, lavoura sedentária, uma boa organização familiar e do trabalho, um lar com suas tradições venerandas transmitindo-se de pai a filhos, boa administração da justiça, a religião com as sublimes emoções de suas festas, o campanário a derramar pelos ares o seu hino harmonioso nas horas do crepúsculo, a pia sagrada onde se recebeu o batismo, o tabernáculo que se abriu ao enlevo místico da primeira comunhão (...). Outros tantos elementos essenciais, cuja a ação combinada dá, como resultante, a civilização de um povo<sup>179</sup>.

Bem como os demais intelectuais, ele defende a promoção do trabalho regular. A combinação entre trabalho e o cultivo da fé são vistos como formas de normatização da vida social e meios de promover a civilização.

Em seu discurso, a moral cristã e as estratégias materiais de desenvolvimento, como indústria e lavoura, estão imbricadas como meios para civilizar “os povos das águas”. Ao propor a criação de um navio-igreja missionário, chamado “Christóforo”<sup>180</sup>, o bispo queria garantir que os habitantes das margens dos rios tivessem acesso ao auxílio espiritual e material, elementos que carregavam as “luzes da civilização”. Nesse sentido, a religião defendida por Macedo Costa cumpre um papel civilizador, moralizante, em um momento no qual o lugar da Igreja católica estava sendo discutido e reajustado na nova ordem social que se instaurava no país.

As percepções do bispo do Pará sobre a realidade social estavam comprometidas com as reformas do catolicismo e o seu combate contra a maçonaria. Ao tratar da necessidade de civilizar os indígenas, como os demais intelectuais, o autor destaca que o incentivo ao trabalho e à instrução eram os meios profícuos para o seu desenvolvimento. Desta forma, ele também compartilha da idéia de que os melhoramentos se dão por meio da tutela e do trabalho.

Macedo Costa se distingue neste trabalho, por ser o único intelectual porta-voz da Igreja católica, instituição que sempre atuou diretamente nas missões.

Nos anos setenta, como vimos, as leituras sobre o indígena estavam em grande medida pautadas no cientificismo, quando o evolucionismo e as idéias raciológicas abriram uma série

---

<sup>179</sup>Idem, p. 7.

<sup>180</sup> Seria uma espécie de solução missionária flutuante, adaptada às condições da região, para "levar o conforto espiritual e a catequese", além de outros meios de civilização, como alguns serviços. “Será um *navio-Igreja*, um *templo fluctuante*, que levará a seu bordo um grupo de excelentes sacerdotes, a percorrem continuamente em todos os sentidos a imensa rede fluvial do rio-mar, levando as luzes e os socorros do espírito às populações cristãs e pagãs que hoje vivem e morrem completamente ao desamparo.” Ibidem, p. 11.

de precedentes para legitimar a suposta inferioridade dos povos indígenas; o que já vinha sendo largamente praticado contra os negros (e os próprios indígenas no período colonial), agora regulado no discurso científico. Com o desenvolvimento da antropologia, da arqueologia, da biologia, e outras áreas do conhecimento, as explicações sobre a realidade social brasileira e sua composição ganharam novos contornos, ligados à mestiçagem, ao tipo racial, à origem e passaram a ser adotados como critérios civilizatórios.

Um dos destaques desta linhagem de intelectuais era o paraense José Veríssimo, conhecido por sua contribuição à literatura nacional, onde despontou como crítico literário. Seu legado intelectual abarcou diversos temas como a etnografia, a cultura, a educação entre outros. Membro do partido republicano e sócio do IHGB, o autor exerceu diversos cargos públicos no Império e no início da República. Viveu essa transição política no centro dos debates de novas idéias que animou a geração de intelectuais da década de 1870<sup>181</sup>. A atenção que Veríssimo reserva às populações indígenas derivou principalmente de uma preocupação com o lugar da mestiçagem na formação da sociedade paraense, e suas manifestações na composição do elemento nacional.

Os trabalhos etnográficos e as observações sobre a população amazônica foram realizados como fruto de suas viagens pelo interior da região. Próximo ao círculo intelectual da geração de 1870, e do grupo de Recife, o autor elegeu a mestiçagem como fato social brasileiro, paradigma da formação da nossa nacionalidade, adaptando o tema para analisar o caráter e a índole das populações amazônicas. José Veríssimo esteve situado em uma atmosfera intelectual de intenso debate político, pois além do “bando idéias novas”, a crise do Império também suscitava novas soluções políticas, como propôs o republicanismo, ao qual o autor se filiara.

O clima político na província do Pará na última década do Império caracterizava-se pelos embates entre vários grupos, liberais, conservadores, católicos ultramontanos (como o próprio bispo Macedo Costa), maçons. Como vimos anteriormente, os liberais da década de 1880 eram contrários aos movimentos reacionários dos padres ultramontanos<sup>182</sup>. José Maia B.

---

<sup>181</sup> José Veríssimo nasceu em 1856, em Óbidos, foi crítico literário. No Pará exerceu cargos públicos e foi colaborador de várias publicações locais como o *Liberal do Pará*, *Diário do Grão-Pará*, *A República*, *A Gazeta do Norte* (do qual era fundador). Viveu até 1890 no Pará, depois mudou-se para o Rio de Janeiro (onde faleceu em 1916). Na capital, dedicou-se à sua carreira na crítica literária, quando conseguiu grande visibilidade nacional. Também foi colaborador de vários jornais e revistas cariocas e viajou várias vezes para a Europa. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, membro da Academia Paraense e membro do IHGB. In: BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo: História da Literatura brasileira. In: MOTA, Lourenço (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico - 2.** 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2002, pp.279-297.

<sup>182</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Os males da nossa origem: O passado Colonial através de José Veríssimo. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar (Org.). **Terra matura:** historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 42-45.

Neto lembra o quanto, nesse momento, os lugares da memória determinavam posições políticas e ideológicas. Ao tratar do centenário da morte do Marquês de Pombal, nos anos 1880, Veríssimo teceu críticas a atuação do Marquês no Grão-Pará, especialmente por este defender o regime monárquico. O crítico literário era liberal convicto e estava, ao final do Império, comprometido com os princípios republicanos, deste modo, a memória construída inseria-se nos debates existentes à época, sendo atualizado continuamente<sup>183</sup>.

Por este motivo, os estudos literários realizados por Veríssimo, não deixaram de considerar a formação racial e o desenvolvimento, de um modo geral, da população. A literatura atuou como um viés para se compreender a formação da sociedade brasileira. O perfil de homem de ciência, ligado ao Naturalismo e ao positivismo, colocou o letrado em oposição ao Romantismo e, principalmente, ao indigenismo romântico, praticado por escritores como Gonçalves Dias e José de Alencar.

Os nossos literatos, não achando ou não vendo atrás de si senão o índio, o selvagem, entenderam ser ele o passado brasileiro, e puzeram-se a canta-lo em prosa e verso, falsificando a etnografia do país que criaram ao sabor de sua imaginação<sup>184</sup>.

Ao experimentar a vida no interior da Amazônia, Veríssimo observou os costumes dos índios e tapuios da região. Deste modo, imbuído do empirismo científico, pautado na observação rigorosa, ele se opôs às idealizações dos românticos. Ou seja, o autor reivindica sua autoridade para tratar do tema, baseado no discurso científico.

Outro ponto de apoio de seu argumento contra os românticos é a ausência de fundamentação histórica. Segundo ele, os autores projetam visões do passado do país sem qualquer evidência, “distorcendo a história”<sup>185</sup>. Por isso a preocupação do autor em investigar a “verdadeira” formação dos elementos que compõe o Brasil, para assim, formar um espírito nacional.

Para se compreender perfeitamente o espírito de um povo é necessário estudar bem os diferentes elementos que o compõem. É sobre este critério que assentamos o nosso modo de pensar que é do estudo bem feito dos elementos étnicos e históricos de que se compõe o Brasil, da compreensão perfeita de nosso estado atual, de nossa índole, de nossas crenças, de nossos costumes e aspirações que poderá sair uma literatura que se possa chamar conscientemente brasileira (...)<sup>186</sup>.

<sup>183</sup> Idem, p. 45-50.

<sup>184</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros** (1877-1885). Pará: Editores Tavares Cardoso e Livraria Universal, 1889, p. 113.

<sup>185</sup> Idem, p. 111-115.

<sup>186</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. Op. Cit., p. 13.

Em relação à civilização indígena mantinha um discurso, de certa forma, dúbio sobre a catequese, ora se opunha às missões, ora se mostrava saudoso à ação dos padres jesuítas. Porém, afirmava que ação colonizadora havia minado o processo de civilização dos indígenas. Certo de que as raças indígenas, os tapuios, viveram um processo irreversível de degeneração racial, afirmava que já não era possível civilizá-los (em função das condições nas quais haviam ocorrido os cruzamentos raciais), restava então aproveitar sua força natural no desenvolvimento da região.<sup>187</sup>

Veríssimo acreditava que as raças indígenas em função da falsa catequese e das perseguições à época da Colonização, tornaram-se “degeneradas”. Pois, antes da Conquista as raças indígenas, mesmo na condição de “barbárie”, eram “valorosas” e “puras”, no entanto, com ação dos colonizadores e jesuítas, elas se tornaram “indolentes”.

Os tupis, selvagens no primeiro período da civilização, raça enérgica na guerra, indolente na paz, vingativa, cheia de nobreza e hospitaleira, logo perseguida tornou-se desconfiada e áspera. Destas nasceram as raças mestiças ou cruzadas, que fazem a grande maioria de nosso povo, enérgica, dadas ao trabalho em algumas províncias, indolentes em outras, indiferentes em todas<sup>188</sup>.

As considerações de Veríssimo sobre a catequese indígena estavam, em grande parte, inspiradas na memória forjada no Oitocentos sobre as missões jesuítas coloniais. Tal memória condenava a ação da Companhia de Jesus, pois teria servido apenas para a exploração do trabalho indígena e dos seus bens, pelos missionários. Portanto, a idéia de missão que o autor apresentava tinha como referencial as missões coloniais, diferente das missões capuchinhas que vigoravam no século XIX.

Esta perspectiva anti-missionária de Veríssimo também estava imersa nos quadros de disputas políticas de final do Império, uma delas era justamente a que opunha liberais e católicos ultramontanos, como o bispo Macedo Costa. Ao passo que o autor se aproxima em alguns momentos de Couto de Magalhães, ambos são simpáticos à miscigenação racial como forma de suprimir as raças indígenas, embora, houvesse diferentes argumentos entre eles, como em relação à possibilidade de civilizar os indígenas<sup>189</sup>.

As noções de raça, etnia e sociedade estavam diretamente ligadas à organização econômica da região e ao grêmio da civilização, de modo que suas preocupações não se

<sup>187</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 386-187.

<sup>188</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros** (1877-1885). 1889. Op. cit., p. 10.

<sup>189</sup> HENRIQUE, Marcio Couto. Op. Cit., p. 32-34.

furtam de considerar a questão do desenvolvimento da Amazônia. Veríssimo tratou-a de um modo amplo, evidenciando diversos aspectos da região como o econômico, o social e o cultural, em uma perspectiva nacional. Assim ele situou sua formação étnica, sua composição cultural, sua produção econômica e receita, enfatizando o progresso do país e a formação do espírito nacional<sup>190</sup>. Portanto, o autor é um importante pensador dos quadros da intelectualidade brasileira ao final do Império, atualizado nas idéias que estavam em voga no mundo científico e intelectual, ele organizava seu pensamento sobre os elementos nacionais, tendo como foco a realidade na Amazônia.

Sendo assim, tendo em vista as considerações principais dos letrados, a opção civilizadora para os índios era a formação para o trabalho, como lavradores, artesãos, operários entre outras atividades. Não era objetivo deste modelo de civilização que esses grupos se tornassem indivíduos de cultura erudita cercados de refinamento. O interesse maior era que eles se adaptassem à rotina do trabalho na lavoura e à vida sedentarizada, era o tipo de civilização ao qual estavam destinados.

É importante destacar que a preocupação com os indígenas e sua incorporação ao Império e ao posto de representante legítimo da nação brasileira (seja por meio do romantismo ou do rigor científico) foram visões atribuídas ao índio, as quais não pretendiam colocá-lo em igualdade aos cidadãos brancos, e sim, impo-lhes determinada função no corpo social. Há de se considerar que apesar de alguns intelectuais como Gonçalves Dias, Beaurepaire Rohan e Couto de Magalhães cultivarem certo “respeito” pelos indígenas, eles não tinham pretensões igualitárias, pois estavam inseridos em uma sociedade estratificada marcada pelo escravismo, na qual as diferenças sociais estavam estampadas na cor da pele.

### ***A confluência das idéias***

Ao longo do capítulo abordamos a formação da inteligência brasileira oitocentista, enfatizando os momentos cruciais de debates e efervescência de idéias, como a Regência e durante a virada intelectual da década de 1870. Recuperamos o processo de formação da sociedade Imperial a fim de situar a estrutura social na qual nossos intelectuais estavam inseridos, e sua lógica de funcionamento, caracterizando assim, como os homens de letras se relacionavam com este sistema política e social.

---

<sup>190</sup>SOUSA, Eveline Almeida. As populações indígenas da Amazônia no pensamento de José Veríssimo. In: XXV Simpósio Nacional de História - História e ética, Fortaleza: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, 2009, p. 8-9.

Deste modo, ocorreu que a direção política do Estado sob a égide da ideologia Saquarema, na qual o Romantismo e o IHGB exerceram um papel fundamental, soube, num primeiro momento, vincular os intelectuais a uma direção moral e intelectual ligada aos interesses políticos de construção da nação. Os letrados, por sua vez, formularam projetos nacionais atrelados aos seus círculos de formação, atuação e interesses.

Identificamos o lugar social de onde falavam estes intelectuais e sua disposição neste espaço, mostrando sua proximidade com o campo político, suas relações com o Estado e as elites imperiais. Eram, em sua maioria, membros das classes abastardas, na primeira metade do século boa parte estudara na Europa, os letrados ajustavam suas profissões com a vida pública e com a condição de bacharéis. Compunham o corpo político na tribuna (como parlamentares, deputados, ministros e senadores) atuavam no serviço público nas províncias e na Corte, também na imprensa e desenvolviam seus estudos sobre a realidade social e a nação. Combinavam, então, ação política, realizada através dos cargos que exerciam e da militância política que praticavam, à atividade intelectual.

Como fruto de um processo histórico-social amplo e singular, os eruditos do Império construíram seu pensamento e suas percepções sob a influência de sua realidade social – àquela sociedade escravocrata que transitava entre a modernidade liberal e os traços do Antigo Regime. E, atravessados por questões políticas que movimentavam a dinâmica social brasileira, incorporando ainda idéias e concepções européias. Por este motivo ancorar nossa análise nos conceitos de campo intelectual de Pierre Bourdieu, e de experiência histórica de Edward P. Thompson, ajuda-nos a entender a dimensão política da produção intelectual e a condição de agente histórico de quem a produziu.

Tais autores concebem o letrado e suas obras enquanto produto das condições sociais e históricas nas quais está inserido, investigando seu pensamento para além das influências estéticas e artísticas, o situam como sujeito atuante no corpo social. A função do intelectual estava então posta na dinâmica do cotidiano, como lembrou Heloísa Pontes ao citar Clifford Geertz e sua noção de aldeia intelectual, “suas relações são a um só tempo morais, sociais, políticas, pessoais”<sup>191</sup>.

Não se pode em uma realidade como foi a do Brasil no século XIX, compreender o literato, o analista social, o bacharel, sem considerar o universo político e social que o cercava, que deu sentido ao seu pensamento, às suas opiniões e ajudou a formular as

---

<sup>191</sup> PONTES, Heloísa. Círculos intelectuais e experiência social. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, São Paulo, v. 12, nº 34, 1997, pp. 57-69, p. 62-63.

explicações sobre a nação. As influências estéticas ou acadêmicas, isoladamente, não explicam o tipo de bacharelismo que se deu no Brasil Imperial. Por isso, adotamos uma análise ampla, considerando as questões culturais e sociais mais gerais que ocupavam os eruditos.

Contudo, apesar das relações de classe os intelectuais oitocentistas foram homens públicos em defesa de seus projetos, de suas idéias, que também agiam independente das mesmas classes quando julgavam necessário. Imbuídos de crenças, experiências e tradições intelectuais, não deixaram de atuar como críticos do seu tempo. Como afirmou Edward Said ao refletir sobre os homens de letras, o verdadeiro intelectual é aquele que exerce um papel público na sociedade e no lugar onde viveu, não podendo, assim, ser reduzido a um profissional sem rosto ou apenas um membro de sua classe<sup>192</sup>. Portanto, a relação com o campo político explica o pensamento intelectual, porém não o restringe. Nesse sentido, sob o constante debate de idéias, no encaixo de pressupostos europeus com os olhos fitos no fato social brasileiro, que os bacharéis do Império forjaram a idéia de nação.

A constituição de uma identidade nacional foi um problema criado na Independência que se estendeu até o início da República, sendo reciclado mediante as tendências de pensamento que surgiam com os novos movimentos intelectuais. Como o Romantismo dos anos 40 e 50 e, posteriormente, o cientificismo do final do Império, que forneceram pressupostos teóricos e metodológicos distintos para a escrita da nação e da história nacional.

O liberalismo atuou profundamente na construção dessas bases e na organização do pensamento intelectual, como um conjunto de idéias políticas e econômicas, tornou-se um referencial para as formulações dos pensadores brasileiros. Esta concepção ampla ajudou a inspirar as formas de modernidade ansiadas para o país, considerando que sua prática foi adaptada continuamente para abarcar as especificidades nacionais.

Em diálogo com o liberalismo, o evolucionismo, o naturalismo e o positivismo foram concepções utilizadas nos projetos de formação da nação, o que contou ainda com o desenvolvimento de uma série de conhecimentos e saberes que contribuíram para forjar uma idéia de nação assentada no conhecimento do território, da natureza e da geografia nacional. Nesse sentido, o desenvolvimento da etnografia, da arqueologia, da geografia foram importantes para fundamentar esta apropriação do território através dos vários conhecimentos, na tarefa de legitimar a soberania e a ocupação do país.

---

<sup>192</sup> SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as conferências de Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.



Houve, portanto, dois grandes momentos culturais que acaloraram a atividade intelectual na formulação da idéia de nação, aquele marcado pelos pressupostos do Romantismo, que teve seus expoentes em figuras como Von Martius, José de Alencar, Gonçalves Dias e Couto de Magalhães, quando são lançados os primeiros símbolos da nacionalidade, quando o índio surge como representante da nação. Posteriormente, a busca pela identidade nacional se fixa nos desígnios da ciência, que é tomada como o caminho para se entender a singularidade brasileira, opondo-se ao Romantismo, quando surgem nomes como os de Silvio Romero e de José Veríssimo. Embora esta apropriação do cientificismo não fosse objeto absoluto de aceitação: Machado de Assis e o próprio Veríssimo criticavam a febre cientificista em voga na cultura nacional.

O que vemos, então, não é apenas uma movimentação cultural, mas uma troca de gerações de intelectuais incrustada em significativas mudanças políticas. Após a Guerra do Paraguai, o governo Imperial e a direção saquarema começaram a ruir, e a insatisfação econômica de alguns setores logo se transformou em sentimento antimonárquico, que foi endossado por movimentos de cunho liberal que agregavam abolicionistas, republicanos e outros. Assim, antes da badalação intelectual que ocorreu em torno das “idéias novas” e da famosa geração de setenta, houve nos anos 60, uma série de eventos que ajudaram a erigir grupos de intelectuais que buscaram novas formas de se pensar o país e suas soluções. A partir desse momento, construiu-se um ambiente no campo intelectual e político que favoreceu o fortalecimento de uma mentalidade liberal e antimonárquica, pressupostos que contribuíram para a falência do Estado Imperial. Mas esse sentimento contra o regime não era unânime, e não agregou toda a gama de intelectuais daquela geração.

Os limites entre as gerações herdeiras da ideologia saquarema e os novos grupos eram tênues, pois, muitos dos que reivindicavam mudanças na estrutura social não eram necessariamente contra o Imperador. Como foi o caso de Joaquim Nabuco, abolicionista e monarquista, ou mesmo o deputado Tavares Bastos, conhecido por ser um liberal ferrenho que nunca abandonou a crença na monarquia.

Assim, havia certa continuidade entre as gerações da literatura romântica e aquela ligada ao cientificismo. É importante destacar que o Romantismo foi essencial para fundar uma tradição intelectual brasileira, além do fato da literatura romântica ter exercido pela primeira vez o papel de formadora de uma consciência e de uma cultura nacionais. A fluidez entre intelectuais e o universo político convulso naquelas últimas décadas do século XIX indicam que a experiência política construída no cotidiano, em certa medida, deu o tom da atividade intelectual, bem como, as transformações no mundo cultural e científico, o que era

um processo amplo, internacional. No Brasil, os movimentos culturais e intelectuais andavam ao lado das transformações políticas.

Ambas as gerações consideraram as populações indígenas sob paradigmas diferenciados, de modo que o nativo americano foi re-significado, enquanto objeto de análise dos movimentos culturais que animaram a atividade intelectual no Oitocentos. Diferentemente do que ocorreu com o negro<sup>193</sup>, o indígena ocupou (e ocupa) um lugar na identidade nacional, ainda que de modo desigual e sofrendo sucessivas alterações em suas representações.

As idéias sobre o indígena gestadas nesse período são fundamentais para a compreensão das percepções sobre as populações indígenas e sobre as imagens da formação da sociedade brasileira em função de sua longevidade. Parte dos paradigmas identitários criados ainda na primeira metade do século XIX, embora sob críticas, foram incorporadas pelos intelectuais das novas gerações, não por acaso, Bernardo Ricupero se refere a Von Martius como uma espécie de bisavó da teoria das três raças, tese que foi retomada por Gilberto Freyre sobre outra perspectiva<sup>194</sup>. As explicações sobre a singularidade nacional exploradas no Império, ainda ecoam na consciência nacional, como por exemplo, a mestiçagem como um fato social brasileiro.

O indigenismo foi uma experiência da literatura e das práticas dos saberes exercidos no Brasil que serviram ao espírito nacional. Sob diversas formas de apropriações (evolucionista, romântica, antropológica e histórica), o indigenismo constitui um capítulo de nossa história intelectual, comprometida com o nacionalismo. Assim, ele abrirá a próxima seção, para ensejar em seguida a análise das populações indígenas no Pará oitocentista.

Nossa análise elegeu quatro homens de letras de destaque nas questões políticas e intelectuais do Império. O percurso se organizou do seguinte modo: um militar-engenheiro, convicto de suas filiações políticas, pragmático, defendia a civilização e o progresso do seio da estrutura imperial, como herdeiro dos valores monárquicos, nos quais fora criado – Henrique de Beaurepaire Rohan; em seguida, pusemos em evidência outro militar, com feições de antropólogo e cientista, que dividia com o anterior a crença na monarquia, na ordem trazida pelo Imperador, sobretudo, ele atuou como bacharel do folclore e da cultura indígena – Couto Vieira de Magalhães.

Ambos estavam muito bem ajustados ao funcionamento da estrutura saquarema, nas décadas de 1850 e 1860, ao mesmo tempo, que, reivindicavam reformas e mudanças na política e na economia. Analisavam as questões da civilização indígena a partir de horizontes

---

<sup>193</sup> KODAMA, Kaori. Op. Cit., p. 108.

<sup>194</sup> RICUPERO, Bernardo. Op. Cit.

intelectuais distintos em que se encontravam, porém, como membros da elite imperial e do IHGB, participaram da direção intelectual na elaboração de uma ordem social e um modelo de nação combinado aos interesses do Império.

Após estes monarquistas, entramos em contato com dois protagonistas de disputas políticas de finais do Império. O primeiro, Antonio Macedo Costa, membro da Igreja Católica, ganhou notoriedade na década de 1870 por se opor às mudanças que o pensamento Liberal trazia, alinhado a uma vertente de intelectuais católicos que reivindicavam mais espaço para a Igreja e uma moralização da vida social, em meio a um processo de laicização do Estado e da sociedade. Em contrapartida, temos um crítico literário e analista social, totalmente comprometido os princípios liberais. Naturalista, entusiasta das mudanças políticas, José Veríssimo estava preocupado com a formação do povo brasileiro e procurou investigar as “verdadeiras raízes nacionais”, credenciado no discurso científico, empírico, segundo ele, conhecimento necessário para que se criar um verdadeiro espírito nacional.

Todos exerceram algum cargo público no Pará e, mediante seu horizonte social e intelectual, sua experiência e suas ligações institucionais e políticas, teceram suas considerações sobre as populações indígenas. Beaurepaire Rohan se aproxima de Couto de Magalhães, além das convicções políticas, por relacionarem suas propostas de civilização a uma concepção territorial, de defesa e legitimação dos limites do Império, apresentam medidas de organização dos aldeamentos indígenas semelhantes a disposições militares. Porém, Couto de Magalhães atuou como um etnógrafo, precursor do evolucionismo no Brasil, aplicando-o aos seus estudos sobre a cultura e a língua geral dos indígenas.

O evolucionismo coloca na mesma frente de investigação o autor do *Selvagem* e o crítico literário paraense, ambos utilizaram suas categorias (como raça e cruzamento) para explicar seus pontos de vista sobre as populações indígenas. Por outro lado, o Romantismo e o naturalismo distinguem suas formas de abordagem, bem como, o fato de Veríssimo ser um republicano e o general, um monarquista.

O bispo do Pará se distingue dos demais por investir-se de uma autoridade religiosa, sustentando um discurso institucional e conservador, seus debates são, sobretudo, políticos. Macedo Costa não se absteve de manifestar sua preocupação com os meios de desenvolver a Amazônia e a civilização indígena. Assim, não podemos desconsiderar sua importância no tema do indigenismo, pois além do bispo ser autor de uma proposta de civilização, ele representa uma parcela do corpo social, que desde o início da Colonização esteve envolvido diretamente com o processo de assimilação dos indígenas – o Clero.

A despeito das diferenças, tendo em vista a grande presença de grupos indígenas no Pará, nossos letrados cultivaram certa simpatia por estas populações, pois percebiam que era necessário algum tipo de incorporação dessas comunidades ao Império e à nação. Um elemento conseguiu vincular todos os intelectuais a um só tempo: a idéia de que os indígenas estavam em um estágio inferior e, por isso, precisavam de tutela e controle, para serem conduzidos a um estágio de melhor. O que não significava que chegariam a um patamar de igualdade em relação ao homem branco, ocidental, culto e civilizado. Os melhoramentos reservados aos indígenas se expressavam principalmente na promoção do trabalho regular, o apego à indústria e ao modo de vida moralmente adequado aos princípios ocidentais, longe dos “vícios”, dos ritos e dos costumes que a cultura indígena construía.

Ou seja, as propostas de civilização indígena não previam a igualdade entre brancos e índios, ao menos não em uma perspectiva de nivelamento social. A educação e o trabalho (e mesmo a catequese) eram, de fato, elementos que sustentavam os projetos. Porém, tais princípios se configuraram em tentativas de ajustar a vida dos grupos indígenas a uma dinâmica ocidental, ordeira e capitalista.

Desta forma, apesar da incorporação seletiva do liberalismo e do ideal civilizatório gestados na Europa, feita pelos intelectuais brasileiros, a idéia de igualdade pouco se aplicava à sociedade que ainda respirava a estratificação social, mesmo sobre os novos ventos da modernidade e do progresso. Lembremos que o escravismo, símbolo da desigualdade socio-racial reinante no Brasil, foi o último pilar da sociedade monárquica a cair, para que o Império sucumbisse.

Nossos intelectuais não eram comunistas, nem socialistas e, ainda que nutrissem alguma simpatia pelo jacobinismo, sabiam os limites de aplicar idéias de equidade à realidade da antiga colônia portuguesa na América. Eles compreendiam perfeitamente o universo social em que viviam, aparentemente contraditório, de uma sociedade que ansiava pelo progresso e se organizava verticalmente em critérios sociais, raciais, de origem, enfim, estavam guiados por sentimentos aristocráticos. Entretanto, ao mesmo tempo em que esta realidade opunha diversos grupos (negros, brancos, indígenas, mestiços, portugueses e outros), ela miscigenava seus tipos sociais, acomodando as diferenças dentro de si (o que não dirimia seus conflitos), tornando-as tão natural como um mosaico em constante tensão. Talvez resida aí a singularidade brasileira tão procurada por nossos letrados oitocentistas.

## **Capítulo II**

### **A Questão indígena no Império: entre as Letras e as práticas indigenistas**

No capítulo anterior discutimos as condições sociais nas quais o Império produziu os seus primeiros intelectuais, caracterizados por uma forte relação ideológica com a classe a qual estavam vinculados. Estes grupos de letrados, portanto, estavam intimamente ligados ao campo de poder. Enfatizamos que sua atividade intelectual, porém, era construída a partir de experiência social e de ação política inserida no cotidiano do Império, e dos diferentes momentos culturais vivenciados no Oitocentos. Dimensões que refletiam as crenças políticas, doutrinas e visões da realidade, que formavam a percepção dos homens de letras. Portanto, era esta relação entre condição de classe e experiência que contribuíram para as formulações dos intelectuais.

Nesta seção trataremos do indigenismo no Império, como um movimento amplo, político, cultural e econômico, enfatizando suas características na província do Pará em suas relações sociais e de produção. Deste modo, inicialmente analisamos as visões sobre as populações indígenas na cultura nacional, que permeavam a literatura, a história e outras formas de conhecimento do Império, como a etnografia, colocando em relevo a variabilidade das representações que conformavam as imagens sobre o indígena.

Em seguida, discutiremos a civilização indígena enquanto uma questão política associada a outros temas, bem como as práticas indigenistas vigentes nos aldeamentos após a criação do Regulamento das Missões de 1845, considerando as discrepâncias entre a lei e a realidade das diretorias indígenas. Igualmente, abordaremos os temas que ocupam a historiografia sobre o tema, como a Lei de Terras de 1850, a catequese e as formas de controle da população indígena que ocorreu na província do Pará. Em suma, trataremos das formas de apropriação das populações indígenas seja por meio da legislação e da política Imperial, ou, das leituras feitas pela literatura romântica e naturalista, dimensões que estavam vinculadas a um projeto de nação.

#### ***1 - Do indianismo às práticas indigenistas: múltiplas representações***

O indianismo pode ser considerado um movimento político-cultural fundamental na gestação da identidade nacional forjada nos quadros políticos do Estado Imperial. O indígena,

enquanto parte do nacional, ganhou visibilidade entre os intelectuais e os agentes políticos quando se iniciou o processo de elaboração dos símbolos da nacionalidade brasileira, no que se refere à composição do passado nacional, à formulação de sua identidade e outros aspectos. Nos anos de 1840, o interesse dos homens de letras em determinar o “caráter nacional” levou a uma tomada do indígena como a fonte de originalidade, quando a jovem nação precisava se afirmar. Assim, o indígena figurou como elemento formador da nacionalidade. Portanto, o romantismo tornou-se o movimento cultural importante do momento da Consolidação da ordem Imperial.

Esta apropriação do nativo americano como um paradigma da nacionalidade esteve presente na literatura, com o indigenismo romântico, e nas demais formas de conhecimento produzidas no Império como a etnografia, a geografia, a história; que formavam um conjunto de saberes sobre o território que despontava em meados do século, atrelado a um amplo debate político. Desta forma, o indígena estava em pauta nos discursos de *projetistas* da nação, intelectuais como José Bonifácio, Adolfo Varnhagen, Von Martius, Gonçalves Dias, José de Alencar, Capistrano de Abreu, Couto de Magalhães e outros, que não se furtaram de tecer suas considerações sobre o lugar do nativo na comunidade nacional que se erguia.

Este processo também significou uma forma de fazer política, pois pensar a inserção do indígena, seja na história do país ou como membro da comunidade nacional, representava uma escolha política naquele momento, que se relacionava com o tratamento destinado aos indígenas, ou seja, com a política indigenista. Tal escolha assegurava um dos objetivos do Estado: conhecer o território e mapear o país em seus aspectos naturais e sociais, tarefa que foi institucionalizada por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que agregou a maioria dos homens de letras do Império. Assim, o ameríndio ficcional romântico e a etnografia das aldeias indígenas não estavam dissociados dos projetos políticos destinados aos grupos indígenas distribuídos pelo território. As injunções políticas ou sociais não estavam dissociadas da cultura e de uma estética literária, presentes nos estudos indianistas<sup>195</sup>.

Nesse sentido, o processo que elegeu (ou negou) o índio como representante da nação foi heterogêneo e abarcou várias dimensões do Estado Imperial. Os saberes produzidos sobre os indígenas e as reflexões em torno do seu papel frente à nação, constituíam duas operações, uma para o passado e outra para o futuro da nação. Ao mesmo tempo, tratava-se de um debate que freqüentava os gabinetes, a tribuna, as revistas literárias, as salas do IHGB em suas ilustres reuniões com a participação do Imperador. Assim, os diálogos entre política, estética e

---

<sup>195</sup> TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação Imperial. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008, p. 16-17.

cultura estavam imbricados nas percepções dos intelectuais e políticos em relação ao indígena, de modo que tais facetas aparecerão intercambiadas ao longo do tópico e do texto de modo geral.

Segundo David Treece, de maneira geral, o indianismo teve três momentos: inicialmente, nos primeiros anos do IHGB, quando os dilemas entre as práticas coloniais e a exclusão do elemento indígena na sociedade Imperial preocupavam os intelectuais. Depois, em meados da década de 1850, quando se destacaram os textos que afirmavam a necessidade de diminuir o valor das sociedades indígenas na formação do país. Posteriormente, na década de 60 e 70, em meio às críticas às idealizações românticas, os intelectuais demonstram a necessidade de incorporar o índio à sociedade, considerando a participação deste no nacional<sup>196</sup>. À revelia das críticas que podem ser feitas ao autor, os momentos apontados por ele revelam que as formas de considerar o indígena entre a intelectualidade relacionaram-se a momentos e projetos políticos específicos, nos quais o indígena deveria ser observado como elemento no interior do nacional. Assim, o indianismo, em certa medida, moldou-se sob as influências de teorias, crenças e ideologias distintas que animavam os intelectuais.

### *1.1 - O indígena no Romantismo*

O Romantismo, sem dúvida, exerceu um papel fulcral na afirmação do indianismo, pois foi a ideologia que lançou as primeiras bases da nação, cultivada no seio da estrutura social dominante do Império, muitas vezes dedicada aos interesses do próprio monarca<sup>197</sup>. Assim, o movimento acumulou as condições metodológicas e teóricas, inspiradas nos ideários europeus como o liberalismo, e incorporou os objetivos do Estado e das elites imperiais em suas produções. O indianismo romântico representou um momento do pensamento intelectual, no qual as formulações ideológicas sobre o índio estavam mais preocupadas em conferir um caráter singular ao passado nacional e à identidade brasileira; do que necessariamente com a sobrevivência e a organização das populações nativo-americanas que viviam no Império.

O Romantismo permitiu uma tomada de consciência da importância de uma literatura que destacasse as especificidades nacionais, que fixava o Brasil independente e apresentava os sentimentos da jovem nação, sobretudo, pretendia a incorporação do país à civilização do

---

<sup>196</sup> Idem, p. 25-33.

<sup>197</sup> A presença do Imperador no IHGB, e o seu interesse pelo fomento de um conhecimento nacional, levaram-no a promover o indigenismo. A apresentação das obras, muitas vezes encomendadas por ele mesmo, como ocorreu com a “Confederação dos Tamoios” de Gonçalves de Magalhães e “Os Timbiras” de Gonçalves Dias, era acompanhada de um ritual de celebração da monarquia e da nação. Assim, o perfil de um monarca profundamente dedicado às letras ajudou a afirmar o romantismo como uma ideologia e uma estética da nação.

Ocidente<sup>198</sup>. Foi o movimento cultural que primeiro agregou o indígena como paradigma da nacionalidade. Por meio da literatura e da história, os autores, ligados ao círculo do Imperador, construíram, ao lado do passado colonial, as imagens sobre o indígena a serviço do nacionalismo. Neste processo, destacaram-se Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e Gonçalves Dias, na composição do romance e da poesia indianistas.

Como vimos no capítulo anterior, o lançamento do épico *A Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães despertou a polêmica em torno da incorporação dos nativos a uma literatura que se pretendia nacional<sup>199</sup>. A epopéia encomendada pelo Imperador atribuía ao indígena um caráter mitológico e considerava sua participação na formação nacional. Esta obra de Magalhães inaugurou a idéia que será aprofundada e sintetizada por José de Alencar e Gonçalves Dias: o nativo americano como verdadeiro antepassado do brasileiro.

De um lado, Gonçalves Dias levou sua crença na ancestralidade ameríndia do brasileiro, em uma convicção do valor moral atribuído aos “selvagens”; de outro, José de Alencar realizou uma síntese do brasileiro, a partir do “selvagem” e do colonizador, presentes principalmente em *O Guarani* e *Iracema*<sup>200</sup>. Gonçalves Dias representou a primeira fase do indianismo e foi seu grande promotor ainda na década de 1840. Nos poemas *Os Timbiras* e *I-Juca Pirama*, o que caracterizava a utopia indianista era a construção de um indígena que vivia em um universo harmônico entre o homem e a natureza, o qual foi quebrado com a ação colonial.

De certo modo, no processo de construção do nacionalismo, o poeta maranhense “tomou partido” dos indígenas, por meio da crítica ao processo de Conquista e da exaltação da bravura desses indivíduos, sem, no entanto, rejeitar o projeto nacionalista. Ele ressaltava que alguns aspectos da cultura indígena, como a valorização da comunidade tribal, eram importantes para a construção da nação. O canibalismo, exaltado em *I-Juca Pirama*, aparece como uma forma de reintegração do indivíduo ao grupo, destacando a importância da comunidade tribal. O autor encarava o indígena como princípio do sentimento nacional e a etnografia como forma de compreender a nação<sup>201</sup>. Em seu programa indianista, o discurso nacionalista era identificado em uma ancestralidade nativa, que se opunha à ideologia

<sup>198</sup> CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: (momentos decisivos)**. 4.ed. São Paulo: Martins, 1971, p. 303-304.

<sup>199</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Vol. III. 3ª Ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992, p. 29-30, 65.

<sup>200</sup> Idem, p. 32-33.

<sup>201</sup> KAORI, Kodama. **Os índios do Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009, p. 162-163, 167.



colonial<sup>202</sup>. O sentido do seu indianismo, portanto, estava no fortalecimento do sentimento nacional, a partir de uma ancestralidade indígena identificada no sentimento nacional e no anti-colonialismo.

José de Alencar percebeu a importância de cultivar uma literatura nacional. Em *O Guarani*, Peri, personagem principal, sintetizou a dialética entre a barbárie e a civilização, em um romance que estava comprometido com um projeto histórico nacional, cujo herói era um índio, “um cavalheiro português no corpo de um selvagem”<sup>203</sup>. O pressuposto apresentado na obra: o nativo americano como um bravo guerreiro aliado ao português; sacramentou a aliança entre a tradição lusitana e o “selvagem” com ares de cavaleiro cristão, o brasileiro então seria a síntese deste processo de civilização. Em *Iracema*, o indígena foi representado como o elemento dominado neste mesmo processo histórico – que representava a formação da nacionalidade.

Se em *O Guarani* o indígena participou da síntese da nacionalidade, em *Iracema* ele aparece submisso ao colonizador, o que pode representar uma conquista cultural do nativo e a sobreposição da civilização em relação à barbárie. José de Alencar foi o principal articulador do indianismo-romântico das décadas de 50 e 60, pois sua obra foi a que melhor encarnou a conciliação entre o passado mítico e a ordem imperial dos anos da Consolidação. Embora depois dos anos 1860, o autor adotou uma postura muito mais crítica à realidade do Segundo Império.

Nos anos de 1850 e 1860, o indianismo se configurou como uma febre estética e cultural do Império. Muitos trabalhos surgiram no campo da história, etnografia ou literatura, que endossaram a opção pelo indígena como um substrato da nacionalidade, nomes como Joaquim de Manuel de Macedo, Teixeira e Sousa, João Francisco de Lisboa, Manoel Francisco de Almeida, deram algum espaço para a voga indianista em seus textos. No entanto, o comprometimento do Imperador com a produção intelectual, no patrocínio oficial do indianismo, demonstrava que, para além de um modismo, o movimento era fulcral no projeto imperial de construção do Estado e da Nação e estava incorporado à agenda política de Pedro II<sup>204</sup>. A presença do imperador na reunião do Instituto e a transferência da sala para o palácio Imperial marcavam a importância das letras no projeto imperial<sup>205</sup>.

As populações nativas do Brasil eram o grande objeto da literatura romântica, os

<sup>202</sup> OLIVEIRA, Andrey Pereira. A utopia indianista de Gonçalves Dias. **DLCV**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, UFPB, João Pessoa, v. 4, p. 141-155, 2006.

<sup>203</sup> MARTINS, Wilson. Op. cit., p. 60-67; TREECE, David. Op. cit., p. 68-70.

<sup>204</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 142-143.

<sup>205</sup> Idem.

autores ligados ao IHGB buscaram no indígena, ainda que inventado (do ponto de vista histórico), o mito de origem do Brasil. No entanto, uma série de dilemas se impunha a utilização da temática indígena, como a herança colonial que trazia à tona a violência contra os índios na colônia e as práticas indigenistas do Império, pouco eficazes no processo de civilização. A presença das populações indígenas no território nacional era um paradoxo para os escritores românticos<sup>206</sup>.

Ao lado dos romances históricos, nos anos de 1840 e 1850, os esforços de construir a história do Brasil produziram alguns trabalhos que se tornaram pilares de uma primeira memória nacional, fazendo referência ao indígena. Era o limiar de uma historiografia nacional que despertou muitos debates em relação à presença indígena na memória nacional e na contemporaneidade das estruturas Imperiais, vários autores enfrentaram este debate como Gonçalves de Magalhães<sup>207</sup>, Joaquim Norberto de Souza e Silva<sup>208</sup>, Friedrich Von Martius e Adolfo Varnhagen.

O naturalista austríaco Friedrich Von Martius apresentou umas das primeiras obras que inseriu o indígena como parte da comunidade nacional e revelou o caráter da história produzida no Instituto Histórico. O autor ressaltou a índole de cada uma das raças que compunham o elemento nacional e o seu lugar nesse processo de formação social. Nos traços específicos de cada grupo, ele procurava destacar a composição de uma coletividade, na qual a unidade da raça nacional se sobrepunha as singularidades<sup>209</sup>. Não por acaso, a culminância de seu trabalho ocorre com a fundação do mito das três raças (portuguesa, indígena e a negra), quando a idéia de sintonia racial promoveu uma suposta unidade nacional que, ao mesmo tempo, era capaz de escamotear os conflitos entre os grupos. Os indígenas aparecem no texto como um grupo pouco estudado, um resíduo de uma “raça antiga”, “perdida na história”<sup>210</sup>.

Todavia, no processo de comunhão das três raças, o autor supunha a superioridade da raça portuguesa sobre as demais: “O sangue português em um poderoso rio deverá absorver

<sup>206</sup> TREECE, David. Op. Cit. p. 25-26.

<sup>207</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. De Domingos Luiz dos Santos, p. 3-66, 1860.

<sup>208</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, p. 107-552, 1854.

<sup>209</sup> Von Martius exaltava a mescla das raças como um processo de melhoramento social, o Brasil reunia as condições necessárias para o aperfeiçoamento das três raças. In: VON MARTIUS, Friedrich Karl Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista trimestral do IHGB**, Rio de Janeiro, 1843, p. 51-53.

<sup>210</sup> Para Von Martius, o “historiador filósofo” do Brasil deveria investigar o passado e o presente dos aborígenes do país, considerando a língua dos índios, os estudos sobre a mitologia, o saber dos índios relativo à natureza, e as relações entre o curandeiro, o sacerdócio e o chefe com sua comunidade. Assim, seria possível estabelecer comparações com os outros povos nativos do Novo Mundo, e conhecer melhor as populações indígenas do país. Idem, p. 34-37.

os pequenos confluente das raças índia e etiópica”, segundo ele os indígenas se encontravam em estado de degradação e dissolução, por isso deveria prevalecer a influência do português na comunidade nascente brasileira. O artigo *Como se deve escrever a História do Brasil*, premiado pelo IHGB em 1843, merece destaque porque serviu como manual para muitos estudos posteriores e já ressaltava, nesse conjunto de medidas que orientou a produção histórica, a importância da etnografia na compreensão do universo indígena, com vistas para a afirmação da unidade nacional.

Por seu turno, Adolfo Varnhagen elaborou a primeira história nacional, na qual criou um programa histórico em que todos os fatos, desde a Colônia, caminharam para um desenvolvimento natural, no qual a ação do Estado era fundamental na garantia da unidade territorial<sup>211</sup>, foi considerado o primeiro historiador do país. No entanto, ele se insere no debate sobre as populações indígenas de modo bastante polêmico, defendendo abertamente a extinção e a escravidão destes grupos, o que ocorrera antes mesmo da publicação de sua *História Geral do Brasil*.

Varnhagen, diferentemente de Von Martius, atribuía ao índio um papel ínfimo na construção da sociedade brasileira e negava qualquer legado dos ameríndios na cultura e na formação social do país. Para ele, estes deveriam ser extirpados da nação, pois não traziam nenhum benefício para a civilização<sup>212</sup>. Ele justificava a violência empregada pelos portugueses contra os indígenas durante a Colônia como a única maneira de “amansá-los”, mas sua principal questão era provar que o espírito geral do povo brasileiro não tinha pares na cultura dos “primitivos indígenas”, nesse ponto ele se opunha diretamente aos autores românticos.

Em resumo: os índios não eram donos do Brasil, nem lhes é aplicável como selvagens o nome de Brasileiros: não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto quanto se assoalha; finalmente de modo algum podem eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade<sup>213</sup>.

Estava presente em seu discurso uma busca pela civilização, por este motivo era importante romper com o vínculo colonial, no entanto, sem perder o elo com a civilização trazida por Portugal. Segundo o historiador, os índios não cultivavam sentimentos patrióticos,

<sup>211</sup> Ao elaborar sua “História geral do Brasil”, Adolfo Varnhagen organizou os fatos da História do país de forma a legitimar a ação do Estado na constituição da unidade nacional como símbolo do amor à pátria, por isso, o valor central que emerge de sua obra é a unidade, idéia que norteia a narrativa. In: RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 130-137.

<sup>212</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil** - Antes da sua separação e Independência de Portugal. Tomo I e II. 7ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1962, p. 24, 30, 52.

<sup>213</sup>VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Os índios perante a nacionalidade brasileira**. “Discurso preliminar”, publicado na 1ª edição da História Geral do Brasil, 2º Vol, 1857, p. 9.

e menos ainda inclinação para a civilização, por isso deveriam ser desconsiderados no empreendimento da história nacional<sup>214</sup>. Para ele, as primeiras horas da nacionalidade e o espírito patriótico estavam no legado lusitano, o que representava o vínculo com a civilização.

De tais explicações históricas emerge um forte caráter político que reitera a sintonia dos intelectuais com o poder Imperial, principalmente no interesse em defender a unidade nacional. O indígena, guardadas as diferenças entre as análises, era o indivíduo que foi vencido pelo europeu, uma raça degenerada que sucumbiria, seja com a mistura das raças ou com a violência. No debate indigenista e na produção da história nacional, veio à baila a disputa entre a civilização (expressa no legado europeu) e a “barbárie”, representada pela raça nativa degenerada, fadada ao desaparecimento. Ao mesmo tempo em que ambos faziam uma leitura do passado colonial vislumbravam as populações indígenas contemporâneas e o seu papel no conjunto da nação.

Na década de 1850, o palco de vários debates nacionalistas que envolviam os índios era o IHGB, bem como, algumas importantes revistas literárias da Corte, como a *Revista Guanabara*, na qual foi publicado inicialmente o *Memorial orgânico* de Varnhagen. Gonçalves de Magalhães foi um destes intelectuais que teve grande importância no debate indianista.

Gonçalves de Magalhães estava situado entre a literatura e a história indígena, encarnando o tipo “ideal” do intelectual romântico. Ele acreditava que os índios representavam o passado da nação, baseado na idéia do “bom selvagem”. O autor era simpático aos indígenas e buscava nos nativos as origens da civilização, ao afirmar que eram morais e racionais<sup>215</sup>. Ele defendia que os índios fossem vistos como legítimos brasileiros.

Os discursos pró e anti-indígenas conferiam ao debate um caráter dinâmico que envolvia as várias formas de conhecimento desenvolvidas no Império, bem como as projeções sobre a nação e o território. Havia uma conexão entre as discussões historiográficas e a política indigenista, Vânia Moreira lembra que tais discussões influenciavam na legitimação ou não, dos direitos indígenas, para intelectuais como Gonçalves de Magalhães e Joaquim Norberto, o reconhecimento dos indígenas como cidadãos ou brasileiros poderia interferir na questão da posse de suas terras, aquelas adquiridas no período colonial, e sua incorporação

---

<sup>214</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. 1962. Op. Cit., p. 23-24.

<sup>215</sup> Para ele, os índios viviam em um estado social, possuíam agricultura e eram bastante numerosos no território do Brasil, a época da Conquista, além de cultivavam valores morais e eram racionais. In: MOREIRA, Vânia. O ofício do Historiador e os índios: sobre uma querela do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 30, nº 59, pp. 57-72 – 2010, p. 62-64.

como mão-de-obra do Império<sup>216</sup>. De modo que o ímpeto nacionalista das obras históricas e literárias poderia estabelecer conexões com a política indigenista, interferir na concepção de civilização indígena e na própria organização dos aldeamentos.

### *1.2- A miscigenação "redentora" da raça indígena*

Com a virada cultural que ocorreu nos anos 1870, a adoção de novas idéias ligadas principalmente ao cientificismo, ao naturalismo, ao evolucionismo, influenciou profundamente a literatura produzida no país, reorientou as concepções sobre brasilidade e trouxe outras representações sobre o indígena. Este movimento se propôs a pensar as raízes do Brasil sob os prismas dos regionalismos, buscando as origens culturais das várias regiões do país, opondo-se ao romantismo. Esta nova frente intelectual, de modo geral, visava fazer um levantamento etnográfico da cultura brasileira, do seu folclore, sua formação social, seus elementos lingüísticos e sua história, como expressão das origens culturais do povo que estava em formação, a fim de criar um espírito de nacional<sup>217</sup>.

A preocupação com a formação social do Brasil trouxe, para o centro dos debates políticos e intelectuais, temas como a mestiçagem, o branqueamento, o conceito de raça, subsidiados pelos pressupostos evolucionistas que contribuíram para uma nova leitura do país. Este novo momento da produção intelectual referenda a idéia de que o indigenismo foi um movimento cultural e político, que penetrou nas diversas formas de produção do conhecimento nacional oitocentista.

Houve uma apropriação científica do indígena realizada pelos intelectuais, que incorporaram, de modo seletivo, as observações feitas por viajantes estrangeiros, como Louis Agassiz. A conjugação entre os interesses em definir o ser social brasileiro e as considerações das idéias estrangeiras configurou o caráter das teorias raciológicas adotadas no Brasil. As raças que compunham o Brasil, o mestiço e o indígena representavam elementos centrais para o sucesso, ou não, do empreendimento civilizatório. Assim, forjou-se um indianismo preocupado com a nação, sob a égide de um discurso científico. A ciência voltara-se contra a literatura da época anterior, “os devaneios em verso e prosa” dos românticos haviam criado uma “falsa idéia” de nação.

---

<sup>216</sup>De fato, o governo recrutou grande contingente de índios para as forças armadas e para a Guarda nacional. Idem, p. 68-69.

<sup>217</sup>VELLOSO, Mônica. P. O modernismo e a questão nacional. In: Ferreira, Jorge; Neves, Lucilia de Almeida. (Org.). **O Brasil Republicano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, v. 1, p. 351-386.; ROMERO, Silvio. **Historia da literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

Neste momento surgiram novas imagens do indígena, alguns escritores como Capistrano de Abreu, Araripe Junior e Couto de Magalhães eram tributários de um nacionalismo mestiço e indigenista; enquanto que José Veríssimo e Silvio Romero acreditavam na miscigenação como um processo eugênico, no qual, a partir da assimilação, as raças inferiores (indígena e negra) desapareceriam com a ascensão de um novo tipo nacional de predomínio branco<sup>218</sup>. Para os primeiros intelectuais o mestiço e o indígena eram a fonte da cultura popular, uma primeira matriz do nacionalismo, nesse sentido, tipos como o caboclo, o índio “semi-civilizado”, o sertanejo, presentes na obra do cearense João Capistrano de Abreu<sup>219</sup> caracterizaram as primeiras vertentes do regionalismo.

Couto de Magalhães e Capistrano de Abreu dedicaram-se em aprofundar os conhecimentos sobre o sertão do Brasil. O primeiro tratou o sertão que conheceu em suas viagens e o segundo o fez na caracterização do cotidiano colonial. Ele considerou a diversidade regional, em aspectos sociais e geográficos, da Amazônia às áreas do nordeste, passando pela região das minas gerais e as demais, inclusive identificando os tipos sociais locais a partir de critérios geográficos, como o mineiro, o paulista, o rio-grandense e outros<sup>220</sup>. Esta importância do interior, o que também era uma forma de compreensão das populações indígenas que habitavam esses sertões, demonstrava a preocupação em compreender o Brasil a partir de suas raízes presentes no mundo rural, onde, segundo a crença de tais autores, estava a origem da cultura nacional.

Couto de Magalhães viveu essa transição político-intelectual entre a geração da consolidação do Império e a geração reformista de 1870, embora sua posição política não deixasse dúvidas em relação ao seu alinhamento e crença na monarquia. Porém, suas considerações sobre o indígena se destacam pelo aprofundamento nos estudos sobre as populações ameríndias, como fruto de uma intensa prática etnográfica e pela incorporação do evolucionismo às explicações sobre o indígena do Brasil. O autor se inspirou no darwinismo social a seu modo, estabelecendo critérios nacionais para esta apropriação, assim, defendia a aclimatação nos trópicos como forma de favorecer o melhoramento desses grupos<sup>221</sup>. Segundo Marcio Couto, o General estava em sintonia com o ideário evolucionista e se utilizou deste

<sup>218</sup> TREECE, David. Op. Cit., p. 285.

<sup>219</sup> ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e estudos: crítica e história**; 1. Serie. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>220</sup> ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998, p. 184-195.

<sup>221</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. **O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)**. Dissertação de Mestrado. Belém, 2003, p. 22-28.

para tentar identificar os nativos como indivíduos morais, mas, nos quais havia grande necessidade de aperfeiçoamento<sup>222</sup>.

Por sua vez, José Veríssimo apresentou algumas preocupações em relação aos indígenas relativas à sua real contribuição à nação, e sua utilização na fundação de uma memória nacional. No tocante aos grupos indígenas contemporâneos que viviam no interior da Amazônia, o autor destacava que a miscigenação ocorrida no período colonial entre o português e o nativo americano, originou uma raça “inferior, perseguida e aviltada” – o tapuio e o mameluco<sup>223</sup>. Do ponto de vista da construção da identidade nacional, o autor, como comentado no capítulo anterior, coloca-se em oposição às idealizações construídas pelos românticos, que teriam inventado tradições indígenas ao sabor da imaginação, sem buscar rigorosamente as verdadeiras tradições e a história genuinamente nacionais.<sup>224</sup>

Desta forma, as populações indígenas foram identificadas a partir de uma linguagem evolucionista, vinculadas a um projeto civilizatório nacional. Nesse sentido, a incorporação dos indígenas à sociedade civil do Império, ou seja, o seu processo de civilização por meio da miscigenação e do branqueamento deveria estar em sintonia e, principalmente, a serviço do projeto de nação Imperial.

Algumas características do indianismo foram compartilhadas pelos intelectuais da geração da Consolidação, o momento do auge do romantismo, e por intelectuais situados na virada cultural a partir de 1870: características como a prática etnográfica e a noção de passado e futuro presentes na produção histórica e literária do Segundo Reinado. No entanto, é importante ressaltar que os autores da geração romântica não se furtaram de dialogar com uma visão do índio legitimada pela ciência<sup>225</sup>, como fizeram José de Alencar e Gonçalves Dias. Assim, reiterando o que fora dito anteriormente, havia uma fluidez entre as gerações de intelectuais e os movimentos culturais.

A prática etnográfica marcou o indigenismo na elaboração da identidade nacional, ao lado de outros conhecimentos que se desenvolveram sob a chancela Imperial. Segundo Kaori Kodama, entre as décadas de 1840 e 1860 no Instituto Histórico, o lugar do índio da história do Brasil era construído juntamente com o desenvolvimento dos campos de estudos, como a etnografia e a história, enviesados por uma exigência de aprendizagem da paisagem e do território nacional. Ou seja, o estudo do indígena era realizado pelo naturalista, pelo

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> VERÍSSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazônia. **Revista trimestral do IHGB**. Rio de Janeiro, 1889, p. 300-306.

<sup>224</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros** (1877-1885). Pará: Editores Tavares e Cia, Livraria Universal, 1889, p. 5-10.

<sup>225</sup> KODAMA, Kaori. Op. Cit., p. 168.

especialista da história da natureza, pois o indígena compunha a paisagem<sup>226</sup>. Deste modo, a produção intelectual sobre as populações indígenas no interior do IHGB ocorreu concomitante à constituição dos campos de saber que estavam comprometidos com a construção da história nacional e com o mapeamento do Império. Para a autora, tratava-se em de uma etnografia pautada na história do território nacional<sup>227</sup>.

As representações formuladas sobre índios, no conjunto desses conhecimentos históricos e etnográficos, apresentaram tipos indígenas opostos: ao se tratar do nativo puro, valoroso e pertencente a uma raça mais avançada que estava no passado, referia-se ao “tupi”; quando se tratava do índio degenerado, moralmente corrompido, e contemporâneo, falava-se no “tapuia”. Estas distinções posicionavam as percepções sobre os indígenas: o tupi, em uma visão positivada do indígena, era simplesmente o nativo do passado, morto; enquanto que o tapuia era o indígena miscigenado, distribuído pelo território, que ameaçava o advento da civilização, ou seja, o nativo vivo<sup>228</sup>. Havia, portanto, dois sentidos no movimento indigenista: um referente à construção do passado, que tecia uma imagem positiva do indígena, e outro, em relação ao ameríndio do Império, muito marcado pela miscigenação, que precisa se ajustar aos critérios da sociedade burguesa, que se projetava para um futuro nacional assentado na civilização.

Ao analisar a operação etnográfica e histórica empreendida pelo Instituto Histórico, Kaori Kodama percebe que o lugar dos índios na construção de uma narrativa sobre o Brasil transitava entre a memória do passado colonial e o presente daquelas populações<sup>229</sup>. As descrições dos cronistas coloniais se entrecruzavam com as informações dos viajantes modernos que percorriam os sertões do país, assim, o imaginário colonial e as realidades concretas atuavam na conformação das imagens do índio. “Passado e presente eram, assim, parâmetros que passavam a ser referidos para a interpretação das ‘nações’ e das ‘raças’ indígenas”<sup>230</sup>.

Uma vez que o indigenismo se configurou em um alicerce da formulação da identidade nacional e, assim, foi incorporado na agenda oficial de produção cultural e histórica do país, ele foi moldado, por um lado, ao sabor das idéias ocidentais alimentadas pelos intelectuais e, por outro, de acordo com um projeto civilizatório circunscrito na lógica política do Império. O indigenismo representou um movimento ligado às especificidades da

<sup>226</sup> Idem, p. 181.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>228</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. (org.) **História dos índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 1998, p. 136; KODAMA, kaori. Op., cit., p. 126.

<sup>229</sup> KODAMA, kaori. Op. cit., p. 126-129.

<sup>230</sup> Idem.



estrutura da sociedade Imperial<sup>231</sup>, ele exercia uma função política no Estado, quando se tratava da incorporação desses grupos à sociedade civil e da legitimação do Estado-Nação a partir da elaboração de uma memória.

A inserção do índio na história nacional e na literatura era uma forma de discutir seu papel na memória nacional e nas políticas destinadas a eles. Assim, a produção de uma memória influenciava diretamente nas demandas contemporâneas em relação aos índios e refletia, deste modo, na política indigenista Imperial. A imagem do ameríndio transitava entre o passado colonial e o índio do presente, que preocupava os intelectuais em função do seu estado de “barbárie”. O índio contemporâneo, aquele representado pelo tapuio, parecia não ter lugar no futuro da nação que estava se erguendo<sup>232</sup>.

Houve, portanto, conexões importantes entre a produção histórica, literária e etnográfica sobre os indígenas, e a concepção de uma política indigenista do Estado Imperial, pois, de um lado, o conhecimento sobre o passado ameríndio contribuía para a formulação de uma originalidade nacional, e fomentava a idéia de nação; de outro, a etnografia conduzia a um mapeamento e uma aprendizagem do território necessário para a legitimação do domínio do Império.

## ***2 - A Questão indígena no Império: missão, trabalho e terra***

Ao lado deste esforço em eleger (ou rejeitar, como era o caso de Adolfo Varnhagen) o nativo-americano como parte do elemento nacional, estava a preocupação com os indígenas distribuídos no território do Império em diversos aldeamentos, e em constante interação com as populações não índias. No caso da Amazônia, este quadro era mais acentuado.

Desde a colonização do espaço amazônico, com a criação da capitania do Grão-Pará e Maranhão, que apresentava um modelo econômico diferenciado daquele estabelecido no litoral do Brasil, os indígenas atuaram sobremaneira na dinâmica socioeconômica da região. Os grupos nativos foram incorporados ao sistema colonial desde a coleta dos gêneros da floresta, passando pela sua utilização nos serviços urbanos e domésticos e na comunicação entre os espaços. Assim, a administração colonial e os moradores cooptaram mão-de-obra indígena de diferentes formas. Outro braço da Conquista muitas vezes colocou-se entre os índios e colonos: os missionários. Destinados a cuidar da catequese e da civilização dos nativos da América, foram responsáveis pela organização dos aldeamentos. Um dos principais

<sup>231</sup> TREECE, David. Op. Cit., p. 23.

<sup>232</sup> KODAMA, kaori. Op., cit., 113.

conflitos do universo colonial amazônico envolveu, portanto, tais agentes: indígenas, colonos e missionários.

Na construção das estruturas coloniais, a necessidade de mão-de-obra era uma das questões principais, o que opôs moradores e missionários quando os indígenas surgiram como a principal força de trabalho. A disputa envolveu todas as instâncias das autoridades coloniais e metropolitanas: padres, colonos e nativos pelo acesso e monopólio do trabalho indígena. Este conflito deu o tom das relações de poder e de produção no Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XVIII.

Tal conflito se insere no conjunto de relações desiguais entre europeus e ameríndios na Amazônia. Essas relações eram marcadas por truculência, cooperações, negociações e resistência que, por sua vez, conformaram um momento da história do contato no continente, matizadas por constantes transformações culturais ocorridas no mundo colonial. Como se referiu Serge Gruzinski em relação à América: “não é o relato da destruição e da resistência, mas de numerosos processos de transformação cultural que caracterizam o mundo colonial”<sup>233</sup>, esses processos emergiram na história do contato na região amazônica.

Apesar de desigual, a interação entre o nativo-americano e o europeu não se estabelecia apenas através do controle e da sujeição, os grupos foram capazes de impor suas demandas e construir formas diversas de resistência. Eram diversas as formas de se relacionar com os colonos.

### *2.1 - Uma nota sobre as relações entre indígenas e europeus na Colônia*

Os indígenas tiveram uma importância central na construção da sociedade colonial. De modo que os descimentos, as guerras justas, as tropas de resgate e a escravidão foram práticas que promoveram a captação de força de trabalho indígena para ser implantada em diversos serviços e atividades; o que explica o fato dos grandes conflitos na Amazônia dos séculos XVII e XVIII terem ocorrido em função do controle das populações indígenas “descidas”.

A arrematação de índios para o trabalho e manutenção do sistema colonial foi um tema analisado por John Manuel Monteiro, a partir da experiência do bandeirantismo em São Paulo, nos séculos XVII e XVIII. Para ele o apresamento de índios era a principal motivação das expedições dos bandeirantes, o grande objeto de cobiça de colonos e missionários, pois, configuravam-se na força motriz para o desenvolvimento de uma economia agrícola, e da própria construção das relações sócio-econômicas na região. Desta forma, o povoamento e a

---

<sup>233</sup> GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol séculos XVI-XVIII. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 10.

sobrevivência das vilas próximas ao Vale do Paraíba ocorreu baseado no cativo indígena. John Monteiro inverte a idéia consagrada na historiografia sobre os bandeirantes, ao afirmar que o povoamento atribuído a estes, na verdade, desencadeou o despovoamento e a desarticulação das populações indígenas que viviam naquela região: a sua ação foi nefasta para os grupos nativos<sup>234</sup>.

No vale amazônico, o primeiro interesse da Metrópole no século XVII era territorial e militar, o temor das invasões de holandeses e ingleses, na região que Portugal entendia como sua, fez com que os colonizadores encarassem os nativos como aliados na defesa da fronteira<sup>235</sup>. Posteriormente, nasce o interesse em comercializar os gêneros da floresta.

As especificidades sociais e econômicas da Amazônia colonial, engendradas por uma lógica própria de funcionamento, no que se refere “à reprodução física de suas relações sociais de produção”, precisam ser percebidas considerando a dinâmica interna e externa das sociedades coloniais<sup>236</sup>. As tentativas de desenvolver a *plantation* na região amazônica, semelhante ao sistema adotado no litoral brasileiro, não produziu o mesmo resultado daquelas áreas. Ainda assim, a agricultura teve sua importância na economia da região combinada a outras atividades, sendo que o extrativismo praticado pelos nativos foi o que alcançou maior relevância. Portanto, a organização das forças de trabalho na Amazônia deu-se de forma distinta do que ocorreu no Brasil<sup>237</sup>.

Maria Regina Celestino de Almeida considera que a ação missionária foi eficaz no empreendimento colonial, alcançando melhores resultados junto ao trabalho com índios comparado aos meios empreendidos pelos colonos. Pois, “as práticas ideológicas de adaptação cultural permitiram melhor integração, das populações indígenas à nova organização social voltada para os interesses mercantis”<sup>238</sup>. Desta forma, a catequese praticada pelos missionários, também tinha como viés a incorporação do índio à economia mercantil como força de trabalho.

Dois questões fulcrais e interligadas determinam os debates, as lutas e a legislação indígena no período colonial: a liberdade e a tutela dos “gentios”. A tutela dos índios foi delegada às missões religiosas no final do século XVII, com a finalidade inicial “de adequar a população indígena às necessidades político-econômicas da empresa colonizadora

<sup>234</sup> MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

<sup>235</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 69.

<sup>236</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. O trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII. **Revista Arrabaldes**, Ano I, nº2, set/dez, 1988, p.102.

<sup>237</sup> Idem, p. 103-104.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 108.

portuguesa”<sup>239</sup>. O Regimento das Missões de 1686 consolidou e regulou os aldeamentos sob o governo dos missionários, as missões religiosas então passaram a controlar o acesso à mão-de-obra indígena e as práticas civilizatórias desenvolvidas nos aldeamentos.

Como o indígena era a principal força produtiva, os colonos necessitavam desta mão-de-obra para o trabalho na região, porém, o seu acesso aos índios era limitado em função do controle exercido pelos padres sob os aldeamentos, principalmente jesuítas. Assim, uma das principais reivindicações dos colonos à administração metropolitana durante toda a primeira metade do século XVIII era contra o excessivo controle dos missionários sobre os nativos aldeados, o que, segundo eles, prejudicava o desenvolvimento do empreendimento econômico na região amazônica. Os colonos acusavam os jesuítas de monopolizar o braço indígena.

Por sua vez, os padres da Companhia de Jesus pretendiam civilizar o índio, por meio da moral cristã aliada à ação colonizadora. Eles afirmavam que nos aldeamentos os índios vivam em paz como aprendizes no trabalho e na fé cristã. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, os padres defendiam a liberdade dos índios, no entanto, eram acusados pelos colonos de quererem garantir o controle absoluto sobre a mão-de-obra indígena em detrimento da empresa colonial; enquanto que para os Jesuítas, a fonte da exploração e da violência contra o índio estava no colono<sup>240</sup>. O controle das populações aldeadas significava geração de riqueza no contexto amazônico colonial, quer fosse para a Companhia de Jesus, quer fosse para a Metrópole.

Os embates entre colonos e missionários são a tônica das tensões sociais na primeira metade do século XVIII, no Grão-Pará e Maranhão. Em meados de 1750, a Coroa portuguesa decidiu intervir na questão do controle dos índios, alegando que os jesuítas haviam adquirido muito poder e riqueza no controle dos índios e seus bens. Além disso, a Metrópole vislumbrava um projeto para a Amazônia, no qual os índios cumpririam um novo papel frente aos objetivos coloniais. Nesse período, no reinado de D. José I, o primeiro ministro Sebastião José de Carvalho, que era o principal articulador da Coroa, redimensionou a questão da tutela e da liberdade dos índios no Grão-Pará em um novo projeto colonial, no qual os nativos do Vale Amazônico seriam fundamentais.

Na década de 1750, um conjunto de iniciativas da Coroa, sob a gerência direta do Marquês de Pombal – inclusas nas chamadas reformas pombalinas – pretendia impor ao índio

<sup>239</sup> FARAGE, Nádia; CUNHA, Manuela Carneiro. O caráter da tutela dos índios: origens e metamorfoses.. In: **Os direitos do índio**: ensaios e documentos. CUNHA, *Manuela Carneiro da*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 104.

<sup>240</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios escravos. Os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: **História dos índios do Brasil**. CUNHA, *Manuela Carneiro da* (org.). São Paulo: Cia. das Letras, FAPESP, 1992. p. 116.

uma nova condição: de vassalos do Rei. A primeira delas foi a Lei de 06/06/1755, que devolvia aos índios a liberdade “em seus bens, pessoas e comércio”, ou seja, eles estavam livres para gozar de qualquer direito que os mesmos vassalos do Rei. Outra importante medida veio em seguida: a Lei de 07/06/1755 retirava dos missionários a administração temporal dos aldeamentos indígenas e a concedia aos próprios chefes indígenas, os chamados “principais”<sup>241</sup>. Porém, o governador na colônia amazônica, onde estas “leis de Liberdades” tiveram sua primeira experiência, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), alertava que a tal liberdade dos índios, como constava na lei, era impraticável naquele momento<sup>242</sup>.

Mesmo com a intervenção da Coroa, os conflitos entre os agentes coloniais não cessavam e as medidas adotadas pelo Marquês de Pombal desagradaram aos colonos, que passaram a criticar o governo metropolitano, acusando-o de tentar regular a vida dos indígenas. O conflito, então, não estava polarizado, mas envolvia os padres, moradores em geral, as autoridades coloniais e os próprios índios que imprimiam sua autonomia no processo. Ao tratar da colonização na região do Rio Branco, Nádya Farage demonstra que os índios não foram apenas usados pelos Estados europeus que disputavam a região de fronteira. A autora enfatiza que a atuação dos indígenas em defesa de seus interesses revelava como os índios se valeram desta situação (de disputa) para construir certa autonomia; os nativos atuavam, ora ao lado de holandeses, ora ao lado dos portugueses, assim, a participação indígena foi fundamental para o estabelecimento da fronteira no Rio Branco<sup>243</sup>.

O Diretório dos índios de 1758, que incorporou os dispositivos antecedentes – as “leis de liberdade” –, surge então como o primeiro grande plano de civilização dos indígenas, no qual a tutela dos índios ficava sob o poder do Estado, que tentava adequar e subordinar os nativos diretamente ao poder da Coroa. O *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário* foi o principal documento que regulava a relação entre brancos e índios no projeto colonial pombalino, determinando o sentido no qual as atividades produtivas na região deveriam ser desenvolvidas

---

<sup>241</sup> Era uma espécie de liberdade “assistida”, o Estado Português reconhecia juridicamente a autonomia política e a liberdade dos índios, ao mesmo tempo em que pretendia mantê-los dentro dos territórios portugueses, orientando seu trabalho, fatores que acabaram contribuindo para a promulgação do Diretório de índios de 1758. In: FARAGE, Nádya CUNHA, Manuela Carneiro. 1987. Op. Cit., p. 105-107.

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> FARAGE, Nádya. **As Muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

e assegurando a inserção do índio no modo de vida civilizado – a serviço da Coroa<sup>244</sup>.

Mauro Cezar Coelho argumenta que a criação do Diretório estava relacionada a dois contextos imediatos de caráter político: a demarcação das fronteiras americanas e a questão jesuíta em Portugal e na Colônia. Ao tornar os índios vassalos do rei, o governo visava garantir a ocupação da região pela distribuição das populações indígenas pelo território, assegurando, assim, a posse nos limites lusitanos. Em relação à questão jesuíta, o documento retirava os missionários do controle dos aldeamentos, destituindo-os do poder sobre os índios que, àquela altura, havia contribuído para o enriquecimento da Companhia de Jesus<sup>245</sup>.

O autor destaca ainda o viés político do documento de 1758, que tinha como motivação a sobrevivência do próprio Estado. As ações descritas no Diretório definiam um modo de conduzir as atividades produtivas na região, determinando como os índios deveriam compor esse quadro – plano de civilização. O que garantiria a soberania portuguesa nas terras amazônicas e a geração de riquezas, através da extração e produção agrícola, fundamentais para garantir a manutenção da empresa colonial<sup>246</sup>, no momento em que o sistema colonial já apresentava sinais de crise.

Segundo o mesmo autor, o Diretório de 1758 não foi motivado apenas pelos objetivos metropolitanos. Foi, sobretudo, fruto do contexto que se desenvolvia na Colônia, situação imediata do clima tenso entre os atores sociais, relativo aos embates entre colonos, administração, missionários e índios, que envolvia o controle destes últimos. Nesse sentido, as ações da Metrópole estavam baseadas nas narrativas das autoridades coloniais, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. Miguel de Bulhões, enviadas ao Marquês de Pombal, decorrentes dos conflitos pelo controle dos indígenas<sup>247</sup>. “As questões internas mostram o quanto do redimensionamento das projeções metropolitanas, em relação à política indigenista, incorporou demandas da Colônia, alterando os planos iniciais da Coroa”<sup>248</sup>. Deste modo, é possível pensar que os quadros coloniais tinham uma parcela fundamental na configuração das políticas metropolitanas.

À revelia dos planos de civilização do Estado Português e seus mecanismos de controle, as populações indígenas se valeram de autonomia para se organizar, elaborar ações e

<sup>244</sup> COELHO, Mauro Cezar. A cultura do Trabalho: O diretório dos índios e um novo paradigma da colonização no século XVIII. In: **Amazônia: modernização e conflito** (século XVII e XIX). QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001p, 64.

<sup>245</sup> Idem, p. 58-59.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>247</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o Mar**. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 134, 138-139.

<sup>248</sup> Idem, p. 141.

resistência e travar negociações com o colonizador. Maria Regina Celestino de Almeida traz uma contribuição importante para análise do mundo colonial, na qual destaca o papel das lideranças indígenas na lógica da exploração colonial, o que gerou a construção de uma identidade indígena em um momento de profundas transformações de sua cultura e história<sup>249</sup>.

Outro dispositivo importante da legislação que regulou as práticas indigenistas e o trato com os nativos foi a Carta Régia de 12/05/1798, que revogou o Diretório dos Índios de 1758, retirando a liderança dos aldeamentos dos “Principais” e colocando-a sob o poder temporal da administração local. A idéia de liberdade é retomada sob o argumento de que os índios deveriam viver com as mesmas garantias de qualquer outro vassalo.<sup>250</sup>

O documento previa também a liberdade de comércio, o acesso livre de moradores às terras indígenas, o fim da chancela da Coroa nos descimentos, entre outras medidas de gestão local, como a criação de um Corpo de Milícias (*Ligeiros*)<sup>251</sup>. Patrícia de Melo Sampaio, ao tratar das características e das práticas decorrentes da nova legislação colonial, ressalta que as lideranças indígenas poderiam continuar a exercer um papel político central, assumindo postos militares e negociando com as autoridades coloniais. Por outro lado, a Carta Régia de 1798 trouxe novas formas no “fazer política” dos índios, enquanto vassalos livres, como um processo individuação dos mesmos índios, baseado em um caráter liberalizante presente nas reformas.<sup>252</sup> De modo que as intervenções dos nativos nas práticas coloniais revelavam a consciência de sua condição e a habilidade ao manejar estratégias políticas, muitas vezes da própria legislação, para subsidiar seus objetivos.

Um das características da relação entre colonos e nativos no mundo colonial foi o estabelecimento de uma economia baseada no extrativismo dos gêneros da floresta aliado a outras atividades, nos quais o trabalho indígena era fundamental; que funcionava, simultaneamente, a partir da lógica interna de reprodução da força de trabalho e da dinâmica social, ligado ao sistema internacional de exploração colonial. Caracterizou-se igualmente, pela reprodução de um modo de vida colonial, no qual a presença indígena, a partir da labuta e das próprias redes sociais construídas, garantiu a sobrevivência desse universo colonial e o próprio empreendimento metropolitano. Como afirmou Maria Regina C. de Almeida:

---

<sup>249</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>250</sup> FARAGE, Nádia; CUNHA, Manuela Carneiro. 1987. Op. Cit., p. 111.

<sup>251</sup> SAMPAIO, Patrícia de Melo. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. **Tempo**, nº 23, vol. 12, jul/2007, p. 41-43.

<sup>252</sup> Idem, p. 50-54.

A história da Amazônia é, na verdade, a história das relações estabelecidas entre a sociedade mercantil portuguesa em expansão e as sociedades indígenas aí existentes (...) as populações indígenas foram parte integrante e fundamental no processo de colonização<sup>253</sup>.

Sendo assim, a participação dos nativo-americanos do Vale Amazônico no mundo colonial ocorreu em várias frentes, no trabalho, na comunicação entre os espaços, nos conflitos sociais, enfim, nas várias dimensões do “contato”. Ainda que este tenha ocorrido ao longo de todo período colonial, de forma extremamente desigual, e muitas vezes, sangrenta.

## *2.2 - O quadro das populações indígenas na Amazônia Imperial*

Um dos principais aspectos que caracteriza o século XIX e o distingue da questão indígena nos quadros coloniais é o fato de que, além da preocupação com o trato efetivo dos índios que viviam no território do Império, surgiu a preocupação em pensar a figura do índio na lógica de elaboração de uma identidade nacional. O que em certa medida, refletirá na elaboração do Decreto Imperial nº426 de 24 de julho de 1845 – Regulamento das missões de 1845 – que consistia no plano de civilização indígena do Império. Desde a Colônia as populações indígenas estavam cercadas por representações múltiplas, elas eram entendidas como força de trabalho, “selvagens” que precisam ser civilizados, grupos subalternos que precisam ser controlados, e a partir da criação do Estado Imperial, um símbolo da nacionalidade<sup>254</sup>. São imagens que mostram sob todos os ângulos o quanto a compreensão do universo indígena e o seu controle estavam atravessados por questões de ordem política, moral e econômica.

Deste modo, as representações e as percepções das populações indígenas estavam inscritas em um processo de afirmação da identidade e do território nacional. No entanto, a existência de dezenas de grupos nativo-americanos distribuídos pelo território nacional relevou-se uma ameaça ao projeto de civilização pretendido pelo governo Imperial. As trocas culturais, as misturas raciais, as influências, o envolvimento de indígenas em conflitos sociais, tudo isso se configurou em preocupações cotidianas para a administração pública, principalmente nas regiões que ainda continham muitos grupos indígenas, como era o caso do Grão-Pará.

---

<sup>253</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. 1988. Op. Cit., p. 115.

<sup>254</sup> SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: O caso de Escada – PE (1860-1880). Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco, 1995, p.6.



### 2.3 - A mão-de-obra indígena no Pará

Nesta província, os indígenas estavam profundamente inseridos na dinâmica social, influenciando a cultura e o caráter da sociedade paraense, bem como em outras áreas da região amazônica. Os intelectuais e agentes políticos destacavam em seus discursos como a influência da cultura indígena era marcante nas cores e na sociedade local o que, no entanto, não era encarado como algo positivo. Mediante a incorporação da cultura e dos atores indígenas na sociedade amazônica, tais grupos aparecem como uma questão constante nos comentários dos políticos e letrados, pensados no conjunto das relações sociais e produtivas locais.

Era recorrente nos relatórios dos presidentes de províncias um tópico dedicado à situação dos indígenas. O comentário do presidente Jerônimo Coelho, em 1849, revela algumas das principais idéias que formavam as percepções sobre os índios na província.

Numerosas tribus de variadas nações indigenas habitão ou vagueão pelas margens do infindo numero de rios e lagos, que jazem, banhão, e circumvolvem em todas as direcções a extensa superficie territorial da região Amazônia. Impossivel seria pretender computar exactamente o numero desses indigenas, muitos dos quaes vivem ainda no estado primitivo, e de gentilismo, embrenhados por essas seculares e virgens florestas. Os que porém se achão ou aldeados, ou habitantes em gruppos ou malocas mais proximos dos povoados, avaliados em cerca de cem almas. São em geral de indole mui pacifica, prolificos, de constituição robusta, e ageis; são sinceros e hospitaleiros, mas também desconfiados, e pouco propensos a trabalho regular, e muito menos a trabalho obrigado. São mais dados à vida caçadora, que à agrícola, e nada se applicão às artes e officios<sup>255</sup>.

Assim, são notáveis as idéias de “selvageria”, “gentilismo”, “inaptidão para o trabalho”, “ingenuidade”, acompanhando as percepções sobre os indígenas.

Porém, frente ao reconhecimento da “inferioridade” do indígena, os agentes políticos não deixaram de destacar alguns pontos fundamentais que orientavam a maioria das observações sobre os índios: o trabalho e a índole, preocupações centrais nos planos de civilização e catequese. A administração provincial procurava desenvolver uma rotina de trabalho entre os índios, especialmente os ofícios agrícolas eram estimulados entre eles.

Os nativos eram comumente chamados à disciplina da vida e do trabalho regulares. Em 1859, o presidente Manoel Frias e Vasconcelos ressalta:

---

<sup>255</sup> **PARÁ.** Fala de Jerônimo Francisco Coelho de 01/10/1849, p. 76. Comentários semelhantes sobre o estado de “selvageria” dos índios, e a necessidade de disciplinar o seu trabalho, podem ser encontrados nos relatórios: **PARÁ.** Fala de Sebastião do Rêgo Barros, presidente de província em 15/08/1854; **PARÁ.** Relatório de Henrique de Beaurepaire Rohan, presidente de província, em 15/08/1856; **PARÁ.** Relatório de Francisco Carlos de Araujo Brusque, presidente de província, em 1/09/1862.

introduzamos no meio de sua sociedade alguns gozos inocentes e com eles a religião, os bons costumes a industria agrícola e manufatureira, fornecendo-lhes ao mesmo tempo instrumento de lavouras e ferramentas para que conheçam o seu préstimo e a necessidade de possuil-as<sup>256</sup>.

A idéia do labor em uma determinada perspectiva aparece como uma das formas de se estabelecer entre os nativos, a vida civilizada. No ano seguinte o presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, reforça a idéia de instruir os índios ao trabalho:

É fora de duvida que a indolência e a limitada industria dos índios tem por causa principal a exagerada sobriedade da vida que eles passam no meio das matas. As exigências da civilização não actuando sobre a sua natureza, não impõe-lhes a necessidade do trabalho e a obtenção dos meios de satisfazer-as. Tudo, pois, quanto ocorre para innocular no espírito do índio o desejo de possuir commodos e gosos, que elles ainda não conhecem, produziria a grande vantagem de estimulalos ao trabalho, no intuito de obter essas vantagens<sup>257</sup>.

A forma de sobrevivência dos índios era contrária às exigências da civilização, assim era necessário para os agentes políticos desenvolver outro tipo de índole no indígena que despertasse o interesse pelo trabalho.

O argumento de aproveitar os indígenas nas atividades produtivas da região atendia duas prerrogativas: resolver o problema da falta de trabalhadores que existia na província e, empregar os indígenas em algo que lhes tirasse do seu modo de vida. A grande massa de nativos, espalhados pela província, incitava o pensamento de que esses homens precisavam trabalhar para desenvolver a província. Assim, a proposta que o Regulamento de 1845 trazia de disciplinar o índio para o trabalho regular, vinha ao encontro dos anseios dos administradores provinciais. Esta forma de aproveitamento era realizada através dos ofícios agrícolas, os quais eram estimulados entre os índios.

Ou seja, a percepção era de que o trabalho do indígena, ao mesmo tempo que atendia a uma demanda social, a “ausência” de braços, atuava como um método de transformação moral, ao disciplinar os indígenas a um ritmo de vida diverso do seu, assim, os conduziria a uma nova índole, e os aproximaria da civilização.

Os indígenas estavam inclusos em todas as atividades produtivas, seja nas áreas rurais ou nas cidades. O meio urbano recebia e acomodava grande parte de estrangeiros que vinham para região amazônica<sup>258</sup>, manifestava-se assim, um agrupamento de tipos sociais diversos,

<sup>256</sup> PARÁ. Fala de Manoel Frias e Vasconcelos de 01/10/1859. p. 59.

<sup>257</sup> PARÁ. Fala de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque de 12/05/1860, p. 32.

<sup>258</sup> O missionário americano Daniel Kidder ressalta a grande quantidade de norte-americanos existentes no Pará “que se dedicavam a diversos ofícios manuais, constituindo a maior colônia desta nacionalidade existente no Brasil, salvo a do Rio de Janeiro”, além de outros estrangeiros. In: KIDDER, Daniel Parish (1815-1891).

com a predominância da influência indígena nas formas de mestiçagem, que estabeleciam redes sociais que se sustentavam em vários níveis. Patrícia de Melo Sampaio destaca que na primeira metade do século XIX, segundo os viajantes, Manaus era composta de habitantes majoritariamente índios e mestiços, que viviam da agricultura de subsistência, da colheita e da comercialização de produtos da floresta, sem muita diferenciação entre a vida urbana e rural<sup>259</sup>.

Nesse sistema, a gente “vil e de cor” era responsável pela economia, na coleta das drogas do sertão, nas roças de subsistência, na construção de canoas, como criados domésticos, como membros das milícias e outras atividades<sup>260</sup>. Os relatos sobre Belém revelavam também como os indígenas estavam imersos no cotidiano amazônico.

A mestiçagem da província era algo que impressionava os estrangeiros que chegavam à região. Situação observada pelo missionário metodista americano, Daniel Kidder quando passou por Belém na década de 1840 (em viagem ao Brasil para evangelização):

Os descendentes de portugueses e de africanos não diferem dos de qualquer outra parte, mas são aqui muito numerosos; predomina a raça indígena. De fato, encontra-se em Belém, desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com pretos e brancos. Ocupam esses mestiços todas as posições sociais: o comércio, as artes manuais, a marinha, a milícia, o sacerdócio e o eito<sup>261</sup>.

O missionário, então, põe em relevo a predominância do indígena no cotidiano da cidade, em diversos ofícios e posições sociais. A mestiçagem da população amazônica será destacada por vários agentes políticos e racionalizada pelos intelectuais à época da incorporação das teorias raciológicas.

Na década de 1850, o naturalista inglês Henry Bates veio para Amazônia para realizar pesquisas científicas, onde ficou por cerca de dez anos. Ao chegar à Cidade do Pará, ele também ressaltou suas impressões sobre a mistura racial no cotidiano da população.

(...) Grupos de pessoas tomavam a fresca à porta de suas casas - gente cuja pele tinha todas as tonalidades, européia, negra e indígena, mas era principalmente uma confusa mistura das três raças. Entre elas viam-se belas mulheres

---

**Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo. 1980, p. 183.

<sup>259</sup> SAMPAIO, Patrícia de Melo. **Fios de Ariadne:** Tipologia de fortunas e heranças sociais em Manaus, 1849-1880. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 59-61.

<sup>260</sup> Idem, p. 65.

<sup>261</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op. Cit., p. 185.

desleixadamente trajadas, descalças ou de chinelos, mas usando brincos caprichosamente trabalhados e colares de enormes contas de ouro (...) <sup>262</sup>.

Ao se referir aos indígenas, o autor comenta sobre sua índole e modo de vida:

Através de todos os seus atos, o índio demonstra que seu principal desejo é ser deixado em paz; ele tem apego ao seu lar e a sua tranquilidade e monótona vida na selva ou à beira do rio; gosta de ir aos arraiais de vez em quando, para admirar as maravilhas produzidas pelo homem branco, mas sente horror em viver no meio de muita gente. Prefere o trabalho artesanal à labuta nos campos, e lhe desagrada particularmente submeter-se a um trabalho assalariado. Ele se mostra tímido e pouco à vontade diante de estranhos, mas se estes visitam a sua casa são bem recebidos. (...) O índio se afasta das cidades tão logo a agitação da vida civilizada começa a se fazer sentir <sup>263</sup>.

Nesse caso, o cientista faz um reconhecimento importante: ele sugere que as populações indígenas buscavam um tipo de contato limitado com os outros grupos, uma interação que não ameaçasse seu modo de vida.

Ainda em 1819, também em viagem pelo Grão-Pará, os naturalistas austríacos, Von Martius e Johann Spix, ressaltaram a inserção do ameríndio no funcionamento da dinâmica paraense:

Estas considerações referem-se particularmente aos índios, que o Estado do Grão-Pará possui em número relativamente maior do que qualquer outra região do Brasil. Além das famílias isoladas de índios, que moram fora da cidade, que constituem considerável parte da população. Nas casas, são mais raros aqui os escravos pretos empregados no serviço doméstico, do que nas outras grandes cidades do Brasil; esse trabalho é feito sempre pelos índios. Pescadores e carregadores são dessa raça de homens; finalmente, os índios trabalham como marinheiros nas embarcações costeiras e como remadores nas canoas que fazem a navegação dos grandes rios. (...) O Conde de Vila-Flor, convencido da importância do Pará e da foz do Rio Amazonas, como posição militar, instituiu um batalhão de infantaria de índios, cuja precisão e perseverança nas evoluções militares tivemos justamente ocasião de apreciar <sup>264</sup>.

Os autores de *Viagem pelo Brasil* destacam como os índios participavam de todas as frentes de trabalho.

Ao percorrer o interior e as vias fluviais da região, a presença dos grupos indígenas tornava-se muito intensa na composição da paisagem amazônica. Vindo de Goiás para Belém, através do rio Araguaia em 1880, Leite Moraes, político e jurista do Império, que aquela

<sup>262</sup> BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 12.

<sup>263</sup> Idem, p. 40.

<sup>264</sup> SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1829**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 26-27.

altura era presidente da província de Goiás<sup>265</sup>, destacou, em diversos pontos no caminho nas margens dos rios e nas vilas, o encontro com indígenas. Ao chegar à localidade de São José entre o Pará e o Mato Grosso, às margens do Araguaia, comenta:

(...) estes índios percorrem as ruas assim como percorrem as matas, completamente nus, neste estado entram pelas casas das famílias ali existentes. (...) Alguns índios e as crianças correram para o mato e outras aguardaram a nossa chegada de pé, nas portas de suas choupanas. Eu, Carlos Augusto e mais dois camaradas chegamos e os cumprimentamos. Um índio robusto, moço e bonito fazia uma *ubá* [espécie de canoa] com o fogo, e continuou no seu serviço; algumas mulheres correram para o interior, e outras formando uma roda, sentaram-se no chão, cruzaram os braços sobre os seios, e em todos os seus movimentos revelam pudor. (...) Brindei-os com fumo, anzóis e arpões, e retirei-me. Já tínhamos visto a perspectiva de uma aldeia<sup>266</sup>.

Mais uma vez o cenário amazônico foi retratado com destaque para o personagem indígena, como um dos grandes diferenciais da conjuntura social da região.

Contudo, apesar de constatar a presença maciça dos nativos da região, em todos os ramos dos negócios da província, a dimensão de que os índios estavam em um suposto patamar social inferior, não era esquecida. Tavares Bastos, que veio à região na década de 1860, com a intenção de preparar um relatório sobre as condições de navegação no Amazonas, visando a abertura do rio para a navegação estrangeira, admira-se ao ver o estado das populações nativas.

Dir-se-ia, ao contemplar essas aldeias e essas cabanas semi-selvagens, todas vestidas de cor tristonha do limo do rio ou das ramas secas da floresta; dir-se-ia, estudando na fronte bronzeada dos homens quase primitivos a ausência dessa alegria da esperança, que é para os povos em marcha um distintivo do progresso, como o riso nos lábios é, na fase de Dante, o principal característico do homem, dir-se-ia, aproximando na fantasia a imagem de uma e de outros, que assistimos aqui a decadência de um mundo antigo, ou que fazemos agora a escavações de ruínas perdidas na noite do tempo<sup>267</sup>.

O deputado liberal concluiu que a situação de miséria e “indolência” em que viviam as populações do Amazonas, lembrava uma sociedade decadente, fora do tempo.

Os comentários dos agentes e viajantes dimensionam como a presença indígena, muito mais intensa do que em outras regiões do Império, era parte do quadro das relações sociais da Amazônia. Esses grupos estavam integrados de múltiplas formas ao funcionamento da

<sup>265</sup> MORAES, J. A. Leite. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

<sup>266</sup> Estes momentos de encontro com os índios que margeavam os rios são recorrentes na narrativa do autor, como aparece nas páginas, 161, 172, 173, entre outras. Idem, p. 147.

<sup>267</sup> BASTOS, A.C. Tavares. **O Valle do Amazonas**, estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas. Rio de Janeiro. B. L. Garnie, 1866. p. 314.

província, desde a agricultura de subsistência ao serviço nas milícias. Assim, o argumento dos presidentes em relação à necessidade de promover o trabalho entre os índios tinha objetivos específicos, tratava-se de formas de trabalho determinadas, visto que os nativos, como observaram os viajantes, estavam envolvidos nas atividades produtivas. Havia certo conflito nas formas de trabalho que os indígenas praticavam com as concepções de labor que os agentes administrativos pensavam para eles.

Ainda que a incorporação dos indígenas em grande parte das atividades na região fosse comum, as formas de trabalho e sobrevivência identificadas tradicionalmente como “tapuias”, não deixaram de ser criticadas e combatidas. Principalmente depois que a região foi definitivamente inserida no contexto do capitalismo internacional, com o crescimento da economia da borracha a partir de 1870. Em meados do século XIX, Patrícia Sampaio destaca que havia uma tensão entre modelos de sociedade que coexistiam em Manaus: aquele do progresso, como influência dos vultos de modernidade e da cultura branca ocidental que tentava se impor na região; e o modelo tapuio, aquele praticado tradicionalmente pelos mestiços e índios. Ambas formas de trabalho geravam modelos de cultura e sociedade conflitantes, mas que coabitavam na dinâmica social<sup>268</sup>.

Na tentativa de impor este modelo, os projetos de aldeamento das populações nativas tinham como eixo principal disciplinar o indígena através do trabalho. Assim, a questão da mão-de-obra indígena continuava como algo vigente nos quadros da política indigenista. Para além da mediação dos planos de civilização, o trabalho indígena independente da forma – seja na lavoura, na coleta dos gêneros da floresta, na pesca, na condução das canoas, foi sempre um braço fundamental na sobrevivência da população na província do Pará, mesmo após a entrada de escravos africanos na região. Como destacou Tavares Bastos, “os índios são maioria da população, são verdadeiros servos”<sup>269</sup>. Desta forma, a mão-de-obra indígena atravessa o século dezenove como um imperativo das relações sociais na região amazônica.

#### *2.4 - A polêmica das terras indígenas*

Ao caracterizar a questão indígena no século XIX em comparação com o mundo colonial, Manuela Carneiro da Cunha ressalta que no Império a questão indígena deixa de ser uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras, exceto na Amazônia<sup>270</sup>. Se

---

<sup>268</sup> SAMPAIO, Patrícia de Melo. 1994. Op. Cit., p. 76-77.

<sup>269</sup> BASTOS, A.C. Tavares. Op. Cit., p. 169.

<sup>270</sup> CUNHA, Manuela Carneiro (Org). 1992. Op. Cit., p. 133.

considerarmos a grande lavoura do sudeste cafeeiro e áreas do nordeste, tradicionalmente sustentadas pelo braço escravo, a questão fundiária emerge nesse momento como um problema, pois a concentração de terras acirrou as disputas políticas e a ocupação nas regiões monocultoras. Assim, a posse da terra tornou-se símbolo de riqueza e poder e agravou as condições de sobrevivência das comunidades nativas que viviam nesses espaços. Frente a esta dinâmica da grande lavoura na concorrência pelos espaços produtivos, houve um largo processo de usurpação das terras indígenas em várias províncias.

A terra indígena sofreu um longo processo de esbulho no século XIX, em algumas províncias, embora oficialmente o Regulamento das Missões de 1845 e o Decreto nº 1.318 de 1854, afirmassem que as terras indígenas eram inalienáveis. Os arranjos políticos locais, as ambigüidades da própria legislação e a dificuldade em demarcar os territórios abriram um processo de grilagem das terras indígenas através de vários mecanismos, como a extinção dos aldeamentos com o argumento de que os índios estavam misturados com a população, muitos arrendatários alugavam terras dentro do próprio aldeamento. Neste processo, na década de 1870, vários aldeamentos nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ceará entre outras, foram declarados extintos<sup>271</sup>. Manuela Carneiro da Cunha comenta que a expropriação foi agravada com o processo de extinção das aldeias, quando os territórios foram liquidados sem que a doação se efetivasse<sup>272</sup>. Por isso, a autora comenta que o Decreto Imperial de 1845 era pontual, flutuante e subsidiário de uma política de terras<sup>273</sup>. Vários autores passaram a analisar a política indigenista baseado em uma questão fundiária.

Antes mesmo da promulgação do dito Regulamento e da Lei de terras de 1850, Marina Monteiro apresenta uma análise importante sobre a formação e o desaparecimento do aldeamento indígena que fundou a cidade de Valença, no Rio de Janeiro, processo que coincidiu com o desenvolvimento da cultura do café na região. A disputa pela terra neste espaço estava relacionada com o avanço da fronteira e com a ocupação do sertão do Brasil, ainda no final do século XVIII, em conflitos e jogos de interesses que envolviam colonos, sesmeiros, membros da Igreja Católica, os próprios índios e outros agentes<sup>274</sup>. A formação do aldeamento de Nossa Senhora da Glória de Valença é parte de uma história da ocupação das terras fluminenses e, nesta fronteira construída no cotidiano, houve um processo de

---

<sup>271</sup> CUNHA, Manuela. 1988. Op. Cit., p.69-71.

<sup>272</sup> Idem, p. 71.

<sup>273</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. 1992. Op. Cit., p. 138.

<sup>274</sup> MACHADO, Marina Monteiro. **Entre Fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 3-5.

transformação da terra de região “ameaçada” pela presença de indígenas em região produtora de café<sup>275</sup>.

Mesmo após da criação do aldeamento, garantindo a posse da terra aos índios, as disputas e os jogos de interesses em torno da terra entre os ocupantes da fronteira, não cessaram. Com a Independência e a extinção da Lei de Sesmarias, não houve novas diretrizes para a ocupação das terras, seja para grupos indígenas e não-índios. O que promoveu um vazio na organização do latifúndio, momento em que o indígena ficou perdido, enquanto a fronteira agrícola avançava. As plantações avançaram sobre o território dos “selvagens”, naquele que seria um dos principais centros cafeicultores do Império<sup>276</sup>.

A lei de terras de 1850 pretendia regularizar o acesso à terra e discriminar as terras públicas das privadas, intenção que se inscrevia em um projeto de nação que pretendia organizar seu espaço territorial<sup>277</sup>. A tentativa era acabar com a apropriação irregular de terras devolutas, prática comum que se acentuou com o fim da Lei das Sesmarias em 1822. Segundo Márcia Menendes Motta, a lei era carregada de ambigüidades, o conceito de terra devoluta era caracterizado pela negação, o que não era particular era público, deste modo a nação se erigia sob a primazia do particular sobre o público<sup>278</sup>.

O direito dos indígenas à terra era inalienável, eles recebiam um aldeamento para o seu usufruto enquanto não fossem civilizados. Isso gerava dois problemas: primeiro, os aldeamentos não eram demarcados; segundo, estava relacionado ao grau de civilização dos nativos. Com a incapacidade de discriminar as terras privadas das públicas, os aldeamentos foram ocupados pelos fazendeiros e posseiros, e desaparecendo aos poucos, assim, a incorporação das terras indígenas era correlata a um processo de extinção do próprio índio, do seu modo de vida e sua cultura<sup>279</sup>.

Após 1850, houve diversos processos de expropriação dos territórios indígenas. Em Pernambuco, na zona da Mata Sul, nos anos sessenta, Edson Silva discute como a expansão econômica daquela região implicou em um processo de assalto aos territórios indígenas das aldeias de “Barreiros” e “Escada”. O crescimento da economia agro-exportadora, com a implantação de ferrovias na região, promoveu o aumento dos engenhos mediante as demandas dos novos mercados de exportação na Europa. Segundo ele, este progresso, para se

---

<sup>275</sup> Idem, p. 7.

<sup>276</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>277</sup> MOTTA, Márcia Menendes. Terra, Nação e Tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In: MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia Menendes (orgs). **Nação e poder as dimensões da história**. Niterói: EdUFF, 1998, p. 82-83.

<sup>278</sup> Idem, p. 84.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 89



consolidar, desencadeou um assalto às terras indígenas, o crescimento da produção açucareira intensificou a invasão às terras indígenas<sup>280</sup>. O processo de aproveitamento da terra, inserido na lógica exclusivamente econômica, levou muitos posseiros a questionar a forma que o indígena usufruía da terra, sob o argumento de que a “indolência” e “ignorância” dos nativos geravam o abandono da terra, assim, frente à disputa por estes territórios, as aldeias foram declaradas extintas. Os índios foram ocupar outras áreas, onde também sofreram expropriação<sup>281</sup>.

Vânia Losada Moreira comenta que os direitos territoriais dos indígenas são indissociáveis da política institucional para os indígenas desde o período colonial. Ao tratar do processo de extinção das aldeias no Espírito Santo no século XIX, ela argumenta que havia uma série de imprecisões do ponto de vista legal e uma polêmica em relação ao conceito de “indígena”, que facilitaram a perda de seus territórios<sup>282</sup>. Como em outras regiões, houve um avanço agrícola sobre as áreas dos aldeamentos, como resultado da sociedade Imperial em expansão, que coincidiu com a falta de reconhecimento das terras indígenas, feita antes da Lei de Terras. Os aldeamentos dos índios Tupiniquins/Terminonós (antigas missões jesuíticas) tinham sesmarias demarcadas desde o período colonial. Após a Lei de 1850, prevaleceu a idéia de que as “terras de índios” (sesmarias e terras de aldeias) que não estivessem efetivamente ocupadas deveriam voltar ao poder público, como terras devolutas<sup>283</sup>. Assim, muitos territórios dos descendentes índios, que estavam supostamente “confundidos com a massa da população civilizada”, foram incorporados pelos nacionais, enquanto outra parte foi objeto de invasão direta.

Assim, a conjuntura criada pela Lei de Terras de 1850 foi nociva ao patrimônio territorial dos indígenas, porque as decisões oficiais e os avisos complementares eram arbitrários, confusos e desfavoráveis aos interesses das populações indígenas. Igualmente a isso, o poder público foi incapaz de impedir as invasões ocorridas nestes territórios à margem da Lei, afinal a maioria das terras não foram compradas para se tornarem privadas, como estava previsto na legislação, foram, de fato, usurpadas<sup>284</sup>. A autora aponta que este processo gerou uma massa de “caboclos” sem terra (população tida como mestiça), pobre, sem propriedade e dependente dos grandes proprietários rurais.

---

<sup>280</sup> SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

<sup>281</sup> Idem, p. 12-16.

<sup>282</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 22, Nº43, pp. 153-169, 2002.

<sup>283</sup> Idem, p. 160-164.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 165-167.

Deste modo, na visão de tais autores, a terra indígena foi um dos critérios que subsidiou a política indigenista. Análises reforçam a perspectiva de Manuela Carneiro da Cunha: não apenas a legislação em si abriu precedentes para a extinção de muitos aldeamentos, mas o roubo das terras indígenas foi uma prática recorrente no Império. Os índios eram legalmente os donos de seus territórios. Porém, frente ao avanço da fronteira agrícola, das incongruências na legislação e da transformação da terra em objeto de riqueza e poder, as estratégias dos arrendatários de tomar os territórios indígenas foram inúmeras, desde o questionamento do “grau de civilização” dos nativos à expropriação direta da terra.

Esses trabalhos tiveram como horizonte, áreas caracterizadas tradicionalmente como zonas de expansão agrícola, economicamente orientadas pela grande lavoura, baseada sobretudo no braço escravo. No caso da Amazônia, entretanto, o trabalho indígena era fundamental. Vimos nos relatos dos agentes e viajantes, que ao lado dos escravos, pobres livres e mestiços, os indígenas integravam grande parte das atividades na província. A questão fundiária não dissipou o problema do trabalho indígena.

A mão-de-obra indígena estava no nascimento da economia gomífera, produção que inseriu a região na dinâmica do capitalismo internacional, pois a coleta da seringa era realizada até meados de 1870, principalmente, por índios e caboclos das florestas. O quadro das atividades produtivas era heterogêneo: havia a agricultura de subsistência e médio porte para abastecer o comércio local (elemento recorrente nos relatórios – o problema do abastecimento na província); nas regiões próximas a Belém, existiam muito engenhos, que animavam a produção de cana de açúcar; a criação de gado também compunha a renda provincial; e a coleta de gêneros da floresta, como óleo de copaíba, a castanha, cravo, andiroba e principalmente madeira para a exportação<sup>285</sup>, eram fundamentais nesta dinâmica produtiva. A mão-de-obra envolvida em tais atividades era igualmente diversa: indígenas e mestiços em geral, além de negros escravos compondo este quadro.

Assim a questão de terras não diminuiu o valor e a disputa pelo braço indígena, mão-de-obra que continuava a ser disputada, negociada e coagida. Os trabalhadores nativos se empregavam em várias atividades, mas o discurso em torno da sua utilização se concentrava em uma reivindicação de homens para o trabalho rural, no desenvolvimento das culturas e no aproveitamento dos “produtos das matas”. Assim, havia uma questão agrícola que orientava a

---

<sup>285</sup>NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura e colonização: nas terras de florestas da Amazônia Oriental (século XIX). In: **História Agrária: propriedade e conflito**. OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). Guarapuava: Unicentro, 2008, p. 142-145.

utilização da mão-de-obra indígena, que não coincidia exclusivamente com uma relação de expropriação fundiária.

Havia uma demanda agrícola presente no Regulamento de 1845, e suas práticas posteriores, mas que ultrapassava a dimensão estritamente da posse da terra. A dimensão política do Regulamento das missões não se restringia à política de terras, era muito mais ampla.

O Decreto Imperial nº426 de 24 de Julho de 1845 refletiu uma série de demandas que estavam em pauta na vida política no Império, que ultrapassavam o caráter de um documento exclusivamente dedicado à civilização indígena. Kaori Kodama chama a atenção para o fato de que a promulgação do Regulamento foi antecedida por várias discussões nas Assembléias Gerais, sobre catequese e colonização, mostrando que a formulação de um plano de civilização dedicado aos nativos estava associada à questão da colonização<sup>286</sup>. Dentre os vários pontos, estava em disputa a criação de núcleos de povoamento para formar grupos de trabalhadores, tais debates demonstram que a civilização indígena era pensada juntamente com os temas da colonização, escravidão e a questão fundiária.

O problema da civilização indígena estava incluso em um debate maior na política nacional: a colonização como alternativa para o fim do trabalho escravo. Em uma das querelas sobre o tema, a autora ressalta que o deputado Cunha Matos acreditava que a civilização indígena traria poucos benefícios para a colonização e passou a ver o tratamento dispensado aos indígenas como uma atitude meramente filantrópica, já que, para ele, a utilidade do indígena iria desaparecer. Visão contrária a de D. Romualdo de Seixas, bispo do Pará, que defendia “que filantropia não estava de todo dissociada de utilidade”<sup>287</sup>. Desta forma, as concepções sobre o aproveitamento do indígena e a “utilidade” do nativo eram muito mais complexas, variavam de acordo com os interesses de cada província ou região e com as percepções de cada agente sobre outras questões em pauta como colonização, escravidão, imigração estrangeira, entre outros.

O jurista Perdigão Malheiro, em seu ensaio sobre a escravidão no Brasil na década de 1860, comenta que mediante a falta de braços e a necessidade de promover a substituição do trabalho escravo pelo livre, “não era possível que o governo deixasse de insistir em aproveitar os destroços da raça indígena, hoje quase extinta e reduzida a mui pouco”<sup>288</sup>. O autor debatia a causa da liberdade, e via nos índios uma alternativa para substituição do cativo. Nesse

---

<sup>286</sup> KODAMA, Kaori. Op cit., p. 199-206.

<sup>287</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>288</sup> MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: Ensaio Histórico, jurídico social. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 243.

momento, a idéia de aproveitamento força de trabalho indígena aparece como uma questão política.

Ao se referir às diretorias indígenas, Mercio Pereira Gomes usa o termo *colônias indígenas*, criadas para acelerar o processo de integração desses grupos ao Império, onde podemos identificar uma semelhança entre as concepções de aldeamento e colônias agrícolas. Outro fator que simboliza a incorporação das populações indígenas, como parte de um problema agrícola, foi a submissão de sua administração ao Ministério da agricultura, quando esse foi criado em 1860, o qual passou a cuidar a ação das diretorias indígenas<sup>289</sup>.

Sendo assim, havia um objetivo agrícola que rondava as percepções sobre as formas de civilização do nativo-ameríndio, seja para substituir o cativo, seja para aumentar o número de braços na lavoura, que estava para além de um entendimento exclusivamente fundiária da questão. As populações indígenas foram encaradas como força produtiva que poderia contribuir para o florescimento da nação, o que revela o sentido agrícola do Regulamento de 1845. A política indigenista no Oitocentos teve uma orientação marcadamente de política agrária que, aliada ao processo de catequese, visava a assimilação do indígena, por meio do trabalho e da transformação cultural.

Kaori Kodama argumenta que o Regulamento de 1845 era parte de uma política de civilização engendrada pelo Estado Imperial, que via na catequese uma forma de expansão. Em sua perspectiva, a catequese pensada no século XIX possuía um sentido de missionamento bastante diverso daquele do período colonial. No Império, a missão tinha objetivos nacionais, práticos, relativos à criação de um contingente de trabalhadores, visando igualmente um controle do Estado sobre o território<sup>290</sup>. A autora lembra ainda que a própria categoria indígena, como aparecia nas leis, não estava bem definida, visto que a condição de índio dependia do “grau de civilização”, pois o nome genérico indígena estava atrelado à falta de civilização e não correspondia a um atributo identitário<sup>291</sup>. Este era um dos argumentos que proprietários utilizaram para justificar a tomada de territórios indígenas.

Deste modo, um dos traços da política indigenista no Segundo Império estava relacionado à construção do território, ou seja, a necessidade de civilizar os índios não significava apenas uma conversão para o cristianismo, mas tratava-se também de uma conversão para a Nação e, ao mesmo tempo, de garantir seu reconhecimento enquanto membros do Império.

---

<sup>289</sup> GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 80.

<sup>290</sup> KODAMA, Kaori. Op.cit., p. 255.

<sup>291</sup> Idem, p. 258.

O projeto indigenista estava, desde os debates de sua formulação, atravessado por questões que envolviam outros grupos, como os escravos, assim como também vislumbrava processos sociais mais amplos, os quais considerava o desenvolvimento dos aldeamentos e da civilização do indígena como meio de incorporar essas comunidades ao Império e promover o desenvolvimento dos negócios agrícolas.

Alguns projetos de colonização para a Amazônia eram concebidos levando em consideração uma lógica produtiva heterogênea composta de múltiplas atividades, aliados aos interesses imperiais destinados à região<sup>292</sup>. Francivaldo Nunes destaca que a implantação dos núcleos coloniais na Zona Bragantina obedecia a uma série de interesses e negociações entre governo Imperial, que pretendia criar, a partir das colônias, uma forma de ocupação das áreas de floresta. Além disso, os grupos dirigentes locais, formados, principalmente, por comerciantes, fazendeiros e proprietários, pretendiam formar colônias para desenvolver o comércio regional<sup>293</sup>. Assim, a implantação dos núcleos coloniais na região Bragantina, no nordeste do Pará, também se configurou em uma estratégia política de dominação das áreas de floresta, que não comprometeu a estrutura da propriedade agrária na Amazônia. Tais projetos ajudaram a entender a afirmação dos interesses do Estado na região<sup>294</sup>.

No Pará, o sentido da catequese e das práticas decorrentes das diretorias, nos mostra como os indígenas eram disputados na captação de mão-de-obra. Portanto, enviesar previamente a discussão sobre a legislação indigenista do Império e o trato efetivo com índios, por meio do critério da ocupação fundiária, tomando o indígena exclusivamente como um expropriado territorial, pouco esclarece as formas de sobrevivência e as relações de trabalho na região amazônica. Ou ainda, atenua a abrangência da questão indígena dimensionada nos outros elementos em pauta na política nacional.

Muito embora, persista a necessidade de estudos específicos sobre a situação dos territórios indígenas na região amazônica, a fim de estabelecer em que bases estavam situadas a garantia da posse e a ocupação das terras na região, e, em que ponto a propriedade fundiária poderia ter confrontado a posse dos nativos sobre a terra. Tema de grande pertinência que poderá trazer novas perspectivas para a história agrária brasileira.

A participação dos grupos indígenas na produção econômica e na sobrevivência da região era algo que singularizava o cotidiano amazônico e ditava as relações entre os grupos

---

<sup>292</sup> NUNES, Francivaldo Alves. Op. Cit.

<sup>293</sup> Assim, o viés para entender a implantação das colônias agrícolas no Pará considerou os interesses das elites locais e o projeto Imperial para a região, que não coincidiam com a lógica da substituição do trabalho escravo pelo livre, observada nos trabalhos sobre as áreas de grande lavoura. Idem, p. 135-137.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 136-140.

sociais. Tal realidade constatada por muitos intelectuais que aportaram na região, como Tavares Bastos e Couto de Magalhães, demonstra como na Amazônia Imperial, a mão de obra indígena, tal qual ocorrera no século XVIII, permanecia como uma das mais importantes nas atividades econômicas. No entanto, esta participação foi muito além do mundo do trabalho, as relações que envolveram as populações indígenas e outros grupos tomaram patamares de convulsões sociais e disputas por liberdade.

### 2.5 – “Selvagens” e rebeldes

Com o fim do movimento cabano os grupos pobres tornaram-se alvo da vigilância das forças imperiais. Passaram a ser identificados como potenciais rebeldes e desordeiros, afinal foram os grupos que participaram da tomada do poder em 1835. A partir de 1838, no Pará (e em outros pontos da Amazônia), as autoridades imperiais estabeleceram uma série de medidas de controle da população da província, que se refletia em práticas de vigilância e aquartelamento dos grupos que eram considerados uma ameaça a ordem social.

Em uma sociedade na qual a desigualdade também se construía sobre critérios de cor e raça, o surgimento de uma luta armada opondo forças legalistas e grupos populares acirrou ainda mais a desconfiança que repousava sobre os “homens de cor”, o que ajuda a entender as práticas de vigilância e controle posteriores ao movimento de 1835.

Em Belém havia uma atmosfera de forte controle social, o clima de tensão era comum naquele momento, logo após os impactos do movimento cabano. O que foi observado por Daniel Kidder:

Percebe-se, ainda na forma de policiamento da cidade, um dos efeitos das repetidas rebeliões. Quando lá estivemos, não era grande o número de soldados aquartelados no Pará, mas havia sempre novos recrutamentos em exercício. Agora que o índio já não mais pode ser ostensivamente reduzido à escravidão, é recrutado para o serviço do exército e da marinha; e curioso e às vezes até mesmo cômico é o processo pelo qual ensinam a esses filhos das selvas as atitudes rígidas da disciplina militar<sup>295</sup>.

Tal comentário nos sugere que havia um amplo movimento de recrutamento de algumas camadas da população, principalmente dos indígenas. O autor observa esta situação cerca de sete ou oito anos após a eclosão da Cabanagem, e pelo menos de dois a três anos de seu cessar total, ressaltando que a atmosfera militar ainda estava presente na rotina de Belém, que fora o palco do movimento. E continua:

<sup>295</sup> KIDDER, Daniel. Op. Cit., p. 185.

Os pontos principais da cidade são continuamente policiados e a quem quer que se aproxime depois de oito horas da noite, a sentinela grita logo “quem vem lá?” – Deve-se responder “É amigo”. O Guarda replica “passe ao largo!” e o pedestre obedece. Instalados que estávamos em frente ao quartel, nossos ouvidos se familiarizaram com essas frases que a espaços se repetiam pela noite adentro<sup>296</sup>.

A circulação de pessoas era vigiada pela força policial do Império. Neste contexto, a criação dos Corpos de Trabalhadores em 1838 configurou-se uma das principais ações do poder imperial para impor a ordem e assegurar o controle dos grupos pobres e livres, disciplinando os homens para o trabalho nos serviços públicos e a particulares, ao mesmo tempo, em que garantia o cerceamento das classes vistas como potencialmente rebeldes. Ao tratar da questão indígena ao longo da história da Amazônia, Carlos de Araújo Moreira Neto destaca este movimento pós-cabanagem como um momento de restrição da liberdade do tapuio (que pode ser o índio etnicamente modificado, especialmente pelas missões), identificado como o sujeito sem propriedade que após a Cabanagem virou sinônimo de rebelde<sup>297</sup>. Os comandantes militares e as milícias recrutaram índios, negros, tapuios e mestiços, que foram organizados e disciplinados sob o rígido regulamento militar e canalizados como força de trabalho para as obras do governo da província e particulares<sup>298</sup>.

Bárbara Weinstein comenta que um dos fatores que contribuiu para a implantação dos Corpos de trabalhadores era econômico. Segundo ela, a revolta Cabana rompeu com as obrigações da população mestiça e tapuia com as elites brancas. Essa população mestiça passou a desenvolver agricultura de subsistência e o extrativismo de forma autônoma, ameaçando o monopólio das elites agrárias tradicionais na região. Isso fez com que se recorresse a medidas extraordinárias, entre as quais a mais importante foi o ressurgimento dos Corpos de Trabalhadores<sup>299</sup>.

Nesse sentido, um aspecto importante é que a agricultura de subsistência sempre foi uma atividade praticada pelos tapuios combinadas a outras de caráter extrativo<sup>300</sup>, pois, como vimos anteriormente, não foram práticas excludentes, mantidas mesmo quando estes

---

<sup>296</sup> Idem, p. 186.

<sup>297</sup> MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 66-69.

<sup>298</sup> Idem, p. 72.

<sup>299</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op, Cit., p. 59-60.

<sup>300</sup> Autores como João Pacheco de Oliveira Filho e Patrícia Sampaio lembram que a economia extrativa, no caso, a gomífera, não substituiu a agricultura, para eles as atividades produtivas ocorriam simultaneamente. In: SAMPAIO, Patrícia Melo. 1994. Op, cit., p. 104-105; OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Encontros com a civilização Brasileira**, 1979, v. 11, p. 101-140.

trabalhavam para outros proprietários. Assim, o eixo central para a criação dos Corpos estava no temor das elites e do Estado de uma nova onda de revoltas com a livre circulação e associação dos pobres livres e da “gente de cor”, o que garantiria, assim, a ordem social<sup>301</sup>.

O surgimento dos Corpos de trabalhadores foi um marco na trajetória das populações pobres livres no Pará. Além do controle desses grupos sob organizações militares, o alistamento forçado (o que também ocorrerá durante a Guerra do Paraguai na década de sessenta), para este contingente de trabalhadores, tornou-se objeto de cobiça entre os proprietários da região, sendo explorado, às vezes, pelos próprios comandantes dos Corpos. Assim, no contexto paraense, os Corpos de Trabalhadores de 1838, juntamente com o Regulamento das missões de 1845 destinado à civilização indígena, formaram dispositivos de controle que visavam disciplinar o trabalho e regular a vida das populações pobres livres.

Significa dizer que, após a Cabanagem, a vigilância sob a “gente de cor” aumentou, a fim de se desarticular qualquer organização que ameaçasse a ordem Imperial. Esse estado de repressão e controle revelava mais uma faceta da ordem Imperial, a qual teve maior impacto em espaços de intensas lutas armadas, como foi o caso do Pará. Como argumenta Emília Viotti, sobre a constituição da ordem Imperial, uma das formas de garantir o lugar das oligarquias no comando da política Imperial foi através da força de repressão que se desdobrava em vários instrumentos de controle dos grupos pobres livres, como a Guarda Nacional e o próprio Exército<sup>302</sup>.

### ***3 - As diretorias indígenas no Oitocentos***

Os debates em torno da figura do índio, até meados do século, ocorreram sob a égide da condição e natureza do indígena, o seu caráter humano, “selvagem” e “degenerado”, e as formas de inserção na sociedade civil<sup>303</sup>. Do ponto de vista legal, depois da promulgação da Carta Régia de 1798, não houve outro projeto de civilização indígena até meados dos anos 1840. As determinações legais eram tomadas diretamente pelas Assembléias Provinciais, que

---

<sup>301</sup> MELO, Patrícia Raiol; SILVA, Thomaz Anderson. Resistência entre as letras do discurso: índios e negros na província do Pará. *Veredas da História*, vol. 2, Ano II, n° 1/ 2009, p. 13. Uma referência importante nos estudos sobre os Corpos de trabalhadores no Pará é o trabalho de Cláudia Fuller: FULLER, Cláudia Maria. “Os Corpos de Trabalhadores: Política de controle social no Grão-Pará. In: **Fascículos LH**. Belém: Laboratório de História; Departamento de História da UFFa, n° 1, 1999.

<sup>302</sup> COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República**: Momentos decisivos. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 9-11.

<sup>303</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. 1992. Op. Cit., p. 134.



se encarregaram da civilização indígena – Ato Adicional de 1834, até 1845. O elemento que singularizou a questão indígena no século XIX e tornou-se objeto de análise foram os debates de cunho nacionalista-romântico e científico, que ocorreram nos meios intelectuais e políticos. Isto aconteceu quando a condição e a natureza do índio configuraram-se em uma preocupação, principalmente no que se refere ao seu papel frente à construção da nação.

Nas primeiras décadas do século XIX é possível identificar um agravamento das relações entre grupos ameríndios e não-índios em algumas regiões, como no Sudeste. As guerras declaradas contra os índios foram significativas: contra os Botocudos de Minas Gerais em 1808, e índios de São Paulo em 1809; ofensivas iniciadas por D. João VI logo no ano de chegada da Família Real no Brasil, contra os grupos considerados bravos. Estas ações permitiram inclusive a organização de bandeiras contra os índios, para o seu aprisionamento, autorizando o cativo de quinze anos a partir do dia do batismo<sup>304</sup>. Manuela Carneiro da Cunha argumenta que o fato de estarem sem representação real em algum nível, fazia com que os índios se manifestassem através de revoltas, hostilidades e eventuais petições ao Imperador ou processos na justiça<sup>305</sup>, o que intensificava a exploração e violência contra eles. Este quadro de enfrentamento entre índios e brancos foi importante para a construção do plano de civilização elaborado no XIX por José Bonifácio, em 1823.

Nos *Apontamentos para a civilização dos índios do Brasil*<sup>306</sup>, José Bonifácio traçava um plano de civilização de gradual inserção do indígena ao universo branco. O autor ressaltava a necessidade urgente de catequizar os índios, insistindo na utilização de métodos e práticas adequadas para se ter sucesso no intento da civilização. Estratégias estas que lembravam as práticas jesuítas, pois destacavam a educação e os ofícios, principalmente na lavoura, como parte de projeto educativo que disciplinava os índios para a organização do trabalho produtivo. Era patente, em seu projeto, uma clara política de integração do índio ao Império, a partir da aprendizagem dos costumes brancos, revelando a preocupação com a constituição de um grupo de homens que fosse “útil” à nação.

O programa de integração de Bonifácio não conheceu sua prática, saiu de cena junto com a Assembléia Geral Constituinte (onde foi apresentado), fechada por D. Pedro I no mesmo ano de 1823. Entretanto, parte significativa do seu projeto reapareceu no texto do Regulamento das Missões de 1845, no Segundo Império. Este código é considerado o único

---

<sup>304</sup> MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 187.

<sup>305</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. 1992. Op. Cit., p. 133.

<sup>306</sup> ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. *Apontamentos para a civilização dos índios do Brasil*. DOLHNIKOFF, Mirian. (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrade e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

plano geral e amplo de catequese e civilização dos índios, no Império. O seu teor, ao mesmo tempo, que possui inspiração nos *Apontamentos*, retomou parte do Diretório dos Índios de 1758.

O Decreto Imperial nº426 de 24 de Julho de 1845<sup>307</sup>, conhecido como Regulamento das Missões em 1845, foi o documento elaborado para regular a catequese e a civilização dos indígenas no Império. Tratava-se de uma política que primava pela inclusão dos indígenas aldeados à sociedade civil, a partir do seu processo de assimilação cultural, política e econômica.

Desta forma, o Regulamento das Missões de 1845 determinava que as diretorias indígenas fossem a forma de organização oficial destinada aos aldeamentos e ao governo dos índios no Segundo Império, embora neste sistema não estavam subordinadas ao “principal” do grupo, mas aos diretores dos aldeamentos. A tutela das populações indígenas aldeadas ficava sob a proteção dos diretores parciais (de aldeias) que, por sua vez, estavam subordinados ao diretor geral de índios da província, cargo indicado pelo Imperador. Nos aldeamentos, o diretor de aldeia era responsável em administrar o trabalho dos nativos. Havia também um missionário que cuidava da catequese e educação dos mesmos. Perdigão Malheiro traça um plano geral do Regulamento das Missões, indicando o teor do documento e suas idéias capitais, que vale ser reproduzido.

As idéias capitais desse Regulamento são: 1ª conversão dos índios ao cristianismo, e sua educação religiosa, a cargo dos missionários; 2ª instrução primária, também a cargo dos missionários; e criação de aulas para ela, se o missionário não for suficiente; 3ª proibição expressa de força e violência para atrair os índios, para a educação religiosa, nem para outros quaisquer fins de sua categoria e civilização; 4ª instrução de índios nas artes mecânicas segundo as suas propensões, promovendo-se para este efeito o estabelecimento de oficinas nas aldeias; 5ª mais particularmente o aproveitamento deles na cultura de lavoura; 6ª demarcação dos distritos das aldeias, e das terras concedidas aos índios em comum ou separadamente; podendo mesmo de simples usufrutuários vir a ser proprietário; 7ª proteção aos índios, quer em suas pessoas e liberdade quer em seus contratos, quer em seus serviços, quer em suas terras; 8ª proibição de serem dados ao serviço particular; 9ª procurar pelos missionários atrair os índios selvagens, e aldeá-los ainda que em separado; 10ª proibição de irem de fora pessoas negociar nas aldeias ou estabelecer-se nelas, salvo com licença; 11ª promover o casamento dos índios entre si, e com pessoas de outras raças; 12ª fazer expulsar das aldeias para além das 5 léguas fora dos limites dos distritos respectivos as pessoas de caráter rixoso, de maus costumes, que introduzam bebidas espirituosas, ou tenham engano os índios lesando-os; 13ª proibição de vexá-los com exercícios militares, contrariando aberta e desabridamente seus hábitos e costumes. 14ª garantia de jornais ou salários aos índios aos índios chamados a serviço público ou da aldeia; 15ª auxílios a bem de suas necessidades,

---

<sup>307</sup> Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos índios. APEP: Coleção Leis do Império.

de sua saúde e bem estar; 16ª proteção das aldeias pela força militar, quando necessário; 17ª proteção às viúvas e herdeiros dos índios<sup>308</sup>.

Assim, o Regulamento de 1845 marcou a administração da catequese indígena, definindo os meios, o pessoal e as formas de viabilizar a civilização indígena.

Em relação ao funcionamento das diretorias, a execução do plano mostrou-se extremamente negativa para as populações aldeadas e pouco eficaz para os objetivos do Estado. Ao final, o Regulamento não proveu a inclusão pretendida pelo Império, pelo contrário, abriu precedentes para uma forma de organização que acelerou a desarticulação das populações indígenas e do seu modo de vida<sup>309</sup>. Em alguns casos, os aldeamentos até prosperavam, como relatou Tavares Bastos:

As margens do Tapajós e as suas vizinhanças são ocupadas por muitos índios catequisados; e destes as tribos Maués e Mundurucus são bem conhecidas. Os Mundurucus, tribo menos numerosa, avaliada em 20.000 indivíduos por um viajante inglês, são os melhores índios do Amazonas por seus excelentes hábitos, por seu amor ao trabalho, sua indústria e cultivo do solo<sup>310</sup>.

E neste relato abaixo do presidente Pinto Guimarães, em 1855, ao falar da missão de Maloca Nova,

nota-se nellas viva animação, a população assiste aos actos religiosos, vende gêneros de sua industria, e compra aquilo que lhes agrada, e tem até feito diversas palhoças no povoado mostrando assim que do tempo se pode esperar melhoramento de sua sorte<sup>311</sup>.

Porém, tais relatos são raros perto da quantidade de falas que criticam o andamento das diretorias, os missionários e, principalmente, os diretores parciais, considerados os maiores culpados pelo fracasso dos aldeamentos.

As práticas ao longo do tempo, exercidas contra os índios, deixavam muito claro um sistema de exploração que se instaurou na relação entre diretores e indígenas. Em vinte anos de execução do Regulamento, Tavares Bastos ressaltava a espoliação demasiada sofrida pelos índios, detalhando como o diretor usufruía do trabalho do nativo, sem lhe pagar o que era devido.

<sup>308</sup> MALHEIRO, Perdígão. Op. Cit., p. 239.

<sup>309</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. 1992. Op. Cit.; MALHEIRO, Perdígão. Op. Cit.; NETO, Carlos de Araújo Moreira. Op. Cit.

<sup>310</sup> BASTOS, Tavares. Op. cit. p. 234.

<sup>311</sup> PARÁ. Relatório de Pinto Guimarães (vice-presidente da província) de 15/10/1855, p. 36-37.

A legislação em vigor sobre os índios, sua catequese e aldeamentos, propunha-se um fim proveitoso: regularizar o trabalho; mas produziu o que não se devia esperar, a espoliação do índio. O diretor de índios é seu ladrão oficial. A portaria da nomeação de diretor, dizia-se um antigo navegante do Solimões, é uma carta de crédito; com ela o novo diretor apresenta-se ao negociante da cidade, pede um abono de mercadorias sob promessa de pagar com o produto do trabalho dos índios, que colhem a borracha, a salsa, a castanha, e recebem do diretor uma insignificante parcela das mercadorias abonadas; o índio não recebe salário em dinheiro, a permuta dos gêneros é o meio de roubá-los. (...) <sup>312</sup>

Na maioria dos casos os grupos aldeados eram disputados pelos proprietários locais, o que reitera a idéia de que a mão-de-obra ainda era cobiçada. Na missão do Rio Andirá, o presidente Angelo Custódio comenta que vários conflitos surgiram entre o missionário capuchinho e os moradores daquela localidade.

Na missão do rio Andirá, disctrito da Freguezia de Villa Nova da Rainha, tem aparecido graves e continuados conflictos entre o missionário capuchinho Fr. Pedro de Cyrianna, e as autoridades locais da dita Freguesia, que desde o princípio virão com desagrado o estabelecimento daquela missão.- Tenho examinado com atenção e calma as queixas de ambas as partes; e estou convencido, que aos interesses de certos indivíduos influentes da Freguesia, não podia seguramente convir, que se desse, com a nomeação de missionário, um protector a mais de 500 infelizes índios, cujos filhos podem servir para brindes, e as índias para criadas, e os índios para toda espécie de serviço braçal, recebendo em paga maus tratos, e lesivas retribuições de salário, como é de uso quasi geral <sup>313</sup>.

Ele declara inclusive que só há verdadeiros aldeamentos quando o missionário acumula também o cargo de diretor, o que demonstra a desconfiança em relação aos diretores parciais <sup>314</sup>.

A situação malfadada da maioria das diretorias se repete em outras províncias, o que pode ser percebido nas reclamações constantes dos presidentes. Em Manaus as críticas se repetiam: os diretores parciais e os encarregados se apropriavam do trabalho dos índios em usufruto particular, abusos de autoridade e violência contra os índios, e o não envio de trabalhadores, que deveriam ser fornecidos regularmente para as obras públicas, para a capital. A administração provincial preocupava-se, pois havia carência de trabalhadores nas obras públicas, e as ações criminosas dos diretores poderiam causar o esvaziamento das aldeias <sup>315</sup>.

<sup>312</sup> BASTOS, Tavares. Op. cit. p.229

<sup>313</sup> PARÁ. Relatório de Angelo Custódio de 1/08/1850, p. 51.

<sup>314</sup> Idem, p. 52.

<sup>315</sup> SAMPAIO, Patrícia de Melo. Op. Cit. p. 136-138.

Os diretores recebiam títulos militares: o diretor geral título de brigadeiro, o diretor de aldeia, de tenente-coronel, o tesoureiro da aldeia o de capitão. As diretorias tornaram-se um ramo do serviço público, uma forma de conseguir patentes e assim barganhar benefícios na condição social. O interesse em assumir um posto, no qual é possível controlar grupos de trabalhadores, tornava-se a principal motivação para a cobiça do cargo de diretor, especialmente em uma região onde o braço indígena não era dispensado. Assim, as práticas mais comuns dos diretores parciais eram conquistar *status* e usufruir do contingente de índios disponíveis para o trabalho.

O presidente Rego Barros transfere em parte a culpa do fracasso dos aldeamentos para os próprios índios e seu modo de vida, dizendo que a índole do indígena é o maior empecilho para a catequese.

os maiores (embaraços com que luta a catequese) encontram-se nos mesmos indígenas. Entes de caráter inativo e intelligencia curta, habituados ao viver errante das mattas, onde a natureza por si só fornece tudo quanto abrange o circulo acanhado de suas necessidades, não podem ser facilmente trazidos às condições sociais, cujos gosos desconhecem, si é que ainda lhes não são apresentados sob um aspecto repugnante por aquelles que especulam com a sua simples, e pelos falsos apóstolos<sup>316</sup>.

O que vemos, a partir das reclamações dos administradores provinciais, é que havia uma preocupação com a manutenção dos aldeamentos com a perspectiva de se criar um contingente de trabalhadores, seja para as lavouras dos aldeamentos, seja para os serviços públicos. Tal preocupação revela que, mesmo com a vinda de trabalhadores de outras regiões, a diversificação da economia e com a catequese, o interesse imediato na civilização indígena por parte da administração pública era viabilizar mão-de-obra.

Porém, esta concepção de trabalho, compartilhada por boa parte dos agentes políticos e intelectuais, não era aleatória, tratava-se de um objetivo direcionado que pretendia fixar o índio na terra e promover o trabalho agrícola. Ao lado das constantes queixas encaminhadas aos diretores gerais que reivindicavam o envio de índios para os serviços nas obras públicas urbanas, o trabalho agrícola praticado pelos nativos aparecia como uma alternativa para o desenvolvimento das lavouras na região, o que era entendido como uma via para o engrandecimento da província. Assim, visava-se transformar o indígena em agricultores ou em uma espécie de colonos.

---

<sup>316</sup> **PARÁ.** Fala de Sebastião do Rêgo Barros em 15/08/1854.

### 3.1 - As missões capuchinhas

Se as missões do século XVIII, de um modo geral, estavam marcadas pelas lutas entre moradores, administração colonial e jesuítas, em função da disputa pelo controle da mão-de-obra indígena; as missões oitocentistas tiveram outra configuração, caracterizada pela falta de autonomia dos missionários na condução dos aldeamentos e a predileção do governo Imperial por padres capuchinos no serviço de catequese.

Marcio Couto Henrique destaca um aspecto interessante relativo ao caráter das missões no Segundo Império que é a dependência do Estado, afinal a autonomia dos missionários em séculos anteriores fora conscientemente restringida no Oitocentos, desde a lei de 1844, que regulava o trabalho dos missionários capuchinhos nos aldeamentos<sup>317</sup>. Um conjunto de ofícios da diretoria de catequese e civilização entre 1872-1875<sup>318</sup> demonstra como os missionários se dirigiam ao presidente de província e ao diretor geral de índios, para solicitar ajuda e sustento para os aldeamentos e as missões. Constantemente eram enviadas listas de produtos, para as autoridades provinciais<sup>319</sup>.

A autorização da chegada dos missionários capuchinhos ocorreu em 1843, através da lei nº 285 de 01/06/1843, mas a regulamentação do modo de distribuição e a sua sujeição ao poderes locais, e ao geral em Roma, veio no ano seguinte com Decreto Imperial nº 373 de julho de 1844<sup>320</sup>.

Os capuchinhos eram em sua maioria italianos, solicitados pelo governo, para o trabalho nos aldeamentos, que custeava suas despesas com a viagem e alojamento, e cuidava de sua distribuição nas províncias. A convocação de missionários capuchos era parte da definição da política indigenista e do debate sobre a catequese e civilização dos índios, o que tentava garantir a restrição da ação do missionário, limitando-a apenas a instrução religiosa e moral e o ensino das primeiras letras. Embora, muitos missionários assumiram a administração das aldeias por falta de diretores “competentes”<sup>321</sup>.

As missões jesuítas e suas práticas de catequese eram sempre lembradas a partir de imagens ambíguas: ora, os jesuítas eram retomados como os grandes nomes da missão civilizadora; ora, eram encarados como padres criminosos que enriqueceram explorando os pobres índios. A partir dessa memória polêmica se construía, entre os intelectuais e agentes

<sup>317</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira, nem Pombal: memória jesuítica e as missões religiosas na Amazônia do século XIX. **Revista Asas da palavra**. Belém: Vol. 10, nº 23, pp. 209-233, p. 209.

<sup>318</sup> PARÁ. Ofícios de catequese e Civilização de índios (1872-1875), Série 13 Ofícios. APEP

<sup>319</sup> PARÁ. Ofício de 26/05/1872; Ofício de 24/09/1872; Ofício de 11/07/1872. Ofícios de catequese e Civilização de índios (1872-1875), Série 13 Ofícios. APEP.

<sup>320</sup> MALHEIRO, Perdígão. Op., cit. p. 238.

<sup>321</sup> KODAMA, Kaori. Op. cit., p. 249-250.

políticos no século XIX, a imagem dos capuchinhos nos aldeamentos imperiais<sup>322</sup>. As práticas jesuítas coloniais influenciaram nas formas de se pensar o tipo de missionamento do Império.

Portanto, ao considerar as relações de produção na região amazônica ao menos no que se refere às populações indígenas, vimos que elas não estavam baseadas unicamente na propriedade, mas no trabalho e na arregimentação de mão-de-obra destinada a atividades diversificadas. Ou seja, no caso da Amazônia Imperial, a presença indígena acompanha as redes de relações imbricadas na dinâmica do cotidiano, através do trabalho, das trocas culturais e da política. A preocupação com a formulação de uma catequese que atendesse aos interesses do Império no que se refere aos povos ameríndios, seja aquela formulada na Corte, seja a que se discutia a nível local, refletia um projeto amplo, que abarcava questões outras, como o desenvolvimento da economia local e a ocupação do território. Deste modo, a política indigenista era uma medida civilizatória agregada aos demais objetivos do projeto Imperial de modernidade.

### ***As populações indígenas no centro de diversas disputas sociais e econômicas***

A questão do trabalho e da mão-de-obra indígena permaneceu como um problema por todo o século XIX amazônico, nas falas dos presidentes, nas observações dos viajantes e intelectuais. Mesmos nas práticas dos proprietários locais, os grupos de índios aldeados constituíam-se em objetos de disputas, cobiça e exploração em torno de sua força produtiva. Significa que as disputas por trabalhadores indígenas continuaram uma questão fulcral na Amazônia, durante todo o século XIX, obviamente sob outra lógica diversa daquela utilizada na Colônia. O esbulho das terras indígenas foi um dos efeitos das legislações indigenistas e da Lei de Terras de 1850, e das novas concepções sobre a posse da terra. Porém, esta perspectiva da realidade Imperial não substituiu automaticamente a utilização do trabalho indígena.

As terras indígenas da Amazônia, entretanto, não permaneceram distantes de uma ocupação econômica, o que gerou sistemáticos conflitos. Ao fazer uma pequena digressão, notamos que na segunda metade do século XX, quando a região se tornou definitivamente uma fronteira agrícola e mineral, os territórios indígenas foram constantemente invadidos, grilados e ocupados indevidamente por empresas e pelo próprio governo. Bertha Becker ressalta que a exploração mineral agravou a expropriação das áreas indígenas demarcadas,

---

<sup>322</sup> HENRIQUE, Marcio Couto. Op. cit., p. 210.

pois eram as que mais geravam a cobiça das empresas mineradoras. Além disso, as próprias obras públicas não respeitavam os territórios indígenas, com a construção de estradas, hidrelétricas e outras. Desse modo, os indígenas tiveram que resistir a estes dois tipos de invasores, ficando sujeitos a cooptação e forçados a negociar em situações extremamente desiguais<sup>323</sup>. Assim, desde o século XIX, e mesmo com a criação das reservas indígenas no século XX, ainda hoje os grupos indígenas lutam por seus territórios.

Em relação ao trabalho indígena, havia uma distinção entre as práticas de trabalho e sobrevivência exercida pelos tapuios, e o sentido de trabalho comentado pelos agentes administrativos. Esses pretendiam implantar o trabalho regular e organizado dos índios, preferencialmente nas lavouras, que representasse também uma transformação cultural, através da disciplina no ritmo do labor rural. Sendo assim, as tentativas de colonização e de aldeamento (contidas no próprio Regulamento de 1845) visavam estimular uma forma de trabalho regular, ditada pela criação de um mercado consumidor de produtos agrícolas e gêneros da floresta. Por isso, esta visão reforça a idéia de transformar o índio em uma espécie de agricultor. Em última instância, havia uma intenção de impor ou desenvolver no indígena um modo de vida orientado pelo trabalho regular e pela produção.

As políticas voltadas para os indígenas revelam também que a Amazônia se configurava em uma região que precisava ser ocupada, incorporada ao Estado Imperial. A região ainda vivia sobre o paradigma de uma fronteira, assim, o processo de civilização indígena era um meio de assegurar a ocupação do território, de modo que o Estado previa uma forma de assimilação cultural, política e econômica do indígena.

O indianismo, por sua vez, ocupou um espaço central na primeira grande manifestação de identidade nacional. Como um produto do Estado Imperial, refletia algumas características deste mesmo lugar, como a priorização do elemento indígena em detrimento do negro<sup>324</sup>. A intensa movimentação intelectual não estava desvinculada das estruturas imperiais que tomavam o indígena, de modo geral, como um paradigma para a construção da nacionalidade. Porém, os momentos de renovação cultural reinventaram constantemente as percepções sobre o nativo-americano do passado e do presente, do “tupi” e do “tapuio”, de acordo com as idéias em voga, e com a necessidade de fundação de uma identidade.

Nesse sentido, o conjunto de representações que identificam o índio no Império, ainda que diferenciadas, encontram-se a um só tempo sob a égide do etnocentrismo, que expressava a superioridade da raça branca, promotora da civilização, e que tinha a missão de converter o

---

<sup>323</sup> BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios. 5ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 79-80.

<sup>324</sup> KODAMA, Kaori. Op. Cit., p. 118.



“selvagem”, o tapuio, em cidadão do Império. As imagens sobre o ameríndio, seja pelo prisma das teorias raciais ou pelo viés político, no que se refere à sua condição, formam um quadro para justificar as desigualdades raciais e sociais, que estes grupos sofreram<sup>325</sup>. Foram várias as estratégias empreendidas pelas populações indígenas para garantir sua sobrevivência frente aos movimentos de assimilação, desde fugas, incorporação de hábitos e valores ocidentais, e mesmo a reformulação de sua cultura e identidade.

Por fim, houve no Império uma troca de processos civilizatórios envolvendo os índios. Um desses processos era a promoção da civilização no meio das populações indígenas, aquele que era praticada nas diretorias indígenas, baseado no princípio do trabalho e da catequese. O outro se referia à utilização do indígena como base da formação nacional que o indianismo se encarregou de construir, a partir da qual também se gestou um processo civilizatório<sup>326</sup>; o qual situou uma identidade nacional, partindo de uma ancestralidade indígena inventada. Este último processo tratava, em uma perspectiva mais ampla, da formação da sociedade brasileira.

---

<sup>325</sup> SILVA, Edson. 1994. Op. Cit., p. 69.

<sup>326</sup> MARTINS, Wilson. Op. cit., p. 33.

### **Capítulo III**

#### **A civilização e os indígenas**

Nas considerações seguintes trataremos enfim, dos ideais de civilização formulados por Henrique de Beaurepaire Rohan, Couto de Magalhães, Antonio Macedo Costa e José Veríssimo. Contudo, antes de procedermos propriamente à análise da civilização indígena, discutiremos a concepção de civilização ocidental, identificando o seu sentido e as formas que este pensamento tomou no Brasil. A incorporação de um ideal civilizatório foi fundamental para subsidiar as primeiras teses sobre a nação brasileira, elaboradas por nossos intelectuais. Por este motivo é necessário pensarmos as utilizações deste pensamento no país. De modo que, em seguida, trataremos dos planos de incorporação do indígena formulados pelos letrados.

##### ***1 - A concepção de civilização: progresso, polimento e ordem social***

Os ideais de civilização utilizados pelos intelectuais oitocentistas eram abrangentes e heterogêneos, poderiam designar um estado, um processo, uma distinção social ou ainda, um discurso. Afinal, o próprio conceito de civilização refere-se a uma “variedade de fatos”, como disse Norberto Elias: “ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes.”<sup>327</sup> As transformações no mundo ocidental ocorridas com a Industrialização e o processo revolucionário na França modificaram profundamente as bases sociais e políticas do mundo Ocidental. O liberalismo burguês nos países industrializados se consolidava e o avanço do capitalismo em zonas periféricas, como a América Latina, reajustou a ordem econômica<sup>328</sup>, de modo que a ascensão da burguesia e o triunfo do capitalismo industrial (o qual, porém, já apresentava suas contradições expressas nos protestos de trabalhadores) ajudaram a compor os Estados Nacionais.

As mudanças sociais provocadas neste contexto fizeram emergir conflitos entre modelos econômicos e modos de vida distintos. Aprofundaram-se as dicotomias entre campo

---

<sup>327</sup> ELIAS, Norberto. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, p. 23.

<sup>328</sup> HOBSBAWM, Eric. **A era dos Impérios** (1875-1814). 8ª ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2003, p. 20-26.

e cidade, homem e natureza, Estado e religião. A supervalorização da ciência e do conhecimento produziu novas explicações e percepções sobre a realidade e a natureza. Tais aspectos representavam o nível das transformações mentais que ocorriam nas sociedades em um processo amplo de mudança cultural. Um dos traços desse processo era a Belle-époque, como o momento que expressou os gostos e a estética burguesa gestada neste quadro de ascensão social e enriquecimento. O progresso tornou-se uma crença e o sentido do desenvolvimento econômico e social das nações, os quais a máquina personificava como o avanço material de uma sociedade<sup>329</sup>. Muito embora o capitalismo enraizasse as desigualdades entre os países e grupos sociais.

Tal cenário re-significou a concepção de civilização vigente no Ocidente, nesses moldes, ela ganhou sentido no progresso material e passou a se relacionar ao modo de vida burguês. O ideal de civilização, deste modo, aglutinou todos esses elementos num projeto de sociedade global, que envolvia todas as esferas da realidade social.

O Brasil, enquanto uma nação situada na periferia do capitalismo, com uma economia agrária sustentada pelo braço escravo, estava longe de pertencer ao grupo dos países industrializados e modernos como Inglaterra e Estados Unidos, considerados arquétipos da civilização. O país vivia um atraso econômico e conservava um regime monárquico em plena América Latina republicana. No entanto, o Império era tributário do progresso e almejava tornar-se uma grande nação civilizada, afinal o ideário liberal estava integrado ao imaginário de boa parte das elites nacionais e ajudou a fundamentar as bases jurídicas e administrativas do Império, bem como sua cultura letrada. Esta condição “ambígua” na qual o Brasil se encontrava como um país integrado ao sistema capitalista internacional que, porém, internamente guardava estruturas coloniais, tornou-se uma preocupação para a historiografia da década de 1960, a fim de explicar as contradições do capitalismo brasileiro<sup>330</sup>.

Apesar das estruturas arcaicas presentes na sociedade Imperial, em termos culturais, o Brasil era muito receptivo ao conjunto de idéias vindas do universo europeu. Assim, progresso, ciência e civilização foram categorias de pensamento que fundamentaram as bases da nação e da cultura letrada do país no Oitocentos. Tais idéias ajudaram a subsidiar as explicações dos intelectuais, conceitos como raça e mestiçagem, foram utilizados para

---

<sup>329</sup> Idem, p. 46-49.

<sup>330</sup> COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978; NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

fomentar uma noção de sociedade e nação que, ao mesmo tempo em que se inscrevia em um padrão de vida burguês, correspondia também a uma dimensão específica da própria da sociedade Imperial. Essas idéias contribuíram para reiterar diferenças que estavam associadas a determinadas redes de dominação social de alguns grupos, como os negros; ou seja, o arcabouço teórico do progresso e da ciência também serviu para legitimar valores de uma sociedade estratificada, como era a brasileira naquele momento.

Portanto, o Brasil, por meio de seus intelectuais e na figura do próprio Monarca, incorporou em seu projeto de nação um ideal de civilização que se ajustava às demandas nacionais, e às demandas das elites imperiais, o que se configurava também em um projeto de sociedade. Deste modo, civilização representou um valor cultivado pelos homens de letras, que atendia as pretensões de modernidade e progresso desejados para o país, e serviu ainda aos interesses de grupos dominantes do Império.

Países periféricos e industrializados buscavam, então, um tipo de afirmação material e espiritual que simbolizava um *status* superior de sociedade, a *civilização* era a idéia que reunia tais aspirações, a qual estava muito além do viés estritamente econômico.

Embora as características apresentadas revelem o sentido oitocentista de civilização, a idéia é anterior, surgiu entre as classes abastadas como uma categoria de pensamento da cultura erudita e nobiliárquica, que representava um tipo específico de desenvolvimento. No período moderno, dos séculos XVII e XVIII, este desenvolvimento estava relacionado a uma evolução do indivíduo, a uma formação do espírito, enquanto que após o movimento revolucionário de 1789 ganhou uma conotação de coletividade, tratava de um desenvolvimento geral de uma sociedade ou de uma nação.

A noção de *civilidade* surgiu na sociedade de Corte européia do século XVI, primeiramente na França, expandindo-se depois para outros Estados como Inglaterra e a Alemanha, considerando que havia diferenças importantes no sentido de civilização para alemães e franceses<sup>331</sup>. De acordo com Norberto Elias, naquele momento, civilidade definia o comportamento das camadas nobres da sociedade, nos hábitos e no refinamento dos costumes

---

<sup>331</sup> Ingleses e franceses empregaram a palavra civilização representando o grau de progresso de suas nações para o Ocidente e para a humanidade, que pode se referir a fatos políticos, econômicos morais e sociais. Enquanto que para os alemães, *civilização* representava apenas uma superfície da existência humana, para eles, a palavra que representa o orgulho e a grandiosidade nacional, as elevações do próprio ser é *Kultur*, que está relacionada propriamente a realizações artísticas e intelectuais. In: ELIAS, Norberto. Op.cit., p. 24; CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002, p. 24.

– atitudes de Corte, distinguindo-a dos grupos que estavam fora do círculo da nobreza<sup>332</sup>. A partir do século XVIII, a idéia passou a designar, para além da noção de refinamento, um processo de ilustração e melhoramento do indivíduo, por meio do conhecimento das artes, da filosofia e da ciência, ou seja, de uma cultura erudita que seria fundamental na formação do espírito, visão que foi incorporada a partir do Iluminismo. Nessa perspectiva, o homem passaria por etapas de aperfeiçoamento em um curso gradativo de educação e depuração, o que culminava no aprimoramento do ser<sup>333</sup>.

Deste modo, o termo civilização era uma idéia de amplo entendimento e que foi assimilando significados ao longo do tempo. Segundo Jean Starobinski, *civilização* é um conceito polissêmico e aglutinador, que representa um amplo processo de melhoramento e aperfeiçoamento<sup>334</sup>. Ele argumenta que o sentido da palavra pode “bifurcar em uma acepção pluralista, etnológica, relativista” que pode atribuir um sentido único à “marcha” do gênero humano inteiro<sup>335</sup>. Assim, o sentido de civilização foi sendo modificado e, ao longo do tempo, de acordo com as transformações sociais, foi transportado para uma noção de desenvolvimento da humanidade.

Civilização designava essencialmente uma noção de progresso, um ritmo de desenvolvimento linear, que denota polimento e evolução. As etapas do processo civilizador estavam associadas aos estágios do progresso das sociedades, que sugere também uma busca pela perfeição, revestida de um conteúdo sagrado<sup>336</sup>. Governava-se, conquistava-se e exercia-se a força em nome da civilização.

Para Norberto Elias, a civilização se inscreve no próprio desenvolvimento do Estado Moderno: “a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob forma de Estado”<sup>337</sup>. O autor analisa o processo civilizador como um progresso individual e coletivo, que está correlacionado às idéias de *sociogênese* e *psicogênese*. De modo sumário, a psicogênese é um processo de aperfeiçoamento ao nível particular, em relação ao indivíduo e ocorre ao longo de sua formação desde a infância até a fase adulta, é um processo de constituição do caráter e da personalidade. Por sua vez, a sociogênese é um fenômeno amplo que está relacionado com os

<sup>332</sup> ELIAS, Norberto. Op. Cit., p. 51-53.

<sup>333</sup> STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das letras, 2001, p. 16-18.

<sup>334</sup> Idem, p. 14.

<sup>335</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>336</sup> STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 31-36.

<sup>337</sup> ELIAS, Norberto. Op. Cit., p.16.

dispositivos morais socialmente construídos, capaz de gerar práticas, comportamentos e visões.<sup>338</sup> Estas seriam, então, as duas dimensões que regem a idéia de civilização.

O conceito de civilização em Elias se confunde com o desenvolvimento da sociedade nos últimos três séculos, como uma “consciência que o Ocidente tem de si mesmo”, a qual se afirma mediante a comparação com outras sociedades a partir dos critérios de progresso material e intelectual.

Expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois séculos ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com esse termo a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais.<sup>339</sup>

As palavras do autor do *Processo civilizador* apresentam uma característica fundamental que marcou, em grande medida, a conotação que civilização ganhou no século XIX, quando ela passa a designar um modelo de sociedade ocidental que se afirma por suas conquistas ao nível cultural e técnico e, ao mesmo tempo, rejeita as formações sociais diversas, fora dos seus padrões de existência. Assim, ela também se constitui pela negação, daquilo que está fora da civilização.

Jean Starobinski valorizou este aspecto ao considerar que civilização é um termo que se legitima pelo seu antônimo, como um valor universal capaz de normatizar, acusar; que se reconhece como “tipo ideal”, que pode julgar outras formas de organização social<sup>340</sup>. Deste modo, civilização é um conceito que existe na comparação e na oposição daquilo que lhe é diverso, um oposto que pode ser nomeado. Assim, “bárbaro” e “selvagem” aparecem como um antagonismo do que é civilizado.

A “barbárie” tornou-se a idéia que representava os comportamentos, os hábitos, a cultura e os grupos sociais adversos, inicialmente, da sociedade de Corte, depois da sociedade liberal burguesa. Inspirado neste pensamento de exclusão do que é diferente, as classes populares, os grupos nativos do novo mundo, povos tradicionais, entre outros, por não

<sup>338</sup> A psicogênese se expressa na formação individual particular, no crescimento da criança no tocante às mudanças psicológicas, o controle das emoções e as disposições individuais – um processo civilizador individual que molda o comportamento. Enquanto que a sociogênese é um processo civilizador social. Idem, p. 15-19

<sup>339</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>340</sup> STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 19-21.

atenderem aos padrões, foram considerados “bárbaros” ou “semi-civilizados”. Nesse sentido, em suas várias acepções, a idéia de civilização estabeleceu não apenas uma distinção social, mas designou igualmente uma relação de alteridade com certos grupos como o “bárbaro”, que poderiam ser as camadas mais pobres da estrutura social, ou o nativo do novo mundo.

A partir de 1789, a civilização passou a significar também uma conquista que dependia de um processo de educação e refinamento dos costumes. Ao mesmo tempo em que se tornava uma ação progressiva que criava uma série de dispositivos como controle social, leis, policiamento dos costumes, para controle dos grupos não civilizados <sup>341</sup>.

Portanto, desde a formação dos Estados Modernos, a idéia de civilização foi incorporada ao imaginário ocidental como um tipo de organização social ideal. Constituiu-se, então, numa categoria de pensamento que agregou um conjunto de princípios que poderia legitimar práticas para assegurar sua existência, como a dominação, a violência, imposições culturais, entre outras.

Como dissemos, as dicotomias entre o ideal civilizatório e o seu oposto (representado pela “barbárie”) alargaram-se no século XIX, o que mostrava como civilização era capaz de se auto-afirmar pela negação. A ideologia civilizatória penetrou na América e identificou seu oposto nos grupos nativos do continente. No Império brasileiro, o discurso civilizador foi utilizado para legitimar a dominação das populações indígenas, bem como para justificar a suposta supremacia do europeu mediante os povos do Novo Mundo. Francisco Varnhagen rejeitou o legado ameríndio na formação da sociedade brasileira e reforçou a idéia de que o português era a verdadeira herança dos brasileiros. Nesta operação, o historiador rejeitou a “barbárie” do nativo e se apegou à civilização, representada pelos vínculos com a cultura portuguesa, para justificar as raízes da sociedade brasileira.

Mesmo para intelectuais que consideravam os indígenas como parte da nação, como José de Alencar e Gonçalves Dias, eles não deixavam de ser encarados como “incivilizados”. Tal percepção fazia sentido se considerarmos os quadros mentais e ideológicos no qual os letrados estavam inseridos, numa sociedade baseada em clivagens sociais; porém, ela também nos revela que as leituras sobre populações indígenas tinham como referencial o ideal de civilização. Assim, a concepção de civilização norteava as percepções sobre os indígenas, assim como, suas formas de inserção na sociedade Imperial.

---

<sup>341</sup> Idem, p. 31.

O sentido de civilização no Oitocentos estava relacionado a uma idéia de progresso material e individual que ocorria no interior de um desenvolvimento linear e evolutivo. Nesse momento, seu significado dicotômico tomava igualmente dimensões de controle da “barbárie”, quando esta irrompia suas fronteiras. Assim, a civilização, em nome de sua própria existência, também serviu como instrumento de controle e dominação das “classes perigosas”. Os levantes populares, por exemplo, foram encarados como expressões de maldade, “falta de virtude” e degeneração, o que revelava o viés ordeiro e moral da civilização<sup>342</sup>.

Nesse aspecto, verifica-se uma das principais características de oposição da civilização em seu sentido oitocentista: a desordem social. Esse temor das chamadas “classes perigosas”, que quando se manifestavam tornavam-se sinônimos de “selvageria”, agravou-se após o movimento revolucionário francês, engendrado por uma ameaça à ordem social que as manifestações populares despertavam, havia um medo de mudar que opunha os grupos sociais ao longo do século XIX. Com o fortalecimento do capitalismo industrial, houve um processo de proletarianização de uma camada ampla da sociedade e o agravamento de uma série de problemas sociais como a miséria. Na primeira metade do século XIX, os movimentos de revolta popular começaram a se alastrar na Europa, em forma de reivindicações dos trabalhadores, revoltas por mudanças políticas, o campesinato também protagonizou uma série de motins, essas manifestações revelavam o acirramento das desigualdades sociais, nas relações entre campo e cidade e no agravamento das condições de trabalho.

O temor de uma insurreição popular levou os grupos ligados à burguesia, aparelhados com o Estado, a elaborar mecanismos de controle das camadas pobres, que se estendiam desde o trabalho, com a necessidade de criar ocupação para os indivíduos, à violência aberta contra os motins populares. A massa de desempregados que perambulava por cidades como Londres e Paris também contribuiu para gerar um clima de tensão permanente, sentido pelas elites como uma ameaça à ordem social, por isso, recorreu-se às formas de controle da multidão através do estímulo ao trabalho, o combate à vadiagem e a repressão contra os movimentos de trabalhadores<sup>343</sup>. Assim, o controle não ocorria apenas nos momentos de revolta, bastava a existência de homens pobres sem ocupação para que houvesse preocupação com a ordem.

---

<sup>342</sup> STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p.39-40.

<sup>343</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 45-46.



O Brasil também lançou mão de dispositivos para controlar os grupos pobres. Segundo Sidney Chalhoub, o mundo do trabalho no Rio de Janeiro no final do século XIX estava cercado por tensões de ordem social, racial e étnica, enquanto o país se adequava a nova conjuntura sócio-econômica, após a abolição, com a imposição de uma ordem burguesa<sup>344</sup>. Para ele, o trabalho passou a ser relacionado à moralidade e os indivíduos que estavam à margem da lógica de trabalho, em seu formato capitalista, eram automaticamente postos no mundo da ociosidade, da “vadiagem”, o que era visto como uma ameaça a ordem social<sup>345</sup>. Esta identificação dos grupos ociosos estava vinculada a uma relação de classe, os grupos dominantes utilizaram o termo “classes perigosas” como sinônimo de “classes pobres”<sup>346</sup>. Assim, o indivíduo pobre tornou-se o “ser perigoso” para a sociedade, uma espécie de criminoso em potencial.

Nesse aspecto, a idéia de civilização desdobrou-se em instrumentos de controle dos grupos pobres, baseado em um discurso de garantia da ordem social. Esta concepção de ordem estava configurada também na necessidade de manutenção da estrutura econômica capitalista, que estava se consolidando no país. Por isso, a idéia de trabalho como elemento moralizante atendia às demandas de uma sociedade liberal burguesa que era amalgamada no final do século XIX.

Desta forma, a idéia de civilização tornou-se um fenômeno ocidental, moderno de natureza européia, que estava relacionado a um conjunto de transformações sociais e mentais que elaboraram um tipo de sociedade ideal, que pretendia organizar o estado e normatizar a vida social e individual. Fenômeno de graduais etapas de aperfeiçoamento dos costumes, entendido como um valor que precisa ser expandido e defendido, inclusive por meio da violência. A civilização foi naturalizada como uma fase da “evolução” humana e da formação das sociedades, na qual tudo o que lhe era estranho, precisava ser civilizado ou combatido.

### *1.1 - Representações da civilização no Pará*

Geraldo Mártires Coelho afirma que a década de 1850 em Belém foi um tempo instaurador de relações entre os segmentos elitizados da sociedade e as representações e

---

<sup>344</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle-époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>345</sup> Idem, p. 46-49.

<sup>346</sup> Ibidem, p. 48.

símbolos de uma cultura mundializada, cercada de práticas e ritos civilizacionais<sup>347</sup>. Deste modo, a civilização operada pelas elites paraenses, especialmente aquelas que obtinham de algum modo ganhos com o comércio da seringa, buscava a aproximação a um estilo de vida, burguês, europeu, padrão de comportamento e estética no mundo ocidental em meados do século XIX. Nesse sentido, a civilização transformava as práticas culturais e as linguagens.

O fomento da atividade comercial e a entrada de bens culturais e materiais na região, alterou a configuração dos grupos indígenas no espaço, o que estava ocorrendo desde a Colônia, além de provocar outras mudanças sociais e culturais dessas populações. Henry Bates ressaltou como a navegação afastou, neste caso, muitos indígenas que viviam em Belém.

Quando chegamos ao Pará, moravam ali muitas famílias indígenas, pois nessa época o modo de vida do lugar se assemelhava muito mais ao de uma grande aldeia do que ao de uma cidade. Mas logo que surgiu o tráfego de vapores no rio e as atividades comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar<sup>348</sup>.

Bates destaca o fato de que as transformações que ocorreram na cidade causaram impactos na dinâmica dessas comunidades.

Em uma de suas viagens pelo interior da Amazônia, ressaltando os benefícios que a navegação a vapor trouxera para a região, como a facilidade de circular pelo interior do Pará ao Mato Grosso, Couto de Magalhães comenta:

(...) Aí o vapor, passando entre as numerosas aldeias de índios que ainda andam nus, apresentam em contraste os dois extremos da cadeia humana: a raça mais civilizada que usa desse primeiro agente do progresso e o homem nu, imagem viva da primeira rudeza e barbaridade selvagem de nossos maiores<sup>349</sup>.

O General define que mediante o elemento simbólico do progresso – o vapor –, o índio representava a dicotomia do “selvagem” relação ao desenvolvimento, estampada na paisagem do interior do Brasil.

O vapor foi, de fato, a expressão da modernidade oitocentista, pois modificou profundamente o tempo e a comunicação entre os espaços. Como afirmou Oliveira Belo, ao

---

<sup>347</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Anteato da Belle-Époque: Imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850. *Rev. Cult. do Pará*, vol. 16, nº 2, Jul/Dez-2005, pp. 199-215, p. 201-203.

<sup>348</sup> BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 40.

<sup>349</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed Universidade de São Paulo, 1975, p. 103.

discursar sobre o progresso trazido pelo século XIX: “se a liberdade é a alma, o vapor é o sangue do século XIX”<sup>350</sup>. Os avanços materiais, principalmente em relação a máquina, representavam uma crença na modernidade.

Outro importante elemento que se instalou na Amazônia ao final do século com ares de modernidade e contribuiu para alimentar o imaginário de um progresso material foi a ferrovia. O processo de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, iniciada em 1872, mas só efetivamente construída entre 1909-1912, expressou o tipo de modernidade que instalava na selva, que gerava uma série de transformações mentais e espaciais, além de expectativas de melhoramentos, porém na prática criou um cenário de exploração e “fragmentos de vida”. Francisco Foot Hardman, ao analisar os impactos que a construção da ferrovia causou na paisagem amazônica, comenta que havia um imaginário sobre as grandes obras, como redentoras de lugares “incivilizados”<sup>351</sup>. O autor enfatiza que a relação entre a ideologia do progresso e a construção de grandes obras patrocinada pelo grande capital, estavam para além da necessidade do lucro, mas constituíam um pressuposto mental do imaginário da modernidade.

A modernidade chegava à Amazônia como uma imposição, desenraizando vidas e culturas que, depois dos insucessos da ferrovia, só produziram um cenário de fantasmagorias<sup>352</sup>. Para Foot Hardman, a ferrovia exprimia sentimentos ambíguos, demarcando a distinção entre barbárie e civilização<sup>353</sup>. Após o abandono do empreendimento, restou uma paisagem de rastros e melancolia na selva, gerados pela febre do capital e pelo imaginário da civilização.

Kaori Kodama lembra que a abertura das matas, o desbravamento do território, significava o avanço da civilização e a expansão do Império. Estava em curso uma operação civilizacional, de expansão do território através da abertura de estradas, vias de comunicação, aumento populacional e outras frentes<sup>354</sup>. Assim, os signos que representam o progresso no

<sup>350</sup> OLIVEIRA BELO, Luíz Alves Leite. **Espírito do século XIX**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874, p. 12-13.

<sup>351</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>352</sup> A ferrovia nunca foi concluída, nem chegou a entrar em atividade. Uma leva de trabalhadores foi conduzida às florestas próximas ao rio Madeira para abrir a mata e erguer a obra, mas a insalubridade, a exploração e a constante luta pela sobrevivência tiraram a vida de muitos operários brasileiros e estrangeiros. Em função da perda de capital para subsidiar a obra, o espaço foi abandonado, o que gerou segundo o autor, uma paisagem de dor, mistério, fugacidade e sombras. Idem, p. 187-189.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 124-126.

<sup>354</sup> KODAMA, Kaori. **Os índios do Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860**. Rio de Janeiro: FRIOCRUIZ; São Paulo: Edusp, 2009, p. 190.

século XIX são abrangentes, vão desde a importância atribuída à máquina, como símbolo da modernidade, à conquista de territórios inóspitos dos continentes. Tais perspectivas se encontram, ao mesmo tempo, como representação daquilo que era entendido como civilização.

Nesse sentido, os intelectuais que propuseram um plano de civilização do indígena produziram seus discursos influenciados por este imaginário de progresso, baseado na conquista do território, no trabalho, na incorporação de um modo vida burguês.

Sobre civilização indígena, em âmbito nacional, vimos no segundo capítulo que os debates acerca da incorporação do índio estavam atravessados por diversos temas, como trabalho, terra, colonização, ordem social e outros. De um lado, via-se o nativo como uma das alternativas para a substituição da mão-de-obra escrava, de outro, ele era encarado como um elemento potencialmente perigoso, especialmente nas províncias que vivenciaram revoltas populares (como o Pará), e por isso, as elites e o Estado defendiam que eles precisavam ser controlados, em nome da ordem social, entre outras opiniões.

Todas essas instâncias não estavam desvinculadas, acreditava-se que o trabalho era uma forma de ocupação e de manutenção da ordem social, seria uma via propícia para promover a civilização do indígena e inseri-lo na dinâmica econômica e social do Império. Assim, a perspectiva do ideal de civilização do indígena previa uma forma de incorporá-lo à sociedade civil do Império, no entanto, a partir de uma diretriz utilitária. Sob a gerência do Estado, o indígena deveria tornar-se um elemento produtivo para a nação. Assim, trabalho e ordem social são idéias gerais que subsidiavam o ideal de civilização do nativo.

Nos projetos de civilização a seguir, tais idéias também apareciam nos discursos dos intelectuais, no entanto, imbricadas com outras dimensões que envolviam os indígenas, como a ocupação do território, que preocupava Henrique Beaurepaire de Rohan e Couto de Magalhães, ou a idéia de mestiçagem tão cara a José Veríssimo. Assim, os horizontes de percepção dos indígenas, e de sua civilização, eram formados considerando o quadro político e intelectual dos autores, sua experiência e a dinâmica sócio-cultural no interior da qual dialogavam.

## **2 - Os projetos de civilização indígena**

### *2.1 – Henrique de Beaurepaire Rohan*

Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894) era engenheiro militar do Império. Desde muito cedo, foi incorporado aos quadros da administração do Estado. Oriundo de uma família abastada que gozava de prestígio junto ao serviço militar desde o tempo em que a Corte vivia no Brasil. Desse modo, o Visconde Beaurepaire Rohan era um nobre que já nasceu ancorado na estrutura de poder. Como dito anteriormente, ele exerceu vários postos no serviço militar, chegando ao cargo de Conselheiro (1885) e ministro da Guerra (1864) e ao posto de Marechal em 1890, trabalhou ainda na administração de algumas províncias<sup>355</sup>. Em sua longa trajetória política e militar, também se dedicou às Letras, foi membro do IHGB e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Grande parte de sua produção intelectual estava ligada a assuntos relativos ao seu ofício de engenheiro, porém, o visconde não deixou de abordar temas sobre a formação da nação e a soberania do território. Nestes meandros, ele teceu importantes considerações sobre as populações indígenas do Império, propondo um elaborado programa de civilização baseado em sua experiência pelos sertões do Brasil. Como presidente ou diretor de obras públicas, ou ainda na execução de trabalhos de infra-estrutura, o Tenente-Coronel percorreu vastas áreas pelo interior do país, o que lhe deu condições de observar a vida a partir dos sertões e, assim, como para boa parte dos intelectuais e administradores do período em suas viagens, tudo era objeto de anotações e reflexão.

É importante destacar que as considerações de Beaurepaire Rohan sobre populações indígenas estavam associadas também a uma leitura do espaço, a uma compreensão do território nacional. Não por acaso ele compôs a comissão subsidiária de trabalhos geográficos no IHGB, em 1862 e, posteriormente, a de etnografia, o que demonstra sua inclinação para uma espécie de “etnografia territorial”. Assim, os trabalhos que exerceu como engenheiro lhe permitiram uma determinada visão do território e da forma como este espaço poderia ser ocupado pelos indígenas.

Beaurepaire Rohan atuou como presidente da província do Pará, entre 1856 e 1857. Àquela altura ele já havia passado pelo Mato Grosso, onde teve contato com grupos

---

<sup>355</sup> ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares**: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 102-103.

indígenas<sup>356</sup>. Da sua permanência pela província mato-grossense nos anos de 1840, frutificou grande parte de seu material etnográfico sobre os indígenas. O autor observou a organização de alguns grupos nativos, como os “Guatós”, sobre os quais ressaltou o modo de vida, o tipo de casamento, os aspectos físicos, o comércio feito por meio de trocas de ferramentas e outros aspectos.

(...) vivem da caça e da pesca, de que muito abundam estas regiões, e prestam alguns serviços aos viajantes, quando a recompensa oferecida lhes parece corresponder à importância do trabalho que se lhes propõe; do contrário, e receosos de serem lesados, resistem a todas as solicitações, e não há então razão que os possa convencer. Entretanto, passam por honrados e leais nos seus tratos, qualidades que lhes não nego, devendo ao mesmo tempo advertir que são avarentos, ciumentos, e mui decisivos em suas resoluções” (...) Um Guató, a quem, em outra viagem, recusei fornecer diversos objetos que me pedia com muita instância, o que atribuiu, sem dúvida, a mesquinha minha, dirigiu-me estas mortificantes palavras: “Peço porque sou pobre; mas vejo que és ainda mais pobre do que eu”<sup>357</sup>.

Seu plano de civilização indígena foi publicado na Revista Guanabara, em 1853, em certa medida, como uma reação ao *Memorial Orgânico* de Adolfo Varnhagen. O texto de Henrique de Beaurepaire significava uma resposta ao memorial, publicado na mesma revista em 1851, no qual o autor condenava os meios violentos defendidos pelo futuro Visconde de Porto Seguro no trato com os indígenas. A composição deste plano foi realizada a partir das experiências do autor quando esteve em contato com os indígenas, considerando suas expectativas sobre a ocupação do território.

(...) como se não bastassem os atos de barbaridade que diariamente se praticam contra os infelizes selvagens, ainda nos vem o autor do Memorial Orgânico aconselhar o emprego sanguinário das bandeiras<sup>358</sup>.

O engenheiro militar acreditava na criação de “departamentos” indígenas nas regiões de fronteira do país, semelhantes a destacamentos militares, com direções autônomas que não se confundiam com o governo da província, exercidas por homens de “boa moral” do governo, mas sem deixar de considerar a autoridade dos *Principais* índios. Nesses departamentos, os indígenas seriam assimilados por meio de um processo brando, pacífico,

<sup>356</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil. **Revista Guanabara**, Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, Tomo II, 1853, p. 192.

<sup>357</sup> HOHAN, Henrique de Beaurepaire. Discursos. In: GILLIES, Ana Maria Rufino. **Henrique de Beaurepaire Rohan: Razão e sensibilidade no século XIX**. Monografia de Conclusão. Tuiuti: Universidade Tuiuti do Paraná, 1998, p. 64.

<sup>358</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Revista Guanabara**. 1853. Op. Cit., p. 193.

com a finalidade, de transformá-los em uma espécie de índios colonos<sup>359</sup>. O autor defendia uma mudança lenta dos costumes, com a permanência, inclusive, de alguns deles como o extrativismo e a pesca e, desta forma, sem forçar os indígenas, aos poucos eles seriam introduzidos nos hábitos regulares<sup>360</sup>.

Em suas *Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil*, Beaurepaire Rohan defendia uma conquista pacífica, na qual os índios se tornassem aliados do Império, como indivíduos produtivos e “agentes” de fronteira. Nesse intento, ele contava com o modelo catequético jesuíta, pois a experiência da Companhia de Jesus demonstrava possuir os meios mais eficientes para “amansar” os indígenas. Amansá-los, nesse sentido, significava acostumá-los ao trabalho, ensiná-los os ofícios agrícolas e o gosto pelos “hábitos civilizados”, incluem-se aqui as próprias tradições religiosas.

O autor discordava do Regulamento de 1845 especialmente por dois motivos: primeiro, porque para ele, a legislação não trazia nenhuma novidade no modo de assimilar os índios, pois, apenas reunia regulamentos anteriores; segundo, devido ao fato de o autor não ver os capuchinhos como o melhor grupo de missionários que deveriam conduzir a civilização indígena. Sobre o Regulamento das missões de 1845, comentou:

Mas uma ficção administrativa, do que um verdadeiro meio de tornar efetivo o pensamento que o ditou. Há já oito anos que foi publicado, sem que até o presente, tenha, em coisa alguma, melhorado a sorte dos selvagens<sup>361</sup>.

Para ele, os jesuítas eram os mais apropriados à missão, devido ao trabalho que desenvolveram durante a Colônia. Defendia ainda a utilização do clero nacional nos aldeamentos, visto que a partir da lei nº 285 de 01/06/1843, que autorizou a entrada de missionários capuchinhos no Brasil, vieram padres italianos para as missões. Quando esteve no Pará, o autor usou este como um dos argumentos para denunciar o fracasso das diretorias.

Sem o sistema que seguiram os padres da Companhia, sistema que em verdade deve ser convenientemente modificado; sem capitais, que correspondam aos que eles gastaram, não é possível que coisa alguma se consiga em benefício dos nossos selvagens. É perdido o tempo e o dinheiro que se gasta em manter capuchinhos no meio dessas tribos que vagueiam nos nossos desertos<sup>362</sup>.

<sup>359</sup> Idem, p. 192-200.

<sup>360</sup> O engenheiro militar recomendava que os destacamentos indígenas deveriam manter-se longe dos brancos, que corrompiam os nativos, mas apoiava a união com outras raças, a fim de promover uma miscigenação boa, que gerasse uma raça “inteligente” e “útil”. Ibidem, 195-203.

<sup>361</sup> Idem, p. 194-195.

<sup>362</sup> PARÁ. Relatório de 15/08/1857, p. 34.

Em outro relatório ele reitera: “Enquanto não fizermos o que, mais ou menos, fizeram os jesuítas, eu entendo inútil este dispêndio que se faz anualmente a título de catequese”<sup>363</sup>. Para Beaurepaire Rohan, definitivamente, a permanência de capuchinhos nas missões e o modelo das diretorias nenhum benefício trouxeram para a “conquista, catequese e civilização dessas tribos que vagueiam pelos desertos do Brasil”.

Ao considerar sua experiência nos sertões, o autor entendia que a colonização era o melhor meio para promover a civilização entre os nativos. Assim, fixando-os na terra como colonos, seria possível desenvolver o seu apego às lavouras e sua participação na ocupação do território. O presidente visava o aproveitamento dos indígenas nas lavouras nacionais, inclusive como uma alternativa ao trabalho escravo<sup>364</sup>. Deste modo, os departamentos tinham o objetivo de socializar o indígena, e torná-lo “útil” à nação, fato que deveria chamar atenção do governo sobre a criação de colônias formadas por indígenas. “Na impossibilidade de para lá irem colonos europeus, é indispensável chamar à civilização os selvagens que a povoam”.

Do ponto de vista territorial, Beaurepaire Rohan via nesses meios de assimilação pacífica dos índios uma forma de ocupar o território e garantir a integridade das fronteiras do Império. Assim, estimular a sedentarização e a incorporação de valores civilizados, como os ofícios agrícolas, o comércio, a instrução e outros, seria uma forma de fixar os indígenas na vida civil do Império, a fim de atender duas finalidades: a ocupação efetiva da fronteira e a conversão dos índios em elementos produtivos. Ou seja, incorporar os nativos à sociedade significava, em certa medida, uma legitimação do domínio sobre os sertões, pois os indígenas permaneceriam em seus aldeamentos, sobretudo em fronteiras, para garantir a hegemonia sobre o território.

Kaori Kodama lembra que esse tipo de etnografia, realizada neste caso pelo Visconde Beaurepaire-Rohan, tinha como característica identificar as “nações” indígenas a partir dos referenciais do território em que viviam, o que reitera a idéia da autora de que o conhecimento das populações indígenas estava relacionado a uma expansão do Império “para dentro” do território<sup>365</sup>.

Esta idéia nos ajuda a entender as propostas de civilização dos intelectuais que emergiram para os rincões pouco conhecidos do Império, como a Amazônia e a região do

<sup>363</sup> PARÁ. Relatório de 27/10/1857, p. 7.

<sup>364</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Revista Guanabara*. 1853. Op. Cit., p. 204.

<sup>365</sup> KODAMA, Kaori. Op. Cit., p. 254.



Baixo Paraguai, por onde passou o engenheiro. A atuação de intelectuais como Beaurepaire Rohan e Couto de Magalhães, muitas vezes estava relacionada a tarefa de explorar o território, e ao conhecer o interior do país, estudavam seus diversos aspectos. No caso dos militares citados, um aspecto que lhes chamou a atenção: o grande número de nações indígenas ocupando esses espaços, sem estarem assimilados ao Império. Assim, considerando as preocupações de cada um, eles entenderam que a incorporação dos grupos nativos ao Império, por meio da civilização e da produtividade, também significava uma incorporação do território. A preocupação em se apropriar desse território ocorria concomitante a uma ampliação dos conhecimentos sobre os sertões.<sup>366</sup>

No Pará, em 1856, ao deitar os olhos sobre o estado das populações indígenas na Amazônia, o autor enfatizou a importância do desenvolvimento da lavoura como uma forma de conquista moral e produtiva para a civilização. Ele condenou os velhos hábitos extrativistas praticados pelos indígenas, uma das bases da economia regional. O estímulo ao caráter produtivo dos indígenas foi destacado pelo presidente em seus discursos na província:

Seria conveniente que se tomassem as medidas necessárias para converter em força productiva essa raça que, abandonada ao estado normal da selvageria, tende a extinguir-se sob a pressão da miséria e dos vícios<sup>367</sup>.

O autor transferiu para Amazônia as mesmas preocupações apresentadas com relação à civilização dos indígenas no texto da Revista Guanabara, no entanto, ressaltou mais a questão do desenvolvimento das atividades produtivas do que a idéia da ocupação. Seu discurso se investiu da idéia do incentivo a agricultura, como o meio mais urgente de civilizar o indígena, para ele, a incorporação produtiva dos indígenas era urgente na província. Nesse sentido, a percepção do autor sobre a necessidade de civilização em solo amazônico, parte principalmente de uma suposta carência de mão-de-obra em atividades regulares. Entusiasta da coleta de gêneros quando escreveu as *Considerações sobre civilização indígena*, em 1853, o autor percebe que, no caso do Pará, o extrativismo não poderia se configurar no único meio de produção adotado pela população.

Beaurepaire Rohan não teve a oportunidade de conhecer as “hordas selvagens” da região, a experiência da qual tanto se orgulhava. Buscou o conhecimento sobre os nativos por meio dos relatos de outros agentes, sempre que podia exigia notícias mais completas sobre o

---

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> PARÁ. Relatório de 15/08/1856, p. 15

estado de tais populações. Em uma correspondência, ele pede ao Diretor Geral de Índios, Barão de Jaguarary, que informe sobre a situação dos indígenas da província:

Ilm<sup>o</sup>. Senr. Sirva-se V. S. informar-me até o fim de Dezembro próximo vindouro qual o estado dos aldeamentos de Índios nesta província, de sua população, do movimento desta, e da agricultura e indústria neles desenvolvidas, indicando V. S<sup>a</sup>. as causas a que atribua a decadência de algumas das aldeias, e os meios que julgue necessários para removê-los e mais próprios para convidar os índios a se aldearem”<sup>368</sup>.

Em outro momento, o presidente solicita ao Diretor geral das medições das terras públicas, Tenente João Martins Coutinho, esclarecimentos sobre a construção de uma estrada que sairia Ourém e chegaria ao Maranhão, onde o autor ressaltava a importância de se observar a presença dos indígenas entre outros aspectos:

(...) Estes esclarecimentos devem consistir principalmente em saber qual a distância total de Ourém ao extremo dessa estrada, calculada ou segundo as informações que se possam obter dos incolos ou em vista das cartas que existem, qual o município do Maranhão em que vai terminar essa estrada; quais as dificuldades naturais que nesse trajeto se podem encontrar como cursos d’água, serras E; quais as hordas de aborígenes que habitam esse território e se elas são bravas ou mansas, e neste caso se prestarão a auxiliar as explorações; que número de pessoas poderão compor a escolta exploradora e quem poderá ir a sua testa, qual a despesa que se poderá fazer com salários, alimentação, municiação de pólvora e chumbo, armamento, ferramenta. (...) <sup>369</sup>

Deste modo, as preocupações com os indígenas não eram menores quando estava no Pará, mas se anunciava sob outra perspectiva, não apenas em função do engenheiro cumprir a função de presidente, mas também porque, em solo amazônico, outras questões se impunham com mais veemência, como a insistência no desenvolvimento da lavoura. Assim, podemos pensar que o intelectual redirecionou algumas idéias, como a de valorizar a coleta dos gêneros, que de aliada tornava-se um empecilho da civilização dos “selvagens”; e, reforçou outras, como a “inutilidade” de capuchinhos nos aldeamentos.

O conceito de civilização indígena de Beaurepaire Rohan era pragmático, muito mais fruto das experiências que teve em sua aprendizagem sobre os sertões, do que de “teorias abstratas”, como ele mesmo afirmou. Esta perspectiva do autor ressaltava uma das características do sentido Oitocentista do ideal de civilização: a resolução de questões

<sup>368</sup> **PARÁ.** Correspondência da secretaria da presidência da Província, de Henrique de Beaurepaire Rohan de 4/11/1856.

<sup>369</sup> **PARÁ.** Correspondência da secretaria da presidência da Província, de Henrique de Beaurepaire Rohan de 21/11/1856.

práticas. O engenheiro procurava atender as necessidades do Império aliando preocupações em relação ao território com um aproveitamento econômico. Por este motivo, a fim de solucionar problemas nacionais, propôs a utilização dos ameríndios como força de trabalho, que precisava ser aproveitada em trabalhos pesados e na agricultura, os nativos dariam assim “bons colonos”. Nesse sentido, a questão indígena é redimensionada, pois ela passa a associar o controle do território à sua transformação em área produtiva, ocupar estava relacionado a explorar. Revela-se aqui outra faceta da civilização, a exploração econômica dos espaços, como significado de progresso.

Portanto, o autor pretendia chamar atenção do governo para formas de incorporar a população ameríndia que melhor atendesse as demandas sociais e políticas do Império. O autor via as áreas de fronteira do Paraná e Mato-Grosso, como áreas estratégicas para se promover a civilização indígena sob duas perspectivas: ocupação e integração<sup>370</sup>. O autor acreditava que era uma obrigação dos homens civilizados recuperarem os indígenas do “estado de degradação” em que viviam.

Tornemos efetivas as nossas boas intenções acerca dos nossos selvagens, lembrando-nos de que eles formam uma população aproveitável e que, na nossa qualidade de nação civilizada, de povo cristão, temos o rigoroso dever de os chamar para o grêmio da sociedade polida em que vivemos<sup>371</sup>.

Sua visão sobre a catequese indígena estava aliada a uma leitura do espaço. Em seu plano de civilização, ele demonstrou uma preocupação em relacionar civilização indígena a uma conquista do território e o elaborou mediante o contato com a realidade. Deste modo, a resposta a Adolfo Varnhagen, que era a de uma assimilação do indígena por meios pacíficos, nasceu da experiência e do avanço sobre os sertões do país, um empreendimento importante de legitimação da nação nos anos 40 e 50.

Dos intelectuais em destaque neste trabalho, certamente Henrique de Beurepaire de Rohan é o menos visitado pela historiografia, o que justifica a escassez de trabalhos que tratem efetivamente de sua vida e sua trajetória política e intelectual. O engenheiro militar é constantemente citado, porém, em meio a outras questões, como a discordância em relação ao historiador Varnhagen ou referente à sua participação em obras públicas, como a construção do plano urbanístico do Rio de Janeiro. Porém, suas percepções sobre a civilização indígena são uma dimensão pouco explorada pelos homens que pensavam a situação dos indígenas no Império, pois se tratava de perceber o nativo sob a perspectiva de uma ocupação do território

<sup>370</sup> GILLIES, Ana Maria Rufino. Op. Cit., p. 88-89.

<sup>371</sup> ROHAN, Henrique de Beurepaire. **Revista Guanabara**. 1853. Op. Cit., p. 195.

que convertia esses homens em elementos produtivos. Assim, o indígena não estava desvinculado de uma leitura do território no discurso de Beaurepaire de Rohan.

Sendo assim, o engenheiro militar manifestou uma prática etnográfica impulsionada, sobretudo, por uma imersão nos rincões do Império, propondo uma civilização indígena adaptada as demandas de cada território. Beaurepaire Rohan converteu conquista dos ameríndios, também em uma conquista do território.

## 2.2 - General Couto Vieira de Magalhães

As preocupações territoriais de Beaurepaire Rohan nos ajudam a adentrar no universo do General Couto de Magalhães, pois um dos aspectos de seu programa de civilização indígena era justamente a ocupação das fronteiras e dos sertões do Império. Ao resumir os interesses em civilizar o indígena, ele comenta:

(...) 2ª adquirir mais um milhão de braços aclimatados e utilíssimos nas indústrias pastoris, extrativas e de transportes internos, únicos possíveis por muitos anos no interior; esses braços são também os mais próprios para a povoação de nossas remotas fronteiras, os únicos aptos para desbravar o interior e ser os predecessores naturais da raça branca num solo ainda virgem<sup>372</sup>.

O autor também considerava que a ocupação do território deveria ser um dos objetivos do processo de incorporação dos indígenas à sociedade civil do Império.

O General Couto de Magalhães elaborou seu plano de civilização baseado em suas experiências na província do Pará, plano este que previa a inclusão dos indígenas por meio da língua, do trabalho e da formação em colônias militares. O general valeu-se do ideário evolucionista e dos princípios da mestiçagem e da lingüística para formular seu projeto de civilização. Inspirado na *Lei da Perfectibilidade Humana*, ele acreditava que os homens tinham a capacidade de se sobrepor a natureza e evoluir para um estágio superior ao qual se encontravam<sup>373</sup>. Tal crença e a incorporação de estudos lingüísticos permitiram que Couto de Magalhães defendesse um tipo de civilização que tinha como alicerce a aprendizagem da língua indígena e o trabalho do intérprete, como meios eficientes de transformação dos costumes e assimilação da “raça selvagem”.

<sup>372</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. **O selvagem**. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975, p. 17.

<sup>373</sup> Ao utilizar o método construído pelo gramático alemão Henri Ollendorff (1802-1865), o General Couto de Magalhães elaborou uma gramática indígena, adaptando o *Nheengatú* para auxiliar as pessoas que precisavam se comunicar com as populações indígenas. Ele preparou um curso de língua indígena e traduziu lendas e mitos das populações nativas. In: HENRIQUE, Márcio Couto. **O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2003, p. 6.

Exerceu o cargo de presidente da província entre 1864 e 1866. Nesse período, dedicou-se a investigar a vida no Vale Amazônico em vários aspectos, ressaltando a presença do “selvagem” no conjunto das relações sociais na região. O autor fez diversas viagens pelo interior do Pará, onde percebeu as especificidades locais e elaborou as formas de intervenção no modo de vida ameríndio, em prol do crescimento econômico da província e do Império. Sendo assim, suas propostas para a transformação do indígena eram fruto de sua experiência, mas, diferentemente de Beaurepaire Rohan, também de sua leitura da antropologia e dos estudos lingüísticos, pressupostos que o ajudaram a formular uma etnografia evolucionista.

Suas preocupações com o desenvolvimento econômico da região prevaleceram em muitos de seus discursos, ele procurava aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica local a fim de melhorar a produção e as rendas provinciais. Ao contrário do que alguns administradores e intelectuais pensavam, para Couto de Magalhães, o paraense era um homem “laborioso” e dedicado ao trabalho. Porém, ele não possuía grandes necessidades de sobrevivência em função da abundância de recursos naturais que dispunha nas terras amazônicas. Era importante, pois, “criar necessidade civilizando o povo e dando-lhe instrução”, no sentido de fazê-lo conhecer os meios modernos de indústria<sup>374</sup>.

O autor de *O selvagem* reconhecia no indígena um homem produtivo, mas que necessitava dos meios “corretos” para se desenvolver enquanto tal. Diferente daqueles que estavam sendo praticados nas diretorias e que, segundo o General, apenas exploravam o indígena sem exercer qualquer tipo de melhoramento.

As medidas que se tem adotado para protegê-lo (o índio), isto é, a de dar-lhes diretores, longe de produzirem bons efeitos, tem concorrido extraordinariamente para a sua desgraça. Por via regra, os diretores de aldeias aqui no Pará são outros tantos negociantes que recebem do governo brindes para gratuitamente dá-los aos índios, e que, em vez de assim procederem, servem-se deles para obterem os produtos que com tanta dificuldade e risco de vida arrancam da natureza. Não é pior. Servem-se da autoridade que sobre eles exercem, obrigam-nos a trabalhar, tomam-lhes o que é seu, e, quando o índio reclama contra isso, fazem vexames de toda a sorte!<sup>375</sup>.

Opondo-se ao sistema das diretorias, a perspectiva de incorporação do indígena defendida pelo General pretendia introduzir os agentes civilizadores nos aldeamentos e promover uma conquista cultural por meio da língua, que visava incluir o indígena na comunidade nacional pela via do trabalho e da assimilação de sentimento nacional.

<sup>374</sup> PARÁ. Relatório de Couto de Magalhães de 15/08/1864, p. 7-8.

<sup>375</sup> PARÁ. Relatório de Couto de Magalhães de 15/08/1864, p. 12.

O projeto de Couto Vieira de Magalhães tinha a compreensão da língua “aborígene” como elemento central. Ele acreditava que o conhecimento do idioma nativo era o instrumento fundamental para entender as idéias, a história, a organização social e a cultura dos indígenas, o que facilitaria, de acordo com Couto de Magalhães, a assimilação destes grupos. Tal modelo atuava em dois sentidos, pois ao mesmo tempo em que o agente civilizador imergia no universo indígena, ele inculcia nos ameríndios os valores e as idéias da sociedade cristã do Império. Desta forma, no programa do autor surge um novo elemento que atuará no processo de incorporação do indígena: o intérprete.

Ele era a grande novidade no plano de Magalhães, o diferencial de seu projeto, baseado na crença de que a aprendizagem da língua nativa seria o modo mais profícuo de ensinar a língua portuguesa, a religião e o modo de vida civilizado aos indígenas e, assim, incorporar o indígena de modo pacífico. A figura do intérprete, portanto, traria grandes benefícios à civilização. O autor chamava a atenção das autoridades para a necessidade de criação de um corpo de intérpretes para cuidar da civilização indígena.

Conseguir que o selvagem entenda o português, o que equivale a incorporá-lo à civilização, e o que é possível com um corpo de intérpretes formado das praças do exército e da armada que falem ambas as línguas e que se disseminarão pelas colônias militares, equivaleria a: 1º) conquistar duas terças partes do nosso território; 2º) adquirir um milhão de braços aclimatados e utilíssimos; 3º) assegurar nossas comunicações para as bacias do Prata e do Amazonas; (...) <sup>376</sup>

A lingüística surgia naquele momento como uma forma de conhecer a história dos povos e sua cultura. Para Márcio Couto Henrique, este era um dos objetivos de Couto de Magalhães ao se dedicar a aprendizagem do idioma nativo <sup>377</sup>. Era através do *Nheengatú*, a língua dos indígenas inventariada pelo General, que seria possível compreender o mundo ameríndio, aproximando-se de suas tradições, da sua história, da sua experiência cultural como um todo. “Ao analisar as tradições o autor procurava considerá-las enquanto fruto das experiências históricas vividas por estes povos” <sup>378</sup>. Mesmo nos aspectos “rudes” da poesia indígena havia elementos que se conectavam ao mundo civilizado e que poderiam ser utilizados para alimentar o projeto de identidade nacional <sup>379</sup>.

Por meio do *Nheengatú*, o intérprete se encarregava de estabelecer a comunicação com os indígenas ensinando-lhes os costumes, a moralidade e os valores da vida civilizada.

<sup>376</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. 1975. Op. cit., p. 8.

<sup>377</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Op. cit., p. 14.

<sup>378</sup> Idem, p. 13.

<sup>379</sup> Ibidem.

Enquanto isso, a língua portuguesa também seria incorporada, formando assim, por conseguinte, jovens intérpretes no próprio aldeamento.

Desde então a criação de um corpo de interpretes destinado a ensinar aos selvagens a nossa língua, que eles aprendem com grande facilidade, quando se lha ensina na sua, fica evidente que será por meio eficaz para realizarmos a conquista pacífica de duas terças partes do solo do Império, de um milhão de braços hoje perdidos, de indústrias que em poucos anos podem duplicar, de asseguráramos nossas comunicações pelo interior e evitarmos no futuro graves dificuldades. (...) Não há meio-termo. Ou exterminar o selvagem, ou ensinar-lhe a nossa língua por intermédio indispensável da sua, feito o que, ele está incorporado à nossa sociedade, embora só mais tarde se civilize<sup>380</sup>.

Para o autor, o primeiro elemento capaz de colocar uma raça em contato com a outra é a comunidade da língua:

Mas se não é possível fazer os brasileiros estudarem as línguas selvagens, é possível, é fácil educar meninos selvagens que, continuando com o conhecimento da língua materna, sejam nossos intérpretes, o laço entre a civilização ariana, de que nós somos os representantes, e essa civilização aborígene que ainda não transpôs os limites da idade da pedra, e de que eles são os representantes.<sup>381</sup>

O intérprete seria o alicerce do programa de incorporação do indígena, o que contava ainda com o apoio dos missionários nos ensinamentos da doutrina cristã e a organização do aldeamento em regime de colônia militar.

Consultando então não só o que os portugueses e espanhóis fizeram na América, mas o que fizeram todos os povos civilizados, consignei os meios práticos empregados por esses povos nestas instituições: COLÔNIA MILITAR, INTÉRPRETE, MISSIONÁRIO<sup>382</sup>.

Couto de Magalhães considerava que estudar a cultura indígena era importante para legitimar a presença dos ameríndios como parte da comunidade nacional. Assim, apesar de “selvagens”, eles precisavam ser encarados como povos em vias de civilização, “indivíduos aperfeiçoáveis”<sup>383</sup>. Nesse sentido, algumas vezes o autor reconhecia ou identificava no modo de vida indígena elementos que lembravam idéias cristãs, enquanto os vícios e, em certa medida, a degradação moral, eram associadas aos aldeamentos coloniais<sup>384</sup>. O autor a fim de comprovar a “vocaçãõ” dos indígenas para a civilização encontra, por exemplo, poesia na

<sup>380</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. 1976. Op. Cit., p. 27.

<sup>381</sup> Idem, p. 70.

<sup>382</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>383</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Op. Cit., p. 3-5.

<sup>384</sup> Idem.

tradição oral dos nativos, estabelecendo comparações com as manifestações poéticas produzidas em outras regiões do país: “Há, sem dúvida alguma, muita rudeza nestas formas; mas, em compensação quanta originalidade e energia de comparação!”<sup>385</sup>.

Em relação às formas de culto dos indígenas, novamente respaldado em um olhar naturalista para o “fato observado e natural”, o autor reconhece que existia religião entre os indígenas, atribuindo-lhe, inclusive, um caráter positivo, ainda que “primitivo”: “entre os selvagens, assim, como entre nós, a ação atribuída aos espíritos sobrenaturais é uma ação benéfica; (...) Por mais rude e bárbara que pareça uma instituição qualquer de um povo, ela deve ser estudada com respeito”<sup>386</sup>. De modo que, para Couto de Magalhães era possível perceber nos índios “idéias morais e religiosas”.

Desta forma, revelava-se nos discursos do autor uma preocupação em conhecer a história dos povos indígenas e, assim, perceber os traços de humanidade e moralidade em sua cultura, ainda que num “estado inferior” em relação à sociedade civil do Império. Partindo deste conhecimento, o autor pretendia estabelecer elos entre a história e a cultura indígena e a formulação de uma identidade nacional. Reconhecer nos traços da cultura indígena pares, ainda que “rudes”, de valores ocidentais (como a religião), expunha todo o interesse político de Couto de Magalhães em aproximar os nativos da comunidade nacional.

No entanto, esta aproximação entre nação e povos indígenas não era gratuita ou pensada de forma isolada. Como vimos em algumas de suas falas, a assimilação do nativo estava articulada a outras idéias, como o aumento do número de trabalhadores em regiões como a Bacia do Prata e a Amazônia, o melhoramento das comunicações entre os espaços a fim de viabilizar o escoamento da produção e a ocupação dos sertões. Esse conjunto de ações tinha como fundamento dinamizar a economia de regiões consideradas estratégicas e converter as populações indígenas em elementos úteis no interior de uma lógica produtiva de ocupação do espaço.

Enquanto presidente do Pará, o autor tratava da catequese associada a outras atividades, visando um desenvolvimento integrado conduzido por uma utilização mais racional das despesas públicas. Ao tratar dos gastos com a manutenção de militares em vários pontos da província, comparando com os gastos que se fariam com a implantação da navegação a vapor no Tocantins e Araguaia, ele comenta:

---

<sup>385</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. 1976. Op. Cit., p. 66.

<sup>386</sup> Idem, p. 84.



Se a estas despesas juntarmos a que se faz com catequese e civilização de índios (5:000\$000 em Goiás - 8:000\$000 no Pará) despesa infrutuosa, visto que nem um meio há tão bom de catequizar os índios desses desertos como o de dar-lhes fáceis vias de comunicações; a que se faz com obras públicas destinadas especialmente à canalização de rios e sua navegação, (20:000\$000 em Goiás, 30:000\$000 no Pará) essa cifra sobe a 151:000\$000 e é portanto superior a que se pede para a navegação, pelo que, o projeto é antes um emprego mais razoável dos dinheiros que já se despendem atualmente, do que a criação de novas despesas<sup>387</sup>.

Assim, ele integra os serviços públicos a fim de racionalizar as rendas provinciais e viabilizar os negócios da navegação a vapor na região – o que será uma pauta constante em sua agenda política. Nesse sentido, ele realizava uma equação entre civilização indígena, ocupação dos sertões e desenvolvimento econômico.

Portanto, as motivações para incorporação dos indígenas não estavam desvinculadas de uma perspectiva econômica no pensamento do General. Sua antropologia evolucionista também serviu para uma leitura econômica da civilização indígena. O autor fez um levantamento das raças mestiças em determinados regiões, identificando suas inclinações para as atividades produtivas em cada ecossistema, e segundo o “grau de civilização” no qual se encontravam, quando surge, então, outro importante elemento de seu argumento: a aclimação das raças.

Hoje, que a Antropologia tem estudado o homem natural, debaixo do duplo aspecto físico e moral, sabe-se que as diversas raças humanas só são produtoras quando aplicadas aqueles gêneros de trabalho, que está conforme com o período de civilização em que ela se acha. (...) Suportará tanto mais facilmente os agentes atmosféricos, ou exalações telúricas, aquela raça que mais aclimatada estiver a elas<sup>388</sup>.

A partir deste pressuposto ele sugere que o elemento aclimatado na Amazônia, adaptado às atividades extrativas, era o *tapuio*, tipo mestiço descendente do índio. “Quem visita os seringais da foz do Amazonas conhece logo, à primeira vista, que é o *tapuio* e não o branco que foi criado para aquela vida”<sup>389</sup>. Assim, ele argumenta que o nativo deveria ser encaminhado para esta atividade, tão proveitosa quanto às demais.

Nossos vastos campos apropriadíssimos, como os de nenhum outro país do mundo, às indústrias pastoris, e nossas vastas florestas do Amazonas, Góias e Mato Grosso, abundantemente providas de materiais para utilizar milhões de braços nas indústrias extrativas da borracha, cacau, salsaparrilha, ipecacuanha,

<sup>387</sup> PARÁ. Relatório de Couto de Magalhães de 13/04/1866. Ofício do Presidente, p. 5.

<sup>388</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. 1976. Op. Cit., p. 67.

<sup>389</sup> Idem, p. 68.

cravo, óleo de copaíba, e multidão de outras que já representam, em nossa riqueza pública, uma soma de cerca de quinze mil contos de valor anual de exportação<sup>390</sup>.

Assim, Couto de Magalhães valorizava a atividade extrativa praticada pelos indígenas e *tapuios* e reiterava a importância do valor econômico do ameríndio, “o braço indígena é um elemento que não deve ser desprezado na confecção e preparo da riqueza pública”<sup>391</sup>.

Outro aspecto importante de seu projeto de civilização era a ocupação e defesa do território. Os indígenas não civilizados poderiam tornar-se uma “ameaça” ao Império. O autor acreditava que a manutenção de diversos grupos nativos sem qualquer controle nos sertões e nas fronteiras do território, significava um “perigo” iminente.

O fato da existência desse milhão de braços, ocupando e dominando a maior parte do território do Brasil, podendo irromper para qualquer lado contra as populações cristãs, é um embaraço para os progressos do povoamento do interior e é um perigo que crescerá na proporção em que eles forem ficando mais apertados: a questão, pois, não versa só sobre utilidade que podemos tirar do selvagem; versa também sobre os perigos de despesas que faremos, se não cuidarmos agora de amansá-los. (...) Se o perigo ainda não se manifestou entre nós é porque aqui no Brasil temos sido mais previdentes, é porque a população cristã está por assim dizer confinada nas costa. Aquela que é limítrofe dos selvagens tem com eles constantes conflitos, e não há quase um só mês em que os jornais não dêem notícias de tais conflitos<sup>392</sup>.

Em sua perspectiva, havia um temor de que os indígenas “incivilizados” pudessem irromper os limites dos sertões e chegar às áreas habitadas pelas populações cristãs. Por este motivo, era importante, na visão do General, que os nativos fossem incorporados ao Império, ao civilizar-se, serviriam de proteção, ocupando (e desenvolvendo) as remotas áreas do território, nas quais já estavam devidamente aclimatados.

Esse corpo (de intérpretes), desde que tivesse a organização e a disciplina militar, seria um auxiliar prestimoso para as nossas colônias militares, para as nossas populações das fronteiras, para as expedições que quiséssemos mandar ao interior, e para proteger as nossas comunicações interiores, com as duas grandes bacias do Prata e do Amazonas que estão à mercê do selvagem e nos seriam preciosas, desde que nos fosse trancado a caminho do oceano, ou a foz do Rio da Prata ou do Amazonas<sup>393</sup>.

---

<sup>390</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>391</sup> Idem, p. 69.

<sup>392</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>393</sup> Idem, p. 27.

Novamente vias de comunicação, fronteira e povos indígenas aparecem integrados em um projeto de ocupação econômica dos sertões do Império. Sendo assim, semelhante a Beaurepaire Rohan, Couto de Magalhães formulou uma civilização indígena associada a uma ocupação do território, ou seja, estes grupos seriam integrados por meio de uma apropriação dos sertões, regiões consideradas pouca povoadas pela população cristã do Império. Os sertões, o interior do país, eram tidos como áreas desconhecidas, depósito de muitas “idéias falsas”, segundo o General<sup>394</sup>. Portanto, a ação do intérprete na conquista das tribos indígenas pretendia também, uma ocupação produtiva do território, que assimilava os nativos de modo pacífico e gradual, sem perder de vista os interesses do Império em relação aos sertões.

O plano de civilização do General conheceu sua prática com a criação do Colégio Izabel, inaugurado em 1871, em Goiás, quando ele exercia o cargo de diretor de serviços de catequese do Araguaia e também era responsável pela Empresa de Navegação da região. A instituição acolhia e educava jovens indígenas do Araguaia que eram entregues por seus pais convencidos com a ajuda do intérprete. Os indígenas recebiam instrução básica, religiosa e profissional: as meninas aprendiam os ofícios de tear e agulha; os meninos aprendiam música, ofícios mecânicos e agrícolas. Eram treinados ainda como intérpretes e para as atividades de navegação, a fim de desenvolver os negócios de navegação da região<sup>395</sup>.

No ano de apresentação de *O Selvagem*, em 1876, o Colégio contava com 52 alunos, que o autor dizia representarem todas as tribos do Araguaia. Segundo ele, seria possível, com dez anos de experiência, que os representantes dessas tribos falassem o português e a língua aborígene e, assim, se tornariam “indígenas pela língua e pelo sangue e brasileiros e cristãos pelas idéias, sentimentos e educação”. Isso significava a transformação daqueles grupos em indivíduos úteis: “Não é muito provável, pergunto, que essa tribo, seguindo as leis naturais da perfectibilidade humana, se transforme, senão em tudo, pelo menos tanto quanto baste para começar a ser útil? Parece que sim”<sup>396</sup>.

No início dos anos de 1880, com o afastamento do General da direção do Colégio Izabel, diversos problemas surgiram e a instituição entrou em decadência<sup>397</sup>.

---

<sup>394</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>395</sup> RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004, p. 334.

<sup>396</sup> O autor acreditava que em menos de quinze anos, aqueles índios seriam utilizados como mão-de-obra, contribuindo para a renda provincial. In: MAGALHÃES, General Couto Vieira. 1976. Op. Cit., p. 26.

<sup>397</sup> Os alunos começaram a ser explorados e não aceitavam pacificamente o ensino de novas práticas e idéias, muitos deles voltaram para seus grupos de origem. Segundo Irma Rizzini, diferentemente de como pensava o

Ao considerar tal experiência, Irma Rizzini comenta que o colégio foi uma das estratégias de Couto de Magalhães para tornar a navegação no Araguaia, um grande canal de escoamento da produção agropecuária. Desta forma, a incorporação dos indígenas daquele território significava um meio de arregimentação de trabalhadores. Portanto, existia uma relação entre a empresa de navegação e os serviços de catequese desenvolvidos naquela região<sup>398</sup>. Essa perspectiva dimensiona que o aproveitamento econômico dos indígenas pensado pelo General abarcava várias frentes e não se restringia apenas ao aproveitamento dos braços nos ofícios agrícolas ou extrativos. As comunicações entre as regiões, freqüentemente lembradas por Couto de Magalhães, para alguns autores, estava relacionada aos interesses individuais do General nos negócios de vapores no Araguaia<sup>399</sup>.

Antes de mesmo de ocupar tal cargo em Goiás, o autor já apresentava um projeto para criar mais duas vias de comunicação no Pará: uma no Tocantins e outra no Araguaia, que serviriam para facilitar o escoamento da produção da província, o que, segundo ele, era o principal empecilho para o desenvolvimento da província<sup>400</sup>. Assim, tais caminhos fluviais se beneficiariam das vantagens já comprovadas pela companhia de vapores do Amazonas, “esse primeiro agente da civilização moderna” – o vapor<sup>401</sup>.

Os intérpretes, a base do processo de civilização criado pelo General, seriam arregimentados nos próprios destacamentos militares<sup>402</sup>. Sob a disciplina e a organização militares, eles atuariam na assimilação do “selvagem”, contando ainda com a colaboração dos missionários que cuidariam exclusivamente da catequese dos indígenas. Nesse aspecto, vale destacar a postura marcadamente anticlerical do autor, ele admite que o índio catequizado era um índio degradado, “o sistema de catequese é mau”. Segundo ele, apesar da contribuição dos jesuítas, os esforços empreendidos pelos missionários para formar um homem religioso não

---

General, pouco se aproveitou dos intérpretes formados, pois não concretizaram o plano de tornarem-se o elo entre a civilização e as aldeias. In: RIZZINI, Irma. Op. Cit., p. 348.

<sup>398</sup> Os jovens indígenas eram incorporados nos serviços da empresa de navegação, a qual também era controlada pelo General. In: RIZZINI, Irma. Op. Cit., p. 342, 346-347.

<sup>399</sup> Francisco Sousa afirma que os interesses científicos e nacionalistas de Couto de Magalhães estavam também imbricados em seus objetivos comerciais, ele investia nos negócios da navegação a vapor. Márcio Couto comenta que o General estava ligado ao capitalismo em expansão no Império. SOUSA, Francisco Gouvea de. **Entre fronteiras e nações**: um estudo sobre o Instituto Histórico e geográfico Brasileiro de 1870 a 1890. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 58-60; HENRIQUE, Márcio Couto. Op. Cit., p. 42.

<sup>400</sup> PARÁ. Relatório de Couto de Magalhães de 13/04/1866. Ofício do Presidente, p. 3-5.

<sup>401</sup> PARÁ. Relatório de Couto de Magalhães de 15/08/1864, p. 8.

<sup>402</sup> MAGALHÃES, General Couto Vieira. 1976. Op. Cit., p. 27.

permitiram que os nativos desenvolvessem “as idéias eminentemente sociais do trabalho livre”<sup>403</sup>.

As idéias de Couto de Magalhães sobre a incorporação do indígena na sociedade civil do Império estavam conectadas aos pressupostos nacionalistas e econômicos cultivados pelo autor. O romantismo revelado nos discursos do autor se fundamenta, sobretudo, em um nacionalismo objetivo, fruto da “observação dos fatos”, que buscava nas raças indígenas germes de singularidade nacional que se convertesse em melhoramento econômico para a nação. Irma Rizzini argumenta que havia uma preocupação em homogeneizar a nação pela raça e pelos costumes, concomitante com uma idéia de que todo o território fosse efetivamente ocupado por populações cristãs civilizadas<sup>404</sup>.

Valendo-se de princípios como os da aclimação das raças, da mestiçagem, da *Lei da perfectibilidade humana*, ele acumulou um profundo conhecimento sobre as teorias raciais e a antropologia praticada na segunda metade do século XIX. Imbuído de tais idéias, caracterizou os grupos sociais aclimatados aos vários ecossistemas do Império. Assim, a relação entre meio ambiente e raça subsidiava as explicações de Couto de Magalhães. Deste modo, o nacionalismo do autor apresentava uma perspectiva marcadamente econômica em relação aos indígenas, enviesada por uma prática etnográfica evolucionista.

Couto de Magalhães realizou uma leitura, em certa medida, inédita dos povos indígenas, pois associou os vários saberes em ascensão no Império como a história, a etnografia e o seu grande diferencial: a lingüística. Tudo isso para compor não apenas um modelo de civilização, mas para instituir uma nova compreensão desses povos. No entanto, as motivações que o levaram a elaborar seu programa de civilização indígena estavam inseridas na ordem de questões cruciais para o Império, como a ocupação dos sertões e das fronteiras e a importação dos braços estrangeiros. Sendo assim, para ele, havia uma necessidade de perceber o indígena como um elemento útil, parte da comunidade nacional.

Couto de Magalhães, membro da comissão de arqueologia e etnografia do IHGB entre 1874-1880, viveu os anos da Guerra do Paraguai e a crise após o conflito, quando as críticas às instituições Imperiais, como a escravidão e a própria monarquia, avolumaram-se entre os diversos grupos sociais. Na esteira de tais mudanças, o General moldava seu perfil intelectual e político, mostrava-se entusiasta do desenvolvimento econômico, com a adoção das

---

<sup>403</sup> Idem, p. 76, 80.

<sup>404</sup> RIZZINI, Irma. Op. Cit., p. 372.

modernas formas de indústria e acreditava na autoridade na monarquia e do poder Imperial na condução das reformas necessárias ao país. Assim, sua visão moderna sobre a economia nacional não rejeitava a opção monarquista.

Percebemos, em última instância, que o general realizou uma operação de etnografia nacional que combinava elementos do romantismo, o pressuposto teórico legítimo do Império incrustado em uma herança saquarema; e, noções da ciência moderna, como o evolucionismo. Ele incorpora novos dados à estrutura de pensamento que deu sentido à ordem imperial. Esse comportamento pode indicar que o autor viveu uma transição político-cultural, que passava por um modelo de produção intelectual marcado pelo romantismo em compromisso com a autoridade do Estado Imperial. No entanto, congregavam-se aportes teórico-metodológicos da ciência moderna que começava a ganhar importância no país.

José Couto Vieira de Magalhães, certo de sua crença na monarquia, conferiu um significado econômico aos indígenas, integrando-os ao tesouro nacional, por meio das práticas civilizatórias, devidamente comprovadas na “observação dos fatos”. Isso lhe permitiu um olhar diferenciado em relação ao indígena, porém, não menos etnocêntrico. Ainda que o autor reconhecesse a experiência histórica e, em certa medida, compreendesse a dinâmica cultural dos indígenas, ele os situou em uma cadeia produtiva que servia aos interesses do Império e, mesmo aos seus interesses individuais, no que se refere ao negócio dos vapores. Ele lançou mão de critérios “científicos” para produzir um indígena histórico que se converteria em elemento econômico da nação. Como bem o caracterizou Márcio Couto, o General era um “*homem de ciencia*” e um homem de ação, ligado aos “sertões” e ao capitalismo em expansão<sup>405</sup>.

### 2.3 - Bispo Antônio Macedo Costa

Antônio Macedo Costa foi consagrado bispo do Pará em 1861. Tinha, então, trinta anos e àquela altura já se destacava como um notável lente da Igreja Católica no Império. Ingressou no seminário baiano de Santa Teresa, em 1848, quando o arcebispo da Bahia era o paraense Dom Romualdo de Seixas, o qual será lembrado por Macedo Costa em muitos de seus escritos como uma referência no sacerdócio e como um “sábio do Brasil”. Dom Antônio

---

<sup>405</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Op. Cit., p. 42.

concluiu seus estudos eclesiásticos no seminário de São Suplício em Paris<sup>406</sup>. Sua eloquência e sua atividade pastoral, em defesa de suas propostas de evangelização e reforma da Igreja, tornaram-no um importante pensador do final do Império que, ao se envolver em intensos debates políticos, acumulou muitos admiradores e adversários.

A figura de Macedo Costa, em geral, ganha relevância na historiografia em torno da chamada “Questão Religiosa” que ocorreu nos anos de 1870 e caracterizou-se por embates entre membros da maçonaria, políticos liberais e o clero brasileiro, especialmente aquele mais ativo no intuito de reformar a Igreja no Brasil, como o bispo do Pará e D. Vital (bispo de Olinda). No entanto, a dita questão, que resultou na prisão dos bispos em 1874, foi uma manifestação de uma ideologia cultivada pelos sacerdotes que visava promover uma reforma do Catolicismo e garantir sua autonomia frente ao poder do Estado.

Nessa perspectiva, as ações contra a maçonaria e o pensamento liberal eram uma das frentes de atuação do bispo, como ele demonstrou em vários momentos, nas páginas da *Boa Nova* e da *Estrella do Norte*. As querelas entre os folhetins católicos e a imprensa Liberal eram diárias e os ataques vinham de ambos os lados. O trecho a seguir traz uma das inúmeras réplicas da *Boa Nova* às supostas acusações feitas pelo *Liberal*.

Não se Aflija - contenta-se agora o *Liberal* em impingar suas ballelas a respeito dos esplendidos triumphos alcançados pelo Diocesano.  
É bom que se vá entretendo com essa pilherias para sahir que a Boa Nova já tenha falado.  
Forte mania essa do *Liberal* em tudo falsificar.  
Cite as nossas phrases parcas.  
Quando ao sermão que espera... descanse.  
Breve saberá o *Liberal* quem se submete e quem é demittido.  
Não se Aflija!<sup>407</sup>

O trecho dá uma idéia de como estavam os conflitos entre a Diocese e a imprensa liberal, os quais se constituíam um tema a parte dentro das questões políticas do Pará. Portanto, o combate ao pensamento liberal e a maçonaria representou uma das várias dimensões que compunham o projeto de reforma do bispo do Pará. Projeto este que estava alinhado a um campo “romanizado” da Igreja, marcado pelo conservadorismo e oposição a formas de pensamento “rebeldes”, como os maçons os liberais, e a outras denominações

---

<sup>406</sup> LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. **Dom Macedo Costa** (bispo do Pará). Coleção “Lendo o Pará”. Belém: Secretaria de Estado e cultura, 1992, p. 19-25.

<sup>407</sup> **A Boa Nova**, 18/01/1879.

cristãs e mesmo “catolicismos”, como era catolicismo popular<sup>408</sup>.

Sobre o chamado conflito entre Estado e Igreja, é importante esclarecer alguns pontos, que nos façam repensar as dicotomias entre Estado/Igreja e entre o Clero e o Liberalismo no Brasil. No século XIX, a Igreja vivia um processo de modernização e modernidade, havia clérigos adeptos do liberalismo, que não viam nas formas modernas de pensamento uma ameaça ao estatuto da religião; por outro lado, havia também os membros da Igreja que defendiam uma vivência católica mais severa em relação à doutrina e à espiritualidade como meio de salvação<sup>409</sup>, era neste grupo que o bispo do Pará, que tinha recebido uma formação romana, encontrava-se.

Nesse sentido, a Igreja abarcava os dois campos, havia ainda aqueles membros que não estavam dispostos em nenhum dos campos. Este quadro dimensiona a heterogeneidade dentro da própria instituição. Em relação ao Brasil, mesmo com as oposições entre Igreja e Estado Imperial a partir de 1870, segundo Fernando Arthur Neves, este não se apresentava como algo diverso em relação à Igreja, ambos não se viam como concorrentes. Afinal, o poder Imperial precisava da religião oficial do Império enquanto instituição para manter seu poder coesão social, enquanto a Igreja dependia dos recursos do Estado para promover sua evangelização<sup>410</sup>. Assim, ele aponta que havia uma “solidariedade ativa na condução dos negócios civis e dos negócios eclesiásticos”<sup>411</sup>.

Estas duas esferas encontravam-se no Estado, sinalizavam sentidos complementares e opostos, ao mesmo tempo. Deste modo, o autor argumenta que a separação entre Estado e Igreja estava relacionada ao amadurecimento de uma concepção de modernidade, baseada mais na constituição de uma ética civil, do que na sacralização do poder temporal. Neste contexto de solidariedade e conflito, ele sustenta ainda que é importante considerar o papel criativo que o Liberalismo teve no Brasil, “que permitiu que ele convivesse como ideologia comum do partido liberal e Conservador”. Por este motivo não se pode pensar uma oposição absoluta entre liberalismo e Igreja Católica, no entanto, tal oposição não deixava de se ajustar ao Clero ultramontano, do qual o bispo do Pará era tributário<sup>412</sup>.

---

<sup>408</sup> NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito**: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889). Tese (Doutorado em História Social)– Pontifícia Universidade de São Paulo, 2009, p.18

<sup>409</sup> Idem, p. 17-18.

<sup>410</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>411</sup> Idem, p.21.

<sup>412</sup> Ibidem, p. 20-22.



Apesar da ênfase neste conflito, o qual se tornou um marco na historiografia, a atuação do bispo era muito mais ampla, contava com outras frentes de ação. Além do enfrentamento entre maçons e bispos, houve outras facetas do projeto macediano que envolviam a atividade pastoral e missionária ancorada na moralização dos costumes sociais, a fim de criar novas gerações de “bons católicos”. Nesse intento, o bispo do Pará pôs em prática muitas ações no sentido de revitalizar a moralidade na vida social dos povos do Amazonas, nas quais ele incentivou a educação, a catequese, o trabalho e a formação cristã. Ele elaborou, por exemplo, uma cartilha com os deveres das famílias católicas, na qual abordava temas como as relações no interior do matrimônio, a educação dos filhos, inclusive o tratamento “correto” que deveria ser dispensado aos criados<sup>413</sup>. Assim, o bispo disseminava uma série de valores e normas sociais que seguiam a moral católica, alertando sempre que podia para o “perigo das idéias liberais”<sup>414</sup>.

Deste modo, o bispo teve muitas iniciativas visando tais reformas sociais e católicas. Inicialmente, acreditava que era fundamental uma boa formação para os membros do Clero. Por este motivo, os investimentos nos seminários eram assunto recorrente nos escritos de Dom Macedo, com pedidos de maior atenção do poder público aos seminaristas; com este esforço pessoal do bispo, alguns estudantes do Pará e Amazonas foram enviados à Europa para concluir seu curso<sup>415</sup>. É interesse perceber como no escopo da formação dos clérigos, o autor associou o desenvolvimento geral de toda a sociedade, defendendo a importância da religião para o “bom andamento” da vida pública.

Para manter-se sobre sólidas bases o edifício da moralidade pública; para dar às leis, às instituições pátrias um fundamento inabalável na consciência dos povos, é mister a religião; ela está a frente de todas as obras da inteligência e indústria humana, na frase de um moderno economista, semelhante a Arca da Aliança, que marchava diante do povo; mas, para que a religião se mantenha, se desenvolva no meio dos respeitos das gerações, produzindo os numerosos bens que ela é chamada a produzir, é de mister um clero instruído, dedicado cheio do espírito de sua sublime vocação; e como ter-se um clero nessas condições sem uma conveniente educação? (...) <sup>416</sup>

Na concepção do bispo, a educação dos padres estava vinculada diretamente ao progresso social e moral.

Outra ponta de lança do projeto de Macedo Costa era a evangelização e a educação dos povos da Amazônia, subsidiada no aprofundamento dos valores da religião católica, que

<sup>413</sup> COSTA, Antonio de Macedo, Bispo. **Deveres da Família**. Leituras Catholicas, V. 17. Nictheroy: 1900.

<sup>414</sup> Idem, p. 53-55.

<sup>415</sup> LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. Op. Cit., p. 33-35.

<sup>416</sup> **A Estrela do Norte**, Maio de 1863.

seria capaz de combater os hábitos desses grupos. Neste aspecto, via-se a preocupação com os órfãos, os “desvalidos” e com os grupos sociais tradicionais da região. Principalmente, os que viviam no interior e nas margens dos rios, longe dos centros urbanos, que ocuparam um lugar de destaque nos discursos e nas ações do padre. Neste mote, o *Instituto Providência* configurou-se como uma experiência educacional de meninos indígenas nos quadros do modelo proposto pelo bispo.

Neste conjunto de ações para os pobres, destacaram-se: a criação do *Instituto Providência* para meninos indígenas, o Asilo Santo Antônio para órfãs e o projeto do *Navio-Igreja*, que seria um templo flutuante, mas que não chegou a ser concretizado, entre outros projetos. O Asilo Santo Antônio, criado em 1878, estava destinado a educar meninas órfãs e desvalidas, a fim de instruí-las dentro dos “regimes e estudos próprios para o sexo”, como os cuidados domésticos e, assim, prepará-las para se tornarem futuras “damas de salão”<sup>417</sup>. O *Navio-Igreja* foi um projeto audacioso que contava com uma evangelização adaptada às características da região amazônica. Um vapor, chamado *Christophoro*, percorreria os rios da região com a missão de converter os amazônidas que viviam às margens dos rios e também à margem da vida cristã, “desamparados espiritualmente” e muitas vezes entregues ao “paganismo”<sup>418</sup>. O autor pretendia atender as populações que viviam nas “brenhas” por meio da doutrina religiosa e da missão de instruir o povo do Amazonas<sup>419</sup>.

Em relação aos indígenas, o autor defendia a promoção da educação aliada à catequese e, sobretudo, o incentivo ao trabalho. Ao longo de vários escritos distribuídos em jornais, discursos e cartilhas o bispo colocava em evidência a necessidade de explorar o potencial laborioso dos indígenas e dos povos da Amazônia em geral. Neste caso, a conversão religiosa também se revertia em uma conversão produtiva que pretendia incorporar os braços da região em um ritmo de trabalho regular, bastante diverso daquele praticado pelos grupos tradicionais, como ele demonstra no excerto abaixo, ao lamentar a forma dispersa em que viviam as populações:

O que me assombra e entristece é ver o adensamento em que ahi ve-se-am essas populações christãs, tão boas, tão aproveitaveis, mas cuja dispersão mesma é o principal obstáculo a toda a ação morallisadora, a todo influxo civillizador que sobre ellas queiram exercer a autoridade civil e religiosa<sup>420</sup>.

<sup>417</sup> RIZZINI, Irma. Op. Cit., p. 354.

<sup>418</sup> COSTA, Antonio Macedo. **A Amazônia**: meio de desenvolver sua civilização (Conferência de 21 de Março de 1883). Pará: typ. do livro do Comércio, 1883, p. 13.

<sup>419</sup> Idem, p. 27.

<sup>420</sup> Ibidem, p. 11.

O bispo do Pará fundou em 1883, o *Instituto de Artes e Ofícios Agrícola da Providência*, que oferecia educação profissional e elementar para os meninos desvalidos das “brenhas”. Assim como o projeto de Couto de Magalhães em relação ao Colégio Izabel, o plano de civilização do bispo foi posto em prática. O instituto visava formar trabalhadores cristãos, na combinação entre a instrução básica e religiosa e o ensino dos ofícios agrícolas.

Ao viajar pelo interior da Amazônia, conhecendo os costumes e as formas de sobrevivência do homem amazônico, Macedo Costa percebeu a necessidade da religião e da instrução como instrumentos civilizadores para combater o “modo de vida tapuio”. Tendo em vista o quadro social dos grupos mestiços e indígenas, pobres livres, baseado no trabalho irregular, no nomadismo, em práticas consideradas pagãs (o que se referia a festejos populares, pajelança, “bebedeiras”), o bispo preocupou-se com as influências recebidas pelos jovens naquele ambiente; em meio aos “vícios”, em uma vida distante da moral cristã e dos valores da civilização.

(...) Sem a prédica, sem sacramentos, sem práticas da vida christã, esmorece pouco a pouco e extingui-se a fé; esmorecida e extinta a fé, corrompem-se os costumes; a corrupção dos costumes traz a degradação do character, o viver grosseiro e todo animal, o habito de infames orgias, que conduz a barbarie. Eis a escala por onde um povo desde degrau a degrau até o selvagismo. O selvagem não é o homem primitivo, é o homem degenerado<sup>421</sup>.

Tal cenário foi o principal impulso para a construção do *Instituto Providência*. A educação da Instituição tinha como eixo central o ensino das primeiras letras, a formação religiosa e o desenvolvimento dos ofícios agrícolas nos meninos índios. O principal objetivo era torná-los operários, incentivando hábitos regulares.

O biógrafo de Macedo Costa, Dom Antônio de Lustosa atribui a criação do Instituto Providência a uma inspiração de São João Bosco, o qual se dedicou à educação de jovens pobres na Itália, partindo da idéia de que havia um “*perigo operário*” ao deixar as classes trabalhadoras abandonadas. Havia um temor de que a “*massa proletária*” se voltasse contra todas as instituições da ordem social. Desta forma, educar desde a infância “operários sinceramente católicos” seria a melhor forma de combater este mal, estabelecendo uma educação em oficinas-escolas, alicerçada nos princípios da religião<sup>422</sup>. A instrução da juventude estava em pauta em muitos debates sobre o desenvolvimento nacional, o Clero entrou na questão oferecendo um tipo de educação formal, doutrinária e profissional.

<sup>421</sup> Idem, p. 17.

<sup>422</sup> LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. Op. Cit., p. 493.

No caso do bispo do Pará, a casa dos educandos tinha também um viés de promover a civilização aos “filhos das brenhas”, uma clara reação ao modo de vida de “hábitos irregulares” dos povos da região. Macedo Costa pôs em prática a instrução dos meninos indígenas do Pará na última década do Império, contando financeiramente com o apoio regrado do governo da província e particulares, que o bispo conseguiu mobilizar em nome da grande estima que gozava entre alguns amigos do Sudeste<sup>423</sup>.

O Instituto foi instalado na estrada de Bragança, um ano antes do funcionamento da Estrada de Ferro, inaugurada em 1884. O governo concedeu um espaço de terras férteis para a construção da escola, afinal um dos pilares da educação no “Providência” era o trabalho agrícola dos jovens<sup>424</sup>. Ao que tudo indica, tratava-se de um edifício grande, com vários salões e dormitórios, além de uma área externa para o cultivo e a criação de animais, com capacidade para setenta meninos.

O “Providência” contava com salas para o ensino das primeiras letras, oficinas de carpintaria, forjaria e alfaiataria. O ensino era composto por leitura, escrita, desenho, música, aritmética, instrução cívica, doutrina cristã e ensino de ofícios (fundidor, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, sapateiro, alfaiate, entre outros)<sup>425</sup>. A produção agrícola estava destinada ao consumo interno, enquanto o excedente era vendido, o que teve seu escoamento facilitado com a estrada de ferro de Bragança. Os próprios internos faziam os serviços, em grupos de trabalho. Segundo Irma Rizzini, citando o relato de um visitante, no Instituto havia mandiocais, feijoads, arrozais, uma enorme horta e um pasto, além de outras plantações<sup>426</sup>. Um elemento se destacava nas memórias de quem conheceu a escola em seus primeiros anos: era o ensino de música. Não por acaso, o primeiro diretor da escola era exatamente o professor de música, Aureliano de Lima Guedes, “os educandos tinham boa banda de música formada por eles”<sup>427</sup>.

A autora comenta ainda que o recrutamento das crianças provavelmente era feito por missionários que trabalhavam nos aldeamentos, pois seria mais fácil de persuadir os pais para compreender a importância de uma educação escolar e profissional<sup>428</sup>. O bispo percorria pessoalmente o interior das províncias do Pará e Amazonas, em trabalhos de evangelização e

---

<sup>423</sup> Idem, p. 495-497.

<sup>424</sup> Ibidem, p. 494.

<sup>425</sup> RIZZINI, Irma. Op., p. 365, 172-173

<sup>426</sup> Idem, p. 472.

<sup>427</sup> LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. Op. Cit., p. 494; RIZZINI, Irma. Op. Cit., p. 372-373.

<sup>428</sup> RIZZINI, Irma. Op. Cit., p. 366.

catequese, promovendo batismos, crismas e sempre arregimentava meninos para seu Instituto. Sobre a origem dos educandos, sabe-se que havia indígenas na instituição, embora muitas vezes apareçam referências aos desvalidos em geral. Deste modo, ainda que fosse uma escola voltada principalmente para jovens indígenas, acolhiam-se meninos pobres de outras etnias. “Ali se educaram vários filhos de índios e muitos desamparados foram ali acolhidos”<sup>429</sup>.

Irma Rizzini, ao discutir a educação dos meninos desvalidos do Império, destaca uma visita promovida pelo bispo de algumas autoridades da província ao instituto, entre elas o presidente da província em exercício, Carlos Augusto de Carvalho, em 1885. No passeio, eles conheceram as dependências da escola, inclusive as oficinas e as áreas de cultivo, ouviram a banda de música tocada pelos meninos e participaram de outras atividades, os visitantes teceram, ao final, uma série de comentários positivos sobre o Instituto<sup>430</sup>. A autora ressalta também que Henri Coudreau, ao observar o “Providência”, considerou que os pequenos indígenas estavam sendo educados por pessoas de “boa vontade”. Muitos índios chegavam ao local em estado totalmente “selvagem”, o autor via o instituto como uma medida muito eficaz para a civilização indígena<sup>431</sup>.

Macedo Costa reconhecia que a catequese estava em decadência e atribuía isso ao governo temporal, ao qual os indígenas estavam submetidos, o que segundo ele gerava uma falta de autonomia dos missionários na condução dos aldeamentos. Para ele, a relação de dependência em que os padres viviam nas diretorias prejudicava a catequese.

O que nos parece certo é que o systema acanhado actualmente admittido não é o mais conveniente a adoptar-se, e que a ineficacia dos meios, e o estado de dependencia dos missionarios relativamente aos directores é uma das causas, que entorpecem o progresso da Catechese<sup>432</sup>.

Deste modo, o bispo acreditava que o retorno ao poder dos missionários nos aldeamentos era a condição necessária para o sucesso da catequese. Ao lembrar os feitos de Antônio Vieira no serviço da catequese colonial, ele defendia:

A autoridade temporal exercida nas condições actuaes de nosso estado social em um nucleo de civilização, onde o poder espiritual deve marchar desassombrado, e sem tropeços he um dualismo, tão repugnante ao bom senso, como contrario á indole do bom systema de catechese.

<sup>429</sup> LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. Op. Cit., p. 494.

<sup>430</sup> Estas visitas tinham o objetivo de tentar convencer as autoridades do sucesso do empreendimento, e assim, angariar recursos para o mesmo. In: RIZZINI, Op. Cit., p. 357-358

<sup>431</sup> Idem, p. 366-368.

<sup>432</sup> **A Estrella do Norte**, 31/05/1863, p. 170

(...) Deixe-se, pois, ao Missionarios a reponsabilidade de toda a obra das missões; tire-se-lhes tantas occasiões de deploraveis conflictos; dê-se-lhes toda acção das causas auxiliantes; e vejamos se as missões progridem<sup>433</sup>.

Ao considerar suas preocupações com a catequese indígena, o bispo promoveu uma importante inflexão nas diretorias indígenas no Amazonas, ao solicitar, e conseguir do governo imperial, a extinção das diretorias indígenas naquela região. Macedo Costa interveio na questão das diretorias, diretamente com o Imperador, ao pedir a supressão das mesmas no Amazonas, em Outubro de 1865.

Em documento enviado ao ministro do Império, o bispo critica o Regulamento e as práticas dos diretores, defendendo veementemente a suspensão das diretorias parciais de índios. Ao falar da situação do cristianismo entre os indígenas, ele comenta que a catequese estava em crise.

(...) O que falta, antes de tudo, o que é absolutamente necessário é desatá-la essa pobre catequese, que o governo sufocou, que o governo matou entre nós, sem pensar, sem o querer, metendo-a nas telas de um Regulamento impossível. Com diretores de índios que não passam, em geral, de especuladores imorais, não é possível haver catequese.<sup>434</sup>

Ao argumentar a inviabilidade das diretorias parciais, o bispo pede a extinção deste sistema.

De acordo com o documento, o Imperador solicita que o próprio clérigo ofereça as bases para um novo sistema de catequese. No qual, o bispo enumera algumas mudanças centrais na administração dos aldeamentos, além da abolição do sistema que vigorava, como: colocar a catequese sob a imediata “inspeção e responsabilidade dos prelados diocesanos”, tirando-a da autoridade dos diretores parciais; promover a vinda de missionários, que receberiam uma subvenção anual; “as autoridades civis das missões seriam nomeadas pelo presidente de província dentre os índios mais cordatos e de maior respeito entre eles, sob proposta dos missionários”;<sup>435</sup> entre outros aspectos.

O plano do bispo contava ainda com a fundação de colônias-missões baseadas no ensino religioso e no trabalho agrícola, a fim de “inspirar a esses homens grosseiros o amor da propriedade, dar-lhes o afinco ao solo, fazendo-os desentranhar dele pelo cultivo o sustento”.<sup>436</sup> Em síntese, Macedo Costa pretendia construir um sistema de catequese baseado nos ofícios agrícolas e na religião, e retomar o controle da civilização indígena. Deste modo, após

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> Relatório do presidente da província do Amazonas, Dr. Antônio Epaminondas de Mello, de 24/06/1866. In: **Rastros da memória histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia** (Anexos documentais). SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (org.). Manaus: EDUA, 2006, p. 354.

<sup>435</sup> Idem, p. 360-362.

<sup>436</sup> Ibidem, p. 361.

a apresentação de tais propostas e dos argumentos contrários a manutenção daquele sistema, o bispo conseguiu suspender as diretorias parciais de índios no Amazonas, em ofício de 1866, do Ministro do Império para o presidente da província:

(...) declaro a V. Exc. que, aprovando em geral as reformas indicadas pelo mesmo diocesano (Macedo Costa), para o serviço da catequese, menos na parte concernente à sua direção imediata pelo Bispos, autorizo essa Presidência a suprimir as diretorias parciais de índios, cuja improficuidade se acha demonstrada pela experiência.<sup>437</sup>

Nesse sentido, o bispo não apenas criticou as diretorias, mas, sua intervenção trouxe importantes transformações para se repensar o trato com o indígena naquele momento no Amazonas, ele passou a assumir a diretoria; Ainda que o Imperador não tenha concedido à direção dos aldeamentos ao Clero. Ele acreditava que a retomada do controle da civilização indígena pelo Clero, seria fundamental para engendrar seu projeto de educação assentada no trabalho como meio civilizador, princípio que ele defende e desenvolve no Instituto Providência.

Como vimos, a criação do Instituto Providência demonstrava a importância que tinha o trabalho em conjunto com o ensino elementar e religioso, como fortes instrumentos de civilização. As iniciativas para a formação dos meninos e meninas pobres eram um meio de educar dentro dos padrões doutrinários, a combinação entre religião e instrução funcionava muito bem na concepção de Dom Macedo Costa.

Os métodos rigorosos eram a marca da educação nesses espaços, não apenas para os meninos, igualmente, as meninas órfãs também seguiam um rígido sistema de internato. Elas tinham permissão para sair da escola apenas três vezes ao ano, a introdução de objetos das famílias às educandas deveria passar pelo controle da diretora, bem como, os horários, as atividades e o acesso às famílias.

Para obstar a que se altere a boa ordem e disciplina do collegio, não é permitido às educandas ter ou introduzir nelle cartas, livros, estampas, doces, brinquedos ou qualquer, outra cousa, sem que tudo passe pelas mãos da directora ou mestra por ella indicada para este fim<sup>438</sup>.

Assim, podemos identificar uma diretriz de constante controle no processo de formação de meninos e meninas, controle este que possuía um viés moral. Aos indígenas ficava destinada certa vigilância sob seus atos, práticas, costumes, na qual a religião cumpria

---

<sup>437</sup> Idem, p. 352

<sup>438</sup> **A Boa Nova**, 11/01/1878.

um papel central na mudança de hábitos e na transformação da identidade dos ameríndios. Nesse sentido, a religião atuava como um meio de transformação do “selvagem”.

policar os povos selvagens por meio da Religião é o grande ponto, para onde devem convergir as vistas de todos aqueles, á quem corre o dever de promover os melhoramentos sociais. (...) A religião, cuja necessidade ja não pode ser mais um problema, se não para o exercício das escolas, é a unica garantia, que a civilização pode offerecer ao homem saído da natureza.(...) Ella forma o seu coração, adoça os seus costumes, e o reabilita nos foros da sua dignidade, protege-o contra os golpes da opressão, lhe dá a idéia mais nobre do seu desejo<sup>439</sup>.

Sendo assim, a religião exercia uma função de transformação social e moral do indígena, na percepção do bispo.

O ensino doutrinário praticado no Instituto estava de acordo com uma visão clerical conservadora de moralização dos costumes que visava, não apenas aprofundar os valores tradicionais de um “bom cristão católico”, mas também combater os hábitos cultivados entre as populações mais pobres que compunham a diocese de Macedo, no Pará e Amazonas. Por este motivo, a ênfase na moralidade e na inclusão dessas populações através do trabalho e da educação civil e religiosa configurou-se como uma ação de integração através da instrução.

Em comparação com as demais formas de educação dos povos indígenas no Império, podemos dizer que o bispo obteve algum sucesso no XIX no seu empreendimento, pois ela sobreviveu pelo menos até sua saída da diocese do Pará. No entanto, a educação dos pobres pretendida pelo bispo, e isso não se pode perder de vista, propunha uma civilidade cristã, não-liberal. A insistência do bispo na criação desses grupos de trabalhadores, obedientes, civilizados e bons cristãos, mas que rejeitassem “o perigo das idéias liberais” (marcadamente anticlericais), era fruto de uma crença na religião como colaboradora da civilização e, ao mesmo tempo, resultado de suas lutas com a imprensa liberal.

A educação dos meninos indígenas respondia a uma demanda social que estava ligada ao aproveitamento das populações da região nos trabalhos agrícolas. Igualmente, era parte de uma visão pastoral ligada à necessidade de integração desses grupos, principalmente os indígenas à civilização e à religião. Torna-se fundamental destacar que a catequese do bispo não era incompatível com o progresso social e intelectual, ao contrário, ele via a religião como uma promotora do desenvolvimento.

---

<sup>439</sup> **A Estrella do Norte**, 31/05/1863.



Macedo Costa primava pela educação, falava da importância deste elemento nos *Deveres da Família*, ressaltando que o compromisso o qual os pais deveriam ter com a instrução dos filhos deveria estar em primeiro lugar, condenando a prática do trabalho como substituto da educação dos jovens praticada por alguns pais, e reiterava o valor da instrução.<sup>440</sup> “É necessário que os meninos e meninas saibam todos, quanto é possível, ler, escrever, contar, e sobretudo, as verdades da fé e os preceitos do christianismo.”<sup>441</sup>

O bispo acreditava que a instrução intelectual e religiosa, somada ao valor do trabalho, seriam capazes de superar o estado de “degradação” em que viviam as populações do interior da Amazônia. O aproveitamento dos braços, neste caso, estava vinculado a um projeto educativo, destinado aos indígenas. A crença na educação, como o elemento capaz de integrar os povos do Amazonas, estava muito clara no perfil pastoral do bispo. Macedo Costa insistia que o abandono das populações indígenas pelo governo representava um mal para a nação, pois era um desperdício de trabalhadores e, ao mesmo tempo, que os mantinha longe das luzes da civilização. Alertava que este abandono levava à extinção das raças indígenas.

(...) Vergonha aos que têm inspirado aos poderes publicos de meu paiz a descrença no elemento indígena, isto é, a descrença na massa da gente operária do valle do Amazonas e pode-se dizer, de todo o interior do Brazil, que toda provém, mais ou menos, desse tronco tão desprezado. (...) Que é de tantas e tão numerosas tribus, mencionadas em nossos roteiros e historias, e que ainda ha bem poucos annos existiam? Acabou-se , exterminou-as o desprezo criminoso em que a deixámos. Assim sumir-se-hão e desaparecerão as que ainda restam. Ah! dar-se-ha caso que o nosso ideal seja o dos Estados-Unidos --, levantar o edificio da prosperidade nacional sobre a sepultura de uma raça? (...)<sup>442</sup>

Os trabalhos desenvolvidos pelo bispo junto aos meninos indígenas no *Instituto Providência* pretendiam, ao final, uma inclusão econômica destes agentes no modo de civilizada, uma inclusão pautada também na moralização dos costumes das populações indígenas, a partir dos quadros do catolicismo ultramontano. Operário e bom cristão, educado de modo elementar, eram os requisitos básicos para o melhoramento das populações amazônicas na visão do clérigo.

As iniciativas do bispo para a civilização indígena, dentre elas a educação, baseada na instrução básica, no ensino de artes e ofícios e na doutrina, derivam de uma leitura do espaço amazônico, e seu “atraso”, na qual ele elegia necessidades locais, como a criação de braços para os ofícios agrícolas, preocupação demonstrada na criação do “Providência”. Porém, tais

<sup>440</sup> Idem, p. 52.

<sup>441</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>442</sup> COSTA, Antonio Macedo. **A Amazônia**: meio de desenvolver sua civilização (Conferência de 21 de Março de 1883). Pará: typ. do livro do Comércio, 1883, p. 28-29.

ações atendiam também a uma agenda política nacional que trazia à tona a questão da educação dos jovens pobres como forma de colocá-los em uma vida ordeira e produtiva, princípio que convergia ao interesse de converter os indígenas por meio do trabalho.

Esse diálogo profícuo entre religião, trabalho e educação básica para os indígenas, que aparece nas proposições do bispo, reunia todos os aspectos de uma formação intelectual, moral e religiosa, a qual visava um tipo de desenvolvimento específico e que pretendia formar obedientes trabalhadores. Entretanto, tal proposta de educação provocou a reação dos liberais paraenses, pois ela recolocava a religião como um dos pilares da formação do cidadão. Essa educação doutrinária era veementemente criticada pela imprensa liberal, o que manifestava sua visão anticlerical.

O discurso sobre os indígenas baseava-se em integrar esses grupos através do trabalho e da religião para combater o “paganismo” no qual viviam. O serviço de civilização, portanto, estava imbricado no quadro de questões sociais que envolviam a educação dos jovens, a conversão moral e doutrinária e a necessidade de formar um contingente de mão-de-obra. Tal integração, no entanto, com ênfase em uma modernidade controlada pela religião, como as demais questões defendidas pelo bispo, estava também ligada à um projeto de fortalecimento do catolicismo na vida dos povos da Amazônia.

#### *2.4 - José Veríssimo*

Se o legado intelectual do Visconde Beaurepaire de Rohan é o menos visitado na historiografia, frente aos demais autores em destaque nesta dissertação, certamente este não é caso de José Veríssimo, ao contrário, ele é um dos mais valorizados no pensamento nacional quando se trata da formação da literatura brasileira. Assim como Couto de Magalhães, com quem o autor estabeleceu importantes diálogos, ele se tornou um dos principais nomes dos estudos sobre a mestiçagem no Brasil, ligado ao movimento reformista do final do Império e aos debates sobre o “bando de idéias novas” que animaram a cena intelectual brasileira no momento político de intenso dinamismo.

José Veríssimo pensou a civilização indígena no período de virada político-intelectual, quando os debates sobre os diferentes projetos para a nação se acaloraram mediante a crise da Monarquia, concomitante com o fortalecimento de certos grupos políticos, como os republicanos e os abolicionistas. A formação da identidade e as questões nacionais foram

resignificadas frente ao enfraquecimento das estruturas saquaremas, nas quais o romantismo se ajustou, enquanto as novas concepções científicas e culturais, como o evolucionismo e o naturalismo, redefiniram as bases do pensamento nacional. O crítico literário paraense compôs o movimento político e intelectual da chamada geração de 70, estabelecendo novas diretrizes conceituais para discutir a história, a literatura, a cultura e a educação, seus principais objetos de análise.

Antes mesmo de tornar-se um expoente da crítica literária, Veríssimo já possuía reconhecimento por suas contribuições à etnografia nacional com suas análises sobre o Vale Amazônico. Assim, ele se inseriu nos meandros da inteligência brasileira inicialmente pela via da história e da etnografia. O autor viveu no Pará até 1890, no ano seguinte mudou-se para a capital carioca, onde permaneceu até sua morte (1916), nesse período dedicou-se a investigar a formação sociocultural da região, seus tipos sociais, os meios para seu desenvolvimento, considerando os interesses nacionais.<sup>443</sup> Nesta primeira etapa de sua atividade intelectual, ele escreveu “As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia – sua linguagem, sua crença e seus costumes”, ensaio sobre a formação das populações amazônicas que se tornou um importante documento sobre a mestiçagem na região, no momento em que este tema era veementemente discutido a nível nacional.

Um dos principais aspectos da obra é o viés científicista, que marcou as considerações sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia produzidas pelo autor. Ele analisou o processo de colonização na região, caracterizando as condições nas quais ocorreu o encontro entre indígenas e portugueses, e assim, considerando os aspectos históricos, raciais e ambientais, elaborou um estudo minucioso sobre a mestiçagem na região.<sup>444</sup> Ao partir de critérios “científicos” e de um estudo pautada no olhar naturalista, na observação dos “fatos verdadeiros”, o autor investigou as condições que produziram os tipos sociais que viviam na Amazônia na segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, “raça” era uma categoria de análise fundamental para perceber as populações indígenas, a formação da cultura, dos costumes e o “caráter” da sociedade local. A análise de Veríssimo estava situada nos debates sobre mestiçagem a nível nacional, segundo o

---

<sup>443</sup> BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo: História da Literatura brasileira. In: *MOTA, Lourenço (Org.). Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico - 2.* 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2002, pp.279-297.

<sup>444</sup> VERÍSSIMO, José. *As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, sua crença e seus costumes.* Rio de Janeiro: Revista trimestral do Instituto Histórico, 1889, p. 295-303.

autor tal análise representava uma “pequena contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro”<sup>445</sup>.

Ao pesquisar os cruzamentos raciais que ocorreram no Pará, segundo seus critérios de análise, o autor identificou dois grupos de indígenas: o índio “puro”, “tipo original” que viveu antes da Colonização, denominado *brasílio-guarani*, o qual era “totalmente selvagem” e que correspondia ao *tupi*; Enquanto que a partir do Contato, surgiu o *tapuio*, o nativo filho de pais indígenas, mas que havia recebido influências da civilização, portanto, como sugerimos no primeiro capítulo, seus hábitos e costumes estavam modificados<sup>446</sup>.

Os tupis, selvagens no primeiro período da civilização, raça enérgica na guerra, indolente na paz, vingativa, cheia de nobreza e hospitaleira, logo perseguida tornou-se desconfiada e áspera. Destas nasceram as raças mestiças ou cruzadas, que fazem a grande maioria do nosso povo, enérgicas, dadas ao trabalho em algumas províncias, indolentes em outras, indiferentes em todas.<sup>447</sup>

O *tapuio* era a raça miscigenada em maior número que vivia na Amazônia, indígenas de sangue, porém em processo de assimilação, “semi-civilizados” que se “degeneram” ao incorporar “vícios” dos brancos e conservar o caráter “primitivo” dos antepassados indígenas.<sup>448</sup> Ou seja, segundo Veríssimo, este elemento reuniu as características “negativas” da raça nativa, e por influência, adquiriu hábitos igualmente “negativos” da raça dominadora. Para o autor, o indígena foi perdendo as características selvagens ao entrar em contato com a civilização, o *tapuio* se diferenciava de seu pai ameríndio, pois assimilou parcialmente idéias, crenças e a língua do branco<sup>449</sup>.

No entanto, esta assimilação não significou a civilização dos indígenas, ao contrário, produziu “índios indolentes” e “degradados moralmente”. Os indígenas “puros”, anteriores a Colonização, eram encarados como “selvagens”, porém, tratava-se de uma “raça aperfeiçoável”. Com o processo de Conquista, as perseguições praticadas pelos colonos aos índios e a catequese tornaram-nos “indiferentes”. O autor explica por meio de vários aspectos da cultura tapuia a sua suposta “inferioridade” em relação aos antepassados. Ao analisar a arte cerâmica, por exemplo, ele comenta a “decadência” pela qual os indígenas passaram.

O abatimento a que chegou entre seus descendentes a arte cerâmica, tão florescente outrora, é uma prova eloqüente que as perseguições, a falsa catequese,

<sup>445</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Belém: Ed. da UFPA, 1970, p. 9.

<sup>446</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 290-298.

<sup>447</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros** (1877-1885). Pará: Editores Tavares Cardoso e Livraria Universal, 1889, p. 10.

<sup>448</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. Op. Cit., p.14.

<sup>449</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 295-300.

todos os crimes que a cobiça baixa engendrava, fizeram de uma raça selvagem, mas aperfeiçoável, uma gente abastarda, dissimulada, odiando a civilização ou amando unicamente os vícios que fatalmente ela acarreta consigo: a bebedice, a rapina e a hipocrisia<sup>450</sup>.

Assim, o estado das populações tapuias era resultado de um conjunto de fatores históricos e raciais que havia, na perspectiva de Veríssimo, prejudicado sua civilização.

Em outro momento, ele reflete sobre o cotidiano dos tapuios, criticando o “trabalho nômade”, as “migrações periódicas” e o suposto atraso na agricultura<sup>451</sup>, aspectos nos quais ele identificava a “falta de ambição”. Em artigo publicado no *Liberal do Pará*, em 1877, em visita à cidade de Monte Alegre, ele lamentava:

A vida dos habitantes dos sítios é a mesma aqui que a dos outros do vale amazônico. Reina entre os seus habitantes – caboclos ou tapuios – como indistintamente os chamam, o mesmo fatalismo embrutecedor, essa indolência nociva e a falta completa de ambição de um vive melhor. Passando por um sítio perguntei à dona dele se plantavam ou criavam alguma coisa; respondeu-me não a ambas as perguntas, dando como razão de o não fazerem, a saúva que destrói as plantações e a peste que atava a criação. (...) de sorte que pra mim é um problema o modo de vida desta gente!<sup>452</sup>

O atavismo aparece como um dos principais argumentos para justificar a degradação das “raças cruzadas”

Para o letrado, os primeiros conquistadores eram soldados, criminosos e degredados, “refugo da sociedade portuguesa”, esta condição “moral” dos primeiros colonos desencadeou um processo de violência e perseguições aos índios, inclusive com a escravidão. Por outro lado, os missionários responsáveis pelos aldeamentos, segundo o autor, estavam interessados apenas em explorar o índio e “aumentar seu poder”, o “ensino jesuítico era nefasto”.<sup>453</sup> Tais fatores teriam comprometido o processo de civilização do indígena durante a Colônia.

A leitura do autor sobre a formação social da região contava ainda com outros elementos como o *curiboca*, o *cafuzo* e o *mameluco*. O autor reconhecia a miscigenação em larga escala como um fato na Amazônia, porém, seu saldo não era positivo para a civilização na região. Ele não deixava de enfatizar a condição “inferior” na qual esses grupos viviam.

Daquela raça selvagem, inferior, perseguida e aviltada pela escravidão e pelo desmembramento de sua rudimentar família, e desta outra civilização superior, porém mal-educada e representada talvez pelo que tinha de pior, provieram o Tapuio e o mameluco, um coagido a viver uma vida artificialmente civilizada e

<sup>450</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. Op. Cit., p.16.

<sup>451</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 380.

<sup>452</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. Op. Cit., p. 212.

<sup>453</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 293-298.

cruzando-se, ou antes, mestiçando-se, se assim posso dizer, pela ação dos meios, o outro seu filho verdadeiro, com todos os defeitos de ambos, e quiçá sem algumas das boas qualidades de nenhuma.<sup>454</sup>

O autor entende que o *tapuio* e o *mameluco*, viviam em um “estado moral lastimoso”. Apesar dessa constatação, ele afirmava que os tapuios eram pacíficos e “superiores” intelectualmente em relação aos seus antepassados, além de possuírem “boa índole”.

É importante destacar que esta perspectiva do autor, de encarar as raças cruzadas como um “mal” fazia eco a uma série de estudos que elegeram a mestiçagem como um fenômeno social brasileiro naquele final de século. Aldrin Moura Figueiredo ao analisar os intercâmbios entre intelectuais e pajés, na Amazônia ao final do século XIX, comenta que no auge deste debate o mestiço transformou-se no símbolo das raças cruzadas na Amazônia, José Veríssimo e Nina Rodrigues foram mentores neste debate<sup>455</sup>.

O autor aponta que o problema mais grave para estes intelectuais em relação à mestiçagem, era o fato de que os mestiços tinham por trás de si a figura cristalizada do índio, o que segundo ele, era um “estigma duplamente problemático”. De um lado, se o intelectual considerasse a “civilização” do indígena, ele pensaria na degradação desta cultura por parte do caboclo, “sucedâneo daquele”, de outro, tal leitura consolidava a imagem da Amazônia como “terra de índio”, “tornando insignificante qualquer outra expressão cultural”<sup>456</sup>.

Assim, o legado indígena presente na formação das “raças cruzadas” era o que maculava a mestiçagem da Amazônia, e a tornava a expressão de uma “degradação racial”.

Em relação à definição de *tapuio*, Veríssimo polemizou com Couto de Magalhães, afinal para o General *tapuio* e *mameluco* eram a mesma coisa, a mistura do índio com o branco. No entanto, para Veríssimo, o *tapuio* era o filho do índio que havia recebido influência da raça civilizada, enquanto, o *mameluco* era fruto do *curiboca* (branco e índio) com o *branco*.<sup>457</sup>

Outros pontos abordados pelo General também foram enfrentados por Veríssimo na elaboração de sua etnografia, como a língua, as crenças indígenas e a presença dos missionários nos aldeamentos. Idéias como a crença na *perfectibilidade humana* e no

<sup>454</sup> VERÍSSIMO, José. 1970. Op. Cit., p. 20.

<sup>455</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia.** A constituição de um campo de estudo. (1870-1950). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 359-361.

<sup>456</sup> Idem, p. 361.

<sup>457</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Op. Cit., p. 32-33.

branqueamento como uma “solução”, eram elementos comungados pelos dois autores.<sup>458</sup> Ambos consideravam que a catequese era impotente para a civilização do selvagem<sup>459</sup>. A perspectiva anticlerical de Veríssimo era fruto de sua militância liberal, como foi apontado no primeiro capítulo, a sua reprovação às missões jesuítas coloniais estava relacionada às disputas políticas no Pará, entre liberais e o Clero conservador nas últimas décadas do século. O autor motivado por sua crença liberal opôs-se à diretriz reformista e ultramontana da Diocese regida pelo bispo Antonio Macedo Costa.<sup>460</sup>

José Veríssimo comenta que durante a época colonial, os missionários transformaram a religião católica, misturando ritos ameríndios e cristãos, assim a deixou “ao gosto dos selvagens”. Criou-se então, uma dualidade nas formas de culto, processo no qual os indígenas se tornaram católicos “apenas no nome e no batismo”.<sup>461</sup> A língua também era um dos principais elementos que sintetizava a influência indígena na região, pois adulterou o dialeto dos conquistadores impondo-o novos “vocábulos, expressões e cacoetes”. O autor comenta, por exemplo, sobre o desaparecimento do “R” no final dos verbos na fala do indígena<sup>462</sup>.

Tais aspectos endossam o argumento do literato de que na Amazônia, a raça indígena se sobrepôs a raça civilizada, e foi além. Ao misturar-se com a primeira a raça civilizada incorporou parte dos costumes, hábitos, crença e a língua do ameríndio. Enquanto que, na concepção ao autor, o ideal de civilização exigia o contrário, que a cultura da raça dominante de fato se impusesse sobre o modo de vida tapuío. Esse processo de trocas culturais não favoreceu o desenvolvimento do homem amazônico nos moldes da civilização. “O homem da raça civilizada retrógrada para o estado irracional e abaixa-se até o índio.”<sup>463</sup>

Em relação à civilização indígena propriamente dita, Veríssimo não desenvolveu um programa complexo de incorporação do nativo à sociedade civil do Império, como o fizeram Henrique de Beaurepaire Rohan e Couto de Magalhães, suas expectativas em relação ao desenvolvimento desses elementos nas décadas de 1870 e 1880, eram mais discretas.

Ao considerar que o crítico literário realizou uma leitura evolucionista e raciológica das populações indígenas, na qual identificava a mestiçagem como um fator determinante na

<sup>458</sup> Idem.

<sup>459</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 387.

<sup>460</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Os males da nossa origem: O passado Colonial através de José Veríssimo. In: *BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar (Org.). Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 45-50.

<sup>461</sup> VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**. 1889. Op. Cit., p. 350-357, 360.

<sup>462</sup> Idem, p. 321-325.

<sup>463</sup> Ibidem, p. 308-309.

formação da sociedade paraense, é possível identificar uma proposta de civilização ajustada no interior destes quadros conceituais. Por este motivo, ele entendia que a civilização era inviável em função de uma determinação racial que a comprometia.

José Veríssimo acreditava que a partir de sucessivos cruzamentos a raça mais forte prevaleceria sobre as demais, o que, nesse caso, coincidia com o “europeu”, a “raça civilizada”. Por este motivo ele defendia uma espécie de cruzamento em larga escala, dos grupos indígenas com uma raça superior, para que a partir das miscigenações futuras, a indígena sucumbisse. Para o autor, portanto, a “solução” para acabar com a suposta indolência dos indígenas, era a miscigenação com outra raça que lhe fosse “superior”: “(...) Seu esmagamento por uma raça forte, que as aniquilasse na luta pela vida”.<sup>464</sup> Mas esses cruzamentos não seriam livres ou sem controle, como aconteceu na Colônia, ocorreriam sob dois critérios fundamentais: que fosse com uma “raça enérgica e boa” e de “efetuar-se em um meio educador”.

(...) A não ser o aldeamento, aí condenado, julgamos inexecutável qualquer tentativa de civilização e catequese de selvagem. Só os cruzamentos com as condições que acima indicamos serão capazes, não de civilizar no sentido absoluto desta palavra, mas de torna-nos úteis as raça selvagens.<sup>465</sup>

Assim, para o autor, os cruzamentos seriam capazes de fazer desaparecer a raça indígena, considerada um empecilho para o advento da civilização.

O autor defendia claramente o “esmagamento” da raça indígena por meio pacífico e pedagógico, por entendê-la como a fonte geradora de grande parte das “mazelas” da província, como a ausência de uma “raça vigorosa”: “É preciso arrancar as raças cruzadas do Pará, em função do abatimento em que jazem”.<sup>466</sup>

José Veríssimo demonstrava total descrença em qualquer tentativa de civilização ou catequese dos indígenas, assim, sustentava que apenas através da mestiçagem dirigida seria possível a supressão da raça tapuia. Não via outra medida nas quais os indígenas pudessem ser incorporados à sociedade. Caso não fosse por meio da mestiçagem, ele pensava que as populações indígenas deveriam ser deixadas na “solidão das florestas”:

---

<sup>464</sup> Idem, p. 389.

<sup>465</sup> Ibidem.

<sup>466</sup> Idem, p. 389



(...) Por isso pensamos que o que há a fazer, se essa medida (a mestiçagem) for impossível, é olvidá-las na solidão das florestas em que vivem, embora sintamos profundamente que a evidência dos fatos nos obrigue a pensar assim.<sup>467</sup>

Esta concepção de civilização foi apresentada ao público em 1876, na primeira versão do artigo “As raças cruzadas do Pará”. Na edição que circulou na Revista trimestral do IHGB, em 1889, o autor demonstrava-se mais incrédulo ainda em relação à civilização do indígena, afirmando que a única “solução” para a questão dos indígenas seria o “aproveitamento de sua força natural na vastíssima região amazônica”<sup>468</sup>. Ele abandona a idéia da mestiçagem, dizendo não ser mais possível produzir os “melhoramentos necessários” entre a raça indígena, a única saída seria utilizar sua força de trabalho para o engrandecimento da região.

José Veríssimo respirava os ares do naturalismo e do positivismo naquele final de século, e acreditava estar provido dos métodos de análise “puramente científicos”, pautados na razão, para elaborar suas considerações. “A primeira qualidade do naturalismo, do homem de ciência, quer ele estude a pedra inerte ou o animal cheio de vida, a planta ou o organismo social, é a calma da indiferença”<sup>469</sup>.

O autor formava com outros intelectuais, como Silvio Romero e Nina Rodrigues, a vanguarda do pensamento racial brasileiro que seria utilizado até meados de 1920, na elaboração de explicações para o “atraso” do Brasil, baseadas em um racismo científico. A idéia do *branqueamento*, por exemplo, inscrita em seu modelo de mestiçagem, foi uma importante teoria utilizada para justificar a “inferioridade” dos mestiços.

É importante, contudo, deixar claro que esta apropriação de Veríssimo das idéias científicas e do positivismo não foi mecânica ou imediata, tais idéias devem ser consideradas à medida que o ajudaram a formular suas teses sobre a formação social da Amazônia. No entanto, foram tomadas de forma consciente, inclusive, com muitas reflexões sobre a própria moda científicista que se vivia no Brasil. O autor realizou um estudo para investigar a incorporação do cientificismo, explicando as raízes do positivismo no Brasil e a onda científicista, criticando os exageros na apreensão desses modelos de pensamento.<sup>470</sup>

José Veríssimo também estendia suas críticas à incorporação do legado cultural dos indígenas que ocorria na literatura nacional. Ele se opunha às idealizações feitas pelos

<sup>467</sup> Ibidem, p. 388.

<sup>468</sup> Idem, p. 389.

<sup>469</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos Brasileiros*. 1889. Op. Cit., p. 57.

<sup>470</sup> NASCIMENTO, José Leonardo. *Cultura européia e realidade brasileira. Um debate do final do século XIX*. In: MELO E SOUZA, Eliana Maria (org.). *Cultura brasileira figuras da alteridade*. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1996, p. 36-37.

escritores indianistas que “escolheram” o indígena como o passado histórico brasileiro. O autor acreditava que para se construir uma literatura que se possa chamar de nacional era necessário partir do “estudo bem feito dos elementos étnicos e históricos de que compõe o Brasil”<sup>471</sup>. Portanto era fundamental conhecer a “verdadeira” história da formação do povo brasileiro, partindo deste pressuposto, ele afirmava que os românticos não conheciam nem a história e nem a realidade nacional, e por este motivo, idealizaram os indígenas “de acordo com sua imaginação”<sup>472</sup>. “(...) Gonçalves Dias também não compreendeu que a literatura brasileira não estava no nosso selvagem, e desprezando as raças cruzadas pôs-se a cantar costumes e feitos tupis”<sup>473</sup>.

Portanto, observa-se uma mudança de perspectiva em relação à idéia de literatura que havia na década de 1850, a partir de 1870 houve uma busca pela autoridade do discurso, esta autoridade estava baseada na idéia de uma análise “verdadeira”, “real” dos fatos, que desqualificava as “invenções” românticas criadas pelos indianistas para tratar o nativo e a literatura nacional.

Deste modo, a civilização indígena proposta por José Veríssimo, estava inserida em uma perspectiva naturalista, marcada por uma preocupação com o desenvolvimento nacional. Inspirada em um evolucionismo adaptado às condições históricas e sociais da região amazônica, a mestiçagem em um meio educador aparecia como uma solução para a questão das raças cruzadas em estado de “degradação”. A sua explicação sobre a mestiçagem no Pará dialogava com o momento intelectual de valorização da razão e do espírito positivo para a observação dos “fatos verdadeiros”, como novos critérios de análise para se pensar as questões nacionais. José Veríssimo elegeu a Amazônia como observatório da história nacional, considerando suas especificidades e os meios para o seu desenvolvimento.

Diferentemente dos demais autores, o crítico literário apresentava abertamente uma visão pessimista em relação aos indígenas e a mestiçagem, ele identificava nos tapuios um processo de definhamento cultural e moral, o que para ele, atrasava todo o progresso na região. Por meio da análise dos aspectos sociais, como o desmantelamento das famílias tapuias, e morais, como a suposta ausência de ambição e os “vícios” cultivados entre os indígenas, o autor concluía que no estado em que se encontravam, as populações indígenas e mestiças comprometiam todo o progresso da província.

---

<sup>471</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros**. 1889. Op. Cit., p. 13.

<sup>472</sup> Idem, p. 5-10, 110-113.

<sup>473</sup> Ibidem, p. 5.

A herança tapuia então se tornou uma espécie de estigma, algo que se disseminou entre a população amazônica, afetando a sua civilização. Tendo em vista esse fato, a presença das populações indígenas em estado de “degradação moral” na província, era um problema para a nação. Como vimos, Veríssimo destacou a ação de missionários e colonos no processo de colonização como um dos fatores cruciais para a desarticulação da cultura e da família tapuias. No entanto, ainda que reconhecesse a violência e a exploração sofrida pelo indígena, ele não lhe nutria simpatia, ao contrário, via na manutenção de seus costumes e do seu modo de vida um “mal” para toda a sociedade.

### ***Indígenas: trabalho, colônia e mestiçagem – formas de incorporação***

As formas de incorporação e transformação do indígena apresentadas pelos intelectuais girava em torno de vários temas, que estavam em voga na província do Pará, como a necessidade de fixação à terra e a formação de trabalhadores para a lavoura. Por meio do labor, da criação de colonos ou do cruzamento das raças indígenas com outros grupos, previa-se alterações profundas no modo de vida, na índole e na organização das populações indígenas. Tais alterações eram entendidas como uma estratégia para resolver antigos problemas da província, e mesmo do Império, e, amenizar o legado ameríndio na sociedade. Portanto, a questão indígena e sua civilização não estavam isoladas compunham outras matérias que preocupavam os intelectuais do Império, como a própria formação da nação.

As diferenças nas concepções acerca da civilização indígena eram fruto dos interesses e das diversas crenças compartilhadas pelos letrados e, de sua experiência política e intelectual. Os debates enfrentados por esses homens são indicativos dos contextos políticos nos quais se encontravam e de suas preocupações, assim, tais elementos ajudaram a construir sua percepção do indígena e seu modelo de civilização, a qual coincidia com o tipo de ameríndio que se pretendia formar: para Henrique de Rohan, um colono, um agente de fronteira; para Couto de Magalhães, um agente produtivo que contribuísse para as rendas públicas e para o desenvolvimento da região; para o bispo Macedo Costa, um cristão fiel, moralizado e um bom trabalhador; e ainda, José Veríssimo contava com uma transformação racial para melhorar a condição do indígena. Todos acreditavam que um modo de vida regular, ajustado na dinâmica do labor sedentário e constante, era uma distinção fundamental entre barbárie e civilização.

Nesse sentido, considerando as singularidades das análises dos literatos e do bispo, um aspecto importante pode ser ressaltado: a incorporação do indígena visava antes de tudo, atender aos interesses do Estado Imperial e da província, de modo que os impactos que as comunidades aldeadas sofreriam com a implantação de um projeto de civilização estavam forjados nos interesses econômicos, sociais e culturais da nação. As formas de incorporação do indígena estavam subsidiadas em critérios civilizatórios que serviam a um modelo de nação que era almejado pelos intelectuais.

Deste modo, o lugar do índio na sociedade Imperial era o não-lugar, as várias práticas que se seguiram para sua assimilação, exploração, e mesmo do trabalho indígena, tão valorizado por intelectuais e administradores, o colocavam em uma posição marginal. A idéia de civilização tinha objetivos claros de viabilizar o progresso e o desenvolvimento da nação em sentido amplo. Porém, a civilização era altamente seletiva, o conjunto que formava a nação precisava se homogeneizar em vários níveis, para ser seguida ao modo ocidental plenamente. Nesse sentido, o avanço da civilização significou um mar de transformações para os povos indígenas da Amazônia, em sua organização social e produtiva, em seus aspectos identitários, iniciado com a Conquista do território americano e repercutindo até o Império.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As relações entre política e produção cultural e intelectual podem gerar algumas idéias superficiais em relação à atuação dos letrados, levando-nos a pensar que seus intercâmbios com o campo de poder determinavam sua produção. No entanto, a dinâmica intelectual era muito mais abrangente, contava com várias concepções e visões cultivadas pelos homens de letras que formavam um mosaico de ideologias e crenças políticas, que se combinavam aos interesses dos autores e às questões nacionais.

Ao considerar que a interação entre o campo intelectual e o campo político era fundamental na estrutura social do Império, é importante ressaltar que ela não existia de modo pacífico ou automático, os intelectuais estavam o tempo todo (re)negociando e revendo idéias e posições. Portanto, as condições de produção cultural no Brasil eram extremamente complexas e criativas, a própria apropriação do liberalismo como ideologia e prática ocorreu em meio a diversos reajustes.

Com o desenvolvimento de novas idéias e novas realidade no Império, em diferentes momentos políticos a intelectualidade foi sendo transformada, característica que exploramos desde os anos da Regência (entendida como um momento importante de efervescência intelectual, muito significativo para a província do Pará, que não poderia ser desconsiderado). A partir da consolidação da ordem Imperial, houve um redirecionamento da produção intelectual no sentido de legitimar, em parte, os interesses da direção Saquarema. Após a Guerra do Paraguai, as estruturas imperiais estavam abaladas, o que coincidiu com a introdução de novas idéias culturais e cientificistas no país, o que gerou um movimento de virada política e intelectual. Este clima de crise política e revisão de idéias contribuiu para o fortalecimento de diversos grupos políticos e vanguardas intelectuais, como por exemplo, os republicanos, os abolicionistas e os adeptos do racismo científico.

Assim, em momentos políticos distintos a produção intelectual foi resignificada, logo, o pensamento nacional estava em constante movimento. Nessas condições, as populações indígenas foram pensadas sob perspectivas diferenciadas, apesar de idéias gerais que compunham as percepções em relação aos indígenas. Em tais percepções, os autores enfatizados neste trabalho se aproximavam e se distanciavam em suas idéias, a produção de

contextos intelectuais e crenças políticas diferenciadas podem explicar relativamente essa dinâmica.

Henrique de Beaurepaire Rohan e Couto de Magalhães viveram ainda o legado da consolidação política de 1850, inscrita na lógica Saquarema de poder, eles se encontravam ajustados na estrutura dos quadros políticos da administração Imperial, pensavam um desenvolvimento nacional e uma modernização conduzidos pela monarquia. Do ponto de vista cultural eles participaram de um momento de expansão dos conhecimentos nacionais, uma das características do IHGB após a consolidação.

Esta expansão possibilitou diversos estudos sobre o Império que consideravam as populações que viviam nos sertões, e o território. Assim, civilizar o indígena também representava uma conquista do território, afinal sua conversão em cidadão do Império, era uma forma de assentá-lo nas fronteiras e garantir a legitimidade do Estado naquelas áreas, o que evitava, entre outras coisas, que eles migrassem para as cidades.

Guardadas as diferenças de seus projetos civilizadores, eles pensavam no indígena como um “colono”, preso à terra e comprometido com as atividades econômicas em prol do desenvolvimento do Império. Conclusão semelhante, que, no entanto, percorreu caminhos diferenciados. O Visconde Beaurepaire Rohan acreditava no valor de suas experiências para dar credibilidade à sua proposta, enquanto Couto de Magalhães valeu-se da experiência e, sobretudo, de uma leitura evolucionista que contava com o estatuto da língua, a *perfectibilidade humana* e outras idéias, para subsidiar seu plano de incorporação dos indígenas.

Deste modo, percebemos que os horizontes intelectuais se assemelhavam ou se distinguiam de acordo com as condições sociais de produção, que envolviam a dinâmica política, as crenças ideológicas e os interesses, produzindo um mosaico de idéias em constante movimento. Bem como, a experiência dos autores no Pará ajudou a formular, alterar ou reajustar suas idéias e percepções. O engenheiro, por exemplo, revisou seu parecer sobre a manutenção do extrativismo como atividade dos indígenas em função da abundância desta entre as populações nativas do Pará. Ao passo que o General, teve no Pará, o laboratório para a formulação de sua tese acerca da civilização por meio do intérprete.

O bispo do Pará enfrentou em muitos debates a oposição anticlerical de Couto de Magalhães e José Veríssimo, em momentos diferentes. A visão doutrinária e ultramontana o

colocava como o único intelectual que acreditava ainda na importância dos missionários na condução do serviço de civilização, não sob as bases da catequese colonial, mas sob uma perspectiva atualizada às condições de vida na Amazônia.

O trabalho pastoral realizado por Macedo Costa, que contava com uma evangelização dos povos que viviam longe dos centros urbanos, nas margens dos rios e no “interior das florestas”, contribuiu em grande medida para elaboração de seu ideal de civilização, não apenas do indígena, mas dos “povos das águas e das florestas”. O cenário amazônico foi fundamental para a formulação e o exercício missionário do bispo: baseado no trabalho, na instrução e doutrina católica. Além do fato de ele ter atuado diretamente no desmantelamento das diretorias parciais no Amazonas, quando passou a administrar os aldeamentos.

Seu horizonte intelectual estava combinado a uma atuação política antiliberal que o fazia enfatizar uma vivência católica que pregava o endurecimento dos costumes morais e o combate aos modos de vida diferentes da doutrina romana, como era o caso do modo de vida dos indígenas, condenado por motivos doutrinários. Diferente de José Veríssimo, que os condenava de acordo com critérios presentes no racismo científico.

José Veríssimo, por seu turno, era o único intelectual desta análise que dispensava os aldeamentos como forma de civilizar o indígena, a rigor ele não acreditava na viabilidade desse sistema. Ao se deparar com o quadro social e econômico encontrado na Amazônia, era cético em relação a um projeto civilizador, pensava em transformação do indígena apenas por meio dos cruzamentos dirigidos que lhe impusesse a índole de uma “raça superior”.

As suas considerações acerca dos indígenas, baseadas nos estudos das raças mestiças, estavam comprometidas com a afirmação de uma análise sobre a mestiçagem na Amazônia, fixada em um discurso científico. Sua etnografia estava ligada ao campo de debates em voga no Brasil ao final do século, enfatizando um regionalismo imbricado em um nacionalismo “consciente das reais condições históricas” do país, como ele supunha.

Os projetos apresentados por tais intelectuais possuíam uma diretriz comum: a importância do trabalho como elemento fulcral para o ideal de civilização. O trabalho era o principal alicerce dos projetos de civilização indígena, incutir o valor supremo do trabalho era um dos meios de garantir a incorporação na sociedade civil e assegurar a ordem, referimo-nos aqui, a duas características fundamentais do sentido de civilização oitocentista, como foi discutido no início do terceiro capítulo: trabalho e ordem.

No caso da província do Pará, estimular os nativos ao ritmo de trabalho regular era estratégia de civilização que atendia a vários objetivos. Era uma forma de integrar os indígenas ao Império, remodelando seu modo de vida caracterizado pelo “nomadismo”, “inconstância” e “atavismo”, com o trabalho este quadro seria transformado. Além disso, ele representava uma medida para a captação de mão de obra em uma região onde a “falta de braços” era apontado como um “grande problema”. Este aproveitamento do indígena era um contraponto à idéia da entrada de trabalhadores estrangeiros para o serviço nas lavouras.

Henrique de Beaurepaire Rohan e Couto de Magalhães eram contrários à introdução de estrangeiros para trabalhar nas lavouras nacionais, defendiam a utilização dos indígenas e de brasileiros em geral nesses espaços. O General via nos indígenas a solução mais viável para a questão, pois eles já estavam aclimatados. Beaurepaire Rohan acreditava que o indígena poderia ser uma das alternativas para substituir o cativo. Assim, a civilização indígena era pensada para atender a determinadas demandas do Império, como a questão da mão-de-obra e na questão da ocupação do território por uma população que estivesse integrada à nação.

O discurso civilizatório se articulava ideologicamente nas falas e nos posicionamentos políticos dos agentes sociais. Desta forma, produzia práticas de intervenção no comportamento, na educação, nas formas de trabalho e modo de vida daqueles que se encontravam “fora” da civilização – a “barbárie”, como afirmou Jean Starobinski.

A noção de civilização que emerge dos discursos sobre o estabelecimento de escolas, departamentos e colônias militares apresenta uma matriz educacional e um modelo de catequese, que visava integrar os povos da região à sociedade civil do Império, por meio do trabalho e transformação cultural. No entanto, tratava-se de uma concepção de trabalho determinado, a tentativa era inserir os nativos em uma lógica de atividades regulares, ordeiras, não somente os indígenas da Amazônia, mas também suas populações livres e mestiças. Tais projetos estavam inscritos em uma concepção de educação voltada para o trabalho.

Muitas vezes, as propostas de civilização destinadas aos indígenas confundiam-se com uma ideia de civilização para a sociedade amazônica em geral. Os autores viam nos demais grupos sociais da região, uma extensão dos diversos costumes de matrizes indígenas. Deste modo, a civilização das populações indígenas aldeadas, aquelas que estariam em tese sob a tutela do Estado, era um tema que, muitas vezes, estendia-se à população em geral.



Uma vez que a presença e a herança cultural das populações indígenas reinavam na formação da sociedade amazônica, o limite entre os nativos e os demais grupos era extremamente tênue, principalmente nos interiores. Assim, os projetos de civilização indígena analisados tinham como um dos objetivos finais conter a disseminação desta herança que, na visão dos intelectuais, comprometia a civilização de toda a sociedade, e desta forma também, o progresso da nação. Lembremos que o ideal de civilização no oitocentista tinha como suporte uma noção de progresso material e social que não condizia com os costumes e o modo de vida *tapuio*. De modo que a incorporação dos ameríndios à sociedade civil, pretendida pelos intelectuais representava uma transformação na condição étnica e racial. José Veríssimo foi quem debateu com mais ênfase esta preocupação do legado indígena como uma ameaça a nação.

Os programas de inserção do indígena estavam ajustados a um plano geral de desenvolvimento do Império, inspirado em um modelo de sociedade liberal burguesa, portanto, as expectativas em torno do que se pretendia para a nação ajudaram a forjar entre os intelectuais, boa parte das imagens do indígena do Oitocentos. Edson Silva comenta que havia uma pluralidade e uma diversidade nas imagens que identificavam o indígena no Império, que se relacionava com interesses políticos e com doutrinas sociais em voga no Brasil, assentadas principalmente na tríade: nacionalismo, barbárie e civilização<sup>474</sup>.

As preocupações nacionais com o elemento indígena ajudaram a construir idéias e representações sobre estes grupos, como sobre os hábitos tipicamente nativos, a miscigenação do povo brasileiro, e o “encontro das três raças”, que ainda hoje formam certo imaginário sobre a história nacional e a presença indígena, no passado e no presente. É possível encontrar ainda manuais e livros didáticos de história, utilizados nas escolas, que reproduzem pressupostos desse legado Imperial na formação de crianças e adolescentes, o que pouco contribui para a desconstrução de uma visão preconceituosa acerca das populações indígenas<sup>475</sup>. Determinados paradigmas sobre a formação do povo brasileiro e da cultura nacional foram introjetados de tal forma na consciência nacional, que alguns deles se tornaram aparentemente indelévelis.

---

<sup>474</sup> SILVA, Edson. Bárbaros, Bons, selvagens, heróis: índios do Brasil. **Revista Clio** – série História do Nordeste, nº 15, 1994, p. 58.

<sup>475</sup> COELHO, Mauro Cezar. CAMELO, Diogo; SOUSA, Eveline Almeida; MELO, Patrícia Raiol; O livro didático e as populações indígenas: um estudo sobre as representações formuladas para o ensino fundamental. In: *COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (orgs.). Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

Os projetos de civilização do nativo elaborados pelos letrados se configuraram em planos de incorporação deste elemento à sociedade civil do Império. Esta incorporação, entretanto, estava muito bem delimitada, trava-se de educar e civilizar o indígena para que em determinados critérios sociais e morais, como o “trabalho regular”, a religião, a fixação na terra e outros, ele se tornasse um homem produtivo em prol do desenvolvimento nacional.

Os programas de civilização indígena foram formulados de acordo com as crenças políticas e intelectuais dos letrados. A partir dos anos de 1860 as idéias raciológicas e o cientificismo foram tomados como critérios para pensar os nativos, idéias que ajudaram autores como José Veríssimo a elaborar uma crítica à leitura do indígena construída pelos autores românticos. Esta diferença indicava condições políticas e culturais distintas da produção do pensamento nacional em relação às populações indígenas.

Existia uma fluidez entre as idéias culturais e as crenças políticas, que reiterava a noção de que as percepções da realidade estavam em movimento, que estavam inscritas em contextos políticos marcantes. Assim, a conhecida frase de Silvio Romero pode ser ampliada, não se tratava apenas um “bando de idéias novas”, mas eram idéias novas que penetravam no Brasil em um momento político específico, de ampliação dos espaços de debates e embates entre grupos diversos, formando explicações e teses de matrizes ideológicas, culturais e políticas mistas, combinadas aos interesses nacionais.

## FONTES

### **Documentos**

#### Relatórios e falas de presidentes de província

- **PARÁ.** Fala de Jerônimo Francisco Coelho em 01/10/1849. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Fala de Sebastião do Rêgo Barros em 15/08/1854. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Fala de Manoel Frias e Vasconcelos em 01/10/1859. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Fala de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 12/05/1860. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Pinto Guimarães (vice-presidente da província) de 15/10/1855. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1/09/1862. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Henrique de Beaurepaire Rohan de 15/08/1857. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Henrique de Beaurepaire Rohan de 27/10/1857. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Henrique de Beaurepaire Rohan de 15/08/1856. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Couto Vieira de Magalhães de 15/08/1864. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Couto Vieira de Magalhães de 15/08/1864. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- **PARÁ.** Relatório de Couto Vieira de Magalhães de 13/04/1866. Prat. 4. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

#### Correspondência

- **PARÁ.** Correspondência da secretaria da presidência da Província, de Henrique de Beaurepaire Rohan de 4/11/1856 e 21/11/1856. **Correspondência Oficial da presidência da Província**, 1856. Códice 1275. Fundo: Secretaria da presidência da província – Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

### Ofícios

- **PARÁ.** Ofícios de catequese e Civilização de índios (1872-1875), Série 13 Ofícios. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

### Legislação

- **Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845**, “Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos índios”. Colleção das Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro Typographia Nacional. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

### Assembléia Legislativa Provincial

- **PARÁ.** Ata da Assembléia Legislativa Provincial - Seção ordinária de 1870. Depositado no Grêmio Literário Português (GLP).

### **Jornais**

**A Boa Nova** de 18/01/1879. Depositado na seção de Microfilmagem da Fundação cultural “Tancredo Neves” (Centur)

**A Boa Nova** de 11/01/1878. Depositado na seção de Microfilmagem da Fundação cultural “Tancredo Neves” (Centur)

**A Boa Nova** de 01/04/1877. Depositado na seção de Microfilmagem da Fundação cultural “Tancredo Neves” (Centur)

**A Estrella do Norte** de 31/05/1863. Depositado na seção de Microfilmagem da Fundação cultural “Tancredo Neves” (Centur)

### **Obras**

ABREU, J. Capistrano de. **Ensaios e estudos:** critica e historia; 1. Serie. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial:** os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ª Ed. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.

ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. Apontamentos para a civilização dos índios do Brasil. In: DOLHNIKOFF, Mirian. (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrade e Silva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BASTOS, A.C. Tavares. **O Valle do Amazonas**, estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas. Rio de Janeiro. B. L. Garnie, 1866.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

KIDDER, Daniel Parish (1815-1891). **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, jurídico social**. Petrópolis: Vozes, 1976.

MORAES, J. A. Leite. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

OLIVEIRA BELO, Luíz Alves Leite. **Espírito do século XIX**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos 1821-1835**. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1865.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1854.

SOUSA, H. Inglês. **História de um pescador: (cenas da vida no Amazonas)**. Belém: EDUFPA, 2007.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

\_\_\_\_\_. Memorial Orgânico. **Revista Guanabara**, Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, 1851.

\_\_\_\_\_. **Os índios perante a nacionalidade brasileira**. “Discurso preliminar”, publicado na 1ª edição da História Geral do Brasil, 2º Vol, 1857.

VON MARTIUS, Friedrich Karl Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista trimestral do IHGB**, Rio de Janeiro, 1843.

VON MARTIUS e SPIX. **Viagem pelo Brasil: 1817-1829**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

#### Obras dos intelectuais analisados

COSTA, Antonio Macedo, Bispo. **A Amazônia: meio de desenvolver sua civilização** (Conferência de 21 de Março de 1883). Pará: typ. do livro do Comércio, 1883.

\_\_\_\_\_. **Deveres da Família**. Leituras Catholicas, V. 17. Nictheroy: 1900.

\_\_\_\_\_. **Discurso Pronunciado na Solene Inauguração da Biblioteca Pública** (em 25/03/1871). Pará: Typographia do Diário do Gram-Pará, 1871.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. **O selvagem**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed Universidade de São Paulo, 1975.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil. **Revista Guanabara**, Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, Tomo II, 1853.

VERISSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

\_\_\_\_\_. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**: sua linguagem, sua crença e seus costumes. Rio de Janeiro: Revista trimestral do Instituto Histórico, 1889.

\_\_\_\_\_. **Estudos amazônicos**. Belém: Ed. da UFPA, 1970.

\_\_\_\_\_. **Estudos Brasileiros** (1877-1885). Pará: Editores Tavares Cardoso e Livraria Universal, 1889.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. O trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII. **Revista Arrabaldes**, Ano I, nº2, set/dez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação. O movimento reformista da geração de 1870. **RBCS**, Vol. 15, nº 44, outubro/2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares**: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo: História da Literatura brasileira. In: *MOTA, Lourenço (Org.). Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico - 2.* 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2002.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios. 5ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**: Da Independência a 1870. Vol III. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia. História Urbana de Liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Revista Afro-Ásia**, nº 28, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por todos os meios Legítimos e Legais**: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio Marco (Org.). **Terra matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Org.). A Economia das trocas simbólicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CALDEIRA, Jorge. **A Nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: (momentos decisivos)**. 4.ed. São Paulo: Martins, 1971.

CARVALHO, José Murilo (Org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Col.: Formadores do Brasil. São Paulo: Ed 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 40, nº. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teatro de Sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CARVALHO, José Murilo (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcus. Clientelismo e Contestação: o envolvimento dos índios de Pernambuco nas brigas dos Brancos na época da Independência. In: *MONTEIRO, John Manuel; AZEVEDO, Francisca L Nogueira (Orgs.)*. **Confronto de Culturas: Confronto, Resistência, Transformação**. São Paulo: EDUSP/Expressão e Cultura, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle-époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**, A imprensa Liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993.

\_\_\_\_\_. Anteato da Belle-Époque: Imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850. **Rev. Cult. do Pará**, vol. 16, nº 2, Jul/Dez-2005.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o Mar**. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. CAMELO, Diogo; SOUSA, Eveline Almeida; MELO, Patrícia Raiol; O livro didático e as populações indígenas: um estudo sobre as representações formuladas para o ensino fundamental. In: *COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (orgs.)*. **Raça, cor e diferença: A escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 1998.

COSTA, Suely Gomes. Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no rio de Janeiro do século XIX. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, Vol.27, nº 54, Dec. 2007.



CUNHA, Manuela Carneiro. (org.) **História dos índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os direitos do índio**: ensaios e documentos São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

DIAS, Maria Odila L. da S. **A interiorização das metrópoles e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2009.

DOLHNIKOFF, Miram. **O Pacto Imperial**: As origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. (org). **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrade e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ELIAS, Norberto. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**: formação do patronato brasileiro. 8ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil Imperial. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, abr./jun. 2006, vol.13, no.2.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A cidade dos encantados**: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo. (1870-1950). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1996.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A influência da Universidade de Coimbra na formação da nacionalidade brasileira**. Tese de Doutorado em História. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995.

GILLIES, Ana Maria Rufino. **Henrique de Beaurepaire Rohan: Razão e sensibilidade no século XIX**. Monografia de Conclusão. Tuiuti: Universidade Tuiuti do Paraná, 1998.

GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. 5ª edição. 1985.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do XIX. Belo Horizonte. **Nova Economia**. Janeiro-Abril, 2009, pp. 185-212.

GRINBERG Keila; SALLES Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial** vol. I - 1831-1870 Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol séculos XVI-XVIII**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O instituto Histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O liberalismo no Brasil: origens, conceitos e práticas** Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HENRIQUE, Márcio Couto. **O General e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2003.

\_\_\_\_\_. Sem Vieira, nem Pombal: memória jesuítica e as missões religiosas na Amazônia do século XIX. **Revista Asas da palavra**. Belém: Vol. 10, nº 23, pp. 209-233.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Impérios (1875-1814)**. 8ª ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2003.

IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade brasileira). In: **Viagem Completa: A experiência brasileira (1500-2000)**. MOTA, Carlos Guilherme (org.) São Paulo: Editora SENAC, 2000.

KODAMA, Kaori. **Os índios do Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860**. Rio de Janeiro: FRIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **Revista Topoi**, v. 4, n. 7, jul.-dez/2003, pp. 334-356.

LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. **Dom Macedo Costa** (bispo do Pará). Coleção "Lendo o Pará". Belém: Secretaria de Estado e cultura, 1992.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre Fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

MARTINS, Wilson **História da inteligência brasileira**. 3. Ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec (estudos históricos), 2004.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007.

MELO, Patrícia Raiol; SILVA, Thomaz Anderson. Resistência entre as letras do discurso: índios e negros na província do Pará. **Veredas da História**, vol. 2, Ano II, n° 1/ 2009.

MELO E SOUZA, Eliana Maria (org.). **Cultura brasileira figuras da alteridade**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1996.

MONTEIRO. John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREIRA, Vânia. O ofício do Historiador e os índios: sobre uma querela do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 30, n° 59, pp. 57-72 – 2010.

\_\_\_\_\_. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 22, N°43.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

MOTTA, Márcia Menendes. Terra, Nação e Tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In: *MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia Menendes (orgs). Nação e poder as dimensões da história*. Niterói: EdUFF.

NAXARA, Márcia Regina. **Cientificismo e sensibilidade romântica; em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: UnB, 2004.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social)– Pontifícia Universidade de São Paulo, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e Participação política na época da Independência do Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, dezembro/2002.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. As dimensões da independência. In: Carlos Guilherme Mota (Org.). **1822 - Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura e colonização: nas terras de florestas da Amazônia Oriental (século XIX). In: **História Agrária: propriedade e conflito**. OLINTO, *Beatriz Anselmo*; MOTTA, *Márcia Menendes*; OLIVEIRA, *Oséias de* (orgs.). Guarapuava: Unicentro, 2008.

OLIVEIRA, Andrey Pereira. A utopia indianista de Gonçalves Dias. **DLCV**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, UFPB, João Pessoa, v. 4, p. 141-155, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Encontros com a civilização Brasileira**, 1979.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da Revolta: Trajetória, lutas e tensões na Cabanagem**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História do Brasil contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PONTES, Heloísa. Círculos intelectuais e experiência social. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, São Paulo, v. 12, nº 34, 1997.

QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia: modernização e conflito** (século XVII e XIX). Belém: UFPA/NAEA: Macapá: UNIFAP, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O processo de Independência no Norte. In: Carlos Guilherme Mota (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: “O partido negro na Independência da Bahia”. In: *SILVA, Eduardo*; *REIS, João José* (Orgs). **Negociação e conflito, resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Ranato Janine. Iracema ou a fundação do Brasil. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000

RICCI, Magda. Cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840, **Tempo**, Niterói, 2007, vol.11, no. 22.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Vicente. **Marxismo, Socialismo e os militantes excluídos**. Capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001.

\_\_\_\_\_. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Belém: SECULT, 1988.

\_\_\_\_\_. As forças políticas na Cabanagem. In: **Amazônia Além dos 500 Anos**. Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira (orgs.). Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, 2005.

SAMPAIO, Patrícia de Melo. **Fios de Ariadne: Tipologia de fortunas e heranças sociais em Manaus, 1849-1880**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

\_\_\_\_\_. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. **Tempo**, nº 23, vol. 12, jul/2007.

SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (org.). **Rastros da memória histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: O caso de Escada – PE (1860-1880). Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

\_\_\_\_\_. Bárbaros, Bons, selvagens, heróis: índios do Brasil. **Revista Clio** – série História do Nordeste, nº 15, 1994.

SILVA, Mozart Linhares. **Do império da Lei às grades da cidade**. Porto Alegre: Edipuc, 1997.

SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na cidade de Góias: conflitos políticos e religiosos (1860-1820). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº 46, pp. 123-146, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUSA, Francisco Gouvea. **Entre fronteiras e nações**; um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde os anos de 1870 e 1890. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2007.

SOUSA, Eveline Almeida. As populações indígenas da Amazônia no pensamento de José Veríssimo. In: XXV Simpósio Nacional de História - História e ética, Fortaleza: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, 2009.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das letras, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos**. Trad. Sérgio Moraes Rêgo reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação Imperial. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

VELLOSO, Mônica. P. O modernismo e a questão nacional. In: Ferreira, Jorge; Neves, Lucilia de Almeida. (Org.). **O Brasil Republicano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.